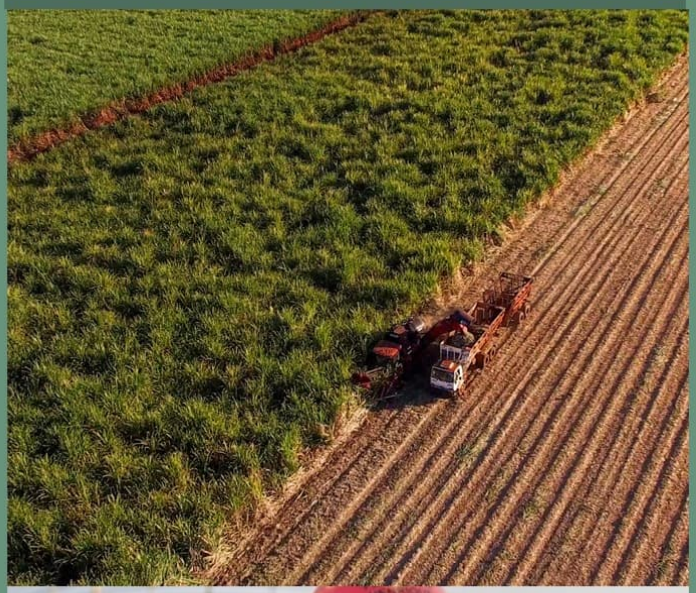
raízen



Raízen S.A.

Demonstrações financeiras individuais e consolidadas em 31 de março de 2025 e relatório do auditor independente

RAIZ
B3 LISTED N2

IBOVESPA B3

ISE B3

IBRX100 B3

CDP
DISCLOSURE INSIGHT ACTION

Conteúdo

Relatório da Administração 3
Relatório do Comitê de Auditoria Estatutária 9
Parecer do Conselho Fiscal 13
Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas 14
Balanços patrimoniais 20
Demonstrações dos resultados 22
Demonstrações dos resultados abrangentes 23
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido 24
Demonstrações dos fluxos de caixa – método indireto 26
Demonstrações do valor adicionado 27
1. Contexto operacional 28
2. Principais políticas contábeis 30
3. Informações por segmento 44
4. Instrumentos financeiros 50
5. Caixa e equivalentes de caixa 67
6. Títulos e valores mobiliários (“TVM”) e Caixa restrito 67
7. Contas a receber 69
8. Estoques 71
9. Ativos biológicos (Consolidado) 73
10. Tributos a recuperar 75
11. Partes relacionadas 80
12. Ativos de contratos com clientes 89
13. Investimentos 89
14. Imobilizado 100
15. Intangível 104
16. Fornecedores, Convênios e adiantamentos a fornecedores 112
17. Arrendamentos 115
18. Empréstimos e financiamentos 120
19. Imposto sobre a renda e contribuição social 129
20. Adiantamentos de clientes 134
21. Outras obrigações 135
22. Demandas judiciais e depósitos judiciais 136
23. Compromissos (Consolidado) 145
24. Patrimônio líquido 146
25. (Prejuízo) lucro por ação 152
26. Pagamento baseado em ações 153
27. Receita operacional líquida 157
28. Custos e despesas por natureza 159
29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas 160
30. Resultado financeiro 160
31. Plano de suplementação de aposentadoria 161
32. Seguros 162
33. Combinação de negócios 163
34. Informações suplementares aos fluxos de caixa 168
35. Eventos subsequentes 172

Raízen S.A.
Relatório da Administração 2024/25

A Raízen S.A. (“Raízen” ou “Companhia”) submete à apreciação de seus acionistas o Relatório da Administração referente às atividades desenvolvidas no exercício social findo em 31 de março de 2025. O resultado é apresentado de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e normas internacionais (IFRS). A Companhia também disponibiliza uma versão detalhada das Demonstrações Financeiras e seu relatório de resultados em seu site: ri.raizen.com.br.

1. Mensagem do Presidente

A safra 2024'25, no negócio de Etanol, Açúcar e Bioenergia (EAB), foi impactada pelo clima severamente seco, que prejudicou o desenvolvimento e a produtividade da cana, e pelas queimadas que atingiram os canaviais da região Centro-Sul e comprometeram a moagem, afetando diretamente o desempenho operacional e financeiro. Esse cenário resultou em menor disponibilidade de produto, alteração do mix de produção, redução do rendimento industrial e menor diluição de custos. A operação de Distribuição de Combustíveis – Brasil entregou uma margem normalizada em linha com as expectativas, mesmo diante de um ambiente marcado por informalidade no setor e por desafios na estratégia de suprimentos. As operações de Trading para esses segmentos enfrentaram desafios relevantes, motivando uma mudança na nossa estratégia de atuação, direcionando o foco para o perímetro do nosso core business, que reduzirá a exposição ao risco e a volatilidade nos resultados. Já na Distribuição de Combustíveis – Argentina, alcançamos resultados sólidos, ampliamos nossa rede e fortalecemos a presença em segmentos com melhor rentabilidade.

Nos últimos meses da safra, conduzimos mudanças significativas na Companhia. Avançamos na reciclagem do portfólio de ativos, renovamos a liderança dos negócios e reorganizamos a estrutura organizacional, alinhando os principais pilares culturais para um novo ciclo. Desde 1º de abril de 2025, a Raízen iniciou uma nova fase com foco no seu core business, simplificação da operação, redução de despesas e racionalização dos investimentos. Reafirmamos nosso compromisso com a segurança, integridade, eficiência para reduzir o endividamento, gerando valor sustentável para nossos acionistas.

Nelson Gomes
CEO Raízen

2. Resultados anuais

Resultados Consolidados

R$ MM	4T 24'25 (jan-mar)	4T 23'24 (jan-mar)	Var. %	2024'25 (abr-mar)	2023'24 (abr-mar)	Var. %
Receita líquida	57.726,7	53.684,7	7,5%	255.268,5	220.454,3	15,8%
Lucro bruto	1.905,1	3.791,3	-49,8%	11.836,8	15.723,7	-24,7%
Lucro (prejuízo) líquido	(2.513,8)	(878,6)	>100%	(4.177,0)	614,2	n/a
(+) Imposto de Renda e Contribuição Social	180,8	318,3	-43,2%	1.030,7	998,0	3,3%
(+) Resultado financeiro líquido	1.904,4	1.715,1	11,0%	7.462,6	6.314,5	18,2%
(+) Depreciação e amortização	2.209,2	2.764,9	-20,1%	9.352,3	9.205,2	1,6%
EBITDA	1.780,6	3.919,8	-54,6%	13.668,6	17.132,0	-20,2%
EBITDA ajustado	1.720,9	3.686,4	-53,3%	10.820,1	14.608,5	-25,9%
EAB	481,7	2.131,3	-77,4%	5.963,7	7.278,0	-18,1%
Distribuição de Combustíveis – Brasil	820,6	1.340,1	-38,8%	3.505,0	4.575,8	-23,4%
Distribuição de Combustíveis – Argentina	683,5	686,7	-0,5%	2.507,9	2.659,7	-5,7%
Outros Segmentos e Eliminações	(264,9)	(471,9)	-43,9%	(1.156,5)	95,1	n/a
Investimentos [1]	4.506,9	5.120,1	-12,0%	11.909,6	12.664,9	-6,0%
Dívida líquida	-	-	-	34.264,0	19.153,8	78,9%
Dívida liquida/EBITDA ajustado [2]	-	-	-	3,2x	1,3x	1,9x
Prazo médio ponderado do endividamento (anos)	-	-	-	8,9	6,8	2,1

(1) Inclui dispêndios de ativos de contratos com clientes e os investimentos de “Outros Segmentos”. Não considera dispêndios ligados a aquisições e/ou adições ao investimento em coligadas, no montante de R$ 529 milhões em 2024’25.
(2) Cálculo da alavancagem: dívida Líquida/EBITDA ajustado dos últimos 12 meses.

EBITDA Ajustado – Redução no trimestre e no ano reflete, principalmente, os menores volumes comercializados de combustíveis e de açúcar próprio, além da menor contribuição das operações de Trading, que pressionaram as margens operacionais. Importante destacar que a base de comparação (2023’24) foi favorecida por créditos fiscais, margens mais elevadas em combustíveis e maior volume produzido e vendido de açúcar e bioenergia.

Lucro (Prejuízo) Líquido – Impactado por: (i) desafios operacionais que comprometeram a performance dos negócios; (ii) efeitos não recorrentes, principalmente relacionados à revisão da estratégia de atuação em Trading; (iii) aumento das despesas financeiras; e (iv) constituição de provisão para não realização de tributos diferidos (R$ -900 milhões em 2024’25).

Dívida Líquida – O aumento decorre do menor resultado operacional, do ainda elevado volume de investimentos em crescimento e da redução em R$ 6,6 bilhões do saldo de operações de convênio com fornecedores e adiantamento de clientes. A Companhia seguiu com sua estratégia de alongamento do prazo médio da dívida, com novas operações de longo prazo resultando em um perfil de amortização mais equilibrado.

3. Capital Humano

Somos um time de mais de 40 mil colaboradores no Brasil e em nossos escritórios internacionais com foco em gerar valor para os nossos clientes e parceiros, colaboradores e acionistas. Nossa agenda de Gente tem papel central na preparação das pessoas para os desafios do negócio, fortalecendo uma cultura baseada em segurança, integração, simplificação e colaboração. Combinamos programas de desenvolvimento, soluções de aprendizagem e iniciativas de aceleração para garantir a formação contínua de competências técnicas e comportamentais. Atuamos de forma coletiva e individual, com ações como coaching, mentoria e capacitações dentro e fora da Universidade Raízen. Tudo isso contribui para a sustentação do nosso pipeline de talentos e para o fortalecimento de uma cultura viva.

Segurança é mais do que uma prioridade para nossa Companhia, é um valor inegociável que norteia todas as nossas ações e decisões. Garantir um ambiente de trabalho livre de acidentes é parte essencial da nossa cultura organizacional e está diretamente relacionada à sustentabilidade e à performance de nossos negócios. Adotamos rigorosos padrões de segurança e seguimos procedimentos operacionais em todas as nossas áreas de atuação para preservar, acima de tudo, a integridade física e mental de nossos colaboradores. Nossa Política de Saúde, Segurança e Meio Ambiente (SSMA) estabelece diretrizes claras e é reforçada continuamente por meio de campanhas de conscientização e treinamentos. Todas as nossas operações, inclusive os escritórios (nacionais e internacionais), são conduzidos por meio do Sistema Integrado de Gestão de Operações (SIGO), que abrange nove elementos essenciais voltados à saúde e segurança. O SIGO assegura a clara definição de responsabilidades, monitoramento rigoroso de indicadores e a melhoria contínua, sempre em conformidade com normas internacionais e indo além das exigências legais. A Alta Liderança acompanha frequentemente os indicadores quantitativos como SIF (Serious Injury and Fatality), LTIF (Lost Time Injury Frequency) e TRCF (Total Recordable Case Frequency), garantindo que a segurança faça parte de toda tomada de decisão. Para a Companhia, mais do que uma prioridade, segurança é um compromisso permanente com a vida.

Diversidade e Inclusão também é uma pauta importante para nós. Buscamos garantir que todas as pessoas, independentemente de gênero, identidade de gênero, orientação sexual, etnia, deficiência, idade ou condição socioeconômica, tenham oportunidades iguais e se sintam respeitadas e valorizadas. Na Raízen, acreditamos que um ambiente de trabalho verdadeiramente inclusivo e equitativo não só atrai e ajuda a desenvolver talentos, mas também fortalece a colaboração e potência dos nossos times. Nosso compromisso é construir uma cultura organizacional segura e respeitosa, onde a pluralidade é promovida ativamente e todas as pessoas têm as mesmas oportunidades, independentemente de suas particularidades. Para isso, criamos espaços para os grupos de afinidades, capacitamos nossa liderança em temas correlacionados, geramos oportunidades e desenvolvemos pessoas de grupos subrepresentados nos programas de porta de entrada, entre outras ações que priorizam o respeito e a integridade de todos.

Evoluímos com a implementação do Sistema de Excelência Raizen (Programa SER+), reafirmando o nosso compromisso com a Excelência, promovendo o fortalecimento da nossa cultura e investindo na capacitação dos nossos times na busca por melhorias contantes.

Nossa atuação em Performance Social está pautada em valores fundamentais que tem como objetivo a geração de valor nas interações sociais com as comunidades próximas às nossas operações. A Política de Performance social da companhia, estabelece princípios claros e diretrizes robustas que visam não apenas mitigar riscos sociais, mas também identificar e aproveitar oportunidades de desenvolvimento local sustentável. Por meio dessa Política, buscamos estabelecer relações transparentes, inclusivas e de respeito mútuo com as comunidades, promovendo o diálogo contínuo, o engajamento proativo e a colaboração em iniciativas que contribuam para o bem-estar social e o desenvolvimento socioeconômico das regiões em que operamos. Para cada uma de nossas operações, realizamos uma análise criteriosa dos territórios, identificando os stakeholders-chave e compreendendo o quanto se sentem impactados ou podem impactar nossas atividades. Na safra 2024/2025, investimos mais de R$ 19 milhões em programas e projetos sociais via leis de incentivo, doações, voluntariado, patrocínios, entre outras. O número de pessoas beneficiadas, direta e indiretamente, foi de 638.163 e 1.959.161, respectivamente.

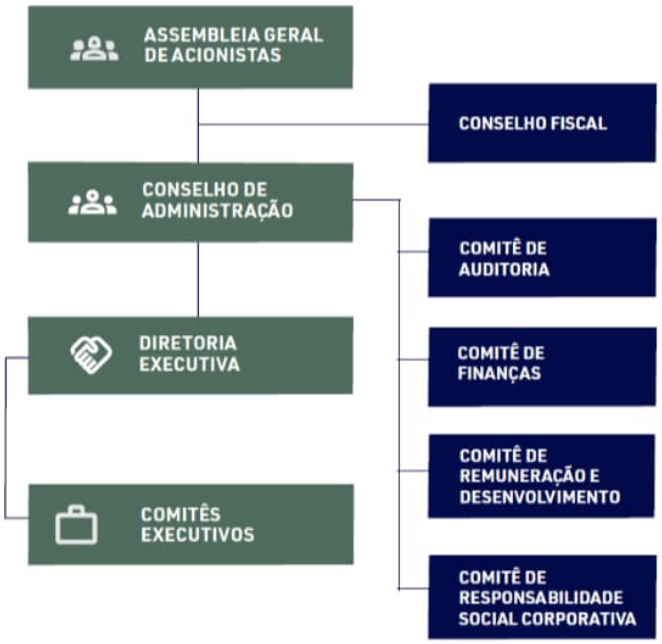
4. *Mercado de Capitais & Governança Corporativa*

A Raízen é uma sociedade anônima de capital aberto. Em 31 de março de 2025 o capital social estava representado por 1.358.936.900 ações preferenciais e 8.993.572.584 ações ordinárias. A Companhia tem suas ações listadas na B3 - Brasil, Bolsa, Balcão sob o código RAIZ4, desde 2021, fazendo parte do segmento de listagem do Nível 2 da B3.

Nos últimos anos, a Companhia fortaleceu sua governança corporativa e hoje conta com uma estrutura robusta, por meio da qual, estratégias e planos de ação, são amplamente discutidos por profissionais competentes e adequadamente comunicados a todas as instâncias do time.

Para suportar a Administração da Companhia, e em linha com as melhores práticas de governança, foram instituídos Comitês que em sua maioria estão subordinados diretamente ao Conselho de Administração. Além disso, a Companhia conta com uma estrutura sólida de gestão de riscos para identificar eventos que podem impactar negativamente a sustentabilidade dos nossos negócios.

Estrutura de Governança



5. *Compromisso com sustentabilidade*

A Sustentabilidade continua integrada à nossa estratégia. Revisamos a matriz de temas prioritários, adotando o conceito de dupla materialidade[1], e destacamos nossa atuação em três pilares principais: Integridade dos Negócios, Excelência Operacional e Mudanças Climáticas.

Pela primeira vez, divulgamos o nosso Relatório Integrado de Sustentabilidade 24'25 em conjunto com o resultado anual da companhia. Com o objetivo de tornar nossa comunicação mais objetiva, simplificamos a relação de indicadores, mantendo o foco no que é material para nossa gestão e nossos stakeholders. Assim, o Relatório considera a Estrutura Internacional para Relato Integrado do International Integrated Reporting Council (IIRC) e os indicadores do Sustainability Accounting Standards Board (SASB). Também foi elaborado com base na Global Reporting Initiative (GRI).

Ainda na safra 24'25, revisamos o estudo de riscos climáticos — físicos e de transição — com base nos relatórios mais recentes do Painel Intergovernamental sobre Mudanças Climáticas (IPCC) e da Agência Internacional de Energia (IEA), considerando diferentes cenários climáticos. Os resultados foram integrados à Matriz de Riscos Corporativos e ao planejamento estratégico, fortalecendo a comparabilidade, a resiliência e o embasamento para a tomada de decisões.

Pelo terceiro ano consecutivo, permanecemos integrantes da Carteira do Índice de Sustentabilidade Empresarial (ISE) e do Índice Carbono Eficiente (ICO2) da Bolsa de Valores do Brasil (B3), reafirmando nosso compromisso com o nosso desempenho climático e com a sustentabilidade corporativa.

6. *Relacionamento com o auditor independente*

A política da Companhia e de suas controladas na contratação de serviços não relacionados à auditoria externa com os auditores independentes se fundamenta nos princípios que preservam sua independência. Esses princípios consistem, de acordo com os padrões internacionalmente aceitos, em que: (a) o auditor não deve auditar seu próprio trabalho; (b) o auditor não deve exercer função de gestão no seu cliente, e (c) o auditor não deve representar legalmente os interesses de seus clientes.

Ao longo do exercício, em atendimento à instrução CVM 381/03, informamos que a Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. prestou exclusivamente (i) serviços de auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício social findo em 31 de março de 2025; (ii) procedimentos previamente acordados para validação dos royalties pagos para a Shell; e (iii) procedimentos previamente acordados para validação do Bloco K constante na ECD e, a Pistrelli, Henry Martin y Asociados S.R.L. ("EY Argentina") prestou determinados serviços de asseguração limitada para a Raízen Argentina S.A.U. Entendemos que estes serviços não representam conflito de interesse, perda de independência ou objetividade de nossos auditores independentes.

7. *Agradecimentos*

A Administração da Raízen agradece aos seus acionistas, clientes, fornecedores e instituições financeiras pela colaboração e confiança depositados e, em especial, aos seus colaboradores pela dedicação e esforço empreendidos. Para detalhes da análise dos resultados da safra 2024'25, visite o site da Raízen: www.raizen.com.br.

O Comitê de Auditoria Estatutário da Raízen S.A. ("Comitê") é um órgão estatutário de funcionamento permanente instituído em 28 de julho de 2021, dentro das melhores práticas de Governança Corporativa.

O Comitê é composto por 03 (três) membros com mandato de 02 anos. Todos os membros são independentes e 2 (dois) deles, a Sra. Luciana de Oliveira Cezar Coelho e a Srta. Sonat Burman Olsson atuam como membros independentes do Conselho de Administração da Companhia.

De acordo com o seu Regimento Interno, cabe ao Comitê zelar pela qualidade e integridade das demonstrações contábeis da Raízen S.A., pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos das empresas de auditoria independente e da auditoria interna, assim como pela qualidade e efetividade do ambiente de controles internos e da governança da administração de riscos, à exceção a supervisão dos riscos financeiros relacionados a crédito, mercado e liquidez questão sob a supervisão do Comitê de Finanças. As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da administração da Companhia, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, dos gestores dos canais de denúncia e ouvidoria e nas suas próprias análises decorrentes de observação.

A Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda. é a responsável pela auditoria independente das demonstrações contábeis conforme normas profissionais emanadas do Conselho Federal de Contabilidade ("CFC") e certos requisitos específicos da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"). Os auditores independentes são igualmente responsáveis pela revisão especial dos informes trimestrais ("ITRs") enviados para a CVM. O relatório dos auditores independentes reflete o resultado de suas verificações e apresenta a sua opinião a respeito da fidedignidade das demonstrações contábeis do exercício em relação aos princípios de contabilidade oriundos do CFC em consonância com as normas emitidas pelo International Accounting Standard Board ("IASB"), normas da CVM e preceitos da legislação societária brasileira. Com relação às informações financeiras trimestrais, os referidos auditores independentes emitiram relatórios contendo conclusão sem ressalvas para os seguintes trimestres durante o ano de 2024 e 2025: (i) 01 de abril de 2024 a 30 de junho de 2024; (ii) 01 de julho de 2024 a 30 de setembro de 2024; (iii) 01 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024; e (iv) opinião sem ressalvas para o exercício findo em 31 de março de 2025.

A governança da Auditoria Interna da Raízen é estabelecida seguindo os padrões internacionais e elementos mandatórios, do IPPF – International Professional Practices Framework, definidos pelo The IIA – The Institute of Internal Auditors, estando em conformidade com: (i) Princípios Fundamentais e Normas Internacionais para a Prática Profissional de Auditoria Interna; (ii) Código de Ética; e (iii) Definição de Auditoria Interna.

A estrutura da Auditoria Interna é composta por equipe interna, para realização dos trabalhos, atuando de forma independente reportando-se funcionalmente ao Comitê de Auditoria. O Comitê é responsável pela aprovação do plano de auditoria interna, também é aprovado pelo Conselho de Administração, que na sua execução é orientado pelo Diretor de Auditoria. O Comitê atua de forma ampla observando, principalmente, a cobertura das áreas, processos e atividades que apresentam os riscos mais sensíveis à operação e impactos mais significativos na implementação da estratégia da Companhia.

Atividades do Comitê de Auditoria no exercício social iniciado em 01 de abril de 2024 e findo em 31 de março de 2025:

Para fins de esclarecimento, o Comitê reuniu-se 8 (oito) vezes no período de 01 de abril de 2024 a 31 de março de 2025. Nesse período, o Comitê teve livre acesso a todos os órgãos de governança da Companhia, bem como a todos os seus executivos e, sempre que necessário, foi solicitado a presença de representantes seniores da Companhia e/ou dos auditores externos em suas reuniões. Abaixo, a discriminação das datas das reuniões e a composição do Comitê para todas as reuniões que foram realizadas:

				Participantes		
#	Data da Reunião		Reunião Ordinária ou Extraordinária	Luciana de Oliveira Cezar Coelho	Patrícia Regina Verderesi Schindler	Sonat Burman-Olsson
(i)	2024	10 de maio	Reunião Extraordinária	√	√	√
(ii)		28 de Maio	Reunião Ordinária	√	√	√
(iii)		12 de Agosto	Reunião Extraordinária	√	√	√
(iv)		01 de Outubro	Reunião Ordinária	√	√	√
(v)		01 de Outubro	Reunião Extraordinária	√	√	√
(vi)		12 de Novembro	Reunião Extraordinária	√	√	√
(vii)		25 de Novembro	Reunião Ordinária	√	√	√
(viii)	2025	10 de Fevereiro	Reunião Ordinária	√	√	√

Dentre as atividades realizadas durante o exercício e assuntos discutidos, cabe destacar os seguintes aspectos:

a) aprovação e acompanhamento do Plano Anual da Auditoria Interna, inclusive quanto a integração, efetividade dos processos e melhorias voltada as atividades relacionadas à gestão de Controles Internos, Riscos e *Compliance*;

b) ciência dos pontos de atenção e das recomendações decorrentes dos trabalhos da Auditoria Interna, bem como fazer o acompanhamento da implementação dos planos de ação adotadas pela Administração;

c) monitoramento do sistema de controles internos quanto a sua efetividade e processos de melhoria, do monitoramento de riscos de fraudes com base nas manifestações e reuniões com os Auditores Internos e com os Auditores Independentes, com as áreas de Controles Internos, Riscos, *Compliance* e Ouvidoria;

d) acompanhamento da metodologia adotada para identificação e gestão de riscos atrelados às áreas do negócio da Raízen S.A. e dos resultados obtidos, de acordo com Matriz de Riscos, reportada pela Companhia ao Conselho de administração, bem como atualizada pela área especializada, pelo CEO, CFO e por todos os gestores responsáveis pelos riscos sob sua gestão, com o objetivo de garantir o mapeamento e tratamento dos riscos relevantes para a Companhia;

e) análise, aprovação e acompanhamento do Programa Anual de Trabalho da Auditoria Independente e sua execução tempestiva;

f) análise e aprovação de serviços extra auditoria prestados pelos auditores independentes para a Companhia;

g) acompanhamento do processo de elaboração e revisão das demonstrações financeiras trimestrais e anuais, notadamente, mediante reuniões com os Administradores e com os auditores independentes para discussão das informações trimestrais (ITRs) e anuais ("DFs");

h) acompanhamento do canal de denúncias, aberto a acionistas, colaboradores, estabelecimentos, emissores, fornecedores e ao público em geral, com responsabilidade da área de Auditoria no recebimento e apuração das denúncias ou suspeitas de violação ao Código de Ética, respeitando a confidencialidade e independência do processo e, ao mesmo tempo, garantindo os níveis apropriados de transparência;

i) realização de reuniões periódicas com os principais executivos da Companhia, a fim de tomar conhecimento das principais estratégias de negócio, bem como acompanhar as melhorias operacionais e sistêmicas para fortalecimento do processamento e segurança das transações;

j) atenção às transações com partes relacionadas com objetivo de garantir a qualidade e transparência das informações;

k) acompanhamento dos programas de *Compliance* e do processo de gestão integrada de riscos;

l) acompanhamento dos principais processos judiciais e administrativos da Companhia e seus possíveis impactos, tanto reputacional quanto financeiro;

m) reporte trimestral, ou tempestivo se necessário, das atividades do comitê e respectivas recomendações nas reuniões do Conselho de Administração da Companhia;

n) recomendação ao Conselho de Administração da Companhia sobre a aprovação das Informações Financeiras Trimestrais (ITR's) disponibilizadas na CVM referente ao 1º, 2º e 3º trimestres do exercício social de 2024/2025;

o) recomendação ao Conselho de Administração da Companhia sobre a aprovação das Demonstrações Financeiras anuais da Raízen S.A., conforme disponibilizada na CVM.

Conclusão:

Os membros do Comitê de Auditoria Estatutário da Raízen S.A., no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, conforme previsto no Regimento Interno do próprio Comitê, procederam à análise das demonstrações financeiras trimestrais, acompanhadas do relatório preliminar dos auditores independentes para os seguintes trimestres do ano fiscal de 2024/2025: (i) 01 de abril de 2024 a 30 de junho de 2024; (ii) 01 de julho de 2024 a 30 de setembro de 2024; (iii) 01 de outubro de 2024 a 31 de dezembro de 2024; e (iv) 01 de janeiro de 2025 a 31 de março de 2025.

Tomando em conta as informações prestadas pela Administração da Companhia e pela Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., considerando que este reflete adequadamente, em todos os aspectos relevantes, as posições patrimonial e financeira da Companhia e de suas controladas, e recomendaram, por unanimidade, a aprovação dos documentos pelo Conselho de Administração da Companhia, nos termos da Lei.

São Paulo, 13 de maio de 2025.

Patricia Regina Verderesi Schindler
Membro e Coordenadora do Comitê de Auditoria da Raízen S.A.

Luciana de Oliveira Cezar Coelho
Membro do Comitê de Auditoria da Raízen S.A.

Sonat Burman-Olsson
Membro do Comitê de Auditoria da Raízen S.A.

Raízen S.A.
Parecer do Conselho Fiscal 2024/25

O Conselho Fiscal da Raízen S.A. ("Companhia"), no exercício de suas atribuições e responsabilidades legais, em reunião realizada às 17:00 horas do dia 13 de maio de 2025, procedeu ao exame: (i) das demonstrações financeiras da Companhia, acompanhadas das respectivas notas explicativas, do relatório do auditor independente emitido sem modificações ou ressalvas e do parecer do Comitê de Auditoria ("Demonstrações Financeiras"), o relatório da administração e as contas dos administradores referentes ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025; (ii) da proposta da administração para a destinação do resultado da Companhia relativo ao exercício social encerrado em 31 de março de 2025.

Com base nos documentos examinados, nos trabalhos efetuados, nas informações e esclarecimentos recebidos em reuniões com a administração e auditores independentes, e nas manifestações favoráveis apresentadas pelo Comitê de Auditoria e pelo Conselho de Administração referentes às Demonstrações Financeiras, bem como considerando o relatório sem ressalvas dos auditores independentes – Ernst & Young Auditores Independentes S/S Ltda., os membros do Conselho Fiscal, por unanimidade, recomendam a apreciação e aprovação pela Assembleia Geral Ordinária dos acionistas das Demonstrações Financeiras, contas dos administradores e relatório da administração, bem como a proposta da administração para a destinação do resultado.

São Paulo, 13 de maio de 2025.

GUILHERME JOSÉ VASCONCELOS CERQUEIRA
Presidente

NADIR DANCINI BARSANULFO
Membro

REGINA LONGO SANCHEZ
Membro

Building a better working world

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos
Administradores e Acionistas da
Raízen S.A.

Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Raízen S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de março de 2025 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Companhia em 31 de março de 2025, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Principais assuntos de auditoria

Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentado no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de

distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

- *Reconhecimento de receita na venda de produtos no final do exercício*

  Conforme mencionado na nota explicativa 27.2 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, no exercício findo em 31 de março de 2025, as receitas de vendas de produtos que compõem a receita operacional líquida individual e consolidada são reconhecidas no momento da entrega dos produtos ao cliente. Essas receitas advêm, principalmente, das atividades de venda de derivados de petróleo, etanol e açúcar, e envolvem transações em montantes relevantes, descentralizados e em grande volume. Para as vendas ocorridas no final do exercício é realizada provisão para estimar o montante de receita de vendas de produtos faturados e não entregues ao cliente. O processo de mensuração dessas vendas envolve julgamento da diretoria, tendo em vista a determinação das estimativas dos prazos médios de entrega para identificar e mensurar o montante de vendas faturadas e não entregues no final do exercício. Portanto, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

  Como nossa auditoria conduziu esse assunto

  Nossos procedimentos de auditoria para as receitas de vendas faturadas e não entregues no final do exercício incluíram, entre outros, análise dos prazos médios de entrega utilizados pela Companhia na estimativa da provisão; teste de detalhe para uma amostra de transações de vendas ocorridas no final do exercício, observando se as informações aplicadas pela diretoria na definição dos prazos médios de entrega dos produtos são razoáveis; execução de procedimentos de análise de dados, incluindo a correlação entre receitas e o caixa auferido; e, avaliação da adequação das divulgações nas respectivas notas explicativas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de março de 2025.

  Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da diretoria, consideramos aceitável o julgamento da diretoria na determinação das estimativas dos prazos médios de entrega aplicados no reconhecimento de receita da venda de produtos no final do exercício, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 27.2, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

- *Valorização dos instrumentos financeiros derivativos*

  Conforme descrito no primeiro parágrafo da nota explicativa 2.7 (c) (v) às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities*, opções e *swaps* para fornecer proteção para o risco de variação das taxas de câmbio e de juros, de inflação e dos preços de *commodities*.

  Esse assunto foi considerado significativo para a nossa auditoria devido à complexidade das estimativas utilizadas na determinação do valor justo, bem como pelos efeitos significativos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas que alterações nas premissas de mensuração desses instrumentos financeiros derivativos podem gerar.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entendimento e análise da documentação preparada pela Companhia para a determinação do valor justo desses instrumentos financeiros; avaliação da competência técnica dos especialistas da administração responsáveis pela valorização desses instrumentos financeiros; obtenção de confirmações externas junto às instituições financeiras para corroborar a contraparte, valor justo e natureza dos instrumentos financeiros contratados; suporte de nossos especialistas em instrumentos financeiros para avaliação sobre a razoabilidade das principais premissas utilizadas para calcular o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, para uma amostra de transações; e, avaliação da adequação das divulgações na respectiva nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de março de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a determinação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria, assim como as respectivas divulgações mencionadas no primeiro parágrafo da nota explicativa 2.7 (c) (v), são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

- *Mensuração do valor justo dos ativos biológicos*

Conforme divulgado na nota explicativa 9 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, o método de avaliação do valor justo dos ativos biológicos ocorre por meio do fluxo de caixa descontado, aplicando premissas que consideram dados internos e externos, principalmente relacionadas à área estimada de colheita, quantidade de açúcar total recuperável, preço do Kg do açúcar total recuperável médio e taxa de desconto.

Ajustes nas premissas utilizadas no cálculo do ativo biológico podem, potencialmente, gerar efeitos significativos nas demonstrações financeiras nas rubricas de “ativos biológicos” no grupo de ativo circulante e em “custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados” no resultado do exercício.

Em função da subjetividade de determinadas premissas que requerem o exercício de julgamento da diretoria e que podem gerar impacto relevante na determinação do valor justo dos ativos biológicos e, consequentemente, nas demonstrações financeiras como um todo, consideramos esse assunto como significativo para a nossa auditoria.

Como nossa auditoria conduziu esse assunto

Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, entendimento e análise do modelo utilizado para a estimativa do valor justo dos ativos biológicos; suporte de nossos especialistas em *valuation* para nos auxiliar na análise e revisão sobre a adequação das principais premissas utilizadas para determinar o valor justo dos ativos biológicos, incluindo a diagnose visual de uma amostra de áreas produtivas e produtividade dos canaviais, bem como o cálculo da taxa de desconto e análise de sensibilidade das premissas significativas aplicadas; comparação das premissas de produtividade com dados históricos internos e externos disponíveis; e, avaliação da adequação das divulgações na respectiva nota explicativa às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de 31 de março de 2025.

Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre a mensuração do valor justo dos ativos biológicos, que está consistente com a avaliação da diretoria, consideramos que os critérios e premissas adotados pela diretoria na mensuração do valor justo dos ativos biológicos, assim como a respectiva divulgação na nota explicativa 9, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outros assuntos

Demonstrações do valor adicionado

As demonstrações individual e consolidada do valor adicionado (DVA) referentes ao exercício findo em 31 de março de 2025, elaboradas sob a responsabilidade da diretoria da Companhia, e apresentadas como informação suplementar para fins de IFRS, foram submetidas a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essas demonstrações estão conciliadas com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo estão de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico CPC 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essas demonstrações do valor adicionado, individual e consolidada, foram adequadamente elaboradas, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e são consistentes em relação às demonstrações financeiras individuais e consolidadas tomadas em conjunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras individuais e consolidadas e o relatório do auditor

A diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas não abrange o Relatório da administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) (atualmente denominadas pela Fundação IFRS como “normas contábeis IFRS”), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para

permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia e suas controladas são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controladas.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela diretoria.

- Concluímos sobre a adequação do uso, pela diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas

divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.

Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público.

São Paulo, 13 de maio de 2025.

ERNST & YOUNG
Auditores Independentes S/S Ltda.
CRC SP-034519/O

Uilian Dias Castro de Oliveira
Contador CRC SP-223185/O

Balanços patrimoniais em 31 de março
Em milhares de Reais – R$

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Ativo					
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	5	6.886.721	414.046	21.721.393	14.819.906
Títulos e valores mobiliários	6.1	-	-	409.441	188.052
Caixa restrito	6.2	163.037	70.479	612.372	584.212
Instrumentos financeiros derivativos	4	182.542	339.510	6.228.810	6.785.291
Contas a receber de clientes	7	2.343.066	2.882.909	8.015.818	9.825.557
Estoques	8	2.265.015	2.690.945	10.971.436	11.680.227
Adiantamentos a fornecedores	16.4	25.651	15.629	633.941	574.685
Ativos biológicos	9	-	-	3.514.712	4.185.031
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	19.4	141.634	99.843	549.434	400.246
Tributos a recuperar	10	3.481.436	2.471.543	5.589.190	4.750.646
Dividendos a receber		297.343	109.512	5.307	5.307
Partes relacionadas	11.2	928.304	1.098.805	1.609.184	1.119.783
Ativos de contratos com clientes	12	512.594	497.918	636.314	633.437
Outros créditos		127.355	258.270	623.026	928.743
Total do ativo circulante		17.354.698	10.949.409	61.120.378	56.481.123
Não circulante					
Realizável a longo prazo					
Contas a receber de clientes	7	120.886	286.225	335.538	491.359
Títulos e valores mobiliários	6.1	355.658	-	738.633	911.029
Instrumentos financeiros derivativos	4	547.282	143.233	3.854.313	2.611.028
Tributos a recuperar	10	5.121.198	4.840.139	8.735.284	6.658.708
Partes relacionadas	11.2	496.943	885.827	801.054	1.240.979
Adiantamentos a fornecedores	16.4	-	-	247.833	192.634
Ativos de contratos com clientes	12	1.838.012	1.853.399	2.239.881	2.524.556
Imposto sobre a renda e contribuição social a recuperar	19.4	381.381	556.067	506.520	688.014
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	19.6	1.058.735	536.449	3.975.910	3.998.156
Depósitos judiciais	22	57.908	69.510	899.102	844.858
Outros créditos		4.850	3.216	547.871	570.804
		9.982.853	9.174.065	22.881.939	20.732.125
Investimentos	13	26.920.310	28.763.488	2.033.654	1.317.517
Imobilizado	14	1.763.662	1.703.229	39.131.619	32.860.652
Intangível	15	2.605.796	2.692.276	6.190.578	6.525.051
Direito de uso	17.3	112.933	191.089	9.641.510	10.266.842
Total do ativo não circulante		41.385.554	42.524.147	79.879.300	71.702.187
Total do ativo		58.740.252	53.473.556	140.999.678	128.183.310

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Balanços patrimoniais em 31 de março
Em milhares de Reais – R$

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2025	2024	2025	2024
Passivo					
Circulante					
Fornecedores	16.2	1.576.630	3.393.830	12.244.549	12.790.299
Fornecedores – Convênios	16.3	7.131.202	9.446.087	9.597.400	11.235.968
Passivo de arrendamento	17.4	44.624	100.677	2.411.427	3.334.134
Empréstimos e financiamentos	18	1.422.331	1.460.113	4.772.603	6.204.463
Partes relacionadas	11.2	9.560.886	1.709.230	1.815.563	2.372.978
Instrumentos financeiros derivativos	4	286.799	111.844	6.003.474	5.006.683
Ordenados e salários a pagar		79.081	209.325	1.075.607	1.364.170
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	19.4	-	-	140.570	70.235
Tributos a pagar		61.531	168.141	722.186	769.601
Adiantamentos de clientes	20	320.653	224.692	3.684.267	5.576.461
Dividendos e juros sobre capital próprio a pagar	24.2.3	23	103.511	16.343	129.904
Outras obrigações	21	1.018.640	975.219	3.453.533	2.605.271
Total do passivo circulante		21.502.400	17.902.669	45.937.522	51.460.167
Não circulante					
Passivo de arrendamento	17.4	48.086	76.846	8.034.471	8.230.802
Empréstimos e financiamentos	18	7.010.005	2.751.418	53.197.768	29.395.358
Partes relacionadas	11.2	11.237.794	9.607.517	4.032.800	3.663.617
Instrumentos financeiros derivativos	4	207.777	417.177	2.535.159	1.916.542
Tributos a pagar		-	-	221.012	212.293
Adiantamentos de clientes	20	-	-	3.977.165	6.195.549
Provisão para demandas judiciais	22	405.154	839.005	1.533.431	1.918.835
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	19.6	-	-	1.102.462	1.796.158
Outras obrigações	21	740.506	499.519	2.251.950	1.268.425
Total do passivo não circulante		19.649.322	14.191.482	76.886.218	54.597.579
Total do passivo		41.151.722	32.094.151	122.823.740	106.057.746
Patrimônio líquido	24				
Capital social		6.859.670	6.859.670	6.859.670	6.859.670
Ações em tesouraria		(102.806)	(148.575)	(102.806)	(148.575)
Reservas de capital		7.430.413	10.362.927	7.430.413	10.362.927
Ajustes de avaliação patrimonial		3.401.253	3.006.397	3.401.253	3.006.397
Reservas de lucros		-	1.298.986	-	1.298.986
Atribuído aos acionistas controladores		17.588.530	21.379.405	17.588.530	21.379.405
Participação dos acionistas não controladores		-	-	587.408	746.159
Total do patrimônio líquido		17.588.530	21.379.405	18.175.938	22.125.564
Total do passivo e patrimônio líquido		58.740.252	53.473.556	140.999.678	128.183.310

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais – R$, exceto lucro (prejuízo) por ação, expresso em R$

	Nota	Controladora		Consolidado	
		2025	2024	2025	2024
Receita operacional líquida	27	132.070.772	125.778.966	255.268.454	220.454.239
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	28	(127.201.703)	(120.894.265)	(243.431.661)	(204.730.642)
Lucro bruto		4.869.069	4.884.701	11.836.793	15.723.597
Receitas (despesas) operacionais					
Com vendas	28	(2.199.277)	(2.068.101)	(6.819.705)	(6.109.524)
Gerais e administrativas	28	(576.771)	(569.074)	(2.572.721)	(2.882.872)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	29	(399.277)	250.692	2.076.801	1.447.856
Resultado da equivalência patrimonial	13	(3.769.024)	(193.402)	(204.827)	(252.430)
		(6.944.349)	(2.579.885)	(7.520.452)	(7.796.970)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social		(2.075.280)	2.304.816	4.316.341	7.926.627
Resultado financeiro	30				
Despesas financeiras		(2.114.124)	(1.884.549)	(5.606.440)	(6.128.884)
Receitas financeiras		329.524	132.061	1.217.168	851.619
Variações cambiais, líquidas		(1.481.165)	31.567	(2.511.092)	340.266
Efeito líquido dos derivativos		802.433	(418.855)	(562.227)	(1.377.540)
		(2.463.332)	(2.139.776)	(7.462.591)	(6.314.539)
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e da contribuição social		(4.538.612)	165.040	(3.146.250)	1.612.088
Imposto sobre a renda e contribuição social	19.3				
Corrente		(271.483)	(198.291)	(1.864.783)	(1.165.552)
Diferido		553.567	553.966	834.082	167.597
		282.084	355.675	(1.030.701)	(997.955)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício		(4.256.528)	520.715	(4.176.951)	614.133
Atribuível aos:					
Acionistas controladores		(4.256.528)	520.715	(4.256.528)	520.715
Acionistas não controladores		-	-	79.577	93.418
		(4.256.528)	520.715	(4.176.951)	614.133
Lucro (prejuízo) por ação ordinária (“ON”) e preferencial (“PN”)					
Básico	25			(0,41197)	0,05044
Diluído	25			(0,41197)	0,05036

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos resultados abrangentes
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais – R$

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.256.528)	520.715	(4.176.951)	614.133
Outros resultados abrangentes				
Itens que não serão reclassificados para o resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	7.545	1.416	-	-
Ganho atuarial, líquido	-	-	11.356	1.635
Tributos diferidos sobre ganho atuarial, líquido (Nota 19.6)	-	-	(3.773)	(219)
	7.545	1.416	7.583	1.416
Itens que são ou podem ser subsequentemente reclassificados para o resultado				
Equivalência patrimonial sobre outros resultados abrangentes	(309.869)	557.718	-	-
Resultado com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*	(11.409)	(11.371)	(68.745)	901.592
Tributos diferidos sobre *hedge* e outros (Nota 19.6)	3.879	3.866	23.373	(308.035)
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	-	8.583	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	704.710	(82.599)	465.351	(139.827)
Outros	-	-	-	4.394
	387.311	467.614	428.562	458.124
Total de outros resultados abrangentes do exercício	394.856	469.030	436.145	459.540
Resultado abrangente do exercício	(3.861.672)	989.745	(3.740.806)	1.073.673
Atribuível aos:				
Acionistas controladores	(3.861.672)	989.745	(3.861.672)	989.745
Acionistas não controladores	-	-	120.866	83.928
	(3.861.672)	989.745	(3.740.806)	1.073.673

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais – R$

	Atribuído aos acionistas controladores											
			Reservas de capital			Reservas de lucros						
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações com acionistas	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Prejuízos acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de março de 2024	6.859.670	(148.575)	135.857	10.227.070	3.006.397	197.097	602.254	499.635	-	21.379.405	746.159	22.125.564
Resultado abrangente do exercício												
Prejuízo do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	(4.256.528)	(4.256.528)	79.577	(4.176.951)
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das investidas (Nota 13.3)	-	-	-	-	(302.324)	-	-	-	-	(302.324)	38	(302.286)
Perda com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*, líquida	-	-	-	-	(7.530)	-	-	-	-	(7.530)	-	(7.530)
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	8.583	8.583
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	704.710	-	-	-	-	704.710	32.668	737.378
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	394.856	-	-	-	(4.256.528)	(3.861.672)	120.866	(3.740.806)
Distribuições aos acionistas, liquidas												
Aumento de capital (Nota 24.1)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	18.682	18.682
Exercício de pagamento baseado em ações (Nota 26)	-	45.769	(45.769)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações (Nota 26)	-	-	74.393	-	-	-	-	-	-	74.393	-	74.393
Combinação de negócios (Nota 33)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	6.646	6.646
Dividendos e JCP (Nota 24.2)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(63.605)	(63.605)
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(244.936)	(244.936)
Efeito reflexo de transação entre sócias em controlada (Nota 13.3)	-	-	-	(3.596)	-	-	-	-	-	(3.596)	3.596	-
Absorção do prejuízo do exercício	-	-	-	(2.957.542)	-	(197.097)	(602.254)	(499.635)	4.256.528	-	-	-
Total das distribuições aos acionistas, liquidas	-	45.769	28.624	(2.961.138)	-	(197.097)	(602.254)	(499.635)	4.256.528	70.797	(279.617)	(208.820)
Em 31 de março de 2025	6.859.670	(102.806)	164.481	7.265.932	3.401.253	-	-	-	-	17.588.530	587.408	18.175.938

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais – R$

	Atribuído aos acionistas controladores											
			Reservas de capital			Reservas de lucros						
	Capital social	Ações em tesouraria	Transações com acionistas	Reservas de capital	Ajustes de avaliação patrimonial	Legal	Incentivos fiscais	Retenção de lucros	Lucros acumulados	Total	Participação dos acionistas não controladores	Total do patrimônio líquido
Em 31 de março de 2023	6.859.670	(194.236)	57.494	10.239.857	2.537.367	197.097	733.866	1.820.634	-	22.251.749	652.412	22.904.161
Resultado abrangente do exercício												
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	520.715	520.715	93.418	614.133
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das investidas (Nota 13.3)	-	-	-	-	559.134	-	-	-	-	559.134	-	559.134
Perda com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*, líquida	-	-	-	-	(7.505)	-	-	-	-	(7.505)	-	(7.505)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	-	-	(82.599)	-	-	-	-	(82.599)	(9.490)	(92.089)
Total do resultado abrangente do exercício	-	-	-	-	469.030	-	-	-	520.715	989.745	83.928	1.073.673
Distribuições aos acionistas, liquidas												
Exercício de pagamento baseado em ações (Nota 26)	-	45.661	(45.661)	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Transação com pagamento baseado em ações (Nota 26)	-	-	124.024	-	-	-	-	-	-	124.024	-	124.024
Combinação de negócios (Nota 33)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	23.010	23.010
Dividendos e JCP (Nota 24.2)	-	-	-	-	-	-	-	(1.869.838)	(103.488)	(1.973.326)	(26.393)	(1.999.719)
Efeito reflexo de transação entre sócias em controlada (Nota 13.3)	-	-	-	(12.787)	-	-	-	-	-	(12.787)	12.787	-
Transferências entre reservas de lucros	-	-	-	-	-	-	(132.267)	132.267	-	-	-	-
Constituição de reservas	-	-	-	-	-	-	655	416.572	(417.227)	-	-	-
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	415	415
Total das distribuições aos acionistas, liquidas	-	45.661	78.363	(12.787)	-	-	(131.612)	(1.320.999)	(520.715)	(1.862.089)	9.819	(1.852.270)
Em 31 de março de 2024	6.859.670	(148.575)	135.857	10.227.070	3.006.397	197.097	602.254	499.635	-	21.379.405	746.159	22.125.564

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações dos fluxos de caixa – Método indireto
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais – R$

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro (prejuízo) antes do imposto sobre a renda e contribuição social	(4.538.612)	165.040	(3.146.250)	1.612.088
Ajustes de:				
Depreciação e amortização (Nota 28)	486.477	575.737	9.352.208	9.205.235
Amortização de ativos de contratos com clientes (Notas 12 e 27.3)	477.785	530.997	612.227	667.470
Perda (ganho) decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquida de realização (Notas 9 e 28)	-	-	801.696	(29.671)
Ganho por compra vantajosa (Notas 29 e 33)	(31.940)	-	(268.440)	(162.593)
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 13)	3.769.024	193.402	204.827	252.430
Perda (ganho) apurada nas baixas do ativo imobilizado (Nota 29)	2.363	(31.011)	11.968	(57.847)
Constituição de provisão de perda por desvalorização de ativo financeiro (Notas 6.a e 29)	-	-	19.587	-
Constituição de provisão de perda por desvalorização de investimentos (Notas 13.c e 29)	-	-	54.274	-
Constituição (reversão) de provisão de perda por desvalorização de ativo imobilizado, líquida (Notas 14 e 29)	13.663	(4.157)	327.201	110.927
Constituição de provisão de perda por desvalorização de ativo intangível (Notas 15 e 29)	-	-	143.212	-
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	3.243.650	1.592.555	6.553.175	4.089.284
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros passivos (Notas 11.2, 18.6 e 30)	22.693	11.867	(967.608)	79.492
Perda com instrumentos financeiros derivativos, líquida	(896.432)	668.460	2.213.359	2.024.513
Resultado de operações com créditos de descarbonização ("CBIO") (Nota 29)	523.446	786.437	625.929	906.955
Ganho na venda de investimentos (Nota 29)	-	-	(347.576)	-
Créditos de PIS e COFINS sobre combustíveis, líquidos (Nota 10.5)	-	(838.211)	(1.819.019)	(1.465.726)
Reconhecimento de (créditos) débitos fiscais extemporâneos, líquido	53.551	(530)	(307.726)	(48.702)
Subvenções governamentais	-	(655)	(185.818)	(235.756)
Mudança no valor justo dos estoques – *Hedge* de valor justo (Notas 4.6 e 8)	(30.763)	(9.903)	(30.763)	(9.903)
Ganho por alteração em participação acionária (Notas 13.5 e 29)	(47.302)	-	(47.302)	-
Outros	235.338	(15.548)	(4.717)	138.597
Variação nos ativos e passivos				
Contas a receber de clientes	727.136	(520.961)	2.101.757	(1.467.570)
Estoques	456.856	223.341	1.275.413	(1.308.040)
Compra de CBIO	(543.720)	(577.421)	(587.807)	(577.421)
Adiantamentos a fornecedores	(10.023)	(10.394)	(181.319)	(154.117)
Caixa restrito	(86.312)	48.320	128.638	1.170.863
Pagamentos de ativos de contratos com clientes	(379.564)	(394.570)	(558.863)	(580.452)
Instrumentos financeiros derivativos	761.771	(40.149)	(629.938)	(3.049.953)
Partes relacionadas	125.007	(350.016)	1.361.365	(5.383)
Fornecedores	(1.777.800)	439.124	(1.471.973)	975.031
Fornecedores – Convênios	(2.314.885)	3.005.935	(1.754.952)	1.622.582
Adiantamentos de clientes	91.472	162.720	(4.861.274)	7.875.898
Tributos a recuperar e a pagar, líquidos	(1.122.013)	(409.199)	(1.545.630)	120.456
Ordenados e salários a pagar	(130.244)	26.149	(312.584)	92.000
Outros, líquidos	(153.244)	145.722	(71.207)	(58.023)
Pagamento de imposto sobre a renda e contribuição social sobre o lucro líquido	-	(3.518)	(470.223)	(311.313)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades operacionais	(1.072.622)	5.369.563	6.215.847	21.421.351
Fluxo de caixa das atividades de investimentos				
Aplicações em títulos e valores mobiliários, líquidas	(339.177)	-	(172.685)	(886.775)
Adições ao investimento (Nota 13.4)	(1.690.000)	(63.100)	(298.948)	(111.458)
Caixa obtido em aquisição de controle em investida	-	-	25.607	-
Pagamentos na aquisição de negócios, líquidos de caixa adquirido	(6.158)	(110.656)	(255.689)	(110.656)
Adições aos ativos biológicos (Notas 9 e 34)	-	-	(2.065.121)	(1.954.864)
Aquisição de ativos imobilizado e intangível	(516.258)	(549.408)	(9.392.054)	(10.121.296)
Caixa recebido na alienação de participação societária	-	-	465.696	5.190
Redução de caixa por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	-	(95.363)	36.924
Caixa recebido na alienação de ativo imobilizado	4.725	33.358	348.377	305.435
Dividendos recebidos de controladas e coligadas	139.257	1.506.387	7.602	5.218
Mútuos concedidos à coligadas, líquidos de recebimentos	(58.632)	(19.794)	(7.661)	(38.494)
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de investimentos	(2.466.243)	796.787	(11.440.239)	(12.870.776)
Fluxo de caixa das atividades de financiamentos				
Captação líquida de *Green Notes*	-	-	9.565.934	7.363.395
Captação líquida de *Senior Notes Due* 2037	-	-	5.709.674	-
Recompra parcial de *Senior Notes Due* 2027	-	-	(901.550)	(1.927.104)
Captações de empréstimos e financiamentos de terceiros, líquidas dos gastos	5.326.377	577.717	19.460.591	20.069.513
Pagamentos de principal de empréstimos e financiamentos de terceiros	(1.557.989)	(2.553.022)	(14.517.903)	(19.411.018)
Pagamentos de juros sobre empréstimos e financiamentos de terceiros	(305.763)	(352.584)	(3.181.586)	(3.289.215)
Pagamentos de principal de passivo de arrendamento de terceiros (Nota 17.4)	(104.382)	(130.711)	(3.327.504)	(2.798.767)
Pagamentos de juros sobre passivo de arrendamento de terceiros (Nota 17.4)	(14.279)	(16.262)	(449.320)	(340.047)
Pagamentos de principal de passivo de arrendamento de partes relacionadas (Nota 11.2)	(4.834)	(11.684)	(347.183)	(285.883)
Pagamentos de juros sobre passivo de arrendamento de partes relacionadas (Nota 11.2)	(660)	(1.429)	(48.171)	(34.946)
Captações de Pré pagamentos de exportação ("PPE") intragrupo (Nota 11.2)	-	5.581.166	-	-
Pagamentos de juros sobre PPE intragrupo	(585.738)	(112.106)	-	-
Pagamentos de dividendos e JCP (Nota 24.2)	(103.488)	(1.803.938)	(173.973)	(1.827.555)
Integralização de capital por acionistas não controladores	-	-	2.405	-
Gestão de recursos financeiros ("GRF") de partes relacionadas, líquidos e outros	8.055.079	(5.925.620)	(94)	918
Recebimentos (pagamentos) de juros sobre GRF de partes relacionadas, líquidos	(730.021)	(1.463.080)	-	5.098
Caixa líquido (utilizado) gerado nas atividades de financiamentos	9.974.302	(6.211.553)	11.791.320	(2.475.611)
Efeito da variação cambial sobre o caixa e equivalentes de caixa	37.238	7.306	334.559	11.546
Acréscimo (decréscimo) de caixa e equivalentes de caixa, líquido	6.472.675	(37.897)	6.901.487	6.086.510
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício (Nota 5)	414.046	451.943	14.819.906	8.733.396
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício (Nota 5)	6.886.721	414.046	21.721.393	14.819.906

Informações suplementares ao fluxo de caixa estão demonstradas na Nota 34.

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Demonstrações do valor adicionado
Exercícios findos em 31 de março
Em milhares de Reais – R$

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Receitas				
Vendas brutas de produtos e serviços, incluindo resultado com instrumentos financeiros (Nota 27.3)	136.421.110	129.621.356	273.968.694	234.069.801
Devoluções e cancelamentos de vendas, descontos comerciais e outros (Nota 27.3)	(1.403.178)	(1.375.942)	(2.793.701)	(2.527.562)
Amortização de ativos de contratos com clientes (Notas 12 e 27.3)	(477.785)	(530.997)	(612.227)	(667.470)
Reversão (constituição) de provisão para perdas de créditos esperadas, líquida	(29.727)	22.590	(336.036)	18.630
(Perda) ganho decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquido de realização (Notas 9 e 28)	-	-	(801.696)	29.671
Mudança no valor justo dos estoques – *Hedge* de valor justo (Notas 4.6 e 8)	30.763	9.903	30.763	9.903
Ganho por alteração em participação acionária (Nota 13.5 e 29)	47.302	-	47.302	-
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	(477.925)	201.205	2.552.240	1.311.603
	134.110.560	127.948.115	272.055.339	232.244.576
Insumos adquiridos de terceiros				
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(127.232.301)	(120.904.260)	(232.039.559)	(193.913.484)
Materiais, energia, serviços de terceiros e outros	(1.703.943)	(1.365.706)	(5.314.598)	(5.377.736)
Constituição de provisão de perdas por desvalorização de ativo financeiro (Notas 6.1 e 29)	-	-	(19.587)	-
Constituição de provisão de perda por desvalorização de investimentos (Notas 13.3 e 29)	-	-	(54.274)	-
Reversão (constituição) de provisão de perda por desvalorização de ativo imobilizado, líquida (Notas 14 e 29)	(13.663)	4.157	(327.201)	(110.927)
Constituição de provisão de perda por desvalorização de ativo intangível (Notas 15 e 29)	-	-	(143.212)	-
	(128.949.907)	(122.265.809)	(237.898.431)	(199.402.147)
Valor adicionado bruto	5.160.653	5.682.306	34.156.908	32.842.429
Depreciação e amortização (Nota 28)	(486.477)	(575.737)	(9.352.208)	(9.205.235)
Valor adicionado líquido produzido	4.674.176	5.106.569	24.804.700	23.637.194
Valor adicionado recebido em transferências				
Resultado da equivalência patrimonial (Nota 13)	(3.769.024)	(193.402)	(204.827)	(252.430)
Receitas financeiras (Nota 30)	329.524	132.061	1.217.168	851.619
Ganho com variações cambiais	1.271.735	582.258	2.384.406	1.287.642
Ganho em operações com derivativos	2.064.121	271.975	2.172.006	-
Outros valores recebidos em transferência	44.844	45.422	138.233	130.558
	(58.800)	838.314	5.706.986	2.017.389
Valor adicionado a distribuir	4.615.376	5.944.883	30.511.686	25.654.583
Distribuição do valor adicionado				
Pessoal				
Remuneração direta	346.208	508.501	3.794.636	3.923.006
Benefícios	94.127	88.398	912.967	846.106
Fundo de Garantia por Tempo de Serviço ("FGTS")	25.801	26.512	274.783	259.758
	466.136	623.411	4.982.386	5.028.870
Impostos, taxas e contribuições				
Federais e no exterior	993.620	788.520	13.838.068	9.058.194
Tributos fiscais diferidos (Nota 19.6)	(553.567)	(553.966)	(834.082)	(167.597)
Estaduais	1.832.558	1.435.783	3.419.214	2.625.555
Municipais	4.445	4.350	46.880	41.628
	2.277.056	1.674.687	16.470.080	11.557.780
Remuneração de capital de terceiros				
Despesas financeiras (Nota 30)	2.114.124	1.884.549	5.606.440	6.128.884
Perda com variações cambiais	2.752.900	550.691	4.895.498	947.376
Perda em operações com derivativos	1.261.688	690.830	2.734.233	1.377.540
	6.128.712	3.126.070	13.236.171	8.453.800
Remuneração de capital próprio				
Lucros retidos (prejuízos) do exercício	(4.256.528)	417.227	(4.256.528)	417.227
Dividendos e JCP (Nota 24.2)	-	103.488	21.070	129.881
Participação de acionistas não controladores	-	-	58.507	67.025
	(4.256.528)	520.715	(4.176.951)	614.133
Valor adicionado distribuído	4.615.376	5.944.883	30.511.686	25.654.583

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

1. Contexto operacional

A Raízen S.A. ("Companhia" ou "Raízen"), é uma Companhia de capital aberto na B3 S.A. – Brasil, Bolsa, Balcão ("B3"), listada no segmento "Nível 2 de Governança Corporativa", sob o símbolo "RAIZ4". A Raízen é uma sociedade anônima de prazo indeterminado, constituída segundo as leis do Brasil, com sede e foro na Avenida Afonso Arinos de Melo Franco, nº 222, Bloco 2, sala 321, Barra da Tijuca, na cidade do Rio de Janeiro (RJ), Brasil. A Companhia é indiretamente controlada em conjunto pela Shell PLC ("Shell") e Cosan S.A. ("Cosan").

A Companhia tem como atividades preponderantes: (i) distribuição e venda de combustíveis fósseis e renováveis; (ii) produção e venda de lubrificantes automotivos e industriais; (iii) refino de petróleo; (iv) desenvolvimento de tecnologia em escala global, relativas à produção de açúcar, etanol e novas fontes de energia; (v) produção, *trading* e comércio de etanol, açúcar e bioenergia; (vi) desenvolvimento de projetos de geração de energia elétrica a partir de fontes renováveis; e, (vii) participação societária em outras sociedades.

O plantio de cana-de-açúcar (principal fonte de matéria-prima para a produção de etanol, açúcar e bioenergia), requer um período de 12 a 18 meses para maturação e o período de colheita inicia-se, geralmente, entre os meses de abril e maio de cada ano e termina, em geral, entre os meses de novembro e dezembro, período em que também ocorre a produção de etanol, açúcar e bioenergia nos parques de bioenergia da Companhia.

A comercialização da produção ocorre durante todo o ano e está sujeita a tendências sazonais baseadas no ciclo de crescimento da cana-de-açúcar em sua região de atuação, bem como condições de demanda nos mercados-alvo, gerando certas flutuações nos estoques e no suprimento desta matéria-prima por impacto de condições climáticas adversas.

Em função de seu ciclo de produção, o exercício social da Companhia tem início em 1º de abril e termina em 31 de março de cada ano.

Em 17 de janeiro de 2025, a Raízen decidiu sobre a descontinuação da divulgação de suas projeções financeiras (*guidance*) para o exercício a findo em 31 de março de 2025 em razão da performance observada até o momento e pelas mudanças ainda em curso na Companhia, principalmente, àquelas voltadas as ações para a reciclagem de portifólio e iniciativas de otimização de sua estrutura de capital.

1.1. Principais transações ocorridas no exercício findo em 31 de março de 2025

(a) Emissões de *Green Notes*

Em 17 de setembro de 2024, a controlada indireta Raízen Fuels Finance S.A. ("Raízen Fuels") emitiu operação de *Bond* com selo "*green*", no montante de US$ 1.000.000 mil, com vencimento em 2035. Ainda, em 25 de fevereiro de 2025, a Raízen Fuels emitiu notas adicionais denominadas "*green notes* adicionais" celebrado originalmente em 5 de março de 2024*,* no montante de US$ 750.000 mil, com vencimento em 2054. Os detalhes destas operações estão descritos na Nota 18.

(b) Captação de *Senior Notes*

Em 25 de fevereiro de 2025, a Raízen Fuels emitiu operação de *Senior Notes,* no montante de US$ 1.000.000 mil, com vencimento em 2037. Os detalhes desta operação estão descritos na Nota 18.

(c) Recompra de *Senior Notes* 2027

Em 27 de fevereiro de 2025, a controlada indireta Raízen Fuels concluiu o processo de recompra das emissões de *Senior Notes* com vencimento em 2027, tendo sido exercido um total de US$ 154.253 mil. Os detalhes desta operação estão descritos na Nota 18.

(d) Emissão de debêntures pela RSA

Em 27 de junho e 7 de outubro de 2024, a Companhia anunciou emissões de debêntures simples, no valor de R$ 2.550.000. Os detalhes desta operação estão descritos na Nota 18.4.

(e) Aumento de capital na controlada RESA

Em Assembleia Geral Extraordinária ("AGE") realizada em 15 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento do capital social da controlada RESA, no montante de R$ 1.500.000, totalmente subscrito e integralizado pela Companhia, em moeda corrente nacional nesta data (Nota 13.3).

(f) Redução de participação acionária na Raízen Paraguay S.A. ("Raízen Paraguai")

Em 27 de novembro de 2024, a Raízen repactuou com os demais acionistas da Raízen Paraguai a opção de reduzir gradualmente a sua participação na sociedade de 50,00% para até 27,44% até novembro de 2026, deixando de desembolsar o equivalente a até US$ 54.000 mil ao final desta operação.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, como parte desta transação, o percentual de participação detido pela Companhia em relação ao investimento na Raízen Paraguai, passou de 50,00% para 42,48%, cujos detalhes desta operação estão descritos na Nota 13.5.

1.2. Liquidez

Em 31 de março de 2025, a controladora Raízen apresentou capital circulante líquido negativo de R$ 4.147.702 (negativo de R$ 6.953.260 em 2024). Parte relevante do passivo circulante decorre de saldo a pagar à controlada Raízen Energia S.A. ("RESA") e suas controladas, relacionado aos contratos de GRF e de PPE (Nota 11.2), no montante de R$ 8.490.821 (R$ 462.130 em 2024), renegociáveis quanto ao prazo de vencimento, se necessário.

A Raízen gerencia de forma integrada os fluxos de caixa operacionais, de investimentos e de financiamentos no nível consolidado.

2. Principais políticas contábeis

2.1. Base de preparação

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram elaboradas e estão apresentadas de acordo com as políticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem a Lei das Sociedades por Ações ("LSA"), as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM") e os pronunciamentos do Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC"), que estão em conformidade com as normas internacionais de contabilidade ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

A emissão destas demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 13 de maio de 2025.

2.2. Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto, quando aplicável, pela valorização de determinados ativos e passivos como aplicações financeiras, estoques, ativos biológicos, instrumentos financeiros (inclusive derivativos) e empréstimos e financiamentos, os quais são mensurados pelo valor justo.

2.3. Moeda funcional e moeda de apresentação

Estas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real ("R$"), que é a moeda funcional da Companhia. A moeda funcional das controladas que atuam em ambiente econômico internacional é o dólar norte-americano ("US$"), exceto pela ex-controlada Raízen Paraguay S.A. ("Raízen Paraguai"), que tem como moeda funcional o guarani ("GS") e que deixou de ser consolidada pela Raízen a partir de 1º de dezembro de 2024 (Nota 13.5). Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

As demonstrações financeiras de cada controlada incluída na consolidação da Companhia, e aquelas utilizadas como base para avaliação de investimentos pelo método de equivalência patrimonial são preparadas com base na moeda funcional de cada sociedade. Para as controladas localizadas no exterior, os seus ativos e passivos foram convertidos para R$ pela taxa de câmbio do fechamento do exercício e os resultados foram apurados pela taxa média mensal durante o exercício. Os efeitos de conversão estão registrados no patrimônio líquido dessas controladas.

2.4. Demonstração do valor adicionado ("DVA")

A apresentação da Demonstração do Valor Adicionado ("DVA"), individual e consolidada, é requerida pela legislação societária brasileira e pelas práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às companhias de capital aberto, e contempla os novos dispositivos do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado. As *Financial Reporting Standards* ("IFRS") não requerem a apresentação da DVA, sendo a mesma considerada como informação suplementar, sem prejuízo do conjunto destas referidas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

A DVA tem como objetivo apresentar informações relativas à riqueza criada pela Companhia e a forma como tais riquezas foram distribuídas.

2.5. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

A preparação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia requer que a Administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos na data base das demonstrações financeiras.

Essas estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relações às estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

Caso haja uma mudança significativa nos fatos e circunstâncias sobre os quais estão baseadas as premissas e estimativas, poderá ocorrer um impacto material sobre os resultados e a situação financeira da Companhia e suas controladas.

As estimativas e premissas contábeis que requerem maior nível de julgamento ou complexidade em sua aplicação estão mencionadas a seguir:

- Valor justo de instrumentos financeiros (Nota 4.1);
- Perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa (Nota 7.2);
- Ativos biológicos (Nota 9.2);
- Ativos imobilizado e intangível, incluindo ágio (Nota 15.2);
- Passivo de arrendamento (Nota 17.2);
- Imposto sobre a renda, contribuição social, outros tributos a pagar e tributos diferidos (Nota 19.2);
- Provisão para demandas judiciais (Nota 22.2);
- Pagamento baseado em ações (Nota 26.2); e
  Reconhecimento de receita na venda de produtos no final do exercício ("*cut off*") (Nota 27.2).

2.6. Base de consolidação

As demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações financeiras da Raízen e das suas controladas. As controladas diretas e indiretas estão listadas a seguir:

	2025		2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
Blueway Trading Importação e Exportação S.A. (“Blueway”)	100%	-	100%	-
Neolubes Indústria de Lubrificantes Ltda. (“Neolubes”)	-	100%	-	100%
Raízen Argentina S.A. (1)	100%	-	100%	-
Raízen Energina S.A. (1)	95%	5%	95%	5%
Deheza S.A. (1)	-	100%	-	100%
Estación Lima S.A. (1)	-	100%	-	100%
Raízen Serviços e Participações S.A. (“Raízen Serviços e Participações”)	100%	-	100%	-
Raízen Paraguay S.A. (8)	-	-	50%	-
Petróleo Sabbá S.A. (“Sabbá”)	80%	-	80%	-
Raízen Mime Combustíveis S.A. (“Raízen Mime”)	76%	-	76%	-
Centroeste Distribuição de Derivados de Petróleo S.A. (“Centroeste Distribuição”)	89%	-	89%	-
Sabor Raíz Alimentação S.A.	69%	-	69%	-
Payly Holding Ltda. (3)	100%	-	100%	-
Payly Instituição de Pagamento S.A. (3)	-	100%	-	100%
Raízen Trading DMCC	100%	-	100%	-
Raízen Energia S.A. (“RESA”) (2)	100%	-	100%	-
Agrícola Ponte Alta Ltda. (“Agrícola Ponte Alta”) (2) / (6)	-	-	-	100%
Benálcool Açúcar e Álcool Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Araraquara Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Barra Ltda. (“Bio Barra”) (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Caarapó Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Costa Pinto Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Gasa S.A. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Jataí Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Maracaí Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Rafard Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Serra Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Tarumã Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Univalem Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Ásia PT Ltd. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Biomassa S.A. (2)	-	82%	-	82%
Raízen Biotecnologia S.A. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Caarapó Açúcar e Álcool Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Fuels Finance S.A. (“Raízen Fuels”) (2)	-	100%	-	100%
Raízen GD Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen International Universal Corp. (2)	-	100%	-	100%
Raízen North América, Inc. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Trading Colombia S.A.S. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Trading LLP (“Raízen Trading”) (2)	-	100%	-	100%
Raízen Trading Netherlands BV (2)	-	100%	-	100%
Raízen Trading S.A. (2)	-	100%	-	100%
Ethos Ergon Global Holdings PTE Ltd.	-	100%	-	100%
Ethos Sustainable Solutions PTE Ltd.	-	100%	-	100%
Raízen-Geo Biogás S.A. (“Biogás”) (2)	-	92%	-	92%
Raízen-Geo Biogás Barra Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen-Geo Biogás Univalem Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Comercializadora de Gás Ltda. (2)	-	100%	-	100%
RWXE Participações S.A. (2)	-	100%	-	100%
RZ Agrícola Caarapó Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Power Comercializadora de Energia Ltda. (“Raízen Power”) (2)	-	100%	-	100%
Raízen-Geo Biogás Paraguaçu Ltda. (2) / (5)	-	-	-	100%
Raízen-Geo Biogás Rafard Ltda. (2) / (5)	-	-	-	100%
Raízen-Geo Biogás Costa Pinto Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen GD Next Participações S.A. (“Raízen GD”) (2)	-	100%	-	100%
Raízen Energia Rio S.A. (2)		100%		100%
Raízen Serviços de O&M Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bio Raízen Energia S.A. (2)	-	100%	-	100%
Bio Raízen Locações de Máquinas e Equipamentos Industriais Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bio Raízen Consultoria em Engenharia Elétrica Ltda. (2)	-	100%	-	100%
CGB Santos Energia Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Microgeração Solar Ltda. (2)	-	100%	-	100%

Continuação

	2025		2024	
	Direta	Indireta	Direta	Indireta
CGS Piancó Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Gera Desenvolvedora S.A. (2)	-	51%	-	51%
Raízen Centro-Sul S.A. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Centro-Sul Paulista S.A. (2)	-	100%	-	100%
Raízen Centro-Sul Comercializadora S.A. (2)	-	100%	-	100%
Geração Bioeletricidade Santa Cândida I S.A. (“Santa Cândida I”) (2) / (4)	-	100%	-	-
Geração Bioeletricidade Santa Cândida II S.A. (“Santa Cândida II”) (2) / (4)	-	100%	-	-
Raízen Comercializadora de Energia Ltda. (2)	-	100%	-	100%
Bioenergia Gasa Holding S.A. (“Bio Gasa Holding”) (2) / (7)	-	53%	-	-
Dunamis Projetos de Energia Fotovoltaica SPE S.A. ("Dunamis") (2) / (9)	-	1%	-	-
UFV Brasília DF GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
RGD Solar Desenvolvimento Ltda. (2)	-	100%	-	100%
CGB Alagoas Energia S.A. (2)	-	60%	-	60%
RGD Biogás Cachoeiro de Itapemirim Ltda. (2)	-	100%	-	100%
RGD Biogás Desenvolvimento Ltda. (2)	-	100%	-	100%
CGS Alagoas Energia Ltda. (2)	-	55%	-	55%
CGH Cachoeira da Fábrica Ltda. (2)	-	100%	-	-
RGD Bioenergia S.A. (2)	-	67%	-	-
RGD Serviços de O&M Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Aurora 1 (2)	-	100%	-	-
UFV Aurora 2 (2)	-	100%	-	-
UFV Aurora 3 (2)	-	100%	-	-
UFV Aurora 4 (2)	-	100%	-	-
UFV Aurora 5 (2)	-	100%	-	-
UFV Aurora 6 (2)	-	100%	-	-
UFV Santa Adélia SP GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Senador Elói RN GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Braúna SP GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV São Luis do Curu 2 CE GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Ibiapina CE GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV São Gonçalo CE GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Arcoverde PE GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
Raízen E2G Solution S.A. (2)	-	100%	-	-
UFV Passira PE GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Buriti dos Lopes PI GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Marataizes ES GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV São Manoel SP GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Guararapes SP GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Candiba BA GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
UFV Paudalho PE GD Ltda. (2)	-	100%	-	-
GOSOLAR UFV I SPE S.A. (2)	-	67%	-	-
GOSOLAR UFV IV SPE S.A. (2)	-	67%	-	-
HP2 SOLAR SPE S.A. (2)	-	67%	-	-
RCL3X FIAGRO – Direitos Creditórios (“FIAGRO”) (10)	-	22%	-	-

(1) Conjuntamente denominada “Raízen Argentina”, todas situadas na Argentina.
(2) Conjuntamente denominada “Raízen Energia e controladas”.
(3) Conjuntamente denominada “Payly”.
(4) Adquirida pela controlada indireta Bio Barra em 31 de maio de 2024 (Nota 33).
(5) Em 30 de setembro de 2024, as empresas Raízen-Geo Biogás Paraguaçu Ltda. e Raízen-Geo Biogás Rafard Ltda. foram dissolvidas por decisão da única sócia Biogás, tendo em vista que desde a constituição das empresas nunca desenvolveram qualquer atividade e a sócia não possui a intenção de operá-las no futuro.
(6) Em 1º de agosto de 2024, a Agrícola Ponte Alta foi incorporada pela Raízen Centro-Sul Comercializadora S.A..
(7) Em 18 de junho de 2024, foi constituída a companhia Bio Gasa Holding, tendo como controladora a Bio Barra.
(8) Em 1º de dezembro de 2024, o percentual de participação detido pela Companhia em relação ao investimento na Raízen Paraguai passou de 50,00% para 42,48%, resultando na perda de controle sobre esse investimento. Vide Nota 13.5.
(9) A partir de 1º de dezembro de 2024, a controlada indireta Raízen Power assumiu o controle econômico da Dunamis, cujos detalhes estão descritos na Nota 13.2.
(10) A controlada RESA detém controle econômico devido à sua exposição significativa aos riscos e benefícios gerados pelas atividades do fundo, razão pela qual os ativos e passivos foram integralmente consolidados, com eliminação dos saldos e transações entre cotista e fundo. A consolidação reflete a essência econômica da estrutura, embora o fundo mantenha sua individualidade jurídica.

Os investimentos em controladas são integralmente consolidados a partir da data da aquisição do controle e continuam a ser consolidadas até a data em que esse controle deixar de existir. As demonstrações financeiras das controladas são elaboradas, geralmente, na mesma data-base de divulgação da Raízen. As políticas contábeis são utilizadas de forma consistentes e, quando necessário, ajustes são efetuados para alinhar as políticas contábeis com as adotadas pela Companhia.
Os saldos e transações oriundas operações entre as companhias consolidadas tais como receitas, despesas e resultados não realizados são totalmente eliminados.

2.7. Sumário das principais políticas contábeis

As políticas contábeis foram aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras e estão apresentadas e resumidas nas notas explicativas da respectiva rubrica, exceto as descritas abaixo:

(a) Transações em moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são reconhecidas inicialmente pelas entidades da Companhia pela taxa da moeda funcional vigente na data da transação ou nas datas da avaliação, quando os itens são remensurados.

Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira são convertidos para moeda R$, utilizando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais e os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão pelas taxas de câmbio ao final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica “Resultado financeiro”, exceto quando qualificadas como *hedge accounting* e, portanto, reconhecidos no patrimônio líquido na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”.

Itens não-monetários que são mensurados pelo custo histórico em moeda estrangeira são convertidos utilizando a taxa de conversão na data inicial da transação. Itens não monetários mensurados ao valor justo em moeda estrangeira, se existentes, são convertidos utilizando as taxas de câmbio em vigor na data em que o valor justo foi determinado.

Ágio e ajustes de valor justo, decorrentes da aquisição de uma entidade no exterior (entidades com moeda funcional diferente da controladora Raízen), são tratados como ativos e passivos da entidade no exterior e convertidos pela taxa de fechamento, e os ajustes resultantes da conversão também são reconhecidos no patrimônio líquido da adquirente na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, como efeitos de conversão de moeda estrangeira.

(b) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiro

A Companhia e suas controladas avaliam anualmente se há indicadores de perda de valor de um ativo. Se esses indicadores são identificados, a Companhia estima o valor recuperável do ativo. O valor recuperável de um ativo é o maior entre: (a) o valor justo menos custos que seriam incorridos para vendê-lo; e (b) o seu valor em uso. Quando necessário, o valor em uso é comumente apurado com base no fluxo de caixa descontado decorrentes do uso contínuo do ativo até o fim da sua vida útil.

Independentemente da existência de indicadores de perda de valor, o ágio e ativos intangíveis com vida útil indefinida, quando existentes, são testados anualmente quanto à recuperabilidade.
Quando o valor contábil de um ativo exceder seu valor recuperável, a perda é reconhecida como despesa operacional na demonstração do resultado.

(c) Instrumentos financeiros – Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

(i) Ativos financeiros

Mensuração

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado: (i) ao custo amortizado; (ii) ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes; ou (iii) ao valor justo por meio do resultado. A reclassificação entre as classes acontece quando ocorrem mudança no modelo de negócios da gestão dos ativos e passivos financeiros.

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se atender ambas as condições a seguir: (i) mantido em modelo de negócio cujo objetivo seja de manter ativos financeiros para receber fluxos de caixa contratuais; e, (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são relativos ao pagamento de principal e juros sobre o valor principal em aberto. Um ativo financeiro é mensurado ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se atender ambas as condições a seguir: (i) mantido em modelo de negócio cujo objetivo seja tanto de recebimento de fluxos de caixa contratuais quanto pela venda de ativos financeiros; e, (ii) seus termos contratuais geram, em datas específicas, fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os ativos financeiros designados como mensurados ao valor justo e aqueles não classificados como mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, conforme descrito acima, são classificados como ao valor justo por meio do resultado. Além disso, os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação do modelo de negócios

A Companhia realiza uma avaliação do modelo de negócio aplicado no gerenciamento de seus ativos financeiros para obtenção dos fluxos de caixa contratuais As informações consideradas incluem: (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira, ou seja, identificar se a estratégia da Administração tem como foco: a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Companhia; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os executivos do negócio são remunerados – por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e, (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais originam, em datas especificas, fluxos de caixa constituídos exclusivamente de pagamento de principal e juros.

Essa avaliação inclui a verificação de termo contratual que poderia alterar o momento ou o valor dos fluxos caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Para a referida análise é considerado: (i) eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; (ii) termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; (iii) o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e, (iv) os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos (por exemplo, baseados na performance de um ativo).

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o “principal” é definido como o valor justo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os “juros” são principalmente definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo, pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período e por outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

Perda no valor recuperável dos ativos financeiros *(impairment)*

Para a avaliação e mensuração da provisão para perdas de crédito esperadas, é adotada como expediente prático uma matriz de perda esperada que considera o agrupamento dos clientes por similaridade nas características de crédito, canal de venda e *rating* (classificação de risco do cliente, mensurada internamente).

A Companhia aplica o modelo de perda de crédito esperada aos ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado, ativos contratuais e instrumentos de dívida mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes.

(ii) Passivos financeiros

São mensurados ao custo amortizado ou ao valor justo por meio do resultado, compreendendo, principalmente, no caso da Companhia, empréstimos e financiamentos, saldos a pagar a fornecedores e partes relacionadas e instrumentos financeiros derivativos.

Os pagamentos de juros de empréstimos e financiamentos, de terceiros e partes relacionadas, são classificados como fluxo de caixa das atividades de financiamento.

(iii) Compensação de instrumentos financeiros – apresentação líquida

Ativos e passivos financeiros são apresentados pelo valor líquido no balanço patrimonial somente se houver um direito legal e executável de compensar os montantes reconhecidos, e se houver a intenção de compensação ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(iv) Desreconhecimento (baixa)

Um ativo financeiro é baixado quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; ou (ii) a Companhia transferir os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumir uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, a um terceiro por força de um acordo de repasse.

A efetiva transferência dos direitos de receber fluxos de caixa de um ativo é obtida quando: (a) a Companhia transfere, substancialmente, todos os riscos e benefícios do ativo, ou (b) a Companhia não transfere nem retém, substancialmente, todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transfere o controle sobre o ativo.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas. Para esses casos o reconhecimento do ativo transferido é realizado na medida do envolvimento contínuo da Companhia com esses instrumentos.

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Além disso, caso um passivo financeiro existente seja substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. Para estes casos, a diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado.

(v) Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *hedge*

Reconhecimento inicial e mensuração subsequente

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos, como contratos a termo de moeda, contratos a termo de *commodities*, opções e *swaps* para fornecer proteção para o risco de variação das taxas de câmbio e de juros, de inflação e dos preços de *commodities.* Estes instrumentos financeiros são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o instrumento é contratado, sendo reavaliados subsequentemente também ao valor justo. São apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes de mudanças no valor justo de derivativos não designados como *hedge accounting* durante o exercício são reconhecidos diretamente na demonstração do resultado (no caso dos instrumentos relacionados a transações operacionais nas rubricas operacionais (por exemplo: receita, custo, despesas) e no caso de instrumentos ligados a operações financeiras, são reconhecidos no resultado financeiro). Para os instrumentos designados como *cash flow hedge* os ganhos e perdas resultantes de mudanças no valor justo dos derivativos são reconhecidos diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial".

Contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*)

Para os fins de contabilidade de *hedge* (*hedge accounting*), existem as seguintes classificações: (i) *hedge* de valor justo: *hedge* para a proteção contra a exposição às alterações no valor justo de ativo ou passivo reconhecido ou de compromisso firme não reconhecido, bem como componente de quaisquer desses itens, que seja atribuível a risco específico e que possa afetar o resultado; (ii) *hedge* de fluxo de caixa: *hedge* da exposição a variação nos fluxos de caixa que seja atribuível a um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável e que possa afetar o resultado; ou, (iii) *hedge* de investimento líquido em operação no exterior numa unidade operacional estrangeira.

No momento da designação, a Companhia classifica e documenta, formalmente, a relação de proteção. A documentação inclui principalmente: (i) a identificação do instrumento de *hedge*; (ii) o item ou transação objeto de *hedge*; (iii) a natureza do risco objeto de *hedge*; (iv) a demonstração da transação estar dentro das políticas e práticas da Administração; (v) a demonstração da correlação do instrumento de *hedge* para fins de compensação à exposição da mudança no valor justo do item objeto de *hedge* ou fluxos de caixa relacionados ao risco objeto de *hedge*; (vi) o caráter altamente provável da transação prevista como objeto do *hedge*, assim como os períodos previstos de transferência dos ganhos ou perdas decorrentes dos instrumentos de *hedge* do patrimônio líquido para o resultado, o objetivo e a estratégia de gestão de risco da Administração; (vii) critérios para a avaliação do efeito do risco de crédito na relação de proteção; e, (viii) métricas para apuração da efetividade, bem como eventuais fontes de ineficácia.

A Companhia possui designações formais para a contabilidade de *hedge* às seguintes estruturas:

- *Hedge* de fluxo de caixa

A parte eficaz do ganho ou perda do instrumento de *hedge* é reconhecida diretamente no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial", enquanto a parte ineficaz do *hedge* é reconhecida imediatamente no resultado do exercício.

Os valores contabilizados em outros resultados abrangentes são transferidos para a demonstração do resultado quando a transação objeto de *hedge* afetar o resultado, por exemplo, quando a receita ou despesa objeto de *hedge* for reconhecida ou quando uma venda prevista ocorrer. Caso o item objeto de *hedge* for o custo de um ativo ou passivo não financeiro, os valores contabilizados no patrimônio líquido são transferidos ao valor contábil inicial desse ativo ou passivo. Caso a ocorrência da transação prevista ou compromisso firme não for mais esperada, os valores anteriormente reconhecidos no patrimônio líquido são transferidos para a demonstração do resultado. Se o instrumento de *hedge* expirar ou for vendido, encerrado ou exercido sem substituição ou rolagem, ou se a sua classificação como *hedge* for revogada, os ganhos ou perdas anteriormente reconhecidas no resultado abrangente permanecem no patrimônio líquido até que a transação prevista ou compromisso firme afetem o resultado. As relações de *hedge* de fluxo de caixa das exportações ou importações futuras altamente prováveis são consideradas como relações de proteções contínuas e se qualificam para contabilização de *hedge*.

- *Hedge* de investimento líquido em entidade no exterior

Hedge de investimento líquido em operações no exterior é contabilizado por similaridade ao *hedge* de fluxo de caixa. Qualquer ganho ou perda do instrumento de *hedge* relacionado a parcela efetiva do *hedge* é reconhecido no patrimônio líquido, na rubrica "Ajustes de avaliação patrimonial". O ganho ou perda relacionado a parcela não efetiva é imediatamente reconhecido no resultado do exercício. Ganhos e perdas acumulados no patrimônio líquido são incluídos no resultado do exercício, quando o investimento no exterior for realizado ou vendido.

- *Hedge* de valor justo de determinados passivos financeiros

A Companhia designa determinadas dívidas (Nota 18.6) como item de proteção em relações de *hedge* de valor justo. O valor contábil dessas dívidas é ajustado para incluir as alterações no valor justo do risco protegido, com objetivo de eliminar ou reduzir significativamente inconsistências na mensuração que, de outra forma, resultariam no reconhecimento de ganhos e perdas sobre os empréstimos e financiamentos em bases distintas.

A contrapartida dos ajustes de *hedge* de valor justo sobre empréstimos e financiamentos é reconhecida na rubrica "Resultado financeiro", como "Valor justo de instrumentos financeiros passivos" e são classificadas no grupo "Receitas Financeiras" ou "Despesas financeiras".

- *Hedge* de valor justo de estoque

A controladora Raízen designa a valor justo o estoque de derivados com derivativos atrelados, cujos detalhes estão descritos na Notas 4.6 e 8.

Avaliação dos testes de efetividade

Existe uma relação econômica entre os itens protegidos e os instrumentos de *hedge*, uma vez que os instrumentos são contratados com as mesmas características das operações designadas como objeto de *hedge*. A Companhia estabeleceu um índice de cobertura 1:1, para as relações designadas para a contabilidade de *hedge*. Esse parâmetro foi estabelecido considerando que o risco subjacente dos instrumentos de proteção é semelhante aos riscos protegidos.

Para testar a efetividade do *hedge*, a Companhia utiliza o método do derivativo hipotético para as estruturas de *hedge* de fluxo de caixa e análise qualitativa, via comparação dos termos críticos, ou quantitativa, conforme aplicável, para as estruturas de *hedge* de valor justo, comparando as mudanças no valor justo dos instrumentos de *hedge* com as mudanças no valor justo dos itens protegidos atribuíveis aos riscos protegidos.

As fontes de inefetividade de *hedge* podem ser oriundas de: (i) diferenças no *timing* dos fluxos de caixa dos itens protegidos e dos instrumentos de *hedge*; (ii) índices diferentes (e, consequentemente, curvas diferentes) associados ao risco protegido dos itens cobertos e instrumentos de *hedge*; e, (iii) alterações na quantia prevista de fluxos de caixa de itens protegidos e instrumentos de *hedge*.

(d) CBIO

A Companhia é distribuidora de combustíveis fósseis e possui metas de compensação de emissões de carbono na atmosfera mediante aquisição e posterior retirada definitiva de circulação do CBIO (aposentadoria), conforme normas estabelecidas pela Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis ("ANP") e Ministério de Minas e Energia nos termos da nova Política Nacional de Biocombustíveis.

A Companhia classifica os créditos de CBIO comprados como um ativo financeiro mensurado ao valor justo por meio do resultado, inclusive aqueles emitidos pela certificação da produção de biocombustíveis à RESA e suas controladas. O reconhecimento é realizado na rubrica "Outros créditos", no ativo circulante, e a mensuração inicial é realizada com base no preço de aquisição do CBIO e/ou certificação (no caso das produtoras) em contrapartida ao resultado operacional. As metas estabelecidas e publicadas pela ANP vigoram até dezembro de cada ano e são registradas pela Companhia como provisão na rubrica "Outras obrigações", no passivo circulante, em contrapartida ao resultado operacional.

Os pagamentos para compra dos créditos de CBIO, são classificados nos fluxos de caixa das atividades operacionais, como variação dos ativos e passivos, em linha específica.

(j) Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada *(constructive obligation)* como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar a obrigação; e, (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

(k) Questões ambientais

A Companhia reduz os riscos associados a questões ambientais por meio de procedimentos e controles operacionais e investimentos em equipamentos e sistemas de controle da poluição. A Companhia reconhece provisão para perda com gastos ambientais, reconhecidos na rubrica "Outras obrigações", na medida em que seja necessário realizar remediação ambiental do dano causado.

2.8. Impactos das novas CPC/IFRS e ICPC/IFRIC nas demonstrações financeiras

As seguintes alterações e aprimoramentos de normas foram aplicados pela primeira vez pela Raízen para o exercício iniciado em 1º de abril de 2024:

Alteração da norma IFRS 16: Passivos de arrendamento mercantil em uma venda e arrendamento mercantil de retorno: Esclarece aspectos a serem considerados para tratamento de uma transferência de ativo como venda.

Alteração da norma IAS 1 – Passivo Não Circulante com *Covenants*: Esclarece aspectos de classificações separadas no balanço patrimonial de ativos e passivos circulantes e não circulantes, estabelecendo a apresentação com base na liquidez quando fornece informações confiáveis e mais relevantes.

Revisão do Pronunciamento Técnico CPC 09 (R1) – Demonstração do Valor Adicionado (DVA): Introduziu determinadas mudanças com o objetivo alinhar as práticas contábeis nacionais e internacionais, trazendo maior clareza e detalhamento sobre a geração e distribuição de riqueza. Essa revisão gerou impactos imateriais no exercício comparativo da DVA entre componentes da riqueza criada (receita e insumos adquiridos de terceiros), sem afetar o valor adicionado líquido produzido pela Companhia.

Demais alterações e aprimoramentos mencionados acima não tiveram impactos significativos para a Companhia.

2.9. Novas CPC/IFRS e Interpretações do ICPC/IFRIC (Comitê de interpretações de informação financeira do IASB) aplicáveis às demonstrações financeiras

As seguintes alterações de normas foram emitidas pelo IASB, mas não estão em vigor para o exercício findo em 31 de março de 2025. A Companhia decidiu não adotar antecipadamente nenhuma outra norma, interpretação ou alteração que tenham sido emitidas, mas ainda não estejam vigentes.

Alteração da norma IAS 12 – Imposto de renda: Esclarece aspectos relacionados ao reconhecimento e divulgação de impostos diferidos ativos e passivos relacionados as regras do Pilar Dois publicadas pela Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE). Esta alteração de norma é efetiva para exercícios que se iniciaram em/ou após 1º de janeiro de 2024, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2024.
É fato que em todos os países nos quais a Companhia possui atividades industriais e comerciais relevantes, as entidades controladas são tributadas por alíquotas nominais de tributos sobre o lucro superiores a 15%, exceto pela operação em Dubai cuja alíquota é de 10%. No Brasil foram publicadas a Lei 15.079/24 e a Instrução Normativa RFB nº 2.245/24 em dezembro de 2024, a fim de adaptar a legislação tributária brasileira às regras da OCDE a partir de 1º de janeiro de 2025, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2025.

Assim, a Companhia não tem expectativa de exposição significativa a efeitos de Pilar 2 em nenhuma das jurisdições nas quais mantém operação, e consequentemente, não espera impactos significativos em suas demonstrações financeiras em função da referida alteração, não havendo exceções a serem aplicadas e divulgadas.

Alteração da norma IAS 21 – Falta de conversibilidade: Esclarece aspectos relacionados ao tratamento contábil e divulgação quando uma moeda tiver falta de conversibilidade em outra moeda. Esta alteração na norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2025, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2025.

Créditos de Carbono (tCO2e), Permissões de emissão (*allowances*) e Crédito de Descarbonização (CBIO) – OCPC 10: A orientação técnica introduz os requisitos básicos de reconhecimento, mensuração e evidenciação, a serem observados pelas entidades na originação e aquisição para cumprimento de metas de descarbonização (aposentadoria) ou negociação. O OCPC10 estará vigente a partir de 1° de janeiro de 2025, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2025.

Emissão da norma IFRS 18 – Apresentação e divulgação das demonstrações financeiras: Introduz novos requerimentos para apresentação da demonstração do resultado, requer divulgação sobre medidas de desempenho definidas pela Administração e inclui novos requisitos sobre agregação e desagregação das informações nas demonstrações financeiras. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2027.

Emissão da norma IFRS 19 – Subsidiárias sem Obrigação Pública de Prestação de Contas – Divulgações: Esta nova norma permite que certas subsidiárias elegíveis de entidades controladoras que reportam sob IFRS apliquem requisitos de divulgação reduzidos. Esta norma é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2027, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2027.

Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros: As alterações buscam esclarecer a data de reconhecimento e desreconhecimento de alguns ativos e passivos financeiros; trazem orientações adicionais para avaliar se um ativo financeiro atende aos critérios de pagamentos de principal e juros; adicionam novas divulgações para determinados instrumentos; e atualizam as divulgações para instrumentos patrimoniais designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2026.

Alteração das normas IFRS 9 e IFRS 7 – Instrumentos Financeiros: Evidenciação: Evidenciação para esclarecer e adicionar alguns requisitos, incluindo divulgações, relacionados a determinados contratos de compra de energia. Esta alteração nas normas é efetiva para exercícios iniciando em/ou após 1º de janeiro de 2026, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2026.

IFRS S1 – *General Requirements for Disclosure of Sustainability – related Financial Information* e IFRS S2 – *Climate-related Disclosures* Fornecem novos requerimentos de divulgação sobre, respectivamente, riscos e oportunidades relacionados à sustentabilidade e divulgações especificas relacionadas ao clima. A CVM aprovou a resolução que estabelece a opção voluntária da divulgação de relatórios de informações financeiras relacionadas à sustentabilidade, para companhias abertas, fundos de investimentos e companhias securitizadoras, a partir dos exercícios iniciados em, ou após, 1º de janeiro de 2024. A Companhia está avaliando os potenciais impactos decorrentes dessas normas, cuja adoção é requerida para os exercícios iniciados em ou após 1º de janeiro de 2026, no caso da Companhia, a partir de 1º de abril de 2026.

A Companhia está atualmente revisitando as divulgações das políticas contábeis para confirmar que estão consistentes com as alterações requeridas. Entretanto, não são esperados impactos significativos para a Companhia em função das alterações mencionadas acima.

Não há outras normas IFRS/CPC ou interpretações IFRIC/ICPC, aplicáveis à Raízen, que ainda não entraram em vigor que poderiam ter impacto significativo sobre as demonstrações financeiras da Companhia.

2.10. Reforma tributária

Em 20 de dezembro de 2023, foi promulgada a Emenda Constitucional nº 132 ("EC nº 132"), que estabelece a Reforma Tributária ("Reforma") sobre o consumo. Vários temas, inclusive as alíquotas dos novos tributos, ainda estão pendentes de regulamentação por Leis Complementares ("LC"), que deverão ser encaminhadas para avaliação do Congresso Nacional no prazo de 180 dias, contados a partir da promulgação da EC nº 132.

O modelo da Reforma está baseado no Imposto sobre Valor Agregado repartido ("IVA dual") em duas competências, uma Federal (Contribuição sobre Bens e Serviços ("CBS")) e uma subnacional (Imposto sobre Bens e Serviços ("IBS")), que substituirá as tributações por meio do Programa de Integridade Social ("PIS"), Contribuição para Financiamento da Seguridade Social ("COFINS"), Impostos sobre circulação de mercadorias e prestação de serviços ("ICMS") e Imposto Sobre Serviços ("ISS"). Foi criado também um Imposto Seletivo ("IS"), de competência Federal, que incidirá sobre a produção, extração, comercialização ou importação de bens e serviços prejudiciais à saúde e ao meio ambiente, nos termos das LC.

Em 16 de janeiro de 2025 foi sancionado o Projeto de Lei Complementar ("PLP") 68/2024, convertido na Lei Complementar 214/25, que regulamentou parte da Reforma.

Embora a regulamentação e instituição do Comitê Gestor do IBS tenha sido inicialmente tratada no PLP nº 108/2024, segundo projeto de regulamentação da Reforma, que ainda será apreciado pelo Senado Federal, parte da tratativa já foi incorporada ao PLP nº 68/2024, aprovado como acima mencionado que, entre outras previsões, determinou a instituição, até 31 de dezembro de 2025, do referido Comitê, responsável pela administração do referido imposto.

Haverá um período de transição de 2026 até 2032, em que os dois sistemas tributários – antigo e novo – coexistirão. Os impactos da Reforma na apuração dos tributos acima mencionados, a partir do início do período de transição, somente serão plenamente conhecidos quando da finalização do processo de regulamentação dos temas pendentes por lei complementar. Consequentemente, não há qualquer efeito da Reforma nas demonstrações financeiras do exercício findo em de 31 de março de 2025.

3. Informações por segmento

3.1 Política contábil

Um segmento operacional é um componente da Companhia que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos operacionais são revistos frequentemente pelo Presidente da Companhia (CEO) e pelo Conselho de Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual informações financeiras individualizadas estão disponíveis.

Em novembro de 2024, passou a vigorar a composição da nova diretoria executiva aprovada pelo Conselho de Administração em 21 de outubro de 2024. Como resultado da sucessão de posições na gestão da Companhia e pelas mudanças estratégicas focada na geração de valor aos acionistas e na otimização de nossa estrutura de capital, as decisões passaram a ser direcionadas para a busca de uma maior eficiência operacional e para revisão do portfólio de ativos, com o objetivo de acelerar o processo de simplificação e otimização da Companhia, reforçando o *core business* através dos seguintes segmentos operacionais: (i) Distribuição de combustíveis, (ii) Produção e venda de Etanol (primeira geração ("E1G") e segunda geração ("E2G")), Açúcar e Bioenergia ("EAB") e (iii) Outros segmentos. Dessa forma, a Companhia reapresentou as informações por segmento anteriormente reportadas para o exercício findo em 31 de março de 2024.

- Distribuição de combustíveis (anteriormente denominado "Mobilidade"): Refere-se, principalmente, as atividades de negociação e comercialização de combustíveis fósseis e renováveis e lubrificantes, através de uma rede franqueada de postos de serviços sob a marca Shell em todo território nacional e na América Latina, operando na Argentina e no Paraguai. A Raízen Paraguai deixou de ser consolidada pela Companhia a partir de 1º de dezembro de 2024 (Nota 13).

- EAB (anteriormente denominados e segmentados como "Açúcar" e "Renováveis"): Refere-se as atividades de negócios de: (a) produção, comercialização, originação e *trading* de etanol e açúcar; (b) produção e comercialização de bioenergia; (c) revenda e *trading* de energia elétrica e (d) produção e comercialização de outros produtos renováveis (energia solar e biogás). Tais atividades foram agregadas em um único segmento, uma vez que seus produtos e serviços são provenientes de fontes renováveis, utilizam tecnologias similares e apresentam sinergia em seu processo de produção e distribuição. A combinação estas atividades resultam no portfólio de energia limpa e descarbonização oferecidos pela Companhia.

- Outros segmentos: Refere-se a: (i) negócios não relacionados ao *core business* da Companhia, tais como: lojas de conveniência e de proximidade, produtos e serviços financeiros e outras operações portuárias; e, (ii) resultados não alocados a segmentos específicos, tais como despesas gerais e administrativas das áreas corporativas, resultado financeiro, imposto sobre a renda e contribuição social, dado que não são considerados partes de um segmento operacional.

3.2 Resultado operacional por segmento

O desempenho dos segmentos é avaliado com base no resultado operacional e essas informações são elaboradas com base em itens atribuíveis diretamente ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis. Durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, o resultado operacional por segmento, considerando o atual posicionamento da Companhia, foi determinado como apresentado abaixo:

	2025							
	Segmentos reportáveis							
	Distribuição de combustíveis							
	Brasil	Argentina e Paraguai (2)	Total	EAB	Outros segmentos	Total segmentado	Eliminações (1)	Consolidado
Receita operacional líquida	165.931.748	28.128.866	194.060.614	65.094.040	5.021	259.159.675	(3.891.221)	255.268.454
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(160.132.072)	(25.080.444)	(185.212.516)	(62.119.533)	(2.646)	(247.334.695)	3.903.034	(243.431.661)
Lucro bruto	5.799.676	3.048.422	8.848.098	2.974.507	2.375	11.824.980	11.813	11.836.793
Despesas com vendas	(2.833.718)	(1.435.471)	(4.269.189)	(2.553.727)	(2.179)	(6.825.095)	5.390	(6.819.705)
Despesas gerais e administrativas	(692.171)	(407.949)	(1.100.120)	(975.878)	(496.723)	(2.572.721)	-	(2.572.721)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	1.297.101	278.089	1.575.190	505.949	(222)	2.080.917	(4.116)	2.076.801
Resultado da equivalência patrimonial	4.275	21.029	25.304	-	(230.131)	(204.827)	-	(204.827)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	3.575.163	1.504.120	5.079.283	(49.149)	(726.880)	4.303.254	13.087	4.316.341
Resultado financeiro	-	-	-	-	(7.462.591)	(7.462.591)	-	(7.462.591)
Imposto sobre a renda e contribuição social	-	-	-	-	(1.030.701)	(1.030.701)	-	(1.030.701)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	3.575.163	1.504.120	5.079.283	(49.149)	(9.220.172)	(4.190.038)	13.087	(4.176.951)
Outras informações selecionadas:								
Depreciação e amortização	(638.351)	(884.616)	(1.522.967)	(7.823.945)	(5.296)	(9.352.208)	-	(9.352.208)
Amortização de ativos de contratos com clientes	(558.001)	(54.226)	(612.227)	-	-	(612.227)	-	(612.227)
Perda decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquida de realização	-	-	-	(801.696)	-	(801.696)	-	(801.696)
Adições aos ativos biológicos (base caixa)	-	-	-	2.065.121	-	2.065.121	-	2.065.121
Aquisição de ativos imobilizado e intangível (base caixa)	662.487	1.209.989	1.872.476	7.511.676	7.902	9.392.054	-	9.392.054

(1) As eliminações correspondem, principalmente, a operações intersegmentos e resultados não realizados entre negócios.

(2) Inclui resultado da Raízen Paraguai referente ao período de 1º abril a 30 de novembro de 2024, quando deixou de ser consolidada (Nota 13.5). Dessa forma, o resultado da equivalência patrimonial atribuída à Raízen Paraguai, passou a ser considerado no referido segmento.

	2024 (Reapresentado)							
	Segmentos reportáveis							
	Distribuição de combustíveis							
	Brasil	Argentina e Paraguai	Total	EAB	Outros segmentos	Total segmentado	Eliminações (1)	Consolidado
Receita operacional líquida	148.310.393	24.279.899	172.590.292	51.932.267	3.873	224.526.432	(4.072.193)	220.454.239
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(141.102.664)	(21.333.213)	(162.435.877)	(46.177.179)	(1.829)	(208.614.885)	3.884.243	(204.730.642)
Lucro bruto	7.207.729	2.946.686	10.154.415	5.755.088	2.044	15.911.547	(187.950)	15.723.597
Despesas com vendas	(2.553.231)	(1.184.635)	(3.737.866)	(2.376.100)	(1.029)	(6.114.995)	5.471	(6.109.524)
Despesas gerais e administrativas	(730.404)	(357.128)	(1.087.532)	(1.423.486)	(371.854)	(2.882.872)	-	(2.882.872)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	955.733	462.352	1.418.085	33.198	-	1.451.283	(3.427)	1.447.856
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	(252.430)	(252.430)	-	(252.430)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do imposto sobre a renda e da contribuição social	4.879.827	1.867.275	6.747.102	1.988.700	(623.269)	8.112.533	(185.906)	7.926.627
Resultado financeiro	-	-	-	-	(6.314.539)	(6.314.539)	-	(6.314.539)
Imposto sobre a renda e contribuição social	-	-	-	-	(997.955)	(997.955)	-	(997.955)
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	4.879.827	1.867.275	6.747.102	1.988.700	(7.935.763)	800.039	(185.906)	614.133
Outras informações selecionadas:								
Depreciação e amortização	(714.669)	(733.826)	(1.448.495)	(7.753.193)	(3.547)	(9.205.235)	-	(9.205.235)
Amortização de ativos de contratos com clientes	(609.053)	(58.417)	(667.470)	-	-	(667.470)	-	(667.470)
Ganho decorrente de mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquido de realização	-	-	-	29.671	-	29.671	-	29.671
Adições aos ativos biológicos (base caixa)	-	-	-	1.954.864	-	1.954.864	-	1.954.864
Aquisição de ativos imobilizado e intangível (base caixa)	863.877	1.095.704	1.959.581	8.154.499	7.216	10.121.296	-	10.121.296

(1) As eliminações correspondem, principalmente, a operações intersegmentos e resultados não realizados entre negócios.

A Companhia acompanha a receita operacional líquida consolidada nos mercados interno e externo e por produto, a seguir:

	2025	2024
Mercado interno	169.419.936	154.027.245
Mercado externo	89.739.739	70.499.187
Eliminações	(3.891.221)	(4.072.193)
Receita operacional líquida	255.268.454	220.454.239
Segmentos reportáveis		
Distribuição de combustíveis – Brasil		
Diesel	94.296.057	80.489.023
Gasolina	50.972.635	49.509.032
Etanol	10.972.643	8.798.195
Combustível de aviação	5.963.278	6.031.875
Óleo combustível	1.005.377	848.430
Lubrificantes	2.548.327	2.411.556
Outros	173.431	222.282
	165.931.748	148.310.393
Distribuição de combustíveis – Argentina		
Diesel	9.500.437	7.836.619
Gasolina	8.942.105	6.944.019
Combustível de aviação	1.682.620	1.614.932
Óleo combustível	2.446.597	2.235.633
Lubrificantes	1.149.118	1.140.543
Outros	1.510.089	1.169.111
	25.230.966	20.940.857
Distribuição de combustíveis – Paraguai (1)		
Diesel	2.191.378	2.355.512
Gasolina	699.729	970.422
Etanol	6.793	13.108
	2.897.900	3.339.042
EAB		
Etanol	18.053.458	16.162.668
Açúcar	36.820.120	30.865.885
Energia	8.049.949	3.760.872
Outros	2.170.513	1.142.842
	65.094.040	51.932.267
Outros segmentos	5.021	3.873
Eliminações	(3.891.221)	(4.072.193)
Total	255.268.454	220.454.239

(1) Inclui receitas da Raízen Paraguai referente ao período de 1º abril a 30 de novembro de 2024, quando deixou de ser consolidada pela Companhia (Nota 13.5).

Geograficamente, as receitas operacionais líquidas consolidadas são apresentadas a seguir:

	2025	2024
Brasil	169.419.936	154.027.245
Argentina	28.311.426	23.657.776
Paraguai	6.464.729	3.339.041
América Latina, exceto Brasil, Argentina e Paraguai	1.889.828	3.922.561
América do Norte	15.880.159	12.713.051
Asia	19.187.960	17.720.747
Europa	14.914.380	6.121.332
Outros	3.091.257	3.024.679
	259.159.675	224.526.432
Eliminações	(3.891.221)	(4.072.193)
Total	255.268.454	220.454.239

Nenhum cliente ou grupo específico representou 10% ou mais da receita operacional líquida consolidada nos exercícios reportados.

3.3 Ativos operacionais por segmento

Os ativos do segmento "Distribuição de combustíveis" são alocados geograficamente, compreendendo Brasil, Argentina e Paraguai, enquanto os ativos da RESA e suas controladas são utilizados igualmente para a produção de etanol, açúcar e renováveis, nos bioparques localizados no Brasil, conforme apresentados a seguir:

	2025						
	Segmentos reportáveis						
	Distribuição de combustíveis						
	Brasil	Argentina	Paraguai	Total	EAB	Outros segmentos	Consolidado
Investimentos	251.153	-	515.507	766.660	-	1.266.994	2.033.654
Imobilizado	3.123.221	7.414.072	-	10.537.293	28.594.271	55	39.131.619
Intangível	2.755.325	594.473	-	3.349.798	2.750.060	90.720	6.190.578
Direito de uso	398.987	575.734	-	974.721	8.666.789	-	9.641.510
Total do ativo alocado por segmento	6.528.686	8.584.279	515.507	15.628.472	40.011.120	1.357.769	56.997.361
Outros ativos circulante e não circulante	-	-	-	-	-	84.002.317	84.002.317
Total do ativo	6.528.686	8.584.279	515.507	15.628.472	40.011.120	85.360.086	140.999.678
Total do passivo	-	-	-	-	-	(122.823.740)	(122.823.740)
Total dos ativos (passivos) líquidos	6.528.686	8.584.279	515.507	15.628.472	40.011.120	(37.463.654)	18.175.938

	2024 (Reapresentado)						
	Segmentos reportáveis						
	Distribuição de combustíveis						
	Brasil	Argentina	Paraguai	Total	EAB	Outros segmentos	Consolidado
Investimentos	-	-	-	-	-	1.317.517	1.317.517
Imobilizado	2.973.593	5.846.344	18.021	8.837.958	24.022.602	92	32.860.652
Intangível	2.801.692	536.525	329.263	3.667.480	2.769.485	88.086	6.525.051
Direito de uso	501.612	281.399	-	783.011	9.483.831	-	10.266.842
Total do ativo alocado por segmento	6.276.897	6.664.268	347.284	13.288.449	36.275.918	1.405.695	50.970.062
Outros ativos circulante e não circulante	-	-	-	-	-	77.213.248	77.213.248
Total do ativo	6.276.897	6.664.268	347.284	13.288.449	36.275.918	78.618.943	128.183.310
Total do passivo	-	-	-	-	-	(106.057.746)	(106.057.746)
Total dos ativos (passivos) líquidos	6.276.897	6.664.268	347.284	13.288.449	36.275.918	(27.438.803)	22.125.564

4. Instrumentos financeiros

4.1. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Quando o valor justo de ativos e passivos financeiros apresentados no balanço patrimonial não puder ser obtido de mercados ativos, este é determinado utilizando técnicas de avaliação, incluindo o método de fluxo de caixa descontado. Os dados para esses métodos se baseiam naqueles praticados no mercado quando isto é possível. Contudo, quando isso não for viável, um determinado nível de julgamento é requerido para estabelecer o valor justo. O julgamento inclui considerações sobre os dados utilizados como, por exemplo, risco de liquidez, risco de crédito e volatilidade. Mudanças nas premissas sobre esses fatores podem afetar o valor justo apresentado dos instrumentos financeiros.

4.2. Visão geral

A Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos de suas operações as quais são equalizadas e administradas por meio de determinados instrumentos financeiros: (i) Risco de mercado (preço de *commodities*, taxas de câmbio, juros e inflação); (ii) Risco de crédito; e, (iii) Risco de liquidez.

Essa nota explicativa apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco e o gerenciamento de capital da Companhia no nível consolidado.

4.3. Estrutura do gerenciamento de risco

A Companhia possui políticas especificas de tesouraria e *trading* que definem um direcionamento para gerenciamento de riscos, nunca operando com derivativos além do nocional total do ativo ou passivo adjacente. Dessa forma, a Companhia contrata instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, realizada por meio de uma análise da exposição ao risco para os quais a Administração busca cobertura.

Para monitoramento das atividades e asseguração do cumprimento das políticas, a Companhia possui os seguintes principais comitês: (i) Comitê de Riscos, que se reúne semanalmente para analisar o comportamento do mercado de commodities (açúcar e derivados de petróleo) e de câmbio com o objetivo de deliberar sobre as posições de cobertura e estratégia de fixação de preços das exportações ou importações de produtos, visando reduzir os efeitos adversos de mudanças nos preços das *commodities* e nas taxas de câmbio; e, (ii) Comitê do Etanol e Derivados, que se reúne mensalmente visando avaliação dos riscos ligados a comercialização de etanol e derivados de petróleo e adequação aos limites definidos nas políticas de risco.

Em 31 de março de 2025 e 2024, os valores justos relacionados às transações envolvendo instrumentos financeiros derivativos com objetivo de proteção estão apresentados a seguir:

	Controladora				Consolidado			
	Nocional		Valor justo		Nocional		Valor justo	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Risco de preço de *commodities*								
Derivativos de *commodities*								
Contratos futuros	956.699	562.480	(62.385)	(10.147)	31.652.752	27.815.490	1.493.359	1.798.373
	956.699	562.480	(62.385)	(10.147)	31.652.752	27.815.490	1.493.359	1.798.373
Risco de taxa de câmbio								
Derivativo de taxa de câmbio								
Contratos futuros	(118.002)	157.630	(1.142)	(794)	(56.216)	59.755	(929)	(1.254)
Termo de câmbio	(5.878.879)	(7.884.477)	(141.954)	84.811	(9.502.653)	8.234.534	(620.027)	180.323
Swap de câmbio	(9.954.104)	(4.846.314)	493.172	(184.527)	(28.759.051)	(15.338.334)	698.460	(180.239)
	(15.950.985)	(12.573.161)	350.076	(100.510)	(38.317.920)	(7.044.045)	77.504	(1.170)
Risco de taxa de juros e inflação								
Swap de juros	(1.500.000)	(1.702.884)	(52.443)	64.379	(9.665.653)	(10.286.046)	8.819	805.612
Swap de inflação	-	-	-	-	(2.871.776)	(10.056.661)	(35.192)	(129.721)
	(1.500.000)	(1.702.884)	(52.443)	64.379	(12.537.429)	(20.342.707)	(26.373)	675.891
Total			235.248	(46.278)			1.544.490	2.473.094
Ativo circulante			182.542	339.510			6.228.810	6.785.291
Ativo não circulante			547.282	143.233			3.854.313	2.611.028
Total do ativo			729.824	482.743			10.083.123	9.396.319
Passivo circulante			(286.799)	(111.844)			(6.003.474)	(5.006.683)
Passivo não circulante			(207.777)	(417.177)			(2.535.159)	(1.916.542)
Total do passivo			(494.576)	(529.021)			(8.538.633)	(6.923.225)
Total			235.248	(46.278)			1.544.490	2.473.094

4.4. Risco de preço (Consolidado)

Decorre da possibilidade de oscilação dos preços de mercado dos produtos comercializados, principalmente açúcares tipo *Very High Polarization* ("VHP"), refinado e branco, diesel (*heating oil*), gasolina, etanol, energia elétrica e petróleo (*crude oil)*. Essas oscilações de preços podem provocar alterações substanciais nas receitas de vendas e custos. Para mitigar esse risco, a Companhia monitora permanentemente o mercado, buscando antecipar-se a movimentos de preços.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui contratadas as operações descritas a seguir:

Risco de preço: derivativos de *commodities* em aberto em 31 de março de 2025								
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (unidades)		Nocional (R$ mil)	Valor justo (R$ mil)
Futuro	Vendido	ICE	*Sugar#11*	abr/25 a fev/27	15.028.468	t	35.184.827	482.963
Futuro	Vendido	NYSE LIFFE	*Sugar#5*	abr/25 a set/25	108.700	t	328.099	(4.149)
Futuro	Vendido	OTC	*Sugar#11*	abr/25 a fev/27	1.953.606	t	4.374.571	(258.166)
Opção	Vendido	ICE	*Sugar#11*	abr/25 a fev/27	328.438	t	743.000	(34.013)
Opção	Vendido	OTC	*Sugar#11*	abr/25	2.388	t	6.088	(764)
Subtotal de futuro de açúcar vendido					17.421.600		40.636.585	185.871
Futuro	Comprado	ICE	*Sugar#11*	abr/25 a fev/27	(15.502.454)	t	(32.962.943)	152.381
Futuro	Comprado	NYSE LIFFE	*Sugar#5*	abr/25 a set/25	(90.450)	t	(283.272)	(5.709)
Futuro	Comprado	OTC	*Sugar#11*	abr/25 a abr/26	(101.700)	t	(120.338)	2.960
Opção	Comprado	ICE	*Sugar#11*	abr/25 a fev/27	(300.496)	t	(623.601)	34.574
Subtotal de futuro de açúcar comprado					(15.995.100)		(33.990.154)	184.206
Physical fixed	Vendido	ICE	*Sugar#11*	abr/25 a jan/31	14.189.869	t	30.096.965	125.718
Physical fixed	Vendido	NYSE LIFFE	*Sugar#5*	abr/25 a jun/25	92.845	t	292.738	15.395
Subtotal de *physical fixed* de açúcar vendido					14.282.714		30.389.703	141.113
Physical fixed	Comprado	ICE	*Sugar#11*	abr/25 a dez/28	(6.730.099)	t	(10.944.673)	(28.073)
Physical fixed	Comprado	NYSE LIFFE	*Sugar#5*	abr/25 a fev/28	(505.476)	t	(1.274.874)	(28.413)
Subtotal de *physical fixed* de açúcar comprado					(7.235.575)		(12.219.547)	(56.486)
Subtotal de futuro de açúcar vendido, líquido					8.473.639		24.816.587	454.704

Risco de preço: derivativos de *commodities* em aberto em 31 de março de 2025 (continuação)

Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (unidades)		Nocional (R$ mil)	Valor justo (R$ mil)
Futuro	Vendido	B3	Etanol	abr/25 a mar/26	60.810	m³	167.839	(1.285)
Futuro	Vendido	NYMEX	Etanol	abr/25 a mar/26	256.841	m³	856.716	(17.819)
Futuro	Vendido	ICE	Etanol	abr/25 a dez/25	154.000	m³	606.766	(11.883)
Futuro	Vendido	OTC	Etanol	abr/25 a dez/25	2.210	m³	22.802	(2.213)
Subtotal de futuro de etanol vendido					473.861		1.654.123	(33.200)
Futuro	Comprado	B3	Etanol	abr/25 a mar/26	(126.990)	m³	(346.805)	2.227
Futuro	Comprado	NYMEX	Etanol	abr/25 a mar/26	(248.260)	m³	(738.639)	1.797
Futuro	Comprado	ICE	Etanol	abr/25 a dez/25	(111.400)	m³	(446.374)	36
Futuro	Comprado	OTC	Etanol	abr/25 a dez/25	(7)	m³	(4.558)	(469)
Subtotal de futuro de etanol comprado					(486.657)		(1.536.376)	3.591
Physical fixed	Vendido	CHGOETHNL	Etanol	abr/25 a dez/26	375.658	m³	1.238.227	58.865
Physical fixed	Comprado	CHGOETHNL	Etanol	abr/25 a fev/26	(424.858)	m³	(1.309.911)	(12.555)
Subtotal de *physical fixed* de etanol comprado, líquido					(49.200)		(71.684)	46.310
Subtotal de futuro de etanol comprado, líquido					(61.996)		46.063	16.701
Futuro	Vendido	NYMEX	Gasolina	abr/25	204.792	m³	685.188	(26.373)
Futuro	Comprado	NYMEX	Gasolina	abr/25	(7.791)	m³	(26.389)	681
Subtotal de futuro de gasolina vendido, líquido					197.001		658.799	(25.692)
Futuro	Vendido	NYMEX	*Heating oil*	abr/25 a mai/26	616.635	m³	1.107.645	(20.920)
Futuro	Vendido	ICE	*Heating oil*	abr/25 a dez/25	727.415	m³	2.417.183	(23.766)
Futuro	Vendido	OTC	*Heating oil*	abr/25 a jul/25	69.139	m³	6.240	(12.702)
Opção	Vendido	ICE	*Heating oil*	Abr/25	238.500	m³	637.298	(14.757)
Subtotal de futuro de *Heating oil* vendido					1.651.689		4.168.366	(72.145)
Futuro	Comprado	NYMEX	*Heating oil*	abr/25 a mai/26	(437.467)	m³	(724.928)	(1.020)
Futuro	Comprado	ICE	*Heating oil*	abr/25 a dez/25	(979.385)	m³	(2.799.027)	48.360
Futuro	Comprado	OTC	*Heating oil*	abr/25 a mai/25	(50.702)	m³	(10.632)	7.588
Opção	Comprado	NYMEX	*Heating oil*	abr/25 a jun/25	(80.136)	m³	(251.973)	3.100
Opção	Comprado	ICE	*Heating oil*	abr/25	(238.500)	m³	(640.227)	14.757
Subtotal de futuro de *Heating oil* comprado					(1.786.190)		(4.426.787)	72.785
Futuro	Vendido	ICE	*Heating oil*	abr/25 a jun/25	101.840	t	212.573	4.348
Futuro	Comprado	ICE	*Heating oil*	abr/25 a jun/25	(179.840)	t	(237.627)	(10.449)
Subtotal de futuro de *Heating oil* comprado, líquido					(78.000)		(25.054)	(6.101)
Physical fixed	Vendido	NYMEX	*Heating oil*	abr/25	2.204.223	m³	944.365	48.396
Physical fixed	Comprado	NYMEX	*Heating oil*	abr/25 a dez/25	(8.451.378)	m³	(1.960.373)	(67.258)
Subtotal de *physical fixed* de *Heating oil* comprado					(6.247.155)		(1.016.008)	(18.862)
Subtotal de futuro de *Heating oil* comprado, líquido					(6.459.656)		(1.299.483)	(24.323)
Physical fixed	Vendido	CCEE/OTC	Energia	abr/25 a dez/49	66.165.331	mwh	17.708.765	(2.945.331)
Physical fixed	Comprado	CCEE/OTC	Energia	abr/25 a dez/34	(53.273.099)	mwh	(10.277.979)	4.017.300
Subtotal de *physical fixed* de energia vendido, líquido					12.892.232		7.430.786	1.071.969
Exposição líquida dos derivativos de *commodities* em 31 de março de 2025							31.652.752	1.493.359
Exposição líquida dos derivativos de *commodities* em 31 de março de 2024							27.815.490	1.798.373

4.5. Risco de taxa de câmbio (Consolidado)

Decorre da possibilidade de oscilações das taxas de câmbio utilizadas para a receita de exportações, importações, fluxos de dívida e outros ativos e passivos em moeda estrangeira. A Companhia utiliza operações de derivativos para gerenciar os riscos de fluxo de caixa denominados, substancialmente, em dólares norte-americanos, líquido dos demais fluxos do caixa e equivalentes de caixa.

Em 31 de março de 2025, a Companhia possui contratadas as operações descritas a seguir:

					Risco de taxa de câmbio: derivativos de câmbio em aberto em 31 de março de 2025		
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US$ mil)	Nocional (R$ mil)	Valor justo (R$ mil)
Futuro	Vendido	B3	Dólar comercial	abr/25 a mai/25	307.800	1.767.449	5.315
Futuro	Comprado	B3	Dólar comercial	abr/25 a mai/25	(317.590)	(1.823.665)	(6.244)
Subtotal de futuro comprado, líquido					(9.790)	(56.216)	(929)
Termo	Vendido	OTC	NDF	abr/25 a jul/30	4.386.132	25.186.050	(356.805)
Termo	Comprado	OTC	NDF	abr/25 a ago/28	(6.041.013)	(34.688.703)	(263.222)
Subtotal de termo comprado, líquido (1)					(1.654.881)	(9.502.653)	(620.027)
Swap de câmbio	Vendido	OTC	*Swap* de câmbio	jan/27	150.000	861.330	(106.309)
Swap de câmbio	Comprado	OTC	*Swap* de câmbio	abr/25 a fev/37	(5.158.368)	(29.620.381)	804.769
Subtotal de *swap* de câmbio comprado, líquido (2)					(5.008.368)	(28.759.051)	698.460
Exposição líquida dos derivativos de câmbio em 31 de março de 2025					(6.673.039)	(38.317.920)	77.504
Exposição líquida dos derivativos de câmbio em 31 de março de 2024					(1.409.881)	(7.044.045)	(1.170)

(1) Em 31 de março de 2025 e 2024, as NDFs contratadas para proteção de determinados empréstimos e financiamentos apresentam valor justo positivo de R$ 127.950 e negativo de R$ 100.080, respectivamente.

(2) Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo), tendo como objeto de *hedge* determinados empréstimos e financiamentos (Nota 18.6).

Em 31 de março de 2025, o resumo da exposição cambial líquida do balanço patrimonial consolidado da Companhia, considerando a paridade de todas as moedas estrangeiras para US$, está apresentado abaixo:

	2025	
	R$	US$ (em milhares)
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	8.057.539	1.403.215
TVM (Nota 6.1)	609.514	106.146
Caixa restrito (Nota 6.2)	522.133	90.929
Contas a receber de clientes (Nota 7)	3.466.720	603.727
Adiantamentos a fornecedores (Nota 16.4)	85.532	14.895
Partes relacionadas (Nota 11)	(2.645.440)	(460.701)
Adiantamentos de clientes (Nota 20)	(6.847.041)	(1.192.407)
Fornecedores (Nota 16.2)	(7.343.873)	(1.278.930)
Fornecedores – Convênios (Nota 16.3)	(1.265.112)	(220.318)
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(44.070.975)	(7.674.929)
Passivo de arrendamento (Nota 17.4)	(549.126)	(95.630)
Outras obrigações (Nota 21)	(925.298)	(161.140)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.5)		6.673.039
Exposição cambial líquida		(2.192.104)
Derivativos liquidados no mês subsequente ao fechamento (1)		15.289
Exposição cambial líquida, ajustada em 31 de março de 2025 (2) / (3)		(2.176.815)
Exposição cambial líquida, ajustada em 31 de março de 2024 (3)		(3.894.810)

(1) Vencimentos no 1º dia útil do mês subsequente, cuja liquidação deu-se pela taxa referencial do dólar norte-americano, calculada pelo Banco Central do Brasil, do último dia do mês do fechamento, cotada em R$ 5,7422 (R$ 4,9962 em 2024).

(2) A exposição cambial líquida ajustada será, substancialmente, compensada futuramente com receitas altamente prováveis de exportação de produtos e/ou custos de importações de produtos. Os derivativos contratados para a proteção desses itens ainda não reconhecidos em balanço são designados em relações de *hedge accounting*.

(3) Saldo contábil de ativos e passivos denominados em moedas estrangeiras na data do balanço, exceto pelo nocional dos instrumentos financeiros derivativos de taxa de câmbio.

4.6. Efeitos do *hedge accounting* (Consolidado)

A Raízen designa formalmente suas operações sujeitas a *hedge accounting* com objetivo de proteção de fluxos de caixa. Os principais *hedges* designados são: (i) receitas de açúcar e de etanol, conforme aplicável; (ii) custos de importação de derivados de petróleo; (iii) evolução de folha de pagamento por reajuste anual aos níveis da inflação; e, (iv) dívidas em moedas estrangeiras e moedas locais.

(a) Estimativa de realização

Os impactos reconhecidos no patrimônio líquido da Companhia e a estimativa de realização no resultado estão demonstrados a seguir:

			Exercícios de realização						
Instrumentos financeiros	Mercado	Risco	2025/2026	2026/2027	2027/2028	Acima de 2027	Ajustes de avaliação patrimonial contribuídos (1)	2025	2024
Futuro	OTC/ICE	*Sugar*#11 e #5	239.100	2.054	-	-	2.580.141	2.821.295	2.422.049
Futuro	B3/NYMEX/OTC	Etanol	3.850	-	-	-	446.098	449.948	447.884
Futuro	NYMEX/OTC	*Heating oil*	(15.923)	1.100	-	-	-	(14.823)	(2.842)
Opção	ICE	*Sugar*#11	-	-	-	-	90.028	90.028	90.028
Termo	OTC	Câmbio	(44.745)	59.192	67.644	143.531	(381.935)	(156.313)	436.450
Swap	OTC	Inflação	22.981	(588)	-	-	-	22.393	-
Dívidas	OTC	Câmbio	(367.144)	(289.727)	-	-	1.070.489	413.618	301.322
			(161.881)	(227.969)	67.644	143.531	3.804.821	3.626.146	3.694.891
(-) Tributos diferidos			55.040	77.509	(22.999)	(48.801)	(1.293.639)	(1.232.890)	(1.256.263)
Efeito no patrimônio líquido			(106.841)	(150.460)	44.645	94.730	2.511.182	2.393.256	2.438.628

			Exercícios de realização						
Instrumentos financeiros	Mercado	Risco	2024/2025	2025/2026	2026/2027	Acima de 2027	Ajustes de avaliação patrimonial contribuídos (1)	2024	2023
Futuro	OTC/ICE	*Sugar*#11 e #5	(174.027)	15.935	-	-	2.580.141	2.422.049	1.609.907
Futuro	B3/NYMEX/OTC	Etanol	1.786	-	-	-	446.098	447.884	444.278
Futuro	NYMEX/OTC	*Heating oil*	(4.244)	1.402	-	-	-	(2.842)	-
Opção	ICE	*Sugar*#11	-	-	-	-	90.028	90.028	78.664
Termo	OTC	Câmbio	354.951	101.413	87.463	274.558	(381.935)	436.450	408.848
Dívidas	OTC	Câmbio	(256.389)	(256.389)	(256.389)	-	1.070.489	301.322	251.602
			(77.923)	(137.639)	(168.926)	274.558	3.804.821	3.694.891	2.793.299
(-) Tributos diferidos			26.494	46.797	57.435	(93.350)	(1.293.639)	(1.256.263)	(949.722)
Efeito no patrimônio líquido			(51.429)	(90.842)	(111.491)	181.208	2.511.182	2.438.628	1.843.577

(1) Outros resultados abrangentes contribuídos pela reorganização societária da RESA e pela combinação de negócio da Raízen Centro-Sul, no montante de R$ 2.366.247 e R$ 144.935, respectivamente, ocorridos durante o exercício social findado em 31 de março de 2022.

(b) *Hedge* de fluxo de caixa

	2025	2024
Saldo no início do exercício	2.438.628	1.843.577
Movimentação ocorrida no exercício:		
Designação como *hedge accounting*		
Valor justo de futuros de *commodities*	(123.584)	(1.189.475)
Valor justo de futuros de câmbio	(767.168)	868.760
Valor justo de *swap* de inflação	22.393	-
Dívidas	-	6.932
Total de designação	(868.359)	(313.783)
Realização e baixa de resultados de *commodities* e câmbio		
Receita operacional líquida	753.332	1.245.885
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	49.097	(26.267)
Outras despesas operacionais, líquidas	(2.815)	(4.243)
Total de realização e baixa	799.614	1.215.375
Total das movimentações ocorridas no exercício antes dos tributos diferidos	(68.745)	901.592
Efeito de tributos diferidos	23.373	(306.541)
Total das movimentações ocorridas no exercício, líquida dos tributos diferidos	(45.372)	595.051
Saldo no final do período	2.393.256	2.438.628

Para o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024, não houve reclassificações significativas para o resultado financeiro referente a parcelas inefetivas das estruturas designadas como *hedge* de fluxo de caixa.

(c) *Hedge* de valor justo de estoques

A controladora Raízen designa como *hedge* de valor justo o estoque de derivados de petróleo com derivativos atrelados. O principal objetivo de gerenciamento de risco é fazer com que o estoque seja reconhecido a preço flutuante, tal como será a receita de venda da Raízen quando vender os produtos aos seus clientes. O *hedge accounting* tem por objetivo minimizar qualquer tipo de descasamento do resultado do exercício, fazendo com que tanto os derivativos quanto o estoque fiquem marcados a valor justo, com a oscilação da marcação sendo reconhecida na rubrica “Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados”, cujo impacto positivo no exercício findo em 31 de março de 2025 foi de R$ 30.763 (positivo de R$ 9.903 em 2024). Em 31 de março de 2025, o saldo de avaliação ao valor justo dos estoques está acrescido em R$ 37.715 (acrescido em R$ 6.952 em 2024).

4.7. Risco de taxa de juros e inflação (Consolidado)

A Companhia monitora as flutuações das taxas de juros variáveis atreladas a determinadas dívidas, principalmente aquelas vinculadas à *Secured Overnight Financing Rate* ("SOFR") e ao Índice de Preços no Consumidor ("IPCA"), assim como outros custos atrelados à variação da inflação, e utiliza-se, quando necessário, dos instrumentos derivativos com o objetivo de gerenciar estes riscos.

No quadro abaixo demonstramos as posições dos instrumentos financeiros derivativos utilizados para cobertura de risco de taxa de juros e inflação:

Risco de taxa de juros e inflação: Derivativos de juros e inflação em aberto em 31 de março de 2025							
Derivativos	Comprado / Vendido	Mercado	Contrato	Vencimento	Nocional (US$ mil)	Nocional (R$ mil)	Valor justo (R$ mil)
Swap de juros (1)	Comprado	OTC	*Swap* de juros	mar/26 a set/39	(1.683.267)	(9.665.653)	8.819
Subtotal de *Swap* de juros comprado					(1.683.267)	(9.665.653)	8.819
Swap de inflação	Vendido	OTC	*Swap* de inflação	jan/29 a fev/34	1.067.000	6.126.927	(29.124)
Swap de inflação	Comprado	OTC	*Swap* de inflação	mai/25 a fev/34	(1.567.118)	(8.998.703)	(6.068)
Total de *Swap* de inflação comprado, líquido					(500.118)	(2.871.776)	(35.192)
Exposição líquida dos derivativos de juros e inflação em 31 de março de 2025					(2.183.385)	(12.537.429)	(26.373)
Exposição líquida dos derivativos de juros e inflação em 31 de março de 2024					(4.071.636)	(20.342.707)	675.891

(1) Instrumentos financeiros derivativos designados para contabilidade de *hedge* (*hedge* de valor justo), tendo como objeto de *hedge* determinados empréstimos e financiamentos (Nota 18.6).

4.8. Sumário dos efeitos do *hedge* no resultado consolidado do exercício, excluindo marcação a mercado de acordos comerciais e estoque

			Efeitos de *hedge* no resultado consolidado					
Informações do resultado consolidado	Exposição	*Hedge*	Câmbio	*Commodities*	Juros	Total	Resultado excluindo efeitos de *hedge*	2025
Receita operacional líquida	Resultado operacional	Fluxo de caixa e valor justo	(305.058)	(495.425)	-	(800.483)	256.068.937	255.268.454
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Resultado operacional	Fluxo de caixa e valor justo	(219.811)	385.468	-	165.657	(243.597.318)	(243.431.661)
Lucro (prejuízo) bruto			(524.869)	(109.957)	-	(634.826)	12.471.619	11.836.793
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-	(9.392.426)	(9.392.426)
Outras receitas operacionais, líquidas	Resultado operacional	Fluxo de caixa	2.816	-	-	2.816	2.073.985	2.076.801
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	(204.827)	(204.827)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do IRPJ e CSLL			(522.053)	(109.957)	-	(632.010)	4.948.351	4.316.341
Resultado financeiro								
Despesas financeiras	Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	Valor justo	99.875	-	764.745	864.620	(6.471.060)	(5.606.440)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	1.217.168	1.217.168
Variações cambiais	Variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa	163.442	-	-	163.442	(2.674.534)	(2.511.092)
Efeito líquido dos derivativos	Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa e valor justo	1.256.997	(58.909)	(1.760.315)	(562.227)	-	(562.227)
			1.520.314	(58.909)	(995.570)	465.835	(7.928.426)	(7.462.591)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL			998.261	(168.866)	(995.570)	(166.175)	(2.980.075)	(3.146.250)

			Efeitos de *hedge* no resultado consolidado					
Informações do resultado consolidado	Exposição	*Hedge*	Câmbio	*Commodities*	Juros	Total	Resultado excluindo efeitos de *hedge*	2024
Receita operacional líquida	Resultado operacional	Fluxo de caixa e valor justo	803.522	(1.725.963)	-	(922.441)	221.376.680	220.454.239
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	Resultado operacional	Fluxo de caixa e valor justo	19.537	(87.183)	-	(67.646)	(204.662.996)	(204.730.642)
Lucro (prejuízo) bruto			823.059	(1.813.146)	-	(990.087)	16.713.684	15.723.597
Despesas com vendas, gerais e administrativas	-	-	-	-	-	-	(8.992.396)	(8.992.396)
Outras receitas operacionais, líquidas	Resultado operacional	Fluxo de caixa	4.029	226	-	4.255	1.443.601	1.447.856
Resultado da equivalência patrimonial	-	-	-	-	-	-	(252.430)	(252.430)
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do IRPJ e CSLL			827.088	(1.812.920)	-	(985.832)	8.912.459	7.926.627
Resultado financeiro								
Despesas financeiras	Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos e inflação	Valor justo	115.085	-	(194.578)	(79.493)	(6.049.391)	(6.128.884)
Receitas financeiras	-	-	-	-	-	-	851.619	851.619
Variações cambiais	Variações cambiais sobe empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa	13.941	-	-	13.941	326.325	340.266
Efeito líquido dos derivativos	Juros e variações cambiais sobre empréstimos e financiamentos	Fluxo de caixa e valor justo	(462.883)	(91.611)	(823.046)	(1.377.540)	-	(1.377.540)
			(333.857)	(91.611)	(1.017.624)	(1.443.092)	(4.871.447)	(6.314.539)
Lucro (prejuízo) antes do IRPJ e CSLL			493.231	(1.904.531)	(1.017.624)	(2.428.924)	4.041.012	1.612.088

A desagregação dos efeitos de *hedge* de *commodities* no resultado operacional consolidado, durante o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

	2025			
	Açúcar	Etanol	Petróleo e seus derivados	Total de *commodities*
Receita operacional líquida	(496.367)	942	-	(495.425)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	249.528	(142.752)	278.692	385.468
(Prejuízo) lucro bruto	(246.839)	(141.810)	278.692	(109.957)
Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas	-	-	-	-
Lucro (prejuízo) antes do resultado financeiro e do IRPJ e da CSLL	(246.839)	(141.810)	278.692	(109.957)

	2024			
	Açúcar	Etanol	Petróleo e seus derivados	Total de *commodities*
Receita operacional líquida	(1.690.102)	(35.861)	-	(1.725.963)
Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados	466.531	(172.280)	(381.434)	(87.183)
Prejuízo bruto	(1.223.571)	(208.141)	(381.434)	(1.813.146)
Outras receitas operacionais, líquidas	-	226	-	226
Prejuízo antes do resultado financeiro e do IRPJ e da CSLL	(1.223.571)	(207.915)	(381.434)	(1.812.920)

4.9. Risco de crédito (Consolidado)

Parte substancial das vendas da Companhia e de suas controladas é feita para um seleto grupo de contrapartes altamente qualificadas.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de clientes, análise de crédito e estabelecimento de limites de exposição por cliente, inclusive, quando aplicável, exigência de carta de crédito de bancos de primeira linha e captação de garantias reais sobre créditos concedidos. A Administração considera que o risco de crédito está substancialmente coberto pela provisão para perdas de créditos esperadas.

Os limites de riscos individuais são determinados com base em classificações internas ou externas de acordo com os limites determinados pela Administração da Companhia. A utilização de limites de crédito é monitorada regularmente. Não foi ultrapassado nenhum limite de crédito durante o exercício, e a Administração não espera nenhuma perda decorrente de inadimplência dessas contrapartes em montante significativamente superior ao valor já provisionado.

A Companhia opera derivativos de *commodities* nos mercados futuros e de opções das bolsas de mercadorias de Nova Iorque – *ICE US e NYMEX,* Chicago – *CBOT* e *CME* e Londres – *LIFFE*, assim como no mercado de balcão com contrapartes selecionadas.

A Companhia opera derivativos de taxas de câmbio e de *commodities* em contratos de balcão registrados na B3, principalmente, com os principais bancos nacionais e internacionais considerados pelas classificadoras internacionais de *rating* como "Grau de investimento".

Margens em garantia (Caixa restrito, Nota 6.2) – As operações de derivativos em bolsas de mercadorias (*ICE US*, *NYMEX*, *LIFFE* e B3) requerem margem em garantia. A margem total consolidada depositada em 31 de março de 2025 é de R$ 610.525 (R$ 582.462 em 2024), sendo R$ 88.392 (R$ 45.072 em 2024) em aplicações financeiras vinculadas e R$ 522.133 (R$ 537.390 em 2024) em margem de operações de derivativos.

As operações de derivativos da Companhia em balcão (*Over the Counter* ("OTC")) não requerem margem em garantia.

O risco de crédito sobre caixa e equivalentes de caixa é mitigado através da distribuição conservadora dos fundos de investimentos e Certificados de Depósito Bancário ("CDB"), que compõem a referida rubrica. A distribuição segue critérios rígidos de alocação e exposição às contrapartes, que são os principais bancos nacionais e internacionais considerados, na sua maioria, como "Grau de investimento" pelas agências internacionais de *rating*.

4.10. Risco de liquidez (Consolidado)

Risco de liquidez é o risco em que a Companhia poderá encontrar dificuldades em cumprir com as obrigações associadas aos seus passivos financeiros que são liquidados com pagamentos ou com outro ativo financeiro. A abordagem sobre este risco consiste em uma administração prudencial que garanta liquidez suficiente para cumprir com suas obrigações ao vencerem, sob condições normais e de estresse, sem causar perdas inaceitáveis ou com risco de prejudicar a reputação da Companhia.

Como parte do processo de gerenciamento de liquidez, a Administração prepara planos de negócios e monitora sua execução, discutindo riscos positivos e negativos de fluxo de caixa e avaliando a disponibilidade de recursos financeiros para suportar suas operações, investimentos e necessidades de refinanciamento.

A tabela a seguir demonstra os principais passivos financeiros contratados, considerando os fluxos de caixa contratuais não descontados, onde aplicável, por faixas de vencimentos:

	Até 1 ano	Até a 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	2025
Empréstimos e financiamentos	5.130.998	4.403.827	23.466.480	59.803.785	92.805.090
Fornecedores (Nota 16.a)	12.244.549	-	-	-	12.244.549
Fornecedores - Convênios (Nota 16.b)	9.597.400	-	-	-	9.597.400
Passivo de arrendamento de terceiros e de partes relacionadas (Nota 17.4)	3.721.927	3.164.526	5.654.578	3.581.144	16.122.175
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.b)	6.003.471	1.278.590	331.168	925.404	8.538.633
Partes relacionadas (1)	1.603.083	256.679	946.248	3.438.261	6.244.271
Outras obrigações	3.331.922	597.384	1.146.789	699.352	5.775.447
	41.633.350	9.701.006	31.545.263	68.447.946	151.327.565

	Até 1 ano	Até 2 anos	De 3 a 5 anos	Acima de 5 anos	2024
Empréstimos e financiamentos	6.675.237	2.216.479	15.982.686	28.533.315	53.407.717
Fornecedores (Nota 16.2)	12.790.299	-	-	-	12.790.299
Fornecedores – Convênios (Nota 16.3)	11.235.968	-	-	-	11.235.968
Passivo de arrendamento de terceiros e de partes relacionadas (Nota 17.4)	4.817.425	2.993.511	5.986.531	4.015.005	17.812.472
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.b)	5.006.683	498.271	1.277.962	140.309	6.923.225
Partes relacionadas (1)	2.082.406	179.122	683.166	3.292.233	6.236.927
Outras obrigações (2)	89.932	89.932	89.931	-	269.795
	42.697.950	5.977.315	24.020.276	35.980.862	108.676.403

(1) Exceto passivo de arrendamento com partes relacionadas.

(2) Exceto determinados passivos não monetários compostos, substancialmente, pelos passivos mantidos para venda, provisão para patrimônio líquido negativo de investidas e diferimento de certas receitas.

4.11. Valor justo (Consolidado)

O valor justo dos ativos e passivos financeiros é o valor pelo qual o instrumento poderia ser trocado em uma transação corrente entre partes dispostas a negociar, e não em uma venda ou liquidação forçada. O valor justo de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes, contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras obrigações de curto prazo se aproxima de seu respectivo valor contábil. O valor justo de ativos e passivos financeiros de longo prazo não difere significativamente de seu valor contábil.

O valor justo de empréstimos e financiamentos é obtido por meio da verificação do valor presente dos fluxos de caixa futuros das obrigações, utilizando, para tal, curvas de taxa de juros (conforme indexadores contratados). Esses instrumentos financeiros estão, substancialmente, sujeitos a taxas de juros variáveis (Nota 18.6), resultando que seu valor justo se aproxima aos valores registrados nas demonstrações financeiras.

Os derivativos avaliados utilizando técnicas de avaliação com dados observáveis no mercado referem-se, principalmente a *swaps* e contratos a termo. As técnicas de avaliação aplicadas com maior frequência incluem modelos de precificação de contratos a termo e *swaps*, com cálculos a valor presente. Os modelos incorporam diversos dados, inclusive a qualidade de crédito das contrapartes, as taxas de câmbio à vista e a termo, curvas das taxas de juros e curvas da taxa a termo do objeto do *hedge*.

As categorias dos principais instrumentos financeiros consolidados são assim apresentadas:

	2025			2024		
	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Total	Custo amortizado	Valor justo por meio de resultado	Total
Ativos financeiros						
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	8.238.960	-	8.238.960	7.876.530	-	7.876.530
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	13.482.433	13.482.433	-	6.943.376	6.943.376
TVM (Nota 6.1)	1.148.074	-	1.148.074	1.099.081	-	1.099.081
Caixa restrito (Nota 6.2)	523.980	88.392	612.372	539.140	45.072	584.212
Contas a receber de clientes (Nota 7)	8.351.356	-	8.351.356	10.316.916	-	10.316.916
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.3)	-	10.083.123	10.083.123	-	9.396.319	9.396.319
Partes relacionadas (Nota 11)	2.410.238	-	2.410.238	2.360.762	-	2.360.762
Outros créditos	-	-	-	-	79.544	79.544
Total dos ativos financeiros	20.672.608	23.653.948	44.326.556	22.192.429	16.464.311	38.656.740
Passivos financeiros						
Empréstimos e financiamentos (Nota 18.6) (1)	(57.970.371)	-	(57.970.371)	(35.599.821)	-	(35.599.821)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.3)	-	(8.538.633)	(8.538.633)	-	(6.923.225)	(6.923.225)
Fornecedores (Nota 16.2)	(12.244.549)	-	(12.244.549)	(12.790.299)	-	(12.790.299)
Fornecedores - Convênios (Nota 16.3)	(9.597.400)	-	(9.597.400)	(11.235.968)	-	(11.235.968)
Partes relacionadas (Nota 11)	(5.848.363)	-	(5.848.363)	(6.036.595)	-	(6.036.595)
Outras obrigações	(5.368.166)	-	(5.368.166)	(3.789.916)	-	(3.789.916)
Total dos passivos financeiros	(91.028.849)	(8.538.633)	(99.567.482)	(69.452.599)	(6.923.225)	(76.375.824)

(1) A Companhia designa determinadas dívidas (Nota 18.6) como item de proteção em relações de hedge de valor justo. O saldo de valor justo do risco protegido vinculados aos empréstimos e financiamentos totalizou em 31 de março de 2025, efeito negativo de R$ 1.693.771 (R$ 726.163 em 2024).

Hierarquia de valor justo

A Companhia usa a seguinte hierarquia para determinar e divulgar o valor justo de instrumentos financeiros pela técnica de avaliação:

- Nível 1: preços cotados (sem ajustes) nos mercados ativos para ativos ou passivos idênticos;
- Nível 2: outras técnicas para as quais todos os dados que tenham efeito significativo sobre o valor justo registrado sejam observáveis, direta ou indiretamente; e
- Nível 3: técnicas que usam dados que tenham efeito significativo no valor justo registrado que não sejam baseados em dados observáveis no mercado.

Em 31 de março de 2025 e 2024, as hierarquias usadas nas técnicas de avaliação dos instrumentos financeiros consolidados da Companhia, estão descritas abaixo:

			2025
Instrumentos financeiros avaliados a valor justo	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	13.482.433	13.482.433
Caixa restrito (Nota 6.2)	-	88.392	88.392
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 4.3)	3.012.598	7.070.525	10.083.123
Total dos ativos financeiros	3.012.598	20.641.350	23.653.948
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (Nota 18.6) (1)	-	(1.693.771)	(1.693.771)
Passivos financeiros derivativos (Nota 4.3)	(2.589.563)	(5.949.070)	(8.538.633)
Total dos passivos financeiros	(2.589.563)	(7.642.841)	(10.232.404)
Total em 31 de março de 2025	423.035	12.998.509	13.421.544

			2024
Instrumentos financeiros avaliados a valor justo	Nível 1	Nível 2	Total
Ativos financeiros			
Aplicações financeiras (Nota 5)	-	6.943.376	6.943.376
Caixa restrito (Nota 6.b)	-	45.072	45.072
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 3.b)	5.254.323	4.141.996	9.396.319
Outros créditos	-	79.544	79.544
Total dos ativos financeiros	5.254.323	11.209.988	16.464.311
Passivos financeiros			
Empréstimos e financiamentos (Nota 18.l) (1)	-	(726.163)	(726.163)
Instrumentos financeiros derivativos (Nota 3.b)	(4.327.918)	(2.595.307)	(6.923.225)
Total dos passivos financeiros	(4.327.918)	(3.321.470)	(7.649.388)
Total em 31 de março de 2024	926.405	7.888.518	8.814.923

(1) Refere-se a passivos financeiros designados como item protegido em *hedge* de valor justo.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024, não houve transferências entre os referidos níveis para determinação do valor justo dos instrumentos financeiros.

4.12. Análise de sensibilidade (Consolidado)

A Raízen adotou para a análise de sensibilidade três cenários, sendo um provável, e dois (possível e remoto) que podem apresentar efeitos adversos no valor justo dos instrumentos financeiros da Companhia. O cenário provável foi definido a partir das curvas de mercado futuro de *commodities* (açúcar, etanol, diesel (*heating oil*)), preços de energia, taxas de juros, de inflação e de câmbio (US$/R$) e outras taxas de câmbio em 31 de março de 2025, sendo que os valores apresentados correspondem ao valor justo dos derivativos nas datas mencionadas. Os cenários adversos possíveis e remotos foram definidos considerando impactos de 25% e 50% sobre as curvas de preço dos produtos, dólar norte-americano e outras moedas, que foram calculados com base no cenário provável.

Quadros de sensibilidade

(a) Variação do valor justo dos instrumentos financeiros derivativos

			Impactos no resultado consolidado (*)			
	Fatores de risco	Cenário provável	Cenário possível +25%	Saldo de valor justo possível	Cenário remoto +50%	Saldo do valor justo remoto
Risco de preço						
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra e venda	Alta do preço do açúcar	454.704	(5.409.516)	(4.954.812)	(10.819.032)	(10.364.328)
Compromissos de compra e venda	Baixa do preço etanol	16.701	16.036	32.737	32.072	48.773
Compromissos de compra e venda	Alta do preço da gasolina	(25.692)	(171.123)	(196.815)	(342.246)	(367.938)
Compromissos de compra e venda	Baixa no preço do *Heating oil*	(24.323)	(219.014)	(243.337)	(438.028)	(462.351)
Compromissos de compra e venda	Alta do preço de energia	1.071.969	(189.929)	882.040	(379.858)	692.111
		1.493.359	(5.973.546)	(4.480.187)	(11.947.092)	(10.453.733)
Risco de taxa de câmbio						
Contratos Futuros:						
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de câmbio US$/R$	(929)	(28.116)	(29.045)	(56.232)	(57.161)
Contratos a Termo:						
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de câmbio US$/R$	(636.198)	1.672.552	1.036.354	3.345.104	2.708.906
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de câmbio Euro ("€")/US$	12.623	584.934	597.557	1.169.868	1.182.491
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de câmbio €/R$	3.548	(22.935)	(19.387)	(45.870)	(42.322)
Swaps de câmbio:						
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de câmbio US$/R$	698.460	(6.802.174)	(6.103.714)	(13.604.348)	(12.905.888)
		77.504	(4.595.739)	(4.518.235)	(9.191.478)	(9.113.974)
Risco de taxa de juros e inflação						
Swap de juros:						
Compromissos de compra e venda	Baixa na taxa de juros	8.819	1.032.157	1.040.976	2.064.314	2.073.133
Swap de inflação e outros:						
Compromissos de compra e venda	Baixa no índice de inflação	(35.192)	(24.157)	(59.349)	(48.314)	(83.506)
		(26.373)	1.008.000	981.627	2.016.000	1.989.627
Total		1.544.490	(9.561.285)	(8.016.795)	(19.122.570)	(17.578.080)

(1) Resultado projetado para ocorrer em até 12 meses a partir de 31 de março de 2025.

Em 31 de março de 2025, as curvas de mercado futuro de *commodities*, preços de energia e taxas de juros, inflação e de câmbio, utilizadas na referida análise de sensibilidade, estão descritas abaixo:

				Cenários		
Derivativos	Fatores de risco	Indicadores	Posição	Provável	Possível 25%	Remoto 50%
Futuro	Alta do preço do açúcar	R$/tonelada	Vendido	2.353	2.941	3.529
Futuro	Baixa do preço do etanol	R$/m³	Comprado	2.775	2.081	1.387
Futuro	Alta do preço da gasolina	R$/m³	Vendido	3.475	4.343	5.212
Futuro	Baixa no preço de *Heating oil*	R$/m³	Comprado	1.062	796	531
Futuro	Alta do preço da energia	R$/mwh	Vendido	280	350	420
Futuro	Baixa na taxa de câmbio	US$/R$	Comprado	5,58	4,19	2,79
Termo	Baixa na taxa de câmbio	US$/R$	Comprado	5,58	4,19	2,79
Termo	Baixa na taxa de câmbio	€/US$	Comprado	1,20	0,90	0,60
Termo	Baixa na taxa de câmbio	€/R$	Comprado	6,42	4,82	3,21
Swap	Baixa na taxa de câmbio	US$/R$	Comprado	5,74	4,31	2,87
Swap	Baixa na taxa de juros (CDI)	% ao ano	Comprado	14,15	10,61	7,07
Swap	Baixa no índice de inflação (IPCA)	% ao ano	Comprado	9,97	7,48	4,99

(b) Exposição cambial, líquida

O cenário provável considera a posição de balanço em 31 de março de 2025. Os efeitos dos cenários possível e remoto que seriam lançados no resultado consolidado como ganho (perda) de variação cambial estão descritos abaixo:

		Cenários			
Exposição cambial líquida	Saldo de balanço	Possível + 25%	Remoto + 50%	Possível - 25%	Remoto - 50%
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	8.057.539	2.014.385	4.028.770	(2.014.385)	(4.028.770)
Caixa restrito (Nota 6.1)	609.514	152.379	304.758	(152.379)	(304.758)
TVM (Nota 6.2)	522.133	130.533	261.066	(130.533)	(261.066)
Contas a receber de clientes (Nota 7.a)	3.466.720	866.680	1.733.360	(866.680)	(1.733.360)
Adiantamentos a fornecedores (Nota 16.4)	85.532	21.383	42.766	(21.383)	(42.766)
Partes relacionadas (Nota 11.2)	(2.645.440)	(661.360)	(1.322.720)	661.360	1.322.720
Adiantamentos de clientes (Nota 20)	(6.847.041)	(1.711.760)	(3.423.520)	1.711.760	3.423.520
Fornecedores (Nota 16.2)	(7.343.873)	(1.835.968)	(3.671.936)	1.835.968	3.671.936
Fornecedores – Convênios (Nota 16.3)	(1.265.112)	(316.278)	(632.556)	316.278	632.556
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	(44.070.975)	(11.017.744)	(22.035.488)	11.017.744	22.035.488
Passivo de arrendamento (Nota 17.4)	(549.126)	(137.282)	(274.564)	137.282	274.564
Outras obrigações (Nota 21)	(925.298)	(231.325)	(462.650)	231.325	462.650
Impacto adicional no resultado consolidado do exercício		(12.726.357)	(25.452.714)	12.726.357	25.452.714

Em 31 de março de 2025, aplicamos as seguintes taxas na referida análise de sensibilidade:

	R$/US$
Provável, saldo de balanço	5,74
Cenário possível +25%	7,18
Cenário remoto +50%	8,61
Cenário possível -25%	4,31
Cenário remoto -50%	2,87

(c) Sensibilidade nas taxas de juros e inflação

Em 31 de março de 2025, o cenário provável considera a taxa média ponderada anual de juros pós-fixados dos empréstimos e financiamentos. Adicionalmente, as aplicações financeiras e TVM, consideram taxas pós-fixadas baseadas no CDI e IPCA acumulado dos últimos 12 meses, onde aplicável. Nestes casos, foram realizadas simulações com aumento e redução de 25% e 50% nas referidas taxas. Os resultados consolidados da sensibilidade de taxa de juros estão apresentados a seguir:

		Cenários			
	Provável	Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
Aplicações financeiras	1.520.584	380.146	760.292	(380.146)	(760.292)
Fundo de investimentos (TVM)	21.643	5.411	10.822	(5.411)	(10.822)
Aplicações financeiras vinculadas (caixa restrito)	10.237	2.559	5.118	(2.559)	(5.118)
Empréstimos e financiamentos pós-fixados	(2.170.882)	(542.721)	(1.085.442)	542.721	1.085.442
Impacto adicional no resultado consolidado do exercício	(618.418)	(154.605)	(309.210)	154.605	309.210

Em 31 de março de 2025, aplicamos as seguintes taxas e pressupostos na referida análise de sensibilidade:

		Cenários			
Taxas anuais	Provável	Possível +25%	Remoto +50%	Possível -25%	Remoto -50%
100,57% do CDI acumulado	11,29%	14,11%	16,94%	8,47%	5,65%
100% do CDI acumulado + 0,5%	11,83%	14,79%	17,75%	8,87%	5,92%
IPCA acumulado	5,48%	6,85%	8,22%	4,11%	2,74%
Taxa de juros anuais pós-fixadas ponderadas dos empréstimos e financiamentos	10,36%	12,95%	15,54%	7,77%	5,18%

4.13. Gestão de capital (Consolidado)

O objetivo da Companhia ao administrar sua estrutura de capital é o de assegurar a continuidade de suas operações e financiar oportunidades de investimento, mantendo um perfil de crédito saudável e oferecendo retorno adequado a seus acionistas.

A Raízen, possui relação com as principais agências de *rating* locais e internacionais, conforme demonstrados abaixo:

Agência	Escala	*Rating*	*Outlook*	Data
Fitch	Nacional	AAA(bra)	Estável	Junho/2024
	Global	BBB	Estável	Junho/2024
Moody's	Nacional	AAA.Br	Estável	Fevereiro/2025
	Global	Baa3	Estável	Fevereiro/2023
Standard & Poor's	Nacional	brAAA	Estável	Janeiro/2025
	Global	BBB	Negativo	Janeiro/2025

Os índices de alavancagem financeira consolidado em 31 de março de 2025 e 2024, foram calculados da seguinte forma:

	2025	2024
Capital de terceiros		
Empréstimos e financiamentos (Nota 18)	57.970.371	35.599.821
(-) Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	(21.721.393)	(14.819.906)
(-) TVM (Nota 6.1)	(1.148.074)	(1.099.081)
(-) Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos (Nota 6.2)	(1.847)	(1.750)
(-) *Swaps* de taxas de câmbio e de juros e outros derivativos (Notas 4.5 e 4.7)	(835.229)	(525.293)
	34.263.828	19.153.791
Capital próprio		
Patrimônio líquido		
Atribuído aos acionistas da Controladora	17.588.530	21.379.405
Participação dos acionistas não controladores	587.408	746.159
	18.175.938	22.125.564
Total do capital próprio e de terceiros	52.439.766	41.279.355
Índice de alavancagem financeira	65,34%	46,40%

5. Caixa e equivalentes de caixa

5.1 Política contábil

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. Incluem caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras realizáveis em até 90 dias da data original do título ou considerados de liquidez imediata ou conversíveis em um montante conhecido de caixa e que estão sujeitos a um risco insignificante de mudança de valor. Referidos ativos são registrados pelos valores de custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, que não excedem o seu valor de mercado ou de realização.

5.2 Composição

		Remuneração média ponderada consolidada		Controladora		Consolidado	
	Indexador	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Recursos em instituições financeiras, em caixa e outros				738.367	372.292	8.238.960	7.876.530
Aplicações financeiras							
Aplicações financeiras em CDB, compromissadas e outros (1)	CDI	100,1%	99,4%	6.148.354	21.760	13.476.683	6.863.401
Time deposit (2)	Pré-fixada	4,8%	5,3%	-	19.994	5.750	79.975
Total das aplicações financeiras				6.148.354	41.754	13.482.433	6.943.376
Total de caixa e equivalentes de caixa				6.886.721	414.046	21.721.393	14.819.906
No País (moeda nacional)				6.232.812	101.139	13.663.854	7.491.613
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)				653.909	312.907	8.057.539	7.328.293
				6.886.721	414.046	21.721.393	14.819.906

(1) Representadas, substancialmente, por aplicações financeiras de renda fixa realizadas junto a instituições financeiras de primeira linha, com rendimentos e liquidez diários.

(2) Aplicações financeiras realizadas no exterior, através de depósito bancário junto a bancos com "Grau de investimento", com liquidez diária e taxa pré-fixada.

6. Títulos e valores mobiliários ("TVM") e Caixa restrito

6.1. TVM

(a) Política contábil

São mensurados e classificados ao custo amortizado, com vencimento superior a três meses, entretanto podem ser prontamente resgatados, estando sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

(b) Composição

		Remuneração média ponderada consolidada		Controladora		Consolidado	
	Indexador	2025	2024	2025	2024	2025	2024
BOPREAL – Série 1, 2 e 3 (1)	Pré-fixado	3%	5%	-	-	609.514	720.716
Debêntures não conversíveis em ações e outros (2)	IPCA	100%	100%	-	-	-	297.700
Fundo de investimentos (3)	CDI + 0,5% ao ano	100%	100%	-	-	182.903	80.665
CDB (4)	CDI	100%	-	355.658	-	355.657	-
				355.658	-	1.148.074	1.099.081
No País (moeda nacional)				355.658	-	538.560	378.365
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)				-	-	609.514	720.716
				355.658	-	1.148.074	1.099.081
Circulante				-	-	(409.441)	(188.052)
Não circulante				355.658	-	738.633	911.029

(1) Corresponde à série 1, 2 e 3 dos títulos emitidos pelo Banco Central da Argentina, denominados "Obrigações para Reconstrução de uma Argentina Livre - BOPREAL", remunerados em média até 5% ao ano, acrescido de variação cambial, com vencimento entre 2025 e 2026 e pagamentos de juros semestrais, conforme o caso. As séries 1 e 2 foram integralmente resgatadas durante este exercício.

(2) Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, o saldo das debêntures não conversíveis foi eliminado como parte do processo de consolidação da Dunamis, em função da definição do controle econômico ocorrida no referido exercício (Notas 2.6 e 13). Adicionalmente, no exercício findo em 31 de março de 2025, as debêntures conversíveis em ações, no montante de R$ 19.587, foram baixadas como perda no resultado do exercício na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 29), pois seu valor foi avaliado como não recuperável.

(3) Corresponde às cotas adquiridas do Fundo RCL3X FIAGRO – Direitos Creditórios ("FIAGRO"), constituído sob a forma de condomínio fechado, não exclusivo, regulado pela CVM. O fundo possui remuneração anual baseada no CDI, acrescido de juros anuais de aproximadamente 0,5%, e prazo de vencimento indeterminado. A carteira do fundo é composta por cotas de fundos de investimento ("FIF"). Este investimento tem como objetivo fomentar o setor de crédito agrícola.

(4) Corresponde à aplicação em CDB, resgatável em parcela única em setembro de 2026.

6.2. Caixa restrito

(a) Política contábil

São mensurados e classificados ao valor justo por meio do resultado e custo amortizado, e estão sujeitos a um risco insignificante de mudança no valor.

(b) Composição

		Remuneração média ponderada consolidada		Controladora		Consolidado	
	Indexador	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	CDI	100,6 %	101,6%	-	-	1.847	1.750
Aplicações financeiras vinculadas à operações com derivativos (Nota 4.9) (1)	CDI	100,6 %	101,6%	31.728	25.080	88.392	45.072
Depósitos de margem em operações com derivativos (Nota 4.9) (2)				131.309	45.399	522.133	537.390
				163.037	70.479	612.372	584.212
No país (moeda nacional)				31.727	25.080	90.239	46.822
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)				131.310	45.399	522.133	537.390
				163.037	70.479	612.372	584.212

(1) Aplicações financeiras em CDB, realizadas junto a bancos de primeira linha, que são utilizadas como garantias dadas em operações de instrumentos financeiros derivativos.

(2) A margem em operações com derivativos refere-se a recursos mantidos em contas correntes junto às corretoras para a cobertura de margens estabelecidas pela bolsa de mercadorias na qual os contratos são firmados e, até a sua liquidação, são reconhecidas na rubrica "Outras obrigações".

7. Contas a receber

7.1 Política contábil

Correspondem aos valores referentes à venda de mercadorias ou prestação de serviços no curso normal das atividades da Companhia. São inicialmente reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método da taxa de juros efetiva menos a perda estimada com créditos de liquidação duvidosa. As contas a receber de clientes no mercado externo são atualizadas com base nas taxas de câmbio vigentes na data do balanço.

Outras contas a receber referem-se, substancialmente, a parcelamentos de débitos vencidos e vendas de imóveis, bem como financiamentos com o objetivo principal de implementação ou modernização dos postos de vendas de combustíveis, mediante garantias reais, fianças e avais. Os encargos financeiros e os prazos de amortização são pactuados em contratos e estabelecidos com base na análise econômico-financeira de cada negociação.

7.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

As perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa foram estimadas com base na análise de risco dos créditos, que contempla o histórico de perdas, a situação individual dos clientes, a situação do grupo econômico ao qual pertencem as garantias reais para débitos e a avalição dos assessores jurídicos.

A matriz de perda esperada adotada pela Companhia considera o agrupamento dos clientes com características de inadimplência similares, por canal de venda e *rating* (classificação de risco do cliente, mensurada internamente).

7.3 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No País (moeda nacional)	2.453.721	3.016.793	5.103.696	5.489.178
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	40.606	89.582	3.466.720	4.648.778
Outras	125.592	188.999	314.062	369.926
	2.619.919	3.295.374	8.884.478	10.507.882
Provisão para perdas de crédito esperadas	(155.967)	(126.240)	(533.122)	(190.966)
	2.463.952	3.169.134	8.351.356	10.316.916
Circulante	(2.343.066)	(2.882.909)	(8.015.818)	(9.825.557)
Não circulante	120.886	286.225	335.538	491.359

A Companhia não tem títulos cedidos como garantia. A exposição máxima ao risco de crédito na data do balanço é o valor contábil de cada classe de contas a receber de clientes.

A análise do vencimento das contas a receber de clientes, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
A vencer	2.173.139	2.831.446	7.753.401	9.575.879
Vencidas:				
Até 30 dias	33.617	32.519	176.278	187.002
De 31 a 90 dias	39.420	39.074	86.322	99.585
De 91 a 180 dias	28.338	54.379	56.056	110.654
Acima de 180 dias	345.405	337.956	812.421	534.762
Total de vencidas	446.780	463.928	1.131.077	932.003
	2.619.919	3.295.374	8.884.478	10.507.882

7.4 Provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa

A movimentação da provisão para perdas esperadas, para o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024, é assim demonstrada:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	(126.240)	(150.338)	(190.966)	(210.020)
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	-	3.410	-
Integralização de capital	-	1.508	-	-
Perdas de créditos esperadas (1)	(80.546)	(43.976)	(474.408)	(78.943)
Reversões e baixas (2)	50.819	66.566	138.372	97.573
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	(9.530)	424
Saldo no final do exercício	(155.967)	(126.240)	(533.122)	(190.966)

(1) Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas reconheceram provisão de perdas sobre créditos, principalmente, vinculados às certas operações de *trading* no mercado externo e de certos títulos de clientes da rede doméstica de distribuição de combustíveis, no limite das coberturas de garantias existentes.

(2) As reversões das perdas de créditos esperadas correspondem, substancialmente, a recebimentos dos títulos, baixas efetivas de créditos e demais fatores de recuperação.

8. Estoques

8.1 Política contábil

De forma geral, os estoques são avaliados ao custo médio de aquisição ou formação dos produtos acabados, líquidos dos impostos recuperáveis, exceto para determinados produtos que são avaliados a valor justo com base em preços observáveis de mercado, não excedendo o valor realizável líquido.

O custo de produção dos produtos acabados e dos produtos em elaboração compreendem os custos de matérias-primas, mão de obra direta, outros custos diretos, as respectivas despesas diretas de produção (com base na capacidade operacional normal) e impostos não recuperáveis, que estão relacionados a todos os processos necessários para colocação dos produtos em condições de venda.

Provisões para perda tais como: (i) ajustes a valor líquido de realização; (ii) itens deteriorados; e, (iii) estoques de baixa movimentação e/ou obsoletos são registrados quando necessária. As perdas normais de produção integram o custo de produção do respectivo período, enquanto demais perdas, se houver, são registradas diretamente no resultado do exercício, sem transitar pelos estoques, na rubrica “Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados”.

8.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados:				
Diesel (8.3)	1.005.135	1.274.199	3.298.148	4.046.689
Gasolina (8.3)	947.823	995.380	2.059.854	1.771.289
Combustível para aviação	136.123	182.936	205.288	242.794
Demais derivados de petróleo (1)	26.741	57.045	781.576	652.698
Etanol	146.118	125.019	1.480.489	1.541.796
Açúcar	-	-	924.130	1.158.900
Petróleo (*crude oil*)	-	-	656.123	520.324
Produtos em processo	-	-	637.093	622.883
Almoxarifado e outros	3.075	56.366	928.735	1.122.854
	2.265.015	2.690.945	10.971.436	11.680.227

(1) Refere-se, substancialmente, aos estoques de óleo combustível, lubrificantes e asfalto.

8.3 Mudança no valor justo dos estoques – Hedge de valor justo

Em 31 de março de 2025 e 2024, os referidos estoques da Raízen incluem avaliação a valor justo (Nota 4.6), determinada pelo nível 2 da hierarquia de valor justo, como demonstrado abaixo:

					Controladora	
	Valor de custo		Valor justo		Resultado (1)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados:						
Diesel	992.639	1.267.970	1.005.135	1.274.199	6.267	20.978
Gasolina	922.604	994.657	947.823	995.380	24.496	(11.075)
	1.915.243	2.262.627	1.952.958	2.269.579	30.763	9.903

					Consolidado	
	Valor de custo		Valor justo		Resultado (1)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Produtos acabados:						
Diesel	3.285.652	4.040.460	3.298.148	4.046.689	6.267	20.978
Gasolina	2.034.635	1.770.566	2.059.854	1.771.289	24.496	(11.075)
	5.320.287	5.811.026	5.358.002	5.817.978	30.763	9.903

(1) Reconhecido na rubrica “Custos dos produtos vendidos e dos serviços prestados”.

8.4 Provisão para perdas de estoques

Em 31 de março de 2025, os estoques apresentam-se deduzidos por perdas estimadas de realização, de baixa rotatividade e/ou obsoletos, no montante de R$ 452 e R$ 75.605 (R$ 287 e R$ 193.078 em 2024), Controladora e Consolidado, respectivamente. A movimentação das referidas perdas para o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024 está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	(287)	(416)	(193.078)	(78.657)
Perdas estimadas	(2.172)	(4.087)	(117.559)	(338.784)
Reversões e baixas (1)	2.007	4.179	234.259	222.162
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	-	37	773	2.201
Saldo no final do exercício	(452)	(287)	(75.605)	(193.078)

(1) As reversões de perdas estimadas referem-se, substancialmente, as baixas de estoques em função de itens vendidos e/ou consumidos.

9. Ativos biológicos (Consolidado)

9.1 Política contábil

Os ativos biológicos da Raízen correspondem às canas-de-açúcar em pé cultivadas em lavouras que serão utilizadas como fonte de matéria-prima para a produção de etanol, açúcar e bioenergia no momento da sua colheita.

As áreas cultivadas representam apenas as lavouras de cana-de-açúcar, sem considerar as terras em que estas lavouras se encontram, sendo estas reconhecidas como imobilizado e/ou direito de uso, conforme o caso.

O método de avaliação do valor justo é o fluxo de caixa descontado a valor presente. O modelo de valorização considera o valor presente dos fluxos de caixa esperados a serem gerados, incluindo projeções de até dois anos, considerando as estimativas de data efetiva de corte da cana-de-açúcar em pé.

Mudanças nos valores justos entre os períodos, bem como em sua amortização, são alocadas na demonstração do resultado na rubrica “Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados”.

9.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Os ativos biológicos são mensurados ao valor justo na data de cada balanço patrimonial e os efeitos de variação do valor justo entre os períodos são alocados diretamente no custo dos produtos vendidos.

9.3 Movimentação

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024, a movimentação dos ativos biológicos, encontra-se detalhada a seguir:

	2025	2024
Saldo no início do exercício	4.185.031	4.140.465
Adições de tratos da cana-de-açúcar	2.116.849	2.007.087
Absorção dos custos de cana-de-açúcar colhida	(1.945.843)	(1.992.192)
Mudança no valor justo, líquida de realização (Nota 28) (1)	(801.696)	29.671
Transferências (2)	(39.629)	-
Saldo no final do exercício	3.514.712	4.185.031

(1) Inclui, no exercício findo em 31 de março de 2025, efeito da revisão da vida útil do plantio de cana-de-açúcar (Nota 14).

(2) Transferências para a rubrica “Outros créditos”.

9.4 Premissas

As principais premissas utilizadas na determinação do valor justo, determinado pelo nível 3 da hierarquia de valor justo, foram:

	2025	2024
Área estimada de colheita por hectare	618.095	647.849
Quantidade de quilograma (“Kg”) de Açúcar Total Recuperável ("ATR") por hectare	10,63	11,03
Preço do Kg de ATR médio projetado (R$/Kg)	1,27	1,27
Taxa real de desconto anual	8,75%	5,27%

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia revisou os pressupostos utilizados para o cálculo do ativo biológico, sendo os principais: (i) Redução de área estimada (ii) Redução das Toneladas de Cana por Hectare (“TCH”) média da cana-de-açúcar colhida (iii) Aumento da qualidade da matéria-prima; e, (iv) Aumento na taxa real de desconto anual.

9.5 Análise de sensibilidade

A Companhia avaliou o impacto consolidado sobre o valor justo dos ativos biológicos, em 31 de março de 2025, a título de análise de sensibilidade, considerando a mudança para mais ou para menos de 5% das seguintes premissas: (i) a quantidade de ATR por hectare; (ii) o preço do Kg de ATR médio projetado; e, (iii) a taxa real de desconto anual. Os resultados consolidados da sensibilidade dos ativos biológicos estão apresentados a seguir:

Cenários	Saldo de balanço	Quantidade de ATR	Preço do Kg de ATR	Taxa real de desconto anual	Saldo de valor justo	Impactos no resultado
Aumento de 5%	3.514.712	375.534	281.020	(17.517)	4.153.749	639.037
Redução de 5%	3.514.712	(375.679)	(281.166)	17.529	2.875.396	(639.316)

Em 31 de março de 2025, os valores unitários utilizados na referida análise de sensibilidade estão descritos abaixo:

		Cenários	
Premissas	Indicadores	+ 5%	- 5%
Quantidade de ATR	Kg/hectare	11,16	10,10
Preço do Kg de ATR	R$/Kg	1,33	1,21
Taxa real de desconto anual	% ao ano	9,19%	8,31%

9.6 Outras informações

As atividades operacionais de cultivo de cana-de-açúcar estão expostas às variações decorrentes das mudanças climáticas, pragas, doenças e incêndios florestais e outras forças naturais.

Historicamente, as condições climáticas podem causar volatilidade no setor sucroenergético e, consequentemente, nos resultados operacionais da Companhia, por influenciarem as safras aumentando ou reduzindo as colheitas.

10. Tributos a recuperar

10.1 Política contábil

Os tributos a recuperar são mantidos no ativo principalmente com a finalidade de reconhecer no balanço patrimonial da Raízen os valores contábeis que serão objeto de futura recuperação e/ou ressarcimento.

10.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (“ICMS”) (a)	1.083.760	1.218.264	2.502.811	2.534.248
Programa de Integração Social (“PIS”) e Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (“COFINS”) (b)	7.535.386	6.106.334	11.490.341	8.272.929
Imposto sobre o Valor Agregado (“IVA”) (c)	-	-	87.383	285.702
Outros	3.389	10.581	292.713	370.994
Perda estimada com realização de impostos	(19.901)	(23.497)	(48.774)	(54.519)
	8.602.634	7.311.682	14.324.474	11.409.354
Circulante	(3.481.436)	(2.471.543)	(5.589.190)	(4.750.646)
Não circulante	5.121.198	4.840.139	8.735.284	6.658.708

(a) ICMS

Decorrem, substancialmente, de operações interestaduais de distribuição de derivados de petróleo, nas quais a carga tributária do estado de destino é inferior àquela retida pelo fornecedor, conforme Convênio 110/07. A forma de ressarcimento é mediante formalização de processo junto aos Estados brasileiros, onde após o deferimento do pedido, o pagamento é efetuado pelo substituto tributário, no caso a refinaria, por meio de crédito em conta bancária e créditos outorgados de ICMS concedidos pelos estados, conforme previsto na Emenda Constitucional nº 123/2023 ("EC nº 123/2023").

Com o intuito de utilizar os saldos credores de ICMS, a Companhia revisa internamente determinadas atividades, em especial a revisão logística das operações com alterações de polos de suprimento. Adicionalmente, há solicitações de regimes especiais junto a determinadas autoridades dos fiscos estaduais, solicitação de autorização para transferência de saldos entre filiais do mesmo estado e análise de venda de créditos para terceiros.

O saldo de ICMS a recuperar apresentado nessas demonstrações financeiras reflete o montante que a Companhia espera realizar, reduzido de provisão para perda dos créditos para os quais a Administração não tem expectativa de realização.

(b) ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS

Em 15 de março de 2017, o Supremo Tribunal Federal ("STF") concluiu o julgamento do Recurso Extraordinário ("RE") nº 574.706 e, sob a sistemática da repercussão geral, fixou a tese de que o ICMS não compõe a base de cálculo do PIS e da COFINS, uma vez que este valor não constitui receita / faturamento da Companhia, ou seja, os contribuintes têm o direito de excluir o valor relativo ao ICMS destacado na nota fiscal da base de cálculo do PIS e COFINS.

Em 2018, a Companhia reconheceu os créditos referentes aos períodos posteriores a março de 2017, com base na decisão proferida naquela data pelo STF. Adicionalmente, os valores reconhecidos, relativos a períodos anteriores, para as empresas do grupo com decisões finais favoráveis sobre a referida matéria, ou seja, com trânsito em julgado, foram apurados a partir dos sistemas contábeis e fiscais, considerando o montante de ICMS destacado nas notas fiscais. A acuracidade dos valores foi testada mediante cruzamento das informações com as obrigações acessórias pertinentes.

Desde a adoção da sistemática do regime de não cumulatividade do PIS e da COFINS, a Companhia vem pleiteando judicialmente o direito de excluir o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS, onde concluiu que foi alcançada a segurança jurídica necessária para o reconhecimento de créditos tributários oriundos de determinadas ações judiciais transitadas em julgado para todo o período a partir de 5 anos da data de distribuição das ações e, no caso dos processos sem trânsito em julgado, os créditos após 2 de outubro de 2017, de forma prospectiva, conforme conclusão do *leading case* dando direito de causa aos contribuintes, para os quais foram reconhecidos no ativo os referidos créditos fiscais.

Em 13 de maio de 2021, o STF concluiu o julgamento sobre a modulação dos efeitos da decisão que excluiu o ICMS da base de cálculo do PIS e da COFINS (RE nº 574.706), bem como confirmou que o ICMS a ser considerado no tema é o destacado na nota fiscal, e não o recolhido, reconhecendo créditos desta natureza, referente aos períodos de abril de 2011 a dezembro de 2014.

(c) IVA

Refere-se a tributo federal aplicável na Argentina sobre transações comerciais com clientes e fornecedores, cujo fato gerador, apuração e pagamento ocorre mensalmente.

10.3 Movimentação – Controladora

	2025				
	ICMS	PIS e COFINS	Outros	Créditos fiscais sobre o lucro (Nota 19.4)	Total
Saldo no início do exercício	1.218.264	6.106.334	10.581	655.910	7.991.089
Geração de créditos (1)	221.083	1.756.559	-	78.176	2.055.818
Compensações	(334.687)	(338.687)	-	(237.826)	(911.200)
Atualização monetária	342	11.180	-	26.755	38.277
Outros	(21.242)	-	(7.192)	-	(28.434)
Saldo no final do exercício	1.083.760	7.535.386	3.389	523.015	9.145.550

	2024				
	ICMS	PIS e COFINS	Outros	Créditos fiscais sobre o lucro (Nota 19.4)	Total
Saldo no início do exercício	1.338.914	5.258.782	10.571	538.807	7.147.074
Integralização de capital	(936)	-	-	-	(936)
Geração de créditos (1)	99.576	1.558.424	-	95.597	1.753.597
Ressarcimentos e restituições	(202.924)	-	-	-	(202.924)
Compensações	(20.565)	(710.872)	-	(11.171)	(742.608)
Atualização monetária	549	-	-	32.677	33.226
Outros	3.650	-	10	-	3.660
Saldo no final do exercício	1.218.264	6.106.334	10.581	655.910	7.991.089

(1) Inclui saldo de ressarcimentos e restituições de ICMS.

10.4 Movimentação – Consolidado

	2025					
	ICMS	PIS e COFINS	IVA	Outros (2)	Créditos fiscais sobre o lucro (Nota 19.4.1)	Total
Saldo no início do exercício	2.534.248	8.272.929	285.702	370.994	1.088.260	12.552.133
Combinação de negócios (Nota 33.2)	-	128	-	-	166	294
Geração de créditos (1)	585.479	4.695.438	851.726	228.137	1.227.874	7.588.654
Compensações	(596.446)	(1.419.678)	(1.078.327)	(417.568)	(1.296.012)	(4.808.031)
Atualização monetária	1.667	14.173	-	-	48.220	64.060
Outros	(22.137)	(72.649)	28.282	111.150	(12.554)	32.092
Saldo no final do exercício	2.502.811	11.490.341	87.383	292.713	1.055.954	15.429.202

	2024					
	ICMS	PIS e COFINS	IVA	Outros (2)	Créditos fiscais sobre o lucro (Nota 19.4.1)	Total
Saldo no início do exercício	2.530.065	6.869.082	673.790	550.484	1.276.983	11.900.404
Geração de créditos (1)	297.806	2.966.006	385.296	-	393.839	4.042.947
Compensações	(471.059)	(1.564.349)	(757.576)	(139.930)	(627.376)	(3.560.290)
Atualização monetária	4.920	2.190	-	-	55.899	63.009
Outros	172.516	-	(15.808)	(39.560)	(11.085)	106.063
Saldo no final do exercício	2.534.248	8.272.929	285.702	370.994	1.088.260	12.552.133

(1) Inclui saldo de ressarcimentos e restituições de ICMS.

(2) Estão representados, substancialmente, por créditos de Imposto sobre Produtos Industrializados ("IPI"), Regime especial de reintegração de valores tributários para empresas exportadoras ("Reintegra") e outros.

10.5 Principais créditos tributários reconhecidos no resultado do exercício

(a) Em 31 de março de 2025

ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS

Em 10 de abril de 2024, a Companhia, por meio da controlada direta Blueway, obteve o deferimento pela Receita Federal do Brasil ("RFB") do pedido de habilitação de crédito tributário, no montante de R$ 1.824.019, determinando pela exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS. Referido crédito tributário está suportado por parecer de consultoria especializada e, com base no trânsito em julgado ocorrido em 26 de junho de 2020, nos autos da ação declaratória nº 0030931-21.2017.4.02.5101, da 18ª Vara Federal do Rio de Janeiro-RJ que determinou a restituição dos valores recolhidos indevidamente.

Referido crédito, acima descrito, no montante de R$ 1.824.019, após satisfeitos os critérios de reconhecimento avaliados pela Companhia, foi registrado no resultado consolidado do exercício findo em 31 de março de 2025, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", em contrapartida a rubrica "Tributos a recuperar", no ativo não circulante.

Crédito presumido nas aquisições de cana-de-açúcar

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a RESA e suas controladas reconheceram na rubrica "Tributos a recuperar", créditos fiscais no montante consolidado de R$ 312.651 (R$ 119.391 em 2024), oriundos dos benefícios do crédito presumido nas aquisições de cana-de-açúcar destinada a produção de açúcar exportado (35% sobre 9,25% do valor das aquisições de cana-de-açúcar na proporção relativa à exportação de açúcar), conforme artigo 8º da Lei nº 10.925/2004.

Referidos créditos fiscais, no montante de R$ 312.651, foram registrados em contrapartida no resultado consolidado do exercício findo em 31 de março de 2025, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 29).

(b) Em 31 de março de 2024

Leis Complementares nº 192/2022 e nº 194/2022 ("LC nº 192/22" e "LC nº 194/22", respectivamente) e outros

Em 11 de março de 2022, foi publicada a LC nº 192/22 com o objetivo de reduzir a carga tributária na cadeia de combustíveis. O art. 9º da referida lei estabeleceu a redução a zero até 31 de dezembro de 2022 das alíquotas do PIS e COFINS incidentes sobre óleo diesel, biodiesel e gás liquefeito de petróleo ("GLP"), garantindo ao mesmo tempo a manutenção dos créditos vinculados a toda cadeia econômica.

Em 18 de maio de 2022, a Medida Provisória nº 1.118/22 ("MP nº 1.118/22") foi publicada para alterar a LC nº 192/22 de modo a excluir o direito aos créditos de PIS e COFINS vinculados à aquisição de óleo diesel, GLP e biodiesel. Frente a este ato do Poder Executivo, foi ajuizado em 2 de junho de 2022 a Ação Direta de Inconstitucionalidade nº 7181 para questionar o dispositivo da MP nº 1.118/22. Em 21 de junho de 2022, o Plenário do STF referendou por unanimidade a decisão monocrática anterior que considerou inconstitucional a referida medida provisória por desrespeito ao princípio da anterioridade nonagesimal.

Em razão da liminar e da ausência de conversão em lei da MP nº 1.118/22, restou vigente o texto da LC nº 192/22, que garantia a todas as pessoas jurídicas da cadeia de combustíveis, incluindo as controladas da Raízen, a manutenção dos créditos de PIS e COFINS vinculados àquelas operações no período de 11 de março 2022 (da data de publicação da LC nº 192/22) a 15 de agosto de 2022 (noventa dias após a data de publicação da MP nº 1.118/22 que restringia o direito ao crédito dos contribuintes), quando esta começou produzir efeitos, de acordo com o decidido pelo STF.

Neste sentido a Raízen e suas controladas, assessorada por especialistas jurídicos externos e internos e após satisfeitos os critérios de reconhecimento avaliados pela Companhia, reconheceu no resultado do exercício findo em 31 de março de 2024, os créditos tributários de PIS e COFINS no montante consolidado de R$ 385.327.

Em relação a LC nº 194/22, que restringiu o direito ao crédito de PIS e COFINS sobre aquisição do diesel, combustível de aviação e gás liquefeito de petróleo ("GLP"), reproduzindo a redação da MP nº 1.118/22, publicada ainda sob período de noventena, acarretou aumento da carga tributária. Dessa forma, amparadas por pareceres de especialistas jurídicos externos e internos, deveria respeitar-se o princípio constitucional da anterioridade nonagesimal. Assim, a Companhia e suas controladas, reconheceram créditos de PIS e COFINS, relativos ao período de 16 de agosto a 21 de setembro de 2022, no montante consolidado de R$ 1.080.981, reconhecido no resultado do exercício findo em 31 de março de 2024.

Adicionalmente, as controladas Sabbá e Mime, durante exercício findo em 31 de março de 2024, obtiveram sentença favorável mediante trânsito em julgado para reconhecimento de créditos fiscais extemporâneos de PIS e COFINS, no montante de R$ 13.523, relativos aos pagamentos a maior destes tributos sobre operações de importação e comercialização de combustíveis, relativos ao período de 21 de julho a 18 de outubro de 2017, que se sucederam aos Decretos nº 9.101 e 9.112 de 2017.

Referidos créditos, acima descritos, no montante de R$ 1.479.831 foram registrados no resultado consolidado do exercício findo em 31 de março de 2024, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 29) em contrapartida a rubrica "Tributos a recuperar".

O saldo de PIS e COFINS a recuperar apresentado nessas demonstrações financeiras, exceto pelo crédito decorrente exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS reconhecido neste exercício pela controlada Blueway, reflete o montante que a Companhia e suas controladas espera realizar, reduzido de provisão para perda dos créditos para os quais a Administração não tem expectativa de realização, quando aplicável. Considerando as estimativas da Administração, a expectativa do prazo de realização dos créditos de PIS e COFINS é de até 10 anos.

11. Partes relacionadas

11.1 Política contábil

A Raízen e suas controladas possui uma gestão totalmente integrada de fluxo de caixa, cujos principais instrumentos utilizados para a gestão do caixa estão descritos a seguir:

- Contrato de Gestão de Recursos Financeiros – Operação utilizada entre empresas domiciliadas no Brasil

  A controlada RESA, como centralizadora das atividades corporativas da Companhia e suas controladas, é responsável pela gestão do caixa, com base no referido contrato.

  Tais operações, incluindo o recebimento e/ou pagamento de juros, estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa, no fluxo de caixa de financiamento.

- PPE – Operação utilizada entre empresas domiciliadas no Brasil e empresas domiciliadas no exterior

Em determinadas situações, as controladas da Raízen domiciliadas no exterior, captam recursos no mercado financeiro internacional e na sequência os repassam às empresas da Raízen domiciliadas no Brasil, na forma de contratos de PPE. Os referidos contratos são formalizados com lastro em volumes de exportação de produtos suficientes para liquidação dos contratos.

Tais operações estão apresentadas na demonstração dos fluxos de caixa de investimentos quando concedidos (saída de recursos) e, quando recebidos (entrada de recursos), na demonstração dos fluxos de caixa de financiamento.

As transações financeiras, operacionais e contratuais com partes relacionadas, são celebradas em condições razoáveis e comutativas, em linha com as que prevalecem no mercado ou em que a Companhia contrataria com terceiros.

11.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Ativo				
Classificação do ativo por moeda:				
No País (moeda nacional)	1.203.668	1.696.518	1.714.554	2.042.168
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	221.579	288.114	695.684	318.594
	1.425.247	1.984.632	2.410.238	2.360.762
Operações financeiras (b)				
Nordeste Logística I S.A.	8.272	7.252	8.272	7.252
Latitude Logística Portuária S.A.	-	-	7.514	20.044
Navegantes Logística Portuária S.A.	37.743	14.583	37.742	14.583
Rio Power Participações S.A.	-	-	2.634	-
	46.015	21.835	56.162	41.879
Operações comerciais, administrativas (c)				
Grupo Rumo	231.579	227.196	310.895	321.120
Grupo Agricopel	3.530	363	115.699	93.316
Raízen Energia S.A. e suas controladas	136.121	116.711	-	-
Raízen Paraguay S.A.	7.911	15.464	459.436	-
Grupo Shell	86.681	174.038	224.388	309.723
Centroeste Distribuição de Derivados de Petróleo S.A.	81.267	179.145	-	-
Raízen Mime Combustíveis S.A.	110.802	117.184	-	-
Raízen Argentina S.A.	85.127	102.625	-	-
Petróleo Sabbá S.A.	142.849	161.909	-	-
Outros	80.668	31.931	248.707	180.474
	966.535	1.126.566	1.359.125	904.633
Operações contratuais (*framework agreement*) e outros (d)				
Shell Brazil Holding B.V.	362.128	678.589	362.253	678.589
Shell Brasil Petróleo Ltda.	38.000	145.108	38.000	145.108
Cosan S.A.	11.585	10.643	585.690	581.491
Outros	-	-	9.008	9.062
	411.713	834.340	994.951	1.414.250
Ações preferenciais e outros (e)				
Raízen Mime Combustíveis S.A.	984	1.891	-	-
	984	1.891	-	-
Total do ativo	1.425.247	1.984.632	2.410.238	2.360.762
Circulante	(928.304)	(1.098.805)	(1.609.184)	(1.119.783)
Não circulante	496.943	885.827	801.054	1.240.979

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo				
Classificação do passivo por moeda:				
No País (moeda nacional)	9.751.531	1.501.183	2.507.239	2.247.514
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	11.047.149	9.815.564	3.341.124	3.789.081
	20.798.680	11.316.747	5.848.363	6.036.595
Gestão de recursos financeiros (a)				
Raízen Energia S.A. e suas controladas	8.448.815	426.532	-	-
Operações financeiras e outros (b)				
Raízen Fuels Finance S.A.	8.601.556	7.410.221	-	-
Outros	-	-	50	50
	8.601.556	7.410.221	50	50
Operações comerciais e administrativas (c)				
Grupo Shell	2.439.995	2.405.332	3.341.124	3.789.081
Raízen Energia S.A. e suas controladas	162.774	295.932	-	-
Petróleo Sabbá S.A.	194.088	32.511	-	-
Grupo Rumo	905	2.145	17.450	46.020
Raízen Mime Combustíveis S.A.	65.839	37.228	-	-
Raízen Argentina S.A.	16.987	15.089	-	-
Blueway Trading Importação e Exportação S.A.	174.649	378.360	-	-
Outros	7.815	38.127	47.303	78.552
	3.063.052	3.204.724	3.405.877	3.913.653
Operações contratuais (*framework agreement*) (d)				
Shell Brazil Holding B.V.	442.205	42.204	442.205	42.204
Shell Brasil Petróleo Ltda.	4.307	4.038	4.307	4.038
Cosan S.A.	-	-	535.945	521.682
Outros	320	320	1.768	523
	446.832	46.562	984.225	568.447
Ações preferenciais e outros (e)				
Shell Brazil Holding B.V.	205.231	195.592	205.231	195.592
Posto Mime S.A.	-	-	220.731	-
Tupinambá Energia e Publicidade S.A. ("Tupinambá")	-	-	-	14.375
	205.231	195.592	425.962	209.967
Passivo de arrendamento (Nota 17.4) (f)				
Radar Propriedades Agrícolas S.A.	-	-	149.809	234.732
Aguassanta Desenvolvimento Imobiliário S.A.	-	-	72.158	117.213
Nova Agrícola Ponte Alta S.A.	-	-	84.299	113.648
Aguassanta Agrícola S.A.	-	-	55.589	67.132
Jatobá Propriedades Agrícolas Ltda.	-	-	64.804	76.207
Nova Amaralina S.A. Propriedades Agrícolas	-	-	45.459	58.064
Proud Participações S.A.	-	-	35.560	50.921
Terrainvest Propriedades Agrícolas S.A.	-	-	59.519	60.487
Vale da Ponte Alta S.A.	-	-	64.792	76.201
Bioinvestiments Negócios e Participações S.A.	-	-	41.797	53.431
Palermo Agrícola S.A.	-	-	58.632	93.657
Seringueira Propriedades Agrícolas Ltda.	-	-	49.116	51.529
Agrobio Investimento e Participações S.A.	-	-	93.740	98.625
Outros	33.194	33.116	156.975	192.631
	33.194	33.116	1.032.249	1.344.478
Total do passivo	20.798.680	11.316.747	5.848.363	6.036.595
Circulante	(9.560.886)	(1.709.230)	(1.815.563)	(2.372.978)
Não circulante	11.237.794	9.607.517	4.032.800	3.663.617

(a) GRF

O montante registrado no passivo da controladora, no montante de R$ 8.448.815 (R$ 426.532 em 2024), refere-se a recursos recebidos para execução de atividades de GRF para suprimento de capital de giro da Companhia. A Companhia registrou, no exercício findo em 31 de março de 2025, despesas financeiras no montante de R$ 696.483 (R$ 953.361 em 2024), em função desta administração, nos termos do contrato vigente.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a controlada em conjunto Rede Integrada de Lojas de Conveniência e Proximidade S.A. ("Grupo Nós") captou recursos junto a controlada RESA, no montante de R$ 100.000, no âmbito do contrato de GRF. Sobre estes recursos, a RESA auferiu receitas financeiras no montante de R$ 5.098, em função da administração de recursos, nos termos do referido contrato. Referido saldo foi integralmente pago pelo Grupo Nós naquele exercício.

As remunerações e as despesas relacionadas ao contrato de gestão de recursos são calculadas mediante a aplicação de juros reais determinados pela taxa de mercado CDI sobre os saldos mensais em aberto, com vencimentos acordados entre as partes, que não excedem 12 meses.

(b) Operações financeiras

O quadro abaixo apresenta, em 31 de março de 2025 e 2024, as informações dos mútuos concedidos às coligadas:

			Consolidado		
			Valor atualizado em R$		
Coligadas	Indexadores	Data do contrato	2025	2024	Vencimentos
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	17/07/2023	16.631	14.583	Até 3 anos
Latitude Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	03/08/2023	-	7.239	Até 1 ano
Nordeste Logística I S.A.	CDI + 2,5% a.a.	28/09/2023	8.272	7.252	Até 4 anos
Latitude Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	10/10/2023	-	4.870	Até 1 ano
Latitude Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	02/02/2024	-	3.636	Até 1 ano
Latitude Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	13/03/2024	-	4.299	Até 1 ano
Latitude Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	27/05/2024	3.016	-	Até 1 ano
Latitude Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	04/07/2024	4.498	-	Até 1 ano
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	30/07/2024	14.222	-	Até 3 anos
Rio Power Participações S.A.	CDI + 2,5% a.a.	07/01/2025	2.634	-	Até 3 anos
Navegantes Logística Portuária S.A.	CDI + 2,5% a.a.	20/02/2025	6.889	-	Até 1 ano
			56.162	41.879	
Circulante			(14.403)	(20.044)	
Não circulante			41.759	21.835	

Em 31 de março de 2025 e 2024, o montante registrado no passivo da controladora Raízen refere-se, principalmente, a contratos de PPEs devidos à controlada indireta Raízen Fuels, conforme demonstrado abaixo:

				Taxa média efetiva			
Contratos	Moeda	Valor principal em moeda estrangeira	Vencimentos	2025	2024	2025	2024
PPE	US$	350.000	05/03/2034	6,98%	6,62%	2.027.970	1.746.468
PPE	US$	639.623	05/03/2034	6,98%	6,62%	3.754.565	3.210.368
PPE	US$	488.599	04/03/2054	7,48%	7,19%	2.819.021	2.453.385
						8.601.556	7.410.221
Circulante						(42.006)	(35.598)
Não circulante						8.559.550	7.374.623

Valor justo

Em 31 de março de 2025 e 2024, o saldo de valor justo do risco protegido vinculados aos empréstimos e financiamentos e que são determinados pelo nível 2 da hierarquia de valor justo, está demonstrado abaixo:

			Controladora	
	Sado de valor justo (1)		Resultado financeiro (Nota 30)	
Modalidade	2025	2024	2025	2024
PPE	72.386	(9.919)	82.305	(9.919)
	72.386	(9.919)	82.305	(9.919))

(1) Em 31 de março de 2025 e 2024, o valor contábil das referidas dívidas, incluindo o saldo de valor justo do risco protegido, é de R$ 5.782.535 e R$ 1.746.468, respectivamente.

(c) Operações comerciais, administrativas e outros

Os montantes registrados no ativo referem-se a operações comerciais de venda de produtos, tais como: gasolina, diesel, combustível de aviação, etanol, açúcar e outros materiais, assim como adiantamentos para aquisição de cana-de-açúcar e operações de elevação portuária (movimentação física do açúcar desde os armazéns até os navios no porto, para exportação).

Os montantes registrados no passivo referem-se a operações comerciais de compra de produtos e prestação de serviços tais como: etanol, diesel, gasolina, fretes rodoviários e ferroviários, armazenagem, açúcar, cana-de-açúcar, adiantamentos de clientes para exportação de açúcar e concessão de licenças do uso da marca Shell.

(d) Operações contratuais (*framework agreement*) e outros

Os montantes registrados no ativo e passivo se referem, substancialmente, a saldos recobráveis (dos) ou restituíveis (aos) acionistas da Raízen por estarem relacionados ao período anterior à formação da Raízen no ano de 2011.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia registrou saldo de recobrável a pagar à Shell, no montante de R$ 396.152, em contrapartida a rubrica "Tributos a recuperar", relacionado a exclusão do ICMS sobre a base de cálculo de PIS e COFINS, referente ao período de maio de 2002 a março de 2011.

Adicionalmente, durante o exercício corrente, a Companhia realizou baixas parciais do saldo de recobrável a receber da acionista Shell, no montante de R$ 258.527, relacionado, principalmente, a: (i) demandas judiciais cíveis (Nota 22.4), de autuação da referida acionista por práticas supostamente ilegais sobre preço de revenda de combustíveis, ocorridas em 2006 e 2007, cujo caso antecedeu a formação da Raízen; e, (ii) demandas judiciais tributárias (Nota 22.5), de autuação da referida acionista por suposto descumprimento de obrigação acessória, no período de 2001 a 2004, referente a metodologia de cálculo de créditos de ICMS no Estado de São Paulo.

Em Assembleia Geral Extraordinária realizada em 1º de junho de 2023, os acionistas controladores em conjunto do Grupo Nós aprovaram aumento de capital mediante a conversão integral do AFAC, no valor de R$ 45.000.

(e) Ações preferenciais e outros

O saldo apresentado no ativo da controladora em 31 de março de 2025 e 2024, refere-se a créditos de ações preferenciais a receber da controlada Raízen Mime relacionados ao ganho auferido em determinados desinvestimentos realizados.

Em 14 de agosto de 2023, os acionistas da Raízen Mime aprovaram em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária ("AGOE") a destinação de dividendos preferenciais classe B à Companhia, no montante de R$ 912, os quais foram integralmente recebidos em 31 de março de 2024.

Em 31 de março de 2025, foram destinados dividendos preferenciais classe B à Companhia, no montante de R$ 908 (R$ 908 em 2024), os quais serão submetidos à aprovação em assembleia de acionistas.

O saldo apresentado no passivo consolidado decorre, substancialmente, de créditos fiscais a reembolsar à Shell, quando efetivamente aproveitados pela Raízen, determinados pelos saldos de prejuízos fiscais e base negativa da contribuição social de períodos anteriores à formação da Raízen no ano de 2011.

O montante devido ao Posto Mime S.A. ("Posto Mime"), refere-se ao capital a ser integralizado em moeda corrente nacional pela controlada direta Raízen Serviços e Participações, no montante de R$ 173.646, com vencimento em até 5 anos a contar da data da AGE realizada em 1º de outubro de 2024, sob o qual incide atualização monetária indexada ao CDI. Ainda, conforme previsto no contrato de compra e venda, a controlada direta Raízen Serviços reconheceu o montante de R$ 45.612 referente ao compromisso assumido a título de *earn-out* por performance operacional e deverá ser liquidado no prazo de até 5 anos. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, os juros reconhecidos como despesa financeira no resultado foram de R$ 13.852.

Adicionalmente, o saldo devido à Tupinambá, no montante de R$ 14.375, referente à integralização de capital pela controlada indireta Bio Barra, foi totalmente integralizado durante o exercício findo em 31 de março de 2025.

(f) Passivo de arrendamento

Em 31 de março de 2025 e 2024, a movimentação do passivo de arrendamento está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	33.116	104.336	1.344.478	1.233.109
Adições	-	33.944	-	167.737
Baixas	-	-	(12.091)	(19.927)
Baixa por incorporação (Nota 13.6)	-	(100.515)	-	-
Pagamentos de principal e juros	(5.494)	(13.113)	(395.354)	(320.829)
Juros	5.434	8.464	116.031	127.167
Amortizações por adiantamentos e outros	-	-	(12.327)	109.334
Remensurações	138	-	(8.488)	47.887
Saldo no final do exercício	33.194	33.116	1.032.249	1.344.478
Circulante	(1.021)	(951)	(242.220)	(309.869)
Não circulante	32.173	32.165	790.029	1.034.609

11.3 Transações com partes relacionadas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Venda de produtos				
Grupo Shell (7)	1.342.515	1.577.101	2.519.709	2.881.947
Grupo Rumo (4)	2.116.560	2.205.222	2.407.025	2.250.508
Grupo Agricopel (5)	66.296	121.012	1.538.557	1.493.044
Raízen Energia S.A. e suas controladas	1.548.244	1.402.782	-	-
Raízen Paraguay S.A.	-	-	1.227.700	-
Petróleo Sabbá S.A.	4.582.337	4.995.497	-	-
Centroeste Distribuição de Derivados de Petróleo S.A.	3.355.518	191.097	-	-
Raízen Mime Combustíveis S.A.	2.662.884	2.593.058	-	-
Outros	13.047	8.571	121.482	22.155
	15.687.401	13.094.340	7.814.473	6.647.654
Compra de mercadorias e serviços				
Raízen Energia S.A. e suas controladas (6)	(3.411.488)	(2.867.303)	-	-
Grupo Shell (7)	(221.339)	(9.982)	(4.930.460)	(4.999.198)
Grupo Rumo (4)	(206.443)	(242.115)	(575.689)	(899.648)
Grupo Agricopel (5)	(15.099)	(48.864)	(52.326)	(105.126)
Logum Logística S.A.	(59.236)	(79.290)	(114.799)	(138.198)
Centroeste Distribuição de Derivados de Petróleo S.A.	(234.729)	(25.993)	-	-
Cosan Lubrificantes e Especialidades S.A.	-	-	(58.362)	(57.935)
Blueway Trading Importação e Exportação S.A. (6)	(8.345.622)	(4.605.343)	-	-
Petróleo Sabbá S.A. (6)	(1.091.000)	(2.249.777)	-	-
Raízen Mime Combustíveis S.A.	(699.705)	(552.772)	-	-
Outros	(76.532)	(15.022)	(173.372)	(123.696)
	(14.361.193)	(10.696.461)	(5.905.008)	(6.323.801)
Despesas financeiras, líquidas (1)				
Raízen Energia S.A. e suas controladas	(2.472.956)	(1.096.120)	-	-
Grupo Shell (7)	(177.283)	(265.550)	(186.645)	(266.298)
Grupo Radar	-	-	(44.943)	(54.600)
Saturno Investimentos Imobiliários Ltda.	-	(3.053)	-	-
Outros	2.507	(883)	(56.521)	(52.967)
	(2.647.732)	(1.365.606)	(288.109)	(373.865)
Receitas de serviços e outros, líquidas (2)				
Raízen Energia S.A. e suas controladas	5.286	6.029	-	-
Petróleo Sabbá S.A.	22.231	15.463	-	-
Raízen Argentina S.A.	47.179	20.114	-	-
Raízen Mime Combustíveis S.A.	10.257	6.342	-	-
Grupo Rumo	-	-	34.029	34.619
Comgás – Companhia de Gás de São Paulo	-	-	12.684	13.136
Grupo Agricopel	4.336	3.482	89.403	72.158
Shell Brazil Holding B.V.	6.382	32.564	6.398	32.564
Raízen Paraguay S.A.	8.227	7.746	1.229	-
Outros	17.897	14.897	62.740	64.453
	121.795	106.637	206.483	216.930
Despesas de serviços, líquidas (3)				
Raízen Energia S.A. e suas controladas	(209.306)	(185.148)	-	-
Shell Brands International AG	(292.588)	(215.244)	(336.440)	(402.234)
Shell Aviation Limited	(1.120)	(2.524)	(1.120)	(2.524)
Outros	(26.070)	(16.307)	(10.989)	(21.628)
	(529.084)	(419.223)	(348.549)	(426.386)

(1) Correspondem, principalmente a: (i) juros e variação cambial dos PPEs, captados juntos à controlada indireta Raízen Fuels; (ii) resultados auferidos no âmbito do contrato de gestão de recursos financeiros entre as sociedades; (iii) juros sobre contas a pagar à Shell pelo licenciamento de uso da marca; (iv) juros sobre mútuos concedidos à coligadas; e, (v) demais variações cambiais e juros.

(2) Referem-se a: (i) cobrança de gastos com o compartilhamento dos custos corporativos, gerenciais e operacionais.

(3) Referem-se a: (i) gastos com o compartilhamento dos custos corporativos, gerenciais e operacionais com a RESA e (ii) gastos com suporte técnico, manutenção de processo de faturamento e cobrança, comissões na venda de combustível de aviação e *secondees* junto a Shell.

(4) O termo Grupo Rumo refere-se às operações ferroviárias e portuárias representadas pelas sociedades Rumo S.A., Logispot Armazéns Gerais S.A., Rumo Malha Sul S.A., Rumo Malha Oeste S.A., Rumo Malha Paulista S.A., Rumo Malha Norte S.A., Rumo Malha Central S.A., Portofer Transporte Ferroviário Ltda., ALL Armazéns Gerias Ltda., Terminal São Simão S.A., América Latina Logística Intermodal S.A. e Brado Logística S.A..

(5) O termo Grupo Agricopel refere-se, principalmente, às operações de comércio de combustíveis representadas, principalmente, pelas sociedades Agricopel Comércio de Derivados de Petróleo Ltda., Posto Agricopel Ltda., Agricopel Diesel Paraná Ltda. e Bluadm Administradora de Bens Ltda., cujo relacionamento se dá por meio da FIX Investimentos Ltda., que é o acionista não controlador da Raízen Mime.

(6) As transações de compra da Companhia, está representada, substancialmente, por aquelas originadas de importações de etanol e derivados no mercado externo pela controlada Blueway.

(7) O termo Grupo Shell refere-se, principalmente, às operações comerciais pelas sociedades Shell Aviation Limited, Shell Overseas Investments B.V., Shell Trading Rotterdam, Shell Companhia Argentina, Shell Trading US Company, Pilipinas Shell Petroleum Corporation e concessão de licenças do uso da marca Shell pela sociedade Shell Brands International AG ("Shell Brands").

11.4 Garantias

Considerando que a Raízen opera uma tesouraria corporativa centralizada, a Companhia é garantidora de determinadas dívidas de suas controladas.

11.5 Diretores e membros do Conselho de Administração

A remuneração fixa e variável das pessoas chave da Raízen e suas controladas, incluindo diretores estatutários e membros do Conselho de Administração, registrada no resultado dos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

	2025	2024
Remuneração regular	(111.531)	(94.265)
Bônus e outras remunerações variáveis	(51.681)	(97.721)
Pagamento baseado em ações	(21.135)	(24.565)
Total da remuneração	(184.347)	(216.551)

A Companhia compartilha as estruturas e os custos corporativos, gerenciais e operacionais de sua controlada RESA. O pessoal-chave da Administração também é composto por empregados da RESA e os custos são transferidos à Companhia através da emissão de nota de débito.

12. Ativos de contratos com clientes

12.1 Política contábil

Os ativos de contratos com clientes correspondem, principalmente, às bonificações concedidas a clientes da Raízen e estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento de combustíveis. À medida que as condições contratuais são atingidas, as bonificações são amortizadas e reconhecidas no resultado, na rubrica "Receita operacional liquida".

12.2 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	2.351.317	2.409.660	3.157.993	3.231.267
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	-	(345.219)	-
Integralização de capital	-	(77.937)	-	-
Adições	477.074	550.591	642.103	741.514
Amortização (Nota 27.3)	(477.785)	(530.997)	(612.227)	(667.470)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	33.545	(147.318)
Saldo no final do exercício	2.350.606	2.351.317	2.876.195	3.157.993
Circulante	(512.594)	(497.918)	(636.314)	(633.437)
Não circulante	1.838.012	1.853.399	2.239.881	2.524.556

13. Investimentos

13.1 Política contábil

Os investimentos nas entidades sobre as quais a Companhia exerce influência significativa ou controle compartilhado são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial, sendo inicialmente contabilizados no balanço patrimonial ao custo, adicionados das mudanças após a aquisição da participação societária.

A demonstração do resultado reflete a parcela dos resultados das operações das controladas com base no método da equivalência patrimonial. Quando uma mudança for diretamente reconhecida no patrimônio líquido da controlada, coligada e *joint venture,* a Companhia reconhecerá esse fato, quando aplicável, na demonstração das mutações do patrimônio líquido.

Após a aplicação do método da equivalência patrimonial, a Companhia determina se é necessário reconhecer perda adicional do valor recuperável sobre o investimento da Companhia em sua controlada, coligada e *joint venture*. A Companhia determina, em cada data de fechamento do balanço patrimonial, se há evidência objetiva de que o investimento sofreu perda por redução ao valor recuperável. Se assim for, a Companhia calcula o montante de perda por redução ao valor recuperável como a diferença entre o valor recuperável da controlada, coligada e *joint venture* e o valor contábil e reconhece o montante na demonstração do resultado.

As políticas contábeis das coligadas e *joint ventures* são alteradas, quando necessário, para assegurar consistência com as políticas adotadas pela Companhia.

Os dividendos e JCP recebidos dos investimentos em controladas, no caso das demonstrações financeiras individuais, em coligadas e *joint ventures* são classificados como fluxo de caixa das atividades de investimento.

13.2 Composição

					Controladora	
				Investimentos	Equivalência patrimonial	
	País	Negócio	Percentual de participação	2025	2024	2025	2024
Valor contábil da participação							
Controladas							
Raízen Argentina e controladas	Argentina	Comércio e refino de combustíveis	100,00%	5.215.378	3.751.290	1.081.625	492.587
Raízen Energia S.A.	Brasil	Produção e comercialização de etanol, açúcar e bioenergia	100,00%	15.122.095	20.000.098	(6.076.416)	(1.274.660)
Payly Holding Ltda.	Brasil	Meios de pagamento	100,00%	-	2.030	(26.001)	(10.915)
Petróleo Sabbá S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	80,00%	1.632.439	1.552.557	106.398	292.173
Raízen Mime Combustíveis S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	76,00%	424.011	363.813	79.624	120.062
Blueway Trading Importação e Exportação S.A.	Brasil	Importação e exportação	100,00%	2.520.453	1.162.904	1.368.449	449.252
Centroeste Distribuição (Nota 33)	Brasil	Comércio de combustíveis	89,00%	269.913	191.658	105.212	7.317
Sabor Raiz Alimentação S.A.	Brasil	Alimentação	69,35%	205	222	(17)	(15)
Raizen Trading DMCC	Emirados Árabes Unidos	*Trading*	100,00%	-	82	(146.325)	-
Saturno Investimentos Imobiliários Ltda. (Nota 13.6)	Brasil	Investimentos imobiliários	99,99%	-	-	-	10.284
Raízen Serviços e Participações	Brasil	Serviços e participações	100,00%	30.421	-	(9.579)	-
				25.214.915	27.024.654	(3.517.030)	86.085
Controlada em conjunto							
Grupo Nós	Brasil	Lojas de conveniências e proximidade	50,00%	-	35.377	(189.514)	(204.871)
Raízen Paraguay S.A. (Nota 13.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	42,48%	169.055	167.038	59.400	34.647
				169.055	202.415	(130.114)	(170.224)
Coligadas							
Navegantes Logística Portuária S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	5.689	14.524	(8.835)	(7.954)
Nordeste Logística I S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	6.287	6.592	(305)	1.020
Nordeste Logística II S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	18.893	17.230	1.663	(1.735)
Nordeste Logística III S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	18.290	17.690	600	1.375
				49.159	56.036	(6.877)	(7.294)
				25.433.129	27.283.105	(3.654.021)	(91.433)

Continuação

				Controladora			
				Investimentos		Equivalência patrimonial	
	País	Negócio	Percentual de participação	2025	2024	2025	2024
Mais valia de ativos, líquidos atribuídos às controladas e controlada em conjunto							
Raízen Argentina e controladas (1)	Argentina	Comércio e refino de combustíveis	-	267.614	274.589	(71.554)	(68.384)
Raízen Paraguay S.A. (2) (Nota 13.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	-	36.911	52.592	(17.764)	(17.676)
Raízen Mime Combustíveis S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	-	624	639	(15)	(16)
Payly (1)	Brasil	Meios de pagamento	-	-	503	(763)	(532)
Centroeste Distribuição (Nota 33)	Brasil	Comércio de combustíveis	-	47.467	-	(9.543)	-
Grupo Nós	Brasil	Lojas de conveniências e proximidade	-	449.553	464.917	(15.364)	(15.361)
				802.169	793.240	(115.003)	(101.969)
Ágio sobre investimentos							
Raízen Argentina e controladas (1)	Argentina	Comércio e refino de combustíveis	-	301.903	272.483	-	-
Raízen Paraguay S.A. (1)	Paraguai	Comércio de combustíveis	-	309.541	320.714	-	-
Payly (1)	Brasil	Meios de pagamento	-	73.568	73.568	-	-
Centroeste Distribuição (Nota 33)	Brasil	Comércio de combustíveis	-	-	20.378	-	-
				685.012	687.143	-	-
Total dos investimentos				26.920.310	28.763.488	(3.769.024)	(193.402)

(1) Em 31 de março de 2025, referidas mais valias e ágios apresentam-se deduzidas por efeito de tributos diferidos passivos, no montante de R$ 209.108 (R$ 264.286 em 2024). Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, o impacto dos referidos tributos sobre as realizações das mais valias totalizou R$ 33.875 (R$ 36.998 em 2024) e foram reconhecidos no resultado do exercício na linha de "Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos".

				Consolidado			
				Investimentos		Equivalência patrimonial	
	País	Negócio	Percentual de participação	2025	2024	2025	2024
Valor contábil da participação							
Controladas em conjunto							
Grupo Nós	Brasil	Lojas de conveniências e proximidade	50,00%	-	35.377	(189.514)	(204.871)
Raízen Paraguay S.A. (Nota 13.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	42,48%	169.055	-	26.572	-
Posto Mime S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	50,00%	139.294	-	4.273	-
CGB Caruaru Energia Ltda.	Brasil	Energia	50,00%	3.034	2.839	195	618
J.F Energia S.A.	Brasil	Energia	50,00%	4.006	4.903	1.092	664
Rio Power Participações S.A.	Brasil	Energia	57,89%	11.284	9.443	(806)	(1.036)
				326.673	52.562	(158.188)	(204.625)
Coligadas							
Termap S.A.	Argentina	Terminal marítimo	3,50%	376	376	-	-
Latitude Logística Portuária S.A.	Brasil	Exploração portuária	50,00%	2.276	6.011	(3.735)	(1.850)
Navegantes Logística Portuária S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	5.689	14.524	(8.835)	(7.954)
Nordeste Logística I S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	6.287	6.592	(305)	1.020
Nordeste Logística II S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	18.893	17.230	1.663	(1.735)
Nordeste Logística III S.A.	Brasil	Exploração portuária	33,33%	18.290	17.690	600	1.375
Tupinambá (1)	Brasil	Energia	40,00%	-	3.730	(8.189)	(1.702)
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	Brasil	Pesquisa e desenvolvimento	20,84%	239.609	208.799	37.210	28.452
Logum Logística S.A.	Brasil	Logística	30,00%	349.949	311.319	(37.802)	(39.730)
Uniduto Logística S.A.	Brasil	Logística	46,48%	54.309	48.342	(5.900)	(6.179)
Gera Soluções e Tecnologia S.A.	Brasil	Energia	30,00%	19.012	15.380	482	(3.199)
Dunamis SPE S.A. (2)	Brasil	Energia	1,00%	-	2.380	-	(124)
				714.690	652.373	(24.811)	(31.626)
				1.041.363	704.935	(182.999)	(236.251)
Mais valia de ativos, líquidos atribuídos às controladas em conjunto e coligadas							
Grupo Nós	Brasil	Lojas de conveniências e proximidade	-	449.553	464.917	(15.364)	(15.361)
Raízen Paraguay S.A. (Nota 13.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	-	36.911	-	(5.543)	-
CGB Caruaru Energia Ltda.	Brasil	Energia	-	5.455	5.652	(197)	(167)
Gera Soluções e Tecnologia S.A.	Brasil	Energia	-	2.891	2.968	(77)	(88)
J.F Energia S.A.	Brasil	Energia	-	5.373	5.567	(194)	(164)
Rio Power Participações S.A.	Brasil	Energia	-	13.086	13.539	(453)	(399)
			-	513.269	492.643	(21.828)	(16.179)

Continuação

	País	Negócio	Percentual de participação	Investimentos 2025	Investimentos 2024	Equivalência patrimonial 2025	Equivalência patrimonial 2024
Ágio sobre investimentos							
Uniduto Logística S.A.	Brasil	Logística	-	5.676	5.676	-	-
Raízen Paraguay S.A. (Nota 13.5)	Paraguai	Comércio de combustíveis	-	309.541	-	-	-
Posto Mime S.A.	Brasil	Comércio de combustíveis	-	111.859	-	-	-
Tupinambá (1)	Brasil	Energia	-	-	40.299	-	-
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	Brasil	Pesquisa e desenvolvimento	-	51.946	51.946	-	-
Gera Soluções e Tecnologia S.A. (1)	Brasil	Energia	-	-	22.018	-	-
				479.022	119.939	-	-
Total dos investimentos				2.033.654	1.317.517	(204.827)	(252.430)

(1) A Administração com base nas expectativas de recuperabilidade de seus ativos, constituiu provisão de perda por desvalorização, no montante de R$ 54.274, relacionado a determinados investimentos vinculados ao antigo segmento de "Renováveis", atualmente denominado "EAB", cujas baixas foram registradas em contrapartida ao resultado do período na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas" (Nota 29), como resultado das ações em andamento para a reciclagem de portifólio.

(2) Conforme mencionado na Nota 2.6, em 30 de maio de 2022, a controlada indireta Raízen Power adquiriu participação societária de 1% representativa do capital social da Dunamis. A partir de 1º de dezembro de 2024, a Raízen determinou o controle econômico deste investimento decorrente dos poderes atribuídos à Raízen Power por meio de acordo de acionistas, assim como pela sua capacidade em direcionar as atividades relevantes da Dunamis e sua exposição aos retornos variáveis desta sociedade.

13.3 Movimentação

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	28.763.488	29.909.685	1.317.517	1.378.851
Adições (Nota 13.4)	1.690.000	63.100	379.594	142.812
Ágios gerados em combinação de negócios (Nota 33) (1)	(20.378)	18.202	111.859	-
Combinação de negócios (Nota 33)	53.766	855	-	-
Adição pela desconsolidação de ex-controlada (Nota 13.5)	-	-	521.628	-
Baixa por alteração de participação em ex-controlada (Nota 13.5)	(57.622)	-	-	-
Constituição de provisão de perda por desvalorização de investimentos (Nota 29)	-	-	(54.274)	-
Baixa por incorporação (Nota 13.6)	-	(245.201)	-	-
Conversão de AFAC em capital (Nota 11.2)	-	45.000	-	45.000
Integralização de capital (Nota 33)	-	186.175	-	-
Resultado da equivalência patrimonial	(3.769.024)	(193.402)	(204.827)	(252.430)
Equivalência patrimonial reflexa do patrimônio líquido das investidas (Nota 13.7)	(305.920)	546.347	-	-
Dividendos	(350.162)	(1.514.040)	(7.602)	(5.751)
Provisão para patrimônio líquido negativo de investidas (Nota 21)	183.065	-	4.138	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	733.097	(53.233)	(34.379)	9.035
Saldo no final do exercício	26.920.310	28.763.488	2.033.654	1.317.517

(1) Reclassificado para a rubrica "Intangível", no consolidado, exceto pelo ágio sobre investimento preliminar apurado na aquisição de ações da controlada em conjunto Posto Mime. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Raízen realizou a baixa do ágio preliminar da Centroeste Distribuição, decorrente da conclusão dos procedimentos de alocação do preço de compra, o qual resultou no reconhecimento de compra vantajosa nesta operação (Nota 33.1).

13.4 Principais adições aos investimentos

(a) Em 31 de março de 2025

- Aporte de capital, subscrito e integralizado pela Companhia, na controlada Raízen Serviços e Participações, no montante de R$ 40.000, em moeda corrente nacional;

- Em AGE realizada em 15 de outubro de 2024, foi aprovado o aumento de capital social da controlada RESA, no montante de R$ 1.500.000, totalmente subscrito e integralizado pela Companhia, em moeda corrente nacional nesta data;

- Em 1º de outubro de 2024, a controlada direta Raizen Serviços e Participações adquiriu ações equivalentes a 50% do capital social da companhia Posto Mime, no montante de R$ 213.646, sendo R$ 40.000 integralizados em moeda corrente nacional e R$ 173.646 registrados na rubrica "Partes relacionadas" como capital a integralizar (Nota 11.2). A parcela a integralizar deverá ser liquidada no prazo de até 5 anos. Ainda, conforme previsto no contrato de compra e venda, a controlada direta Raízen Serviços assumiu compromisso de pagar a título de *earn-out* por performance operacional o montante de R$ 45.612, o qual será apurado anualmente e deverá ser liquidado no prazo de até 5 anos. Como resultado dessa operação, a controlada Raízen Serviços e Participações reconheceu um ágio preliminar sobre o investimento no Posto Mime no valor de R$ 111.859;

- Aporte de capital, totalmente subscrito e integralizado em dinheiro pela Companhia, na controlada em conjunto Grupo Nós, no montante de R$ 150.000;

- Aumentos de capital nas coligadas Logum Logística S.A. (“Logum”) e Uniduto Logística S.A. (“Uniduto”), nos montantes de R$ 76.601 e R$ 11.917, respectivamente, totalmente integralizados em moeda corrente nacional pela controlada RESA; e,

- Aumentos de capital em outras investidas, no montante de R$ 6.055, totalmente integralizados em moeda corrente nacional.

(b) Em 31 de março de 2024

- Aporte de capital, totalmente subscrito e integralizado, em dinheiro na controlada Payly, no montante de R$ 13.100;

- Aporte de capital, totalmente subscrito e integralizado, em dinheiro na controlada em conjunto Grupo Nós, no montante de R$ 50.000;

- Aumentos de capital nas coligadas Logum e Uniduto, nos montantes de R$ 37.426 e R$ 5.960, respectivamente, totalmente integralizados em moeda corrente nacional;

- Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a controlada indireta Bio Barra adquiriu ações da empresa Tupinambá no montante de R$ 45.729, sendo R$ 14.375 integralizados em moeda corrente, R$ 16.979 de mútuos convertidos em ações e R$ 14.375 registrados na rubrica “Partes relacionadas” como capital a integralizar (Nota 11.2.5). Como resultado dessa operação, a Bio Barra reconheceu um ágio sobre o investimento na Tupinambá no valor de R$ 40.299; e,

- Aumentos de capital em outras investidas, no montante R$ 3.697, totalmente integralizados por meio de moeda corrente.

Não ocorreram variação no percentual de participação no capital social dessas investidas, uma vez que todos os acionistas efetuaram aportes na proporção de sua participação detida.

13.5 Redução de participação na Raízen Paraguai

Conforme mencionado na Nota 1.1, a Raízen repactuou com os demais acionistas da Raízen Paraguai a opção de reduzir gradualmente a sua participação nesta sociedade. Desta forma, em 27 de novembro de 2024, a Companhia deixou de desembolsar US$ 18.000 mil, equivalentes a R$ 104.924, referente a 3ª parcela da contraprestação a pagar pela aquisição realizada em 1º de novembro de 2021. Como parte da transação, a Companhia reduziu sua participação de 50,00% para 42,48%, reduzindo o valor do investimento em R$ 57.622. Como resultado desta operação, a Companhia registrou ganho no resultado do exercício findo em 31 de março de 2025, no montante de R$ 47.302, reconhecido na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas” (Nota 29).

A partir de 1º de dezembro de 2024, a Raízen deixou de deter o controle e passou a aplicar o método de equivalência patrimonial sobre esse investimento, com consequente desreconhecimento de ativos e passivos da ex-controlada nas demonstrações financeiras consolidada, conforme demonstrado abaixo:

Rubricas	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	95.363
Contas a receber de clientes, liquidas (1)	448.866
Estoques	432.671
Ativos de contratos com clientes (Nota 12.2)	345.219
Imobilizado (Nota 14.3)	17.913
Intangível, exceto ágio (Nota 15.4)	28.480
Intangível – Ágio (Nota 15.4)	316.857
Direito de uso (Nota 17.3)	2.877
Fornecedores	(186.000)
Fornecedores – Convênios	(73.429)
Passivo de arrendamento (Nota 17.4)	(2.839)
Empréstimos e financiamentos	(254.224)
Partes relacionadas, líquidas	(404.671)
Passivo fiscal diferido, líquido (Nota 19.6)	(35.225)
Outros, líquidos	58.398
Ativos líquidos desreconhecidos no consolidado	790.256

(1) Apresenta-se deduzida por provisão para perdas de crédito esperadas no montante de R$ 3.410 (Nota 7.3).

13.6 Reestruturação societária referente a incorporação da Saturno pela Raízen

Em 26 de julho de 2023, foi aprovada a incorporação da Saturno pela única sócia e controladora Raízen, com eficácia em 1º de agosto de 2023. Em decorrência desta incorporação, a Raízen recebeu os ativos líquidos e sucedeu, em todos os direitos e obrigações, a continuidade das operações da Saturno, com consequente baixa do investimento, no montante de R$ 245.201, detalhados a seguir:

Rubricas	Valor
Contas a receber de clientes	54.955
Partes relacionadas	163.653
Imobilizado (Nota 14.2)	35.445
Imposto sobre a renda e contribuição social a pagar	(3.518)
Tributos a pagar	(319)
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos (Nota 19.6)	(10.292)
Outros	(3.797)
	236.127
Baixas dos contratos de arrendamento registrados na arrendatária:	
Direito de uso (Nota 17.3)	(86.767)
Passivo de arrendamento intragrupo (Nota 11.2)	100.515
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos (Nota 19.6)	(4.674)
	9.074
Total dos ativos líquidos incorporado pela Companhia	245.201

13.7 Efeitos reflexos de investidas

Refere-se, substancialmente, a resultados de instrumentos financeiros designados como *hedge accounting,* líquido de tributos diferidos, efeitos de conversão de moeda estrangeira e de reavaliação atuarial reconhecidos no resultado abrangente e efeitos de transações de capital das controladas da Raízen com participação de acionistas não controladores, quando ocorridas.

13.8 Informações selecionadas do Grupo Nós

O quadro a seguir resume as informações financeiras do Grupo Nós com base em suas demonstrações financeiras, ajustadas pelo registro de ajustes a valor justo na data de formação da *joint venture* e pelas diferenças de políticas contábeis, quando aplicável. O quadro também concilia a informação financeira resumida ao valor contábil da participação da Raízen na *joint venture*.

	2025	2024
Ativo circulante	690.308	531.364
Ativo não circulante	1.122.576	938.107
Total do ativo	1.812.884	1.469.471
Passivo circulante	(586.486)	(664.179)
Passivo não circulante	(1.231.144)	(731.526)
Total do passivo	(1.817.630)	(1.395.705)
Patrimônio líquido consolidado	(4.746)	73.766
Atribuído aos acionistas não controladores	(3.529)	(3.012)
Atribuído aos acionistas controladores em conjunto	(8.275)	70.754
Participação da Raízen	50,00%	50,00%
Participação no patrimônio líquido	(4.138)	35.377
Mais valias e reavaliação a valor justo	532.762	532.762
Amortização acumulada de mais valias	(83.209)	(67.845)
Mais valias e reavaliação, líquidas	449.553	464.917
Valor contábil da participação	445.415	500.294

	2025	2024
Receita operacional líquida	1.632.998	1.144.557
Prejuízo do exercício consolidado	(376.154)	(406.699)
Atribuído aos acionistas não controladores	(2.873)	(3.043)
Atribuído aos acionistas controladores em conjunto	(379.027)	(409.742)
Participação da Raízen	50,00%	50,00%
Resultado da equivalência patrimonial	(189.514)	(204.871)

13.9 Informações selecionadas de coligadas e outras controladas em conjunto

O quadro a seguir descreve as informações financeiras das principais coligadas e outras controladas em conjunto da Companhia:

	2025				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita operacional líquida	Lucro líquido / (prejuízo)
Raízen Paraguay S.A. (1)	1.342.766	(944.803)	(397.963)	3.258.553	82.726
Posto Mime S.A.	494.411	(215.823)	(278.588)	643.683	8.546
Latitude Logística Portuária S.A. (1)	157.353	(152.802)	(4.551)	566	(7.470)
Navegantes Logística Portuária S.A. (1)	189.424	(172.356)	(17.068)	68	(26.508)
Nordeste Logística I S.A. (1)	74.168	(55.305)	(18.863)	114	(915)
Nordeste Logística II S.A. (1)	66.273	(9.588)	(56.685)	650	4.989
Nordeste Logística III S.A. (1)	71.945	(17.071)	(54.874)	900	1.800
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	1.457.939	(308.184)	(1.149.755)	407.803	178.551
Logum Logística S.A. (1)	3.654.419	(2.487.922)	(1.166.497)	452.830	(126.007)
Uniduto Logística S.A. (1)	116.862	(18)	(116.844)	-	(12.694)
Iogen Energy Corporation (2)	1.357	(369.390)	368.033	-	78
CGB Caruaru Energia Ltda. (1)	12.914	(6.846)	(6.068)	-	390
J.F Energia S.A. (1)	9.430	(1.418)	(8.012)	2.320	2.184
Rio Power Participações S.A. (1)	33.641	(14.149)	(19.492)	49.960	(1.392)
Gera Soluções e Tecnologia S.A.	69.185	(5.812)	(63.373)	-	1.607

	2024				
	Ativo	Passivo	Patrimônio líquido	Receita operacional líquida	Lucro líquido / (prejuízo)
Latitude Logística Portuária S.A. (1)	102.206	(90.185)	(12.021)	479	(3.700)
Navegantes Logística Portuária S.A. (1)	172.768	(129.191)	(43.577)	-	(23.864)
Nordeste Logística I S.A. (1)	75.138	(55.361)	(19.777)	627	3.060
Nordeste Logística II S.A. (1)	64.885	(13.190)	(51.695)	318	(5.206)
Nordeste Logística III S.A. (1)	75.093	(22.017)	(53.076)	414	4.125
Centro de Tecnologia Canavieira S.A.	1.202.574	(200.808)	(1.001.766)	379.193	136.857
Logum Logística S.A. (1)	3.597.654	(2.567.659)	(1.029.995)	418.672	(132.437)
Uniduto Logística S.A. (1)	104.025	(8)	(104.017)	-	(13.295)
Iogen Energy Corporation (2)	1.174	(341.674)	340.500	-	(857)
CGB Caruaru Energia Ltda. (1)	14.227	(8.547)	(5.680)	-	1.235
J.F Energia S.A. (1)	10.505	(699)	(9.806)	3.509	1.330
Rio Power Participações S.A. (1)	27.348	(11.038)	(16.310)	4.205	(1.789)
Gera Soluções e Tecnologia S.A.	62.531	(11.261)	(51.270)	-	(10.630)
Dunamis SPE S.A.	247.525	(9.525)	(238.000)	-	(12.500)
Tupinambá Energia e Publicidade S.A.	12.818	(3.493)	(9.325)	-	(4.254)

(1) O exercício social destas investidas encerra-se em 31 de dezembro de cada ano.

(2) Sociedade de controle compartilhado, na qual a Companhia participa em 50% das ações ordinárias, cujo exercício social encerra-se em 31 de agosto de cada ano. A RESA não constituiu provisão para patrimônio líquido negativo, uma vez que esta não possui responsabilidade sobre obrigações legais ou construtivas (não formalizada) de realizar pagamentos por conta dessa sociedade.

14. Imobilizado

14.1 Política contábil

Itens do imobilizado, incluindo o plantio de cana-de-açúcar, são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzidos de depreciação acumulada e perdas por redução ao valor recuperável (*impairment*), quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela Companhia e suas controladas inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessária para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis e impostos não recuperáveis. Os custos dos empréstimos relativos a recursos captados para obras em andamento são capitalizados até que esses projetos sejam concluídos.

Os gastos esperados com remoção de tanques de armazenagem de combustíveis são estimados e registrados como parte do custo do imobilizado, em contrapartida à provisão que suportará tais gastos, no passivo circulante e não circulante, a depender do prazo da obrigação, na rubrica “Outras obrigações”.

A controlada RESA realiza as principais atividades de manutenção programadas em seus parques de bioenergia em bases anuais, no período de entressafra. Isso ocorre, geralmente, entre os meses de janeiro a março, com o objetivo de inspecionar e substituir componentes. Os principais custos de manutenção anual incluem custos de mão-de-obra, materiais, serviços externos e despesas gerais indiretas alocadas durante o período de entressafra. Esses custos estão classificados como peças e componentes de substituição frequente, no ativo imobilizado, sendo depreciados integralmente na safra seguinte.

O custo do item de um equipamento que deve ser substituído anualmente é contabilizado como um componente do custo do equipamento e depreciado durante a safra seguinte. Os custos da manutenção periódica são contabilizados em despesas quando incorridos uma vez que os componentes substituídos não melhoram a capacidade produtiva ou introduzem aprimoramentos aos equipamentos.

Demais reparos e manutenção são apropriados ao resultado durante o período em que são incorridos. O custo de qualquer renovação que aumente a vida útil deve ser ativado e incluído no valor contábil do ativo se for provável que os benefícios econômicos futuros após a renovação ultrapassarão o padrão de desempenho inicialmente avaliado para o ativo existente e estes benefícios fluirão para a Companhia. As principais renovações são depreciadas ao longo da vida útil restante do ativo relacionado.

Os terrenos não são depreciados.

Em 31 de março de 2025 e 2024, a depreciação foi calculada com base no desgaste da vida útil estimada de cada ativo. As taxas médias ponderadas anuais de depreciação são demonstradas a seguir:

Classes	2025	2024
Edifícios e benfeitorias	3 %	3%
Máquinas, equipamentos e instalações	6 %	5%
Veículos, embarcações e aeronaves	9 %	8%
Plantio de cana-de-açúcar	17 %	20%
Móveis, utensílios e equipamentos de informática	17 %	18%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados por membros técnicos competentes e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos valores de venda com o valor contábil e são reconhecidas na demonstração do resultado na rubrica “Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas”.

14.2 Movimentação – Controladora

	2025						
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Total
Em 31 de março de 2024	356.810	387.447	466.142	62.573	11.943	418.314	1.703.229
Custo ou avaliação acumulados	356.810	482.900	1.283.890	159.216	50.223	418.314	2.751.353
Depreciação acumulada	-	(95.453)	(817.748)	(96.643)	(38.280)	-	(1.048.124)
Adições	-	-	134	-	-	207.148	207.282
Baixas	(4.328)	(187)	(1.641)	(15)	(62)	-	(6.233)
Constituição de perda por desvalorização, líquida (Nota 29)	-	-	(13.663)	-	-	-	(13.663)
Transferências (1)	1.931	51.910	129.549	89.299	3.376	(289.514)	(13.449)
Depreciação	-	(18.392)	(73.260)	(14.967)	(6.885)	-	(113.504)
Em 31 de março de 2025	354.413	420.778	507.261	136.890	8.372	335.948	1.763.662
Custo ou avaliação acumulados	354.413	532.367	1.374.548	247.040	51.040	335.948	2.895.356
Depreciação acumulada	-	(111.589)	(867.287)	(110.150)	(42.668)	-	(1.131.694)

	2024							
	Terrenos	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Outros	Total
Em 31 de março de 2023	342.416	389.763	545.488	41.110	10.532	322.867	534	1.652.710
Custo ou avaliação acumulados	342.416	475.461	1.315.945	131.727	38.206	322.867	17.037	2.643.659
Depreciação acumulada	-	(85.698)	(770.457)	(90.617)	(27.674)	-	(16.503)	(990.949)
Adições	2.622	-	3.510	-	-	254.085	-	260.217
Integralização de capital (Nota 33)	(5.074)	(14.065)	(59.207)	(1)	(612)	(7.219)	-	(86.178)
Adição por incorporação (Nota 13.6)	21.829	6.190	7.425	-	1	-	-	35.445
Baixas	(19.936)	(2.726)	(5.144)	(12)	(83)	-	(7.275)	(35.176)
Reversão de provisão de perda por desvalorização, líquida (Nota 29)	-	-	4.157	-	-	-	-	4.157
Transferências (1)	14.953	25.520	51.343	28.391	9.850	(151.419)	7.503	(13.859)
Depreciação	-	(17.235)	(81.430)	(6.915)	(7.745)	-	(762)	(114.087)
Em 31 de março de 2024	356.810	387.447	466.142	62.573	11.943	418.314	-	1.703.229
Custo ou avaliação acumulados	356.810	482.900	1.283.890	159.216	50.223	418.314	-	2.751.353
Depreciação acumulada	-	(95.453)	(817.748)	(96.643)	(38.280)	-	-	(1.048.124)

(1) Referem-se, substancialmente, as transferências de obras em andamento para as classes de ativos correspondentes após serem capitalizados, incluindo transferências de custo de *software*, para a rubrica "Intangível".

14.3 Movimentação – Consolidado

	2025									
	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, embarcações e aeronaves	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Plantio de cana (3)	Peças e componentes de substituição frequente	Outros	Total
Em 31 de março de 2024	1.365.457	3.428.415	11.437.494	288.290	171.381	10.475.198	4.081.608	1.393.764	219.045	32.860.652
Custo ou avaliação acumulados	1.365.457	4.609.869	20.412.943	684.623	467.756	10.475.198	11.453.053	2.335.365	275.046	52.079.310
Depreciação acumulada	-	(1.181.454)	(8.975.449)	(396.333)	(296.375)	-	(7.371.445)	(941.601)	(56.001)	(19.218.658)
Combinação de negócios (Nota 33)	-	8.217	75.582	33	147.491	-	-	-	18.053	249.376
Adição por aquisição de controle em investida	-	-	188	-	108	554.512	-	-	-	554.808
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	(7.818)	(7.061)	-	(2.002)	(81)	(951)	-	-	-	(17.913)
Adições	-	63.653	315.628	-	10.841	6.177.414	1.365.683	1.604.816	1.198	9.539.233
Baixas	(4.328)	(34.816)	(70.384)	(11.233)	(564)	(43.691)	(167.433)	-	(1)	(332.450)
Constituição de perda por desvalorização, líquida (Nota 29) (2)	-	(117.633)	(208.010)	-	123	-	-	-	(1.681)	(327.201)
Transferências (1)	2.191	1.036.284	4.499.692	178.624	106.618	(6.101.739)	(45.601)	-	8.392	(315.539)
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	98.725	77.401	236.264	2.117	14.046	416.015	-	-	40.843	885.411
Depreciação	-	(201.075)	(1.344.280)	(59.736)	(76.727)	-	(773.234)	(1.499.434)	(10.272)	(3.964.758)
Em 31 de março de 2025	1.454.227	4.253.385	14.942.174	396.093	373.236	11.476.758	4.461.023	1.499.146	275.577	39.131.619
Custo ou avaliação acumulados	1.454.227	5.704.140	25.584.240	755.435	726.571	11.476.758	12.605.702	2.440.747	344.138	61.091.958
Depreciação acumulada	-	(1.450.755)	(10.642.066)	(359.342)	(353.335)	-	(8.144.679)	(941.601)	(68.561)	(21.960.339)

	2024									
	Terrenos e propriedades rurais	Edifícios e benfeitorias	Máquinas, equipamentos e instalações	Veículos, embarcações e aeronaves	Móveis, utensílios e equipamentos de informática	Obras em andamento	Plantio de cana	Peças e componentes de substituição frequente	Outros	Total
Em 31 de março de 2023	1.222.944	3.201.546	10.617.457	259.987	133.619	6.368.606	3.645.888	1.423.686	245.651	27.119.384
Custo ou avaliação acumulados	1.222.944	4.229.444	18.556.477	675.425	398.442	6.371.685	10.023.531	2.365.189	319.298	44.162.435
Depreciação acumulada	-	(1.027.898)	(7.939.020)	(415.438)	(264.823)	(3.079)	(6.377.643)	(941.503)	(73.647)	(17.043.051)
Combinação de negócios (Notas 33)	181.199	48.186	45.996	589	1.157	-	-	-	-	277.127
Adições	2.842	67.494	204.067	722	35.012	6.824.474	1.489.202	1.523.588	2.865	10.150.266
Baixas	(53.965)	(112.046)	(45.439)	(250)	(1.198)	(511)	(59.680)	-	(7.301)	(280.390)
Constituição de perda por desvalorização, líquida (Nota 29)	6.877	(63.677)	(53.948)	-	2	1	-	-	(182)	(110.927)
Transferências (1)	17.530	468.925	1.946.492	75.992	53.619	(2.697.201)	-	-	(8.924)	(143.567)
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(11.970)	(10.723)	(35.782)	(342)	50	(20.171)	-	-	(4.828)	(83.766)
Depreciação	-	(171.290)	(1.241.349)	(48.408)	(50.880)	-	(993.802)	(1.553.510)	(8.236)	(4.067.475)
Em 31 de março de 2024	1.365.457	3.428.415	11.437.494	288.290	171.381	10.475.198	4.081.608	1.393.764	219.045	32.860.652
Custo ou avaliação acumulados	1.365.457	4.609.869	20.412.943	684.623	467.756	10.475.198	11.453.053	2.335.365	275.046	52.079.310
Depreciação acumulada	-	(1.181.454)	(8.975.449)	(396.333)	(296.375)	-	(7.371.445)	(941.601)	(56.001)	(19.218.658)

(1) Referem-se, substancialmente, as transferências de obras em andamento para as classes de ativos correspondentes após serem capitalizados, incluindo transferências de custo de *software*, rubrica "Intangível" no montante de R$ 158.125 (R$ 102.319 em 2024), e transferências para a rubrica "Outros créditos", no montante de R$ 157.414 (R$ 41.248 em 2024).

(2) Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Raízen estimou perdas relacionadas, principalmente, aos ativos dos Bioparques Santa Helena e Morro Agudo, em função das incertezas quanto ao retorno esperado desses ativos. Dessa forma, foi efetuado provisão de perda por desvalorização no montante de R$ 327.201, liquidas de certas reversões, reconhecida no resultado do exercício na rubrica "Outras (despesas) receitas operacionais, líquida" (Nota 29).

(3) Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a RESA e suas controladas revisaram a estimativa de vida útil do plantio de cana-de-açúcar de 5 para 6 anos, para refletir o aumento dos benefícios econômicos futuros associados aos investimentos em renovação dos canaviais.

14.4 Obras em andamento

Os saldos consolidados das obras em andamento referem-se, principalmente, a: (i) construção de plantas E2G; (ii) expansão de estrutura de cogeração; (iii) construção de plantas de geração e distribuição de energia solar; (iv) projetos de implementação e ampliação para irrigação; e, (v) construção e ampliação de plantas de biogás.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, foram concluídos diversos projetos, que totalizaram R$ 6.101.739 (R$ 2.697.201 em 2024), com destaque para os projetos: (i) construção de plantas E2G e biogás; (ii) investimentos recorrentes em obra civil e troca de frotas; (iii) construção de plantas de geração e distribuição de energia solar; (iv) investimentos em soluções na estrutura de produtos de gasolina e diesel na refinaria na Argentina; e (v) investimentos em obra civil e aquisição de equipamentos para operação portuária em Santarém-PA.

14.5 Capitalização de custos de empréstimos

No exercício findo em 31 de março de 2025, os custos de empréstimos consolidados capitalizados na Raízen totalizaram R$ 362.348 (R$ 263.713 em 2024). Em 31 de março de 2025 e 2024, as taxas médias ponderadas anuais dos encargos financeiros de determinadas dívidas associadas ao imobilizado é de aproximadamente 12%.

15. Intangível

15.1 Política contábil

(a) Combinação de negócios, ágio e ganho por compra vantajosa

A Companhia usa o método de aquisição para contabilizar combinação de negócios. A contraprestação transferida para a aquisição de uma controlada é o valor justo dos ativos transferidos, passivos assumidos e instrumentos patrimoniais emitidos pela Companhia. A contraprestação transferida inclui o valor justo de ativos e passivos resultantes de um contrato de contraprestação contingente, quando aplicável. Custos relacionados com aquisição são contabilizados no resultado do exercício conforme incorridos. Os ativos identificáveis adquiridos e os passivos (incluindo contingentes) assumidos em uma combinação de negócios são mensurados inicialmente pelos valores justos na data da aquisição.

A Companhia reconhece a participação em que não é controladora na adquirida, tanto pelo seu valor justo quanto pela parcela proporcional da participação não controlada no valor justo de ativos líquidos da adquirida. A forma de mensuração da participação da não controladora é determinada para cada aquisição realizada.

O excesso da contraprestação transferida e do valor justo na data da aquisição de qualquer participação patrimonial anterior na adquirida em relação ao valor justo da participação da Companhia nos ativos líquidos identificáveis adquiridos é registrado como ágio (*goodwill*).

Quando aplicável, nas aquisições em que a Companhia atribui valor justo aos não controladores, a determinação do ágio inclui também o valor de qualquer participação não controlada na adquirida, e o ágio é determinado considerando a participação da Companhia e dos acionistas não controladores. Quando a contraprestação transferida for menor que o valor justo dos ativos líquidos da controlada adquirida, a diferença é reconhecida diretamente na demonstração do resultado do exercício a título de compra vantajosa, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas".

O ágio é representado pela diferença positiva entre o valor pago pela aquisição de um negócio e o montante líquido do valor justo dos ativos e passivos da empresa adquirida. O ágio de aquisições de controladas é divulgado nas rubricas "Investimento" e "Intangível" nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, respectivamente.

O ágio é mantido ao seu valor de custo, deduzido de eventuais perdas do valor recuperável, quando aplicável, cujo teste contábil é efetuado, no mínimo, anualmente. Para fins de teste do valor recuperável, o ágio adquirido em uma combinação de negócios é, a partir da data de aquisição, alocado a cada uma das unidades geradoras de caixa da Companhia que se espera que sejam beneficiadas pela combinação de negócios, independentemente de outros ativos ou passivos da adquirida serem atribuídos a essas unidades.

(b) Intangíveis com vidas úteis definidas

Estes intangíveis são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e das perdas por redução ao valor recuperável, quando aplicável.

Em 31 de março de 2025 e 2024, as taxas médias ponderadas anuais de amortização são as seguintes:

Classes	2025	2024
Licença de *software* (1)	20%	19%
Marcas (2)	8%	11%
Relações contratuais com clientes (3)	4%	4%
Autorização de operações (4)	3%	3%
Contratos de fornecimento de cana (5)	9%	10%
Tecnologia (6)	10%	10%

Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados, se apropriado, ao final de cada exercício.

(1) Licença de *software*

Licenças adquiridas de programas de computador são capitalizadas e amortizadas ao longo de sua vida útil estimada pela Raízen. Os gastos associados à manutenção de *softwares* são reconhecidos como despesas na medida em que são incorridos. Os gastos diretamente associados a *softwares*, controlados pela Raízen e que, provavelmente, gerarão benefícios econômicos maiores que os custos por mais de um ano, são reconhecidos como ativos intangíveis.

(2) Marcas

Em maio de 2021 e 2022, a Companhia e a controlada indireta Neolubes celebraram, respectivamente, contratos de licenciamento de uso da marca "Shell" com a Shell Brands International AG ("Shell Brands"). Com base nestes contratos, a Companhia mantém o direito de uso da referida marca, no setor de distribuição de combustíveis, lubrificantes e demais atividades relacionadas no Brasil, pelo prazo mínimo de 13 (treze) anos, podendo ser renovado em determinadas hipóteses, mediante ao cumprimento de determinadas condições estabelecidas nos contratos.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Raízen celebrou contrato de exclusividade de licença de uso da marca "Senna", pelo prazo mínimo de 10 anos.

As marcas são amortizadas linearmente pela vigência dos contratos das marcas Shell e Senna e, no caso da marca "Barcos & Rodados", pela vida útil definida de 6 (seis) anos atribuída à marca "Barcos & Rodados" decorrente da aquisição da Raízen Paraguai pela Companhia, em 1º de novembro de 2021.

(3) Relações contratuais com clientes

Corresponde ao ativo intangível com vida útil definida adquirido na combinação de negócios da Raízen Argentina, Neolubes e da Centroeste Distribuição e foram reconhecidos pelo valor justo na data das aquisições. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual com o cliente.

(4) Autorização de operações

Corresponde ao direito de utilização do licenciamento para geração e distribuição de energia no mercado brasileiro, através de 15 plantas geradoras, adquirido pela controlada indireta Bioenergia Barra na combinação de negócios da aquisição e formação do Grupo Gera. Referido intangível, reconhecido pelo valor justo na data de aquisição, têm vida útil definida e é contabilizado pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada das operações que é válida até 2052.

(5) Contratos de parceria agrícola e de fornecimento de cana-de-açúcar

Tais classes do intangível, foram adquiridas em combinação de negócios e foram reconhecidas pelo valor justo nas datas de aquisição. Estes ativos têm vida útil definida e são contabilizadas pelo seu valor de custo menos a amortização acumulada. A amortização é calculada usando o método linear durante a vida esperada da relação contratual com o fornecedor e com o cliente.

(6) Tecnologia

Refere-se a tecnologias desenvolvidas pela Iogen Corp. para produção de E2G, representadas por direitos contratuais incluindo, dentre outros, exclusividade à controlada RESA para comercialização desses direitos nos territórios em que atua.

15.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

O tratamento contábil dos ativos imobilizado e intangível inclui a realização de estimativas para determinar o período de vida útil para efeitos de sua depreciação e amortização, além do valor justo na data de aquisição, em particular para os ativos adquiridos em combinações de negócios.

A Companhia tem obrigações estimadas, reconhecidas a valor presente, relacionadas aos gastos esperados com a remoção de tanques de armazenagem de combustíveis, registrados como parte do custo do imobilizado. Os cálculos das referidas estimativas envolvem julgamentos significativos, que consideram, principalmente, taxas de desconto livre de risco, ajustada ao risco de crédito da Raízen, e histórico de gastos com serviços prestados dessa natureza.

A Companhia realiza anualmente uma avaliação dos indicadores de *impairment* de valores recuperáveis dos ágios e ativos intangíveis com vida útil indefinida. Ativos imobilizado e intangível de vida definida que estão sujeitos a depreciação e amortização são testados para *impairment* sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. A determinação do valor recuperável da unidade geradora de caixa a que foi atribuído o ágio inclui também o uso de estimativas e requer um grau significativo de julgamento da Administração.

15.3 Movimentação – Controladora

	2025			
	Ágio	Licença de *software*	Marcas	Total
Em 31 de março de 2024	439.585	434.038	1.818.653	2.692.276
Custo ou avaliação acumulados	439.585	831.520	2.863.788	4.134.893
Amortização acumulada	-	(397.482)	(1.045.135)	(1.442.617)
Adições	-	112.159	63.349	175.508
Baixas	-	(283)	-	(283)
Transferências (1)	-	13.449	-	13.449
Amortização	-	(90.511)	(184.643)	(275.154)
Em 31 de março de 2025	439.585	468.852	1.697.359	2.605.796
Custo ou avaliação acumulados	439.585	957.055	2.927.136	4.323.776
Amortização acumulada	-	(488.203)	(1.229.777)	(1.717.980)

	2024				
	Ágio	Licença de *software*	Marcas	Outros	Total
Em 31 de março de 2023	439.585	346.108	1.476.323	351	2.262.367
Custo ou avaliação acumulados	439.585	674.172	2.255.071	351	3.369.179
Amortização acumulada	-	(328.064)	(778.748)	-	(1.106.812)
Adições	-	144.767	608.717	-	753.484
Integralização de capital (Nota 33)	-	(74)	-	-	(74)
Baixas	-	(1.423)	-	-	(1.423)
Transferências (1)	-	14.210	-	(351)	13.859
Amortização	-	(69.550)	(266.387)	-	(335.937)
Em 31 de março de 2024	439.585	434.038	1.818.653	-	2.692.276
Custo ou avaliação acumulados	439.585	831.520	2.863.788	-	4.134.893
Amortização acumulada	-	(397.482)	(1.045.135)	-	(1.442.617)

(1) Referem-se a valores transferidos da rubrica “Imobilizado”.

15.4 Movimentação – Consolidado

	2025								
	Ágio	Licença de *software*	Marcas	Relações contratuais com clientes	Autorização de operações	Contratos de fornecimento de cana	Tecnologia	Outros	Total
Em 31 de março de 2024	3.429.065	761.427	1.888.681	264.253	115.819	39.790	20.138	5.878	6.525.051
Custo ou avaliação acumulados	3.860.445	1.659.026	2.961.980	427.573	124.711	181.516	185.136	27.676	9.428.063
Amortização acumulada	(431.380)	(897.599)	(1.073.299)	(163.320)	(8.892)	(141.726)	(164.998)	(21.798)	(2.903.012)
Combinação de negócios (Nota 33)	4.962	329	-	68.099	-	-	-	-	73.390
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	(316.857)	(587)	(27.893)	-	-	-	-	-	(345.337)
Baixa por alteração de participação acionária (Nota 13.5)	(27.293)	-	-	-	-	-	-	-	(27.293)
Adição por aquisição de controle em investida	47.220	-	-	-	-	-	-	-	47.220
Adições	-	178.365	63.349	-	-	-	-	-	241.714
Constituição de provisão de perda por desvalorização (Nota 29) (1)	(143.212)	-	-	-	-	-	-	-	(143.212)
Baixas	-	(296)	-	-	-	-	-	-	(296)
Transferências (2)	9.039	155.759	-	-	-	-	-	(6.673)	158.125
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	89.996	1.532	3.871	34.612	-	-	-	795	130.806
Amortização	-	(204.935)	(194.203)	(40.502)	(4.051)	(7.309)	(18.590)	-	(469.590)
Em 31 de março de 2025	3.092.920	891.594	1.733.805	326.462	111.768	32.481	1.548	-	6.190.578
Custo ou avaliação acumulados	3.519.595	1.993.289	2.975.273	557.357	124.711	181.516	185.136	21.796	9.558.673
Amortização acumulada	(426.675)	(1.101.695)	(1.241.468)	(230.895)	(12.943)	(149.035)	(183.588)	(21.796)	(3.368.095)

(1) Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia estimou perda por desvalorização relacionadas a determinados ativos em decorrência das ações em andamento para a reciclagem do portfólio e por incertezas quanto ao retorno esperado desses ativos. Dessa forma, foi efetuado a baixa dos ágios sem expectativa de recuperabilidade futura no montante de R$ 143.212, reconhecido no resultado do período na rubrica "Outras (despesas) receitas operacionais, líquida" (Nota 29).

(2) Referem-se a valores transferidos da rubrica "Imobilizado".

	2024								
	Ágio	Licença de *software*	Marcas	Relações contratuais com clientes	Autorização de operações	Contratos de fornecimento de cana	Tecnologia	Outros	Total
Em 31 de março de 2023	3.429.959	638.356	1.550.371	325.409	119.881	48.002	38.728	731	6.151.437
Custo ou avaliação acumulados	3.861.339	1.350.537	2.345.075	465.108	124.711	181.516	185.136	52.690	8.566.112
Amortização acumulada	(431.380)	(712.181)	(794.704)	(139.699)	(4.830)	(133.514)	(146.408)	(51.959)	(2.414.675)
Combinação de negócios (Nota 33)	18.202	1.295	-	(29.243)	-	-	-	-	(9.746)
Adições	-	185.655	619.252	(2.201)	-	-	-	-	802.706
Baixas	-	(1.438)	-	-	-	-	-	-	(1.438)
Transferências (1)	-	95.688	-	-	-	-	-	6.631	102.319
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(19.096)	(816)	(1.799)	(4.341)	-	-	-	(207)	(26.259)
Amortização	-	(157.313)	(279.143)	(25.371)	(4.062)	(8.212)	(18.590)	(1.277)	(493.968)
Em 31 de março de 2024	3.429.065	761.427	1.888.681	264.253	115.819	39.790	20.138	5.878	6.525.051
Custo ou avaliação acumulados	3.860.445	1.659.026	2.961.980	427.573	124.711	181.516	185.136	27.676	9.428.063
Amortização acumulada	(431.380)	(897.599)	(1.073.299)	(163.320)	(8.892)	(141.726)	(164.998)	(21.798)	(2.903.012)

(1) Referem-se a valores transferidos da rubrica “Imobilizado”.

15.5 Composição dos ágios pagos por expectativa de rentabilidade futura

	2025	2024
Na aquisição da Raízen Centro-Sul	687.385	687.385
Na aquisição das Usinas Santa Cândida e Paraíso	431.272	431.272
Na aquisição do Grupo Corona	380.003	380.003
Na combinação de negócios da Cosan Combustíveis Lubrificantes S.A.	348.103	348.103
Na aquisição da Raízen Paraguai (Nota 13.5) (1)	-	298.969
Na aquisição da Raízen Argentina (1)	343.118	298.542
Na aquisição da Usina Benálcool	149.247	149.247
Na incorporação da Curupay S.A. Participações	109.841	109.841
Na aquisição da Usina Zanin Açúcar e Álcool	98.380	98.380
Na aquisição do Grupo Mundial	87.435	87.435
Na aquisição da Usina Açucareira Bom Retiro S.A.	81.575	81.575
Na aquisição da Payly (Nota 33)	73.568	73.568
Na integralização de capital na Centroeste Distribuição (Nota 33)	-	20.378
Outros	302.993	364.367
Total	3.092.920	3.429.065

(1) Em 31 de março de 2025, os ágios gerados pela aquisição da Raízen Argentina e Raízen Paraguai, inclui saldo de efeito de conversão de moeda estrangeira no montante de R$ 121.218 e R$ zero (R$ 76.642 e menos R$ 63.955 em 2024), respectivamente.

15.6 Análise de perda ao valor recuperável para unidade geradora de caixa ("UGC") contendo ágio

A Raízen testa, pelo menos anualmente, o valor recuperável dos ágios.

A Administração utiliza para determinação do valor recuperável o método do valor em uso, que tem como base a projeção dos fluxos de caixa descontados esperados das UGCs determinadas pela Administração, com base nos orçamentos que levam em consideração as premissas relacionadas às UGCs, utilizando-se de informações disponíveis no mercado e desempenhos anteriores.

Os fluxos de caixa descontados da Companhia, relacionada a UGC "Distribuição de combustíveis" do Brasil e Argentina, foram elaborados por um período de 21 anos e levados a perpetuidade sem considerar a taxa de crescimento real, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento destes mercados. Os fluxos de caixa decorrentes do uso continuado dos ativos relacionados são ajustados pelos riscos específicos de cada região e utilizam a taxa de desconto pós-impostos, calculada em 8,75% ao ano (5,27% em 2024).

As principais premissas utilizadas pela Companhia foram: (i) preços baseados na expectativa de mercado de atuação, (ii) taxas de crescimento estimadas para o ramo de negócio e (iii) extrapolações de taxas de crescimento baseadas no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, Argentina e Paraguai. Todo fluxo de caixa futuro foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada região.

Os fluxos de caixa descontados da controlada RESA e suas controladas, que compreende, substancialmente, as UGCs "EAB", foram elaborados por um período de 25 anos, conforme tempo razoável de recuperação dos ativos relacionados às atividades do setor econômico em que opera. Não foi considerada taxa de crescimento real no exercício do fluxo de caixa e nem na perpetuidade, baseado no desempenho passado e em expectativas para o desenvolvimento do mercado. A taxa de desconto utilizada foi de 8,75% ao ano (5,27% em 2024).

As principais premissas utilizadas pela controlada RESA e suas controladas foram: (i) expectativa de preço de vendas das *commodities* em horizonte de longo prazo, (ii) produtividade das áreas agrícolas, (iii) desempenho do ATR e (iv) custos operacionais e administrativos. Todo fluxo de caixa foi descontado por taxas que refletem riscos específicos relacionados aos ativos relevantes em cada UGC.

Como resultado dos testes anuais, nenhuma perda significativa foi reconhecida nos exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, exceto pelas perdas divulgadas nas Notas 14.3 e 15.4.

A determinação da recuperabilidade dos ativos depende de certas premissas chave conforme descrito anteriormente, que são influenciadas pelas condições de mercado, tecnológicas e econômicas vigentes quando essa recuperabilidade é testada e, dessa forma, não é possível determinar se perdas de recuperabilidade ocorrerão no futuro e, caso ocorram, se estas serão materiais.

16. Fornecedores, Convênios e adiantamentos a fornecedores

16.1 Política contábil

Os saldos de fornecedores correspondem às obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável.

Adicionalmente, a Companhia possui convênios relacionados a pagamentos com instituições financeiras ("Convênios"), que possibilitam que determinados fornecedores tenham, por meio de condições específicas, a oportunidade de antecipar seus recebíveis referentes a produtos comercializados e serviços prestados à Companhia, diretamente com as instituições financeiras. Nos referidos Convênios, cabe ao fornecedor decidir se deseja ou não ceder seus créditos e os termos dessa aquisição, enquanto cabe às instituições financeiras decidirem se desejam ou não adquirir esses créditos, sem interferência da Raízen. A utilização dos Convênios não implica qualquer alteração dos títulos emitidos pelos seus fornecedores, mantendo-se as condições originais de negociação. A utilização dos convênios por parte dos fornecedores não altera o ciclo operacional de caixa da Companhia. Tais operações são apresentadas na demonstração do fluxo de caixa como fluxo das atividades operacionais.

A Companhia possui operações comerciais e financeiras sob o escopo da norma contábil CPC 12 (R1) – Ajuste a valor presente e exerce julgamento sobre a relevância de tais efeitos sobre os ativos e passivos circulantes e não circulantes. No que tange às transações com fornecedores e nos Convênios, em 31 de março de 2025 e 2024 não existem transações de longo prazo. Nesse sentido, os saldos registrados já refletem de forma substancial o valor do dinheiro no tempo e os riscos específicos do passivo em sua data original.

16.2 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Petróleo e derivados de petróleo (2)	72.064	2.348.382	3.814.160	6.245.267
Etanol (2)	1.201.574	675.286	2.310.605	2.070.011
Materiais, serviços e outros (1)	302.992	370.162	5.193.641	3.666.661
Cana-de-açúcar (3)	-	-	926.143	808.360
	1.576.630	3.393.830	12.244.549	12.790.299
No País (moeda nacional)	1.572.445	3.392.791	4.900.676	7.485.852
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	4.185	1.039	7.343.873	5.304.447
	1.576.630	3.393.830	12.244.549	12.790.299

(1) Os saldos a pagar junto aos fornecedores de materiais e serviços correspondente a aquisições de máquinas e equipamentos para os parques de bioenergia, bases de distribuição e postos revendedores próprios, bem como serviços contratados.

(2) Os saldos a pagar juntos aos fornecedores de petróleo, derivados de petróleo e etanol referem-se a compras a prazo feitas pela Raízen.

(3) O período de safra da cana-de-açúcar, a qual normalmente, ocorre entre abril e dezembro de cada ano, geralmente possui impacto direto sobre o saldo junto a fornecedores de cana-de-açúcar e respectivos serviços de corte, carregamento e transporte.

16.3 Convênios

Em 31 de março de 2025 e 2024, de forma a refletir adequadamente a essência de sua transação mercantil, as operações de Convênios, dos quais os fornecedores já receberam pagamentos, estão apresentadas a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Convênios				
Petróleo e derivados de petróleo	5.649.592	8.085.103	6.665.885	8.527.763
Etanol e açúcar	1.446.071	1.326.144	2.101.387	2.225.327
Materiais, serviços e outros	35.539	34.840	830.128	482.878
	7.131.202	9.446.087	9.597.400	11.235.968
No País (moeda nacional)	7.131.202	9.446.087	8.332.288	10.701.754
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	1.265.112	534.214
	7.131.202	9.446.087	9.597.400	11.235.968

Em 31 de março de 2025 e 2024, os Convênios possuem características semelhantes, sendo as principais destacadas a seguir:

- Natureza: possibilita que fornecedores de produtos e/ou serviços da Companhia, elegíveis aos Convênios, antecipem o recebimento de seus títulos antes do seu prazo de vencimento;

- Termos e condições: caso os títulos sejam antecipados pelos fornecedores, a Companhia efetua o pagamento diretamente à instituição financeira. A cessão dos créditos não resulta em quaisquer custos ou tarifas junto às instituições financeiras que revertam em benefício à Companhia, nem em outorga, por parte da Companhia, de garantias de qualquer natureza a essas instituições financeiras. Não há aceleração de pagamento em eventos específicos de inadimplência da Companhia ou do fornecedor; e,

- Riscos e benefícios: proporciona aos fornecedores, conforme sua conveniência, a oportunidade de gerenciar de forma mais eficaz seus recebíveis e contribui para a manutenção do ciclo de caixa operacional da Companhia. Não acarreta novas obrigações ou riscos adicionais para a Companhia quando um de seus fornecedores opta por ceder seus créditos à instituição financeira.

Em 31 de março de 2025 e 2024, o prazo médio de pagamento, em dias, dos fornecedores que aderiram as operações de Convênios e Fornecedores comparáveis, está apresentado a seguir:

	2025			
	Controladora		Consolidado	
	Convênios	Fornecedores comparáveis (1)	Convênios	Fornecedores comparáveis (1)
Petróleo e derivados de petróleo (2)	90	21	89	21
Etanol e açúcar	107	91	102	94
Materiais, serviços e outros	90	88	89	90

	2024			
	Controladora		Consolidado	
	Convênios	Fornecedores comparáveis (1)	Convênios	Fornecedores comparáveis (1)
Petróleo e derivados de petróleo (2)	90	18	90	18
Etanol e açúcar	107	101	104	99
Materiais, serviços e outros	91	90	90	90

(1) Fornecedores comparáveis devido às características semelhantes dos contratos de fornecimento e que são elegíveis, mas não aderiram aos acordos de Convênios, considerando características especificas de condições de pagamento no mercado brasileiro;

(2) Devido à alta concentração de fornecedores de petróleo e derivados no mercado brasileiro, as aquisições destes produtos no mercado internacional não são comparáveis, uma vez que as compras são realizadas com prazos à vista;

Não houve transações sem impacto no caixa referentes aos saldos registrados no passivo e relacionados as operações de Convênios.

16.4 Adiantamentos a fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cana-de-açúcar (1)	-	-	501.688	565.412
Derivados de petróleo e outros (2)	25.651	15.629	380.086	201.907
	25.651	15.629	881.774	767.319
No País (moeda nacional)	25.651	15.629	796.242	729.422
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	85.532	37.897
	25.651	15.629	881.774	767.319
Circulante	(25.651)	(15.629)	(633.941)	(574.685)
Não circulante	-	-	247.833	192.634

(1) Referem-se a adiantamentos realizados a fornecedores de cana-de-açúcar que são corrigidos mensalmente conforme as condições e índices pactuados nos contratos de forma específica.

(2) Inclui adiantamentos realizados a fornecedores nacionais e internacionais de derivados de petróleo, no montante de R$ 20.801 (R$ 11.017 em 2024).

17. Arrendamentos

17.1 Política contábil

A Companhia reconhece um ativo de direito de uso e um passivo de arrendamento na data de início do arrendamento.

Os passivos de arrendamento, incluindo aqueles cujos ativos subjacentes são de baixo valor, são mensurados pelo valor presente dos pagamentos dos arrendamentos sem refletir a inflação futura projetada, que levam em consideração os impostos a recuperar (PIS e COFINS), bem como prazos não canceláveis e opções de extensão quando forem razoavelmente certas.

Os fluxos de pagamentos são descontados pela taxa incremental nominal sobre certos empréstimos e financiamentos da Raízen, visto que as taxas de juros implícitas nos contratos de arrendamento com terceiros normalmente não podem ser prontamente determinadas. Durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, as taxas nominais de descontos aplicadas de acordo com a vigência contratual foram as seguintes:

	Nominal		Real	
Vigência contratual	2025	2024	2025	2024
1 ano	20,1%	14,6%	9,4%	6,8%
2 anos	19,7%	14,6%	9,4%	6,9%
3 anos	19,5%	14,5%	9,4%	7,0%
4 anos	19,4%	14,5%	9,4%	7,0%
5 anos	19,3%	14,5%	9,4%	7,1%
6 anos em diante	18,7% a 19,2%	14,4% a 14,5%	9,4%	7,1% a 7,3%

O ativo de direito de uso é mensurado inicialmente ao custo, que compreende o valor da mensuração inicial do passivo de arrendamento e, quando aplicável, ajustado para quaisquer pagamentos de arrendamento efetuados de forma antecipada, custos diretos iniciais incorridos, estimativas de custo para desmontagem e remoção e incentivos recebidos.

O ativo de direito de uso é subsequentemente depreciado linearmente ao longo da vigência estimada do contrato e, se aplicável, também será reduzido por perdas por redução ao valor recuperável.

A Companhia remensura o passivo de arrendamento se houver uma alteração no prazo do arrendamento ou se houver alteração nos pagamentos futuros de arrendamento resultante de alteração no índice ou na taxa utilizada para determinar esses pagamentos, reconhecendo o valor da remensuração do passivo de arrendamento como ajuste ao ativo de direito de uso.

A Companhia aplica a isenção de reconhecimento de arrendamento de curto prazo nos contratos cujo prazo de arrendamento seja igual ou inferior a 12 meses a partir da data de início e que não contenham opção de compra.

Os pagamentos associados a arrendamentos de curto prazo, de prazo indeterminado e sem pagamentos fixos são reconhecidos como despesa ao longo do prazo do contrato.

17.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração exerce julgamentos significativos na determinação das premissas utilizadas na mensuração do passivo de arrendamento, como a determinação do prazo dos vários contratos de arrendamentos, das taxas de desconto, da determinação dos contratos que estão no escopo da norma e, dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

17.3 Direito de uso

(a) Movimentação – Controladora

				2025
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de março de 2024	169.228	21.828	33	191.089
Custo ou avaliação acumulados	388.502	32.981	584	422.067
Amortização acumulada	(219.274)	(11.153)	(551)	(230.978)
Adições	8.766	9.985	-	18.751
Baixas	(1.042)	-	-	(1.042)
Remensurações (1)	802	1.153	(1)	1.954
Amortização	(87.876)	(9.914)	(29)	(97.819)
Em 31 de março de 2025	89.878	23.052	3	112.933
Custo ou avaliação acumulados	391.767	44.119	583	436.469
Amortização acumulada	(301.889)	(21.067)	(580)	(323.536)

				2024
	Imóveis	Veículos	Máquinas e equipamentos	Total
Em 31 de março de 2023	207.039	10.365	128	217.532
Custo ou avaliação acumulados	381.017	20.182	584	401.783
Amortização acumulada	(173.978)	(9.817)	(456)	(184.251)
Adições	169.622	-	-	169.622
Baixas	(4.873)	-	-	(4.873)
Baixa por incorporação (Nota 13.6)	(86.767)	-	-	(86.767)
Remensurações (1)	8.489	12.799	-	21.288
Amortização	(124.282)	(1.336)	(95)	(125.713)
Em 31 de março de 2024	169.228	21.828	33	191.089
Custo ou avaliação acumulados	388.502	32.981	584	422.067
Amortização acumulada	(219.274)	(11.153)	(551)	(230.978)

(1) Atualização dos índices de inflação composto, geralmente, pelo IPCA, Índice Geral de Preços – Mercado ("IGP-M") ou Índice Nacional de Preços ao Consumidor ("INPC"), aplicável anualmente.

(b) Movimentação – Consolidado

	2025					
	Terras	Imóveis	Veículos e aeronaves	Máquinas e equipamentos	Parque industrial	Total
Em 31 de março de 2024	7.801.146	1.006.541	779.041	591.871	88.243	10.266.842
Custo ou avaliação acumulados	15.581.400	1.690.336	1.537.112	1.105.269	123.787	20.037.904
Amortização acumulada	(7.780.254)	(683.795)	(758.071)	(513.398)	(35.544)	(9.771.062)
Combinação de negócios (Nota 33)	-	-	45	-	-	45
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	(2.877)	-	-	-	(2.877)
Adições	1.288.273	394.779	462.490	66.054	-	2.211.596
Baixas	(234.021)	(26.150)	(33.187)	(23.290)	-	(316.648)
Remensurações (1)	637.654	49.310	15.741	7.231	4.140	714.076
Transferências (2)	(293.047)	-	182.003	-	-	(111.044)
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	23.946	11.318	3.873	251	-	39.388
Amortização	(2.091.768)	(464.575)	(414.292)	(179.224)	(10.009)	(3.159.868)
Em 31 de março de 2025	7.132.183	968.346	995.714	462.893	82.374	9.641.510
Custo ou avaliação acumulados	16.670.813	2.110.241	2.218.913	1.135.984	127.928	22.263.879
Amortização acumulada	(9.538.630)	(1.141.895)	(1.223.199)	(673.091)	(45.554)	(12.622.369)

	2024						
	Terras	Imóveis	Veículos e aeronaves	Máquinas e equipamentos	Parque industrial	Móveis e utensílios e equipamentos de informática	Total
Em 31 de março de 2023	8.272.089	436.053	936.278	514.095	113.402	4.156	10.276.073
Custo ou avaliação acumulados	14.093.525	941.807	1.822.899	968.402	140.017	5.021	17.971.671
Amortização acumulada	(5.821.436)	(505.754)	(886.621)	(454.307)	(26.615)	(865)	(7.695.598)
Adições	1.297.827	945.079	90.091	449.450	-	-	2.782.447
Baixas	(185.267)	(10.712)	(4.408)	(131.611)	-	-	(331.998)
Remensurações (1)	692.119	24.252	41.439	(34.414)	(16.230)	-	707.166
Transferências	-	4.157	-	-	38	(4.156)	39
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(2.386)	606	(5.179)	(42)	-	-	(7.001)
Amortização	(2.273.236)	(392.894)	(279.180)	(205.607)	(8.967)	-	(3.159.884)
Em 31 de março de 2024	7.801.146	1.006.541	779.041	591.871	88.243	-	10.266.842
Custo ou avaliação acumulados	15.581.400	1.690.336	1.537.112	1.105.269	123.787	-	20.037.904
Amortização acumulada	(7.780.254)	(683.795)	(758.071)	(513.398)	(35.544)	-	(9.771.062)

(1) Atualização do índice de correção composto, substancialmente, pela variação do preço da CONSECANA (Conselho dos Produtores de Cana de Açúcar, Açúcar e Etanol do Estado de São Paulo) aplicado nos contatos de arrendamento e parceria agrícola da RESA e de suas controladas e pelos índices de inflação composto, geralmente, pelo IPCA, IGP-M ou INPC, aplicável anualmente.

(2) Transferências para a rubrica "Outros créditos".

Em 31 de março de 2025 e 2024, as taxas médias ponderadas anuais de amortização por classe de direito de uso, está demonstrada abaixo:

Classes	2025	2024
Terras	12%	15%
Imóveis	18%	16%
Veículos e aeronaves	14%	12%
Máquinas e equipamentos	15%	14%
Parque industrial	8%	7%

17.4 Passivo de arrendamento

A movimentação do passivo de arrendamento, durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	177.523	147.236	11.564.936	10.814.509
Combinação de negócios (Nota 33)	-	-	63	-
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	-	(2.839)	-
Adições	18.751	135.678	2.211.596	2.614.710
Baixas	(1.417)	(5.321)	(1.129.612)	(401.661)
Pagamentos de principal e juros	(118.661)	(146.973)	(3.776.824)	(3.138.814)
Juros	14.704	25.615	1.212.084	1.174.068
Remensurações (1)	1.816	21.288	722.564	659.279
Amortizações por adiantamentos e outros	(6)	-	(386.686)	(131.842)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	-	-	30.616	(25.313)
Saldo no final do exercício	92.710	177.523	10.445.898	11.564.936
No País (moeda nacional)	92.710	177.523	9.896.772	11.309.814
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	549.126	255.122
	92.710	177.523	10.445.898	11.564.936
Circulante	(44.624)	(100.677)	(2.411.427)	(3.334.134)
Não circulante	48.086	76.846	8.034.471	8.230.802

(1) Atualização do índice de correção composto, substancialmente, pela variação do preço da CONSECANA aplicado nos contatos de arrendamento e parceria agrícola da RESA e de suas controladas e pelos índices de inflação composto, geralmente, pelo IPCA, IGP-M ou INPC, aplicável anualmente.

A taxa incremental anual média ponderada de empréstimos aplicada ao passivo de arrendamento em 31 de março de 2025 foi de 12,9% (11,2% em 2024).

Em 31 de março de 2025, o perfil de vencimento do passivo de arrendamento de terceiros (Nota 17.4) e de partes relacionadas (Nota 11.2), está descrito abaixo:

	Consolidado	
Vencimentos:	Valor presente	Valor futuro
2025	2.653.647	3.721.927
2026	2.250.216	3.164.526
2027	1.767.738	2.464.096
2028	1.365.564	1.872.296
2029	958.331	1.318.186
Após 2030	2.482.651	3.581.144
Valor bruto	11.478.147	16.122.175
Direito potencial de PIS e COFINS a recuperar (1)	(1.010.934)	(1.417.972)

(1) Refere-se ao direito potencial de créditos de PIS e COFINS sobre os pagamentos do arrendamento calculado com base na alíquota teórica de 9,25%, aplicável no Brasil. Esta divulgação visa atender ao Ofício-Circular CVM/SNC/SEP Nº 02/2019 e representa apenas uma estimativa. Portanto, não constitui efetivamente os créditos que poderão ser tomados pela Raízen e suas controladas situadas no Brasil no futuro. É possível que, quando tal fato ocorrer, os referidos créditos poderão ser materialmente diferentes em virtude de eventuais diferenças entre a alíquota teórica e a efetiva, bem como possíveis alterações na legislação tributária brasileira.

18. Empréstimos e financiamentos

18.1 Política contábil

São reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação incorridos, e subsequentemente, são demonstrados pelo custo amortizado. Qualquer diferença entre os valores captados (líquidos dos custos da transação) e o valor total a pagar é reconhecida na demonstração do resultado durante o período em que os empréstimos e financiamentos estejam em aberto, utilizando-se da taxa de juros efetiva.

Os custos de financiamentos que são diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo qualificável, que é um ativo que necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos, são capitalizados como parte do custo do ativo quando for provável que resultarão em benefícios econômicos futuros para a entidade e que tais custos possam ser mensurados com confiança. Demais custos de empréstimos são reconhecidos como despesa no período em que são incorridos.

18.2 Composição

	Vencimento final	Indexadores	Taxa média anual efetiva de juros (1)		Controladora		Consolidado	
			2025	2024	2025	2024	2025	2024
Classificação das dívidas por moeda:								
Denominadas em Reais					2.537.441	286.007	14.625.728	13.574.612
Denominadas em moedas estrangeiras (Nota 4.5)					5.920.563	3.929.512	44.070.975	22.187.714
					8.458.004	4.215.519	58.696.703	35.762.326
Modalidade das dívidas (2):								
Adiantamentos de Contratos de Câmbio ("ACC")	Jan/28	US$ + Pré-fixado	5,59%	6,81%	659.139	-	1.238.676	1.670.970
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social ("BNDES")	Abr/24	UMBNDES	-	7,80%	-	-	-	343
BNDES	Dez/30	Pré-fixado	4,15%	4,14%	-	-	38.474	46.153
BNDES	Dez/38	IPCA	10,03%	8,50%	-	-	131.816	141.052
Cédula de Produto Rural Financeira ("CPR-F")	Nov/29	CDI	16,32%	11,94%	-	-	1.047.146	1.465.750
Certificado de Recebíveis do Agronegócio ("CRA")	Jul/29	CDI	14,15%	10,40%	-	-	233.901	534.248
CRA	Out/33	Pré-fixado	12,29%	12,29%	-	-	490.402	593.716
CRA	Ago/37	IPCA	11,26%	9,64%	-	286.007	5.655.016	6.451.078
Crédito Rural	Ago/24	CDI	-	10,60%	-	-	-	107.240
Debêntures	Jun/31	CDI	15,10%	-	1.085.621	-	1.085.621	-
Debêntures	Set/39	IPCA	11,21%	9,07%	1.451.820	-	3.990.356	2.587.487
Finame	Jan/25	Pré-fixado	-	6,00%	-	-	-	2.168
Green Notes Due 2034	Mar/34	US$ + Pré-fixado	6,45%	6,45%	-	-	5.840.306	5.008.660
Green Notes Due 2035	Jan/35	US$ + Pré-fixado	5,70%	-	-	-	5.561.035	-
Senior Notes Due 2037	Fev/37	US$ + Pré-fixado	6,70%	-	-	-	5.672.304	-
Green Notes Due 2054	Mar/54	US$ + Pré-fixado	6,95%	6,95%	-	-	7.212.394	2.510.157
Nota de Crédito à Exportação ("NCE")	Fev/30	US$ + SOFR	5,59%	-	-	-	577.877	-
NCE	Jul/30	CDI	16,25%	12,35%	-	-	1.651.865	1.645.361
PPE	Fev/30	US$ + SOFR	6,17%	7,16%	3.066.126	2.067.206	6.573.635	4.277.959
PPE	Mar/30	US$ + Pré-fixado	4,18%	3,98%	2.195.298	1.862.306	6.231.292	5.214.542
Senior Notes Due 2027	Jan/27	US$ + Pré-fixado	5,30%	5,30%	-	-	949.253	1.499.190
Term Loan Agreement	Jul/36	Euribor + Pré-fixado	3,53%	5,01%	-	-	3.127.654	1.621.369
Capital de giro e outros	Nov/46	US$ + Pré-fixado e outros	7,14%	29,37%	-	-	1.387.680	384.883
					8.458.004	4.215.519	58.696.703	35.762.326
Despesas com colocação de títulos a apropriar (3)					(25.668)	(3.988)	(726.332)	(162.505)
Total dos empréstimos e financiamentos					8.432.336	4.211.531	57.970.371	35.599.821
Circulante					(1.422.331)	(1.460.113)	(4.772.603)	(6.204.463)
Não circulante					7.010.005	2.751.418	53.197.768	29.395.358

(1) A taxa de juros anual efetiva corresponde à taxa do contrato acrescida, principalmente, por indexadores tais como: SOFR, Euribor (*Euro Interbank Offered Rate*), IPCA ou CDI, conforme o caso. Em 31 de março de 2025 e 2024, os percentuais ponderados dos principais indexadores, considerados na determinação da taxa de juros efetiva, foram os seguintes:

Indexadores (% ao ano)	2025	2024
SOFR	4,30%	5,31%
Euribor	2,49%	3,91%
IPCA (últimos 12 meses)	5,48%	3,93%
CDI (últimos 12 meses)	11,28%	12,35%

(2) Os empréstimos e financiamentos são, em geral, garantidos por notas promissórias da Raízen. Em alguns casos contam ainda com garantias reais como: (i) ativo imobilizado; e/ou, (ii) alienação fiduciária dos bens financiados (Finame).

(3) Referem-se, substancialmente, aos gastos incorridos pela Companhia e suas controladas com emissões dos *Green Notes*, *Senior Notes*, CRA e Debêntures, apropriados no resultado financeiro ao longo das vigências contratuais.

18.3 Calendarização dos vencimentos

Em 31 de março de 2025, as parcelas vencíveis no longo prazo, deduzidas dos gastos com captação de recursos, apresentam o seguinte cronograma de vencimentos:

Vencimentos:	Controladora	Consolidado
2027	2.185.212	3.810.107
2028	520.105	7.180.914
2029	530.696	5.108.120
2030	1.273.864	5.374.505
2031	12.260	1.347.422
2032	1.048.177	1.899.202
2033	-	528.522
2034	-	6.749.416
2035	839.554	6.886.843
2036	-	569.222
Após 2036	600.137	13.743.495
	7.010.005	53.197.768

18.4 Detalhamento dos principais empréstimos e financiamentos

(a) ACC

Os detalhes das novas captações ocorridas durante o exercício findo em 31 de março de 2025, estão demonstradas a seguir:

Empresas	Data	Montante em R$	Equivalente em US$ mil, onde aplicável	Vencimento final (pagos e/ou a pagar)
RESA	Jun/24	541.040	100.000	Mar/25
Raízen S.A.	Dez/24	391.395	63.500	Dez/25
Raízen S.A.	Jan/25	302.810	50.000	Jan/27
Raízen Centro-Sul Paulista S.A.	Jan/25	585.960	100.000	Jan/28
		1.821.205		

(b) CPR-F e Crédito Rural

Em novembro e dezembro de 2019, a controlada RESA realizou captações de CPR-Fs no montante de R$ 750.000 e R$ 250.000, ambas com vencimento final em 26 de novembro de 2029.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a controlada RESA realizou novas captações, conforme demonstradas abaixo:

Empresas	Data	Montante em R$	Vencimento final
RESA	Abr/24	1.000.000	Mar/25
RESA	Abr/24	1.500.000	Mar/25
RESA	Abr/24	500.000	Mar/25
		3.000.000	

Ainda, no exercício corrente, as novas captações acima referidas foram totalmente liquidadas em março de 2025.

(c) CRA

Referem-se a recursos captados pela Companhia e suas controladas utilizados, substancialmente, nas atividades relacionadas ao agronegócio, no curso ordinário dos seus negócios. Em 31 de março de 2025, os contratos a pagar na modalidade CRA estão demonstrados abaixo:

Contratação	Empresa	Emissora	Emissão	Série	Vencimento	Principal
Mar/19	RESA	True Securitizadora S.A.	2ª	2ª	Mar/26	600.000
Jul/19	RESA	True Securitizadora S.A.	6ª	1ª	Jul/29	228.190
Jul/19	RESA	True Securitizadora S.A.	6ª	2ª	Jul/29	787.658
Jun/20	RESA	True Securitizadora S.A.	8ª	2ª	Jun/27	352.426
Jun/20	RESA	True Securitizadora S.A.	8ª	2ª	Jun/30	728.056
Ago/22	RESA	True Securitizadora S.A.	9ª	1ª	Ago/32	1.060.000
Ago/22	RESA	True Securitizadora S.A.	9ª	2ª	Ago/37	940.000
Out/23	RESA	True Securitizadora S.A.	10ª	1ª	Out/30	192.320
Out/23	RESA	True Securitizadora S.A.	10ª	2ª	Out/33	265.014
Out/23	RESA	True Securitizadora S.A.	10ª	3ª	Out/33	542.666
						5.696.330

(d) Debêntures

Entre novembro de 2019 a abril de 2022, a CVM concedeu à controlada RESA registros para Emissão Pública de Debêntures Simples, não conversíveis em ações, da espécie quirografária, com valor nominal de R$ 1.000,00 (mil reais), como demonstrado abaixo:

Série	Principal	Data de recebimento	Vencimento
4ª Série	900.000	28/11/2019	16/11/2029
5ª Série	169.518	15/06/2020	15/06/2030
7ª Série I (1)	768.094	13/04/2022	15/03/2029
7ª Série II (1)	428.591	13/04/2022	15/03/2032
	2.266.203		

(1) Contratos captados pela controlada RESA relacionados a primeira emissão de *Sustainability-Linked Debêntures* (SLD) atrelada às metas de *Environmental, Social and Corporate Governance* (ESG).

Conforme mencionado na Nota 1.1, em 27 de junho de 2024, a Companhia anunciou a 2ª emissão de debêntures simples em série única, no valor de R$ 1.050.000, com vencimento final em 2031.

Ainda, em 7 de outubro de 2024, a Companhia anunciou a 3ª emissão de debêntures simples em duas séries, no valor total de R$ 1.500.000 e vencimentos finais em 2034 e 2039. Os recursos líquidos obtidos com a referida emissão são destinados para o "Projeto Prioritário de Etanol de Segunda Geração da Univalem e Barra (“E2G”)”.

Ambas as emissões, são da espécie quirografária, com garantia adicional fidejussória, para distribuição pública, com valor nominal unitário de R$ 1.000,00 (mil reais). As debêntures contam com garantia outorgada pela controlada RESA.

(e) *Green Notes*

Em 31 de março de 2025, os *Green Notes* vigentes, emitidos no mercado internacional por intermédio de sua controlada indireta Raízen Fuels, com pagamentos de juros semestrais, são os seguintes:

Contrato	Data	Montante em R$	Equivalente em US$ mil, onde aplicável	Vencimento final (pagos e/ou a pagar)
Green Notes Due 2034	05/03/2024	4.981.500	1.000.000	Mar/34
Green Notes Due 2054	05/03/2024	2.490.750	500.000	Mar/54
Green Notes Due 2035	17/09/2024	5.538.500	1.000.000	Jan/35
Green Notes Due 2054	25/02/2025	4.321.800	750.000	Mar/54
		17.332.550		

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, os gastos relacionados as emissões dos *Green Notes* foram de US$ 51.707 mil (US$ 21.654 mil em 2024), correspondentes a R$ 294.366 (R$ 107.870 em 2024).

Os recursos líquidos captados por meio das emissões dos *Green Notes* foram destinados para a liquidação de determinadas dívidas, gestão ordinária de seus negócios e realização de investimentos em projetos e ativos selecionados de acordo com o *Green Financing Framework* da Companhia, além do alongamento do prazo médio do endividamento pelo refinanciamento de obrigações financeiras, incluindo a recompra e resgate subsequente dos títulos de dívida com vencimento em 2027 (Nota 18.4.i).

(f) *Senior Notes Due* 2037

Em 25 de fevereiro de 2025, a Raízen Fuels emitiu *Senior Notes*, no montante de US$ 1.000.000 mil, correspondentes a R$ 5.762.400, com vencimento em 2037. Os recursos líquidos captados por meio dessa emissão serão destinados para a liquidação de determinadas dívidas da Companhia, incluindo a liquidação parcial dos *Notes* com vencimento em 2027, e gestão ordinária de seus negócios.

Os gastos relacionados as emissões do *Senior Notes* foram de US$ 9.150 mil, correspondentes a R$ 52.726.

(g) NCE

Em julho e dezembro de 2022, a controlada RESA realizou captações de NCEs no montante de R$ 600.000 e R$ 1.000.000, com vencimento final em julho de 2030 e dezembro de 2029, respectivamente.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a RESA e suas controladas realizaram novas captações de NCEs, conforme demonstradas a seguir:

Empresas	Data	Montante em R$	Equivalente em US$ mil, onde aplicável	Vencimento final (pagos e/ou a pagar)
RESA	Jun/24	539.740	100.000	Mar/25
RESA	Set/24	111.800	20.000	Mar/25
RESA	Set/24	281.120	50.000	Mar/25
Raízen Centro-Sul S.A.	Fev/25	577.880	100.000	Fev/30
		1.510.540		

(h) PPEs

Entre os anos de 2018 e 2025, a Companhia e suas controladas firmaram contratos de captação de PPEs com diversas instituições financeiras a título de financiamento para futura exportação de produtos, incluindo determinados saques de linhas de crédito que a Companhia detinha com sindicatos de bancos internacionais. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia e suas controladas captaram novos PPEs que totalizaram R$ 5.827.158 (R$ 2.834.880 em 2024), equivalentes a US$ 1.005.504 mil (US$ 570.359 mil em 2024). Os contratos de PPE em aberto em 31 de março de 2025 tem vencimento até março de 2030.

(i) *Senior Notes Due* 2027

Em janeiro de 2017, a controlada indireta Raízen Fuels emitiu *Senior Notes* no mercado internacional, no valor principal de US$ 500.000 mil. Em julho de 2020, a Raízen Fuels efetuou uma reabertura (*retap*) do *Senior Notes* captando um montante adicional de US$ 225.000 mil.

Durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia efetuou recompras das referidas emissões, cujo resultado das operações estão demonstradas abaixo:

					Valor principal recomprado		Valor principal em aberto em 2025 (1)	
Operação	Moeda	Vencimento	Valor principal original em US$	Valor principal em aberto em 2024 US$	Valor em US$ mil	Valor em R$ (2)	Valor em US$ mil	Valor em R$ (3)
Senior Notes	US$	Jan/2027	725.000	342.006	(154.253)	(898.184)	187.753	1.078.115

					Valor principal recomprado		Valor principal em aberto em 2024 (1)	
Operação	Moeda	Vencimento	Valor principal original em US$	Valor principal em aberto em 2023 US$	Valor em US$ mil	Valor em R$ (2)	Valor em US$ mil	Valor em R$ (3)
Senior Notes	US$	Jan/2027	725.000	725.000	(382.994)	(1.891.913)	342.006	1.708.730

(1) Valor principal em aberto após a recompra.

(2) Representado pelo montante na moeda original convertido pela taxa de câmbio na data de liquidação da recompra.

(3) Representado pelo montante na moeda original convertido pela taxa de câmbio na data de 31 de março de 2025 e 2024, conforme o caso.

Em decorrência das recompras destes títulos, a Companhia desembolsou o montante de US$ 154.831 mil (US$ 385.714 mil em 2024), equivalentes a R$ 901.550 (R$ 1.927.104 em 2024).

(j) *Term Loan Agreement* (Empréstimo sindicalizado)

Em 29 de setembro de 2023, a Raízen Fuels contratou um novo empréstimo, no montante de € 300.000 mil, correspondente a aproximadamente R$ 1.566.872 naquela data, com vencimento final em 21 de setembro de 2035.

Ainda, em 30 de julho de 2024, a Raízen Fuels celebrou um *Facility Agreement*, contendo a SACE, ECA (*Export Credit Agency* – Agência de Crédito à Exportação) italiana, como garantidora parcial da operação, no montante de € 200.000 mil, equivalentes a R$ 1.197.943, com vencimento final para julho de 2036. O referido financiamento possui amortizações semestrais, após carência de três anos e juros semestrais.

(k) Outros empréstimos captados e/ou liquidados neste exercício

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024, as controladas diretas Raízen Argentina e Raízen Paraguai, bem como a controlada indireta Raízen Trading, realizaram captações na modalidade capital de giro e outros, como demonstrado abaixo:

			2025 (Consolidado)		
Modalidades das dívidas	Empresas	Data	Montante em R$	Equivalente em US$ mil, onde aplicável	Vencimento final (pagos e/ou a pagar)
Capital de giro e outros	Raízen Paraguai	Abr a Nov/24	477.430	88.112	Ago/24 a Jan/25
Capital de giro e outros	Raízen Argentina	Abr/24 a Mar/25	3.070.958	545.758	Mai/24 a Fev/26
			3.548.388		

			2024 (Consolidado)		
Modalidades das dívidas	Empresas	Data	Montante em R$	Equivalente em US$ mil, onde aplicável	Vencimento final (pagos e/ou a pagar)
Capital de giro e outros	Raízen Argentina	Abr/23 a Mar/24	6.743.362	1.365.381	Mai/23 a Abr/24
Capital de giro e outros	Raízen Paraguai	Abr a Out/23	578.313	116.726	Mai/23 a Fev/24
Capital de giro e outros	Raízen Trading	Jun/23	194.276	40.000	Jul/23
			7.515.951		

18.5 Pagamentos

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, os valores de principal e juros liquidados de empréstimos e financiamentos totalizaram R$ 18.601.039 (R$ 22.700.233 em 2024), como demonstrado abaixo:

			Consolidado	
Modalidade das dívidas	Empresa	Data	Montante em R$ (principal e juros)	Equivalente em US$ mil, onde aplicável
ACC	RESA	Nov/24 a Mar/25	2.602.547	444.123
CPR-F	RESA	Mai/24 a Mar/25	2.873.853	-
CRA	RESA	Abr/24 a Mar/25	1.086.595	-
CRA	Raízen S.A.	Dez/24	308.292	-
Crédito Rural	RESA	Ago/24 a Fev/25	1.094.913	-
Debêntures	RESA	Jun/24 a Mar/25	137.017	-
Debêntures	Raízen S.A.	Dez/24	103.021	-
Green Notes Due 2034	Raízen Fuels	Set/24 a Fev/25	364.454	64.500
Green Notes Due 2035	Raízen Fuels	Jan/25	114.665	19.000
Green Notes Due 2054	Raízen Fuels	Set/24 a Fev/25	204.696	36.198
NCE	RESA	Jun/24 a Mar/25	1.209.714	-
PPE	Raízen S.A.	Abr/24 a Mar/25	1.452.439	253.949
PPE	RESA	Mai/24 a Mar/25	2.048.619	335.051
PPE	Raízen Argentina	Abr/24 a Mar/25	990.801	182.517
Senior Notes Due 2027	Raízen Fuels	Abr/24 a Fev/25	1.002.078	173.219
Term Loan Agreeement	Raízen Fuels	Set/24 a Mar/25	121.503	21.158
Capital de giro	RESA e suas controladas	Jan a Mar/25	95.597	-
Capital de giro e outros	Raízen Argentina e outros	Abr/24 a Mar/25	2.790.235	452.201
			18.601.039	

18.6 *Revolving Credit Facility*

Em 31 de março de 2025, as linhas de créditos rotativos contratadas pela Companhia e não utilizadas até o término destas demonstrações financeiras anuais, estão descritas abaixo:

Beneficiária	Instituição	Valor em US$	Vencimento
Raízen Fuels	Sindicato de bancos	300.000	Mar/2027
Raízen Fuels	Sindicato de bancos	700.000	Dez/2026
		1.000.000	

18.7 Valor justo

Em 31 de março de 2025 e 2024, o saldo de valor justo do risco protegido vinculados aos empréstimos e financiamentos e que são determinados pelo nível 2 da hierarquia de valor justo, está demonstrado abaixo:

			Controladora	
	Sado de valor justo (1)		Resultado financeiro (Nota 30)	
Modalidade	2025	2024	2025	2024
ACC	(714)	-	714	-
CRA	-	(3.726)	(3.726)	(2.285)
Debêntures	(102.274)	-	102.274	-
PPE	(95.910)	(135.560)	(39.650)	(19.501)
	(198.898)	(139.286)	59.612	(21.786)

(1) Em 31 de março de 2025 e 2024, o valor contábil das referidas dívidas, incluindo o saldo de valor justo do risco protegido, é de R$ 5.423.684 e R$ 3.890.358, respectivamente.

	Consolidado			
	Valor justo (1)		Resultado financeiro (Nota 30)	
Modalidade	2025	2024	2025	2024
ACC	(714)	4.104	4.818	(4.104)
CPR-F	-	133	133	(133)
CRA	(724.584)	(151.117)	573.467	(144.387)
Debêntures	(427.090)	(133.538)	293.552	(48.087)
Green Notes Due 2034 e 2035	(175.150)	(9.919)	272.531	9.919
PPE	(122.659)	(190.447)	(67.788)	(11.179)
Senior Notes Due 2027 e 2037	(260.830)	(245.379)	(91.849)	121.854
Term Loan Agreement	17.256	-	(17.256)	(3.375)
	(1.693.771)	(726.163)	967.608	(79.492)

(1) Em 31 de março de 2025 e 2024, o valor contábil das referidas dívidas, incluindo o saldo de valor justo do risco protegido, é de R$ 37.453.239 e R$ 22.998.584, respectivamente.

Demais empréstimos e financiamentos não possuem valor cotado e o seu valor justo se aproxima, substancialmente, do seu valor contábil, em função da exposição às taxas de juros variáveis e à variação irrelevante do risco de crédito da Raízen.

18.8 Cláusulas restritivas ("*covenants*")

A Companhia e suas controladas, no âmbito dos seus contratos de empréstimos e financiamentos, não estão sujeitas ao cumprimento de índices financeiros, estando sujeitas apenas a determinadas cláusulas restritivas existentes nos contratos de empréstimos e financiamentos, tais como "*negative pledge*", as quais estão sendo atendidas de acordo com as exigências contratuais. Em 31 de março de 2025 e 2024, todas as cláusulas restritivas referentes aos empréstimos, financiamentos e debêntures estão adimplentes pela Companhia.

19. Imposto sobre a renda e contribuição social

19.1 Política contábil

As receitas (despesas) de imposto sobre a renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos corrente e diferido. Os impostos sobre a renda são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados com itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, o imposto também é reconhecido no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto sobre a renda e contribuição social corrente e diferido é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço dos países em que as entidades da Companhia atuam e geram lucro tributável. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas apurações de impostos sobre a renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

O imposto sobre a renda no Brasil é computado sobre o lucro tributável pela alíquota de 15%, com acréscimo de 10% para os lucros que excederem R$ 240 no período de 12 meses, enquanto a contribuição social é computada pela alíquota de 9% sobre o lucro tributável, reconhecidos pelo regime de competência. Ou seja, de forma composta, a Companhia está sujeita a uma alíquota teórica de impostos sobre renda equivalente a 34%.

Imposto sobre a renda e a contribuição social diferidos relativos a prejuízos fiscais, base negativa da contribuição social e diferenças temporárias são apresentados líquidos no balanço quando há o direito legal e a intenção de compensá-los quando da apuração dos tributos correntes, relacionados com a mesma entidade legal e mesma autoridade fiscal.

Dessa forma, tributos diferidos ativos e passivos em diferentes entidades ou em países diferentes, em geral são apresentados em separado, e não pelo líquido. Os tributos diferidos são calculados com base nas alíquotas previstas quando de sua realização e revisados anualmente.

As antecipações ou valores correntes, passíveis de compensação, são demonstrados no ativo circulante e não circulante, de acordo com a previsão de sua realização.

19.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

(a) Imposto sobre a renda, contribuição social e outros tributos a pagar

A Companhia está sujeita ao imposto sobre a renda em todos os países em que opera e contribuição social no Brasil. Dessa forma, é necessário um julgamento significativo para determinar a provisão para esses impostos.

Em determinadas operações, a definição final do imposto é incerta. A Companhia também reconhece provisões para cobrir determinadas situações em que é provável que valores adicionais de impostos sejam devidos. Quando o resultado dessas questões é diferente dos valores inicialmente estimados e registrados, essas diferenças afetam os ativos e passivos fiscais correntes e diferidos e o resultado ou resultado abrangente no período em que o valor definitivo é determinado.

(b) Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

O imposto sobre a renda e contribuição social diferido ativo são reconhecidos para todos os prejuízos fiscais não utilizados na extensão em que seja provável que haverá lucro tributável disponível para permitir a utilização dos referidos prejuízos fiscais no futuro. Adicionalmente, a Companhia reconhece tributos diferidos com base nas diferenças temporárias determinadas a partir da base fiscal e o valor contábil de determinados ativos e passivos, utilizando as alíquotas em vigor. Julgamento significativo da Administração é requerido para determinar o valor do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos ativos que poderão ser reconhecidos, com base em um prazo razoável e nível de lucros tributáveis futuros, juntamente com estratégias de racionalização fiscais futuras.

Ao avaliar a recuperabilidade dos tributos diferidos ativos, a Raízen considera as entidades legais que possam ter incorrido em prejuízo fiscal no exercício corrente, com base em premissas e projeções que refletem seu plano operacional.

19.3 Reconciliação da receita (despesa) de imposto sobre a renda ("IRPJ") da contribuição social ("CSLL")

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
(Prejuízo) lucro antes do IRPJ e da CSLL	(4.538.612)	165.040	(3.146.250)	1.612.088
Imposto sobre a renda e contribuição social a taxa nominal de 34%	1.543.128	(56.114)	1.069.725	(548.110)
Ajustes para cálculo da taxa efetiva:				
Subvenções governamentais	-	223	-	61.079
Não incidência do IRPJ e CSLL sobre atualização pela Selic dos indébitos tributários	18.067	10.061	200.509	23.259
Tributos diferidos não reconhecidos	-	-	(2.237.718)	(702.392)
Variação cambial sobre ativos e passivos no exterior	-	-	268.471	(138.668)
JCP	-	453.017	-	453.017
Alíquotas diferenciadas de empresas no exterior	-	-	(31.277)	6.796
Resultado de empresa no exterior	(20.714)	(228)	(183.774)	(21.561)
Diferença de alíquota entre lucro presumido e lucro real	-	-	9.160	5.384
Equivalência patrimonial	(1.281.468)	(65.757)	(69.641)	(85.826)
Outros	23.071	14.473	(56.156)	(50.933)
Receita (despesa) de imposto sobre a renda e contribuição social	282.084	355.675	(1.030.701)	(997.955)
Taxa efetiva	6,2%	-215,5%	-32,8%	61,9%

19.4 Composição – IRPJ e CSLL corrente

(a) Saldo a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
IRPJ	399.557	536.764	851.710	802.481
CSLL	123.458	119.146	200.929	181.952
Créditos fiscais de entidades no País	523.015	655.910	1.052.639	984.433
Créditos fiscais de entidades no exterior	-	-	3.315	103.827
	523.015	655.910	1.055.954	1.088.260
Ativo circulante	(141.634)	(99.843)	(549.434)	(400.246)
Ativo não circulante	381.381	556.067	506.520	688.014

(b) Saldo a pagar (circulante)

	Consolidado	
	2025	2024
IRPJ	22.992	50.423
CSLL	10.017	18.184
Débitos fiscais de entidades no País	33.009	68.607
Débitos fiscais de entidades no exterior	107.561	1.628
	140.570	70.235

19.5 Composição – IRPJ e CSLL diferido

	Controladora					Consolidado				
				2025	2024				2025	2024
Ativo (passivo)	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total	Base	IRPJ 25%	CSLL 9%	Total	Total
Prejuízos fiscais	2.739.928	684.982	-	684.982	565.898	12.079.792	3.019.948	-	3.019.948	3.697.454
Base negativa de contribuição social	2.746.533	-	247.188	247.188	203.854	11.403.767	-	1.026.339	1.026.339	1.199.423
Diferenças temporárias:										
Remuneração e benefícios a funcionários	64.021	16.005	5.762	21.767	69.120	404.985	101.246	36.449	137.695	254.512
Passivo de arrendamento e direito de uso	13.441	3.360	1.210	4.570	6.458	2.749.868	687.467	247.488	934.955	1.089.189
Indébitos tributários – Selic	96.894	24.224	8.720	32.944	30.508	408.094	102.024	36.728	138.752	140.755
Pagamento baseado em ações	158.259	39.565	14.243	53.808	46.507	158.259	39.565	14.243	53.808	46.507
Provisões para demandas judiciais	84.021	21.005	7.562	28.567	31.968	2.225.812	556.453	200.323	756.776	665.438
Variações cambiais	1.839.153	459.788	165.524	625.312	191.129	3.158.035	789.509	284.223	1.073.732	405.264
Resultado não realizado com derivativos	-	-	-	-	41.255	-	-	-	-	-
Custo de empréstimos capitalizados	33.797	8.449	3.042	11.491	8.541	-	-	-	-	-
Provisões e outras diferenças temporárias	947.129	236.782	85.242	322.024	239.324	3.350.324	837.581	301.529	1.139.110	725.879
Total ativos fiscais diferidos		1.494.160	538.493	2.032.653	1.434.562		6.133.793	2.147.322	8.281.115	8.224.421
Ágio fiscal amortizado	(940.094)	(235.024)	(84.608)	(319.632)	(319.632)	(2.551.356)	(637.839)	(229.622)	(867.461)	(889.343)
Ativos biológicos	-	-	-	-	-	(1.388.409)	(347.102)	(124.957)	(472.059)	(747.678)
Ressarcimento de ICMS	(179.388)	(44.847)	(16.145)	(60.992)	(81.078)	(246.544)	(61.636)	(22.189)	(83.825)	(128.302)
Valor justo dos estoques (Nota 4.e)	(37.715)	(9.429)	(3.394)	(12.823)	(2.364)	(37.715)	(9.429)	(3.394)	(12.823)	(2.364)
Custo de empréstimos capitalizados	-	-	-	-	-	(837.659)	(209.415)	(75.389)	(284.804)	(183.774)
Atualização monetária de ativo imobilizado de entidade no exterior	-	-	-	-	-	(210.244)	(52.561)	(18.922)	(71.483)	(396.694)
Efeito sobre mudanças nas taxas de depreciação do ativo imobilizado	(415.724)	(103.931)	(37.415)	(141.346)	(129.632)	(3.204.021)	(801.005)	(288.362)	(1.089.367)	(1.043.527)
Resultado não realizado com derivativos	(161.709)	(40.427)	(14.554)	(54.981)	-	(1.211.291)	(302.823)	(109.016)	(411.839)	(601.338)
Valor justo dos passivos financeiros (Notas 11.a.2 e 18.c)	(126.512)	(31.628)	(11.386)	(43.014)	(50.729)	(1.693.771)	(423.443)	(152.439)	(575.882)	(246.896)
Ganho por compra vantajosa	(49.206)	(12.301)	(4.429)	(16.730)	(5.871)	(923.368)	(230.842)	(83.103)	(313.945)	(222.676)
Valor justo na formação de *joint venture* (Nota 13.d)	(449.553)	(112.388)	(40.460)	(152.848)	(158.072)	(449.553)	(112.388)	(40.460)	(152.848)	(158.072)
Relações contratuais com clientes	(130.065)	(32.516)	(11.706)	(44.222)	(48.602)	(131.415)	(32.854)	(11.827)	(44.681)	(49.199)
Mais valia de ativos líquidos em combinações de negócios	(123.079)	(30.770)	(11.077)	(41.847)	(42.149)	(1.598.915)	(399.729)	(143.902)	(543.631)	(566.631)
Ativos imobilizados, estoques e outros	(251.421)	(62.855)	(22.628)	(85.483)	(59.984)	(1.420.644)	(355.161)	(127.858)	(483.019)	(785.929)
Total passivos fiscais diferidos		(716.116)	(257.802)	(973.918)	(898.113)		(3.976.227)	(1.431.440)	(5.407.667)	(6.022.423)
Total de tributos diferidos		778.044	280.691	1.058.735	536.449		2.157.566	715.882	2.873.448	2.201.998
Tributos diferidos – Ativo, líquido				1.058.735	536.449				3.975.910	3.998.156
Tributos diferidos – Passivo, líquido				-	-				(1.102.462)	(1.796.158)
Total de tributos diferidos				1.058.735	536.449				2.873.448	2.201.998

19.6 Movimentação líquida dos tributos diferidos – ativo (passivo)

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Saldo no início do exercício	536.449	24.442	2.201.998	2.473.097
Combinação de negócios (Nota 33)	-	-	(31.121)	(83.818)
Integralização de capital (Nota 33)	-	12.565	-	-
Adição por incorporação (Nota 13.6)	-	(14.966)	-	-
Crédito no resultado	553.567	553.966	834.082	167.597
Tributos diferidos sobre outros resultados abrangentes	3.879	3.866	19.600	(308.254)
Utilização de prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social para pagamento de débitos fiscais	(1.284)	(13.983)	(15.212)	(44.576)
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	-	35.225	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(33.876)	(29.441)	(171.124)	(2.048)
Saldo no final do exercício	1.058.735	536.449	2.873.448	2.201.998

19.7 Realização do imposto sobre a renda e contribuição social diferidos

Na avaliação da capacidade de recuperação dos tributos diferidos, a Administração considera as projeções do lucro tributável futuro e as movimentações das diferenças temporárias. Tributos diferidos ativos são constituídos somente quando é provável que serão utilizados no futuro. Não há prazo de validade para utilização dos saldos de prejuízos fiscais e bases negativas, porém, a utilização desses prejuízos acumulados de anos anteriores é limitada a 30% dos lucros anuais tributáveis.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a controlada RESA revisou suas projeções e, devido à redução dos lucros tributáveis futuros, limitou a utilização de seus créditos fiscais. Dessa forma, a RESA realizou o desreconhecimento parcial de ativos fiscais diferidos no montante de R$ 899.732.

Em 31 de março de 2025, a Raízen apresenta a seguinte expectativa de realização de ativos fiscais diferidos em determinadas sociedades, incluindo ativos de prejuízos fiscais, bases negativas e diferenças temporárias:

Exercícios:	Controladora	Consolidado
2025	912.040	1.684.768
2026	115.452	951.478
2027	32.446	372.973
2028	105.559	541.988
2029	108.793	771.904
Após 2029	758.363	3.958.004
Total	2.032.653	8.281.115

19.8 Ativos fiscais diferidos não constituídos

Em 31 de março de 2025 e 2024, ativos fiscais diferidos não foram reconhecidos para as seguintes controladas, pois não é provável que lucros tributáveis futuros estejam disponíveis para que a Raízen possa utilizar seus benefícios. Os saldos não constituídos estão demonstrados abaixo:

	Consolidado			
	2025		2024	
	Base de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	Tributo diferido não reconhecido	Base de prejuízo fiscal e diferenças temporárias	Tributo diferido não reconhecido
Raízen Energia S.A.	(8.219.981)	2.794.794	(1.818.468)	618.279
Raízen Centro-Sul Paulista S.A.	(2.829.444)	962.011	(2.829.444)	962.011
Raízen Centro-Sul S.A.	(2.094.121)	712.001	(2.094.121)	712.001
Raizen Biomassa S.A.	(451.277)	153.434	(412.176)	140.140
Raízen-Geo Biogás S.A.	(127.273)	43.273	(100.219)	34.074
Payly Instituição de Pagamento S.A.	(124.832)	42.443	(98.748)	33.574
Raízen-Geo Biogás Costa Pinto Ltda.	(99.176)	33.720	(36.309)	12.345
Dunamis SPE S.A.	(39.404)	13.397	-	-
Raízen Serviços e Participações S.A.	(13.852)	4.710	-	-
Sabor Raiz Alimentação S.A.	(12.334)	4.194	(12.311)	4.186
Total	(14.011.694)	4.763.977	(7.401.796)	2.516.610

Os saldos de prejuízos fiscais possuem prescrição indeterminada.

19.9 Posições fiscais incertas

Sob a ótica do disposto nesta decisão e considerando as políticas contábeis da Companhia, bem como IFRIC 23/ICPC 22 e o Ofício-Circular nº 1/2024/CVM/SNC/SEP de 13 de fevereiro de 2023, a Companhia avaliou seus processos judiciais transitados em julgado e não identificou impacto relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas para o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024.

20. Adiantamentos de clientes

20.1 Política contábil

A Companhia possui pagamentos antecipados pela venda futura de seus principais produtos, registrados no passivo.

20.2 Composição

Em 31 de março de 2025 e 2024, a Companhia possui pagamentos antecipados pela venda futura de seus principais produtos a clientes nacionais e no exterior:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
No País (moeda nacional)	320.653	224.692	814.391	3.937.518
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	6.847.041	7.834.492
	320.653	224.692	7.661.432	11.772.010
Circulante	(320.653)	(224.692)	(3.684.267)	(5.576.461)
Não circulante	-	-	3.977.165	6.195.549

21. Outras obrigações

21.1 Política contábil

Corresponde, substancialmente, às obrigações a pagar por bens ou serviços e outros passivos monetários que foram adquiridos e/ou contratados no curso normal das atividades da Companhia, reconhecidas pelo valor justo e, subsequentemente, mensuradas pelo custo amortizado com o uso do método de taxa de juros efetiva e ajustadas pelas variações monetárias e cambiais incorridas, quando aplicável. Passivos não monetários são mensurados com base no custo histórico e, tratando de moeda estrangeira, deverão ser convertidos utilizando-se a taxa de câmbio da data da transação que resultou em seu reconhecimento.

21.2 Composição

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Passivo para cobertura de margem (1)	194.006	35.731	1.338.364	902.589
Passivo financeiro com clientes (2)	-	-	1.211.770	-
Bonificações a pagar para clientes (3)	429.657	355.925	550.941	471.160
Contas e despesas a pagar (4)	520.374	617.959	1.209.792	1.171.208
Contas a pagar pelo direito de uso na marca “Senna”	59.269	-	59.269	-
Passivo financeiro - FIAGRO (5)	-	-	313.115	278.498
Incentivos a pagar à funcionários	41.854	40.736	252.684	198.183
Provisão para aposentadoria de CBIOs	101.210	179.494	122.873	209.875
Provisão para patrimônio líquido negativo de investidas (Nota 13)	183.065	-	4.013	-
Receitas diferidas	228.363	-	325.972	79.800
Outros	1.348	244.893	316.690	562.383
	1.759.146	1.474.738	5.705.483	3.873.696
No País (moeda nacional)	1.759.146	1.474.738	4.780.185	2.985.543
No exterior (moeda estrangeira) (Nota 4.5)	-	-	925.298	888.153
	1.759.146	1.474.738	5.705.483	3.873.696
Circulante	(1.018.640)	(975.219)	(3.453.533)	(2.605.271)
Não circulante	740.506	499.519	2.251.950	1.268.425

(1) Refere-se a recursos aportados por determinadas corretoras para cobertura de margem em operações com derivativos.

(2) Refere-se, principalmente, à antecipação de contratos de venda de energia, firmados com comercializadores nacionais, a serem executados em até 7 anos, cujos contratos em aberto em 31 de março de 2025, serão atualizados por uma taxa média anual de 8,61%. Os custos decorrentes dessas antecipações são reconhecidos como despesas financeiras ao longo da vigência contratual. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, os juros relacionados ao referido passivo financeiro totalizaram R$ 362.296.

(3) Bonificações concedidas a clientes da Raízen que estão condicionadas a prazos e desempenhos a serem cumpridos, em especial ao consumo de volumes previstos em contratos de fornecimento de combustíveis para revendedores.

(4) Refere-se, substancialmente, a obrigações com terceiros na aquisição de serviços tais como consultorias, fretes secundários, despesas comerciais e administrativas que são pagas, geralmente, em 90 dias em média.

(5) Referem-se às obrigações a pagar decorrentes da participação da Companhia como cotista subordinado no FIAGRO, conforme descrito na nota 6.1.

22. Demandas judiciais e depósitos judiciais

22.1 Política contábil

A Companhia reconhece provisões para perdas em processos judiciais e administrativos nos casos em que as avaliações técnicas de seus assessores jurídicos e julgamentos da Administração consideram provável o desembolso de caixa futuro e sejam atendidas as demais condições para o reconhecimento de uma provisão.

Os passivos contingentes com expectativa de perda provável que não podem ter seu valor mensurado e aqueles com expectativa de perda possível são divulgados em notas explicativas, considerando as melhores informações disponíveis até a data da divulgação. Passivos contingentes avaliados como de perdas remotas não são provisionados nem divulgados.

Os ativos contingentes não são reconhecidos, mas são objeto de divulgação em notas explicativas quando a entrada de benefícios econômicos for provável e os valores forem materiais. Caso a entrada de benefícios econômicos seja praticamente certa, o que, em geral, considera o trânsito em julgado, e cujo valor seja possível de ser mensurado com segurança, o ativo relacionado deixa de ser um ativo contingente e seu reconhecimento é adequado.

22.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Companhia e suas controladas reconhecem provisão para demandas judiciais tributárias, cíveis, trabalhistas e ambientais. A avaliação da probabilidade de perda inclui a avaliação das evidências disponíveis, a hierarquia das leis, as jurisprudências disponíveis, as decisões mais recentes dos tribunais e sua relevância no ordenamento jurídico, bem como a avaliação de advogados internos e externos. As referidas provisões são revisadas e ajustadas para levar em conta alterações nas circunstâncias, tais como prazo de prescrição aplicável, conclusões de inspeções fiscais ou exposições adicionais identificadas com base em novos assuntos ou decisões de tribunais.

22.3 Composição das demandas judiciais consideradas como perda provável

No processo de formação da Raízen no ano de 2011, foi acordado que as acionistas Shell e Cosan deverão reembolsar à Raízen e suas controladas o montante das demandas judiciais com data base anterior à de sua formação. Em 31 de março de 2025 e 2024, os saldos das referidas demandas a serem reembolsadas e as demandas não reembolsáveis, estão descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias	254.999	458.988	420.730	633.314
Cíveis	96.117	327.705	362.753	557.061
Trabalhistas	30.586	28.148	666.087	655.405
Ambientais	23.452	24.164	83.861	73.055
	405.154	839.005	1.533.431	1.918.835
Demandas judiciais não reembolsáveis	84.018	94.025	988.014	926.170
Demandas judiciais reembolsáveis	321.136	744.980	545.417	992.665
	405.154	839.005	1.533.431	1.918.835

Ainda no processo de formação da Raízen no ano de 2011, foi acordado que a Companhia e suas controladas deverão restituir às acionistas Shell e Cosan, o montante dos depósitos judiciais realizados com data base antes da formação da Raízen. Em 31 de março de 2025 e 2024, os saldos dos depósitos restituíveis e dos depósitos não restituíveis, estão descritos abaixo:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Tributárias	44.978	46.854	751.926	658.727
Cíveis	8.393	10.509	39.917	41.545
Trabalhistas	4.537	12.147	107.259	144.586
	57.908	69.510	899.102	844.858
Depósitos judiciais próprios	43.151	46.126	551.194	502.114
Depósitos judiciais restituíveis	14.757	23.384	347.908	342.744
	57.908	69.510	899.102	844.858

22.4 Movimentação

	Controladora				
	Tributárias	Cíveis (3)	Trabalhistas	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2024	458.988	327.705	28.148	24.164	839.005
Não reembolsáveis	31.950	42.679	18.490	906	94.025
Reembolsáveis	427.038	285.026	9.658	23.258	744.980
Provisionado no exercício (1)	24.791	24.911	10.285	3.686	63.673
Baixas e reversões (1)	(150.228)	(147.107)	(5.689)	(2.295)	(305.319)
Pagamentos	(87.631)	(121.433)	(7.406)	(2.213)	(218.683)
Atualização monetária	9.079	12.041	5.248	110	26.478
Em 31 de março de 2025	254.999	96.117	30.586	23.452	405.154
Não reembolsáveis	17.520	43.132	21.378	1.988	84.018
Reembolsáveis (2)	237.479	52.985	9.208	21.464	321.136

	Consolidado				
	Tributárias	Cíveis (3)	Trabalhistas	Ambientais	Total
Em 31 de março de 2024	633.314	557.061	655.405	73.055	1.918.835
Não reembolsáveis	109.302	191.844	594.733	30.291	926.170
Reembolsáveis	524.012	365.217	60.672	42.764	992.665
Combinação de negócios (Nota 33.2)	-	-	1.413	-	1.413
Provisionado no exercício (1)	120.852	78.538	307.032	16.927	523.349
Baixas e reversões (1)	(298.670)	(203.381)	(224.571)	(6.634)	(733.256)
Pagamentos	(113.924)	(137.557)	(214.448)	(2.978)	(468.907)
Atualizações monetárias e cambiais	80.108	69.185	141.835	5.284	296.412
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	(950)	(1.093)	(579)	(1.793)	(4.415)
Em 31 de março de 2025	420.730	362.753	666.087	83.861	1.533.431
Não reembolsáveis	97.365	238.980	608.812	42.857	988.014
Reembolsáveis (2)	323.365	123.773	57.275	41.004	545.417

(1) As provisões e reversões de demandas judiciais não reembolsáveis, são reconhecidas no resultado operacional do exercício, exceto pelas reversões de atualização monetária, reconhecidas no "Resultado financeiro". No exercício corrente, os efeitos de provisões e reversões no resultado operacional representaram ganho de R$ 223.479 e R$ 58.570 (perda de R$ 35.507 e R$ 186.275 em 2024), Controladora e Consolidado, respectivamente.

(2) As movimentações das demandas judiciais reembolsáveis não têm e nunca terão efeitos no resultado, em função do direito de reembolso pelas acionistas Shell e Cosan à Companhia.

(3) Em 2015, o Conselho Administrativo de Defesa Econômica do Brasil ("CADE") autuou a Raízen S.A. por práticas supostamente ilegais sobre o preço de revenda de combustíveis ocorridas em 2006 e 2007. No exercício corrente, a Shell concluiu os entendimentos do processo junto ao CADE e, mediante o pagamento de R$ 114.872 efetuado pela Raízen, o caso foi encerrado. Entretanto, como parte do *Framework Agreement* (Nota 11.2) constituído no ato de formação da Companhia, o pagamento em questão foi integralmente reembolsado pela Shell à Raízen. Desta forma, da provisão para demandas judiciais cíveis reembolsáveis foram revertidos R$ 125.216, entre principal e juros, sem impacto no resultado da Companhia.

22.5 Demandas judiciais tributárias de perda provável

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS (a)	80.405	282.774	107.754	316.573
IPI (b)	97.682	94.598	178.975	174.684
PIS e COFINS (c)	20.543	19.961	24.293	23.673
IRPJ e CSLL (d)	38.750	37.167	44.885	38.065
Outros (e)	17.619	24.488	64.823	80.319
	254.999	458.988	420.730	633.314
Demandas judiciais não reembolsáveis	17.520	31.950	97.365	109.302
Demandas judiciais reembolsáveis	237.479	427.038	323.365	524.012
	254.999	458.988	420.730	633.314

(a) ICMS

O montante provisionado a título de créditos de ICMS é representado por: (a) autos de infração recebidos, os quais, apesar de estarem em processo de defesa, os consultores jurídicos da Companhia entendem que as chances de perda são prováveis; (b) aproveitamento de créditos e encargos financeiros em assuntos cujo entendimento da Administração da Companhia e assessores tributários diverge das interpretações das autoridades fiscais; e, (c) questionamento acerca do descumprimento de obrigação acessória (Portaria CAT), no período de janeiro de 2001 a dezembro de 2004, referente a metodologia de cálculo de créditos de ICMS no Estado de São Paulo. No exercício corrente, foram concluídos os entendimentos do caso e, mediante pagamento de R$ 21.391 efetuado pela Raízen via programa de anistia do Estado de São Paulo, o caso foi encerrado. Entretanto, como parte do *Framework Agreement* (Nota 11.2) constituído no ato de formação da Companhia, o pagamento em questão foi integralmente reembolsado pela Shell à Raízen. Desta forma, da provisão para demandas judiciais tributárias reembolsáveis foram revertidos R$ 133.311, entre principal e juros, sem impacto no resultado da Companhia.

(b) IPI

O montante provisionado a título de créditos de IPI é representado por: (a) auto de infração recebido referente a mercadorias importadas e demais autos; (b) compensação de créditos decorrentes de insumos usados em saídas imunes; e, (c) IPI Seletividade, matéria recentemente julgada pelo STF pela sistemática da Repercussão Geral (RE nº 592.145, tema 080) de forma desfavorável ao contribuinte.

(c) PIS e COFINS

O montante provisionado a título de créditos de PIS e COFINS é representado por: (a) contribuição dos anos 1997 a 1999, referente à incorporação de empresa; e, (b) créditos de IPI utilizados para compensação de PIS e COFINS decorrentes de insumos usados em saídas imunes.

(d) IRPJ e CSLL

Trata-se de despachos decisórios relativos a compensações diversas efetuadas via PER/DCOMP – Pedido Eletrônico de Restituição, Ressarcimento ou Reembolso e Declaração de Compensação, referentes a créditos de IPI utilizados para compensação de IRPJ e CSLL. As referidas compensações deixaram de ser homologadas por força da lavratura de auto de infração, o qual deixou de reconhecer os créditos sob os fundamentos de que, no período de janeiro de 2008 a setembro de 2010, (a) a Companhia teria deixado de destacar e recolher o IPI devido à alíquota de 8% em determinadas operações classificadas na Tabela de Incidência do Imposto sobre Produtos Industrializados - TIPI, e (b) a Companhia teria deixado de estornar créditos de IPI referentes a insumos utilizados na industrialização de determinados produtos classificados na TIPI, haja vista que as operações de saída de tais produtos não são tributadas.

A controvérsia decorre, no primeiro item, de divergência quanto à classificação dos produtos como derivados de petróleo, e no segundo item, de negativa das autoridades em reconhecer o direito à manutenção de créditos de IPI em operações com saídas imunes ou não tributadas.

(e) Contribuição de Intervenção de Domínio Econômico ("CIDE")

A controladora Raízen provisionou a CIDE sobre serviços prestados em atividades de exploração e produção de petróleo e gás natural realizadas antes da formação da Raízen, cujo montante em 31 de março de 2025 é de R$ 460.068 (R$ 442.197 em 2024). Os valores devidos foram depositados judicialmente, razão pela qual não haverá qualquer desembolso financeiro por parte da Companhia. Dessa forma, ambos os saldos estão apresentados de forma líquida nestas demonstrações financeiras.

22.6 Demandas judiciais cíveis, trabalhistas e ambientais de perda provável

A Raízen é parte em diversas ações cíveis referentes a indenização por danos materiais e morais, disputas contratuais, discussões imobiliárias e de recuperação de créditos, dentre outros.

A Raízen é ainda parte em diversas ações trabalhistas movidas por ex-empregados e empregados de prestadores de serviços que questionam, entre outros, o pagamento de horas extras, adicional noturno, periculosidade e insalubridade, reintegração de emprego, devolução de descontos efetuados em folha de pagamento tais como, contribuição confederativa e imposto sindical.

As principais demandas ambientais estão relacionadas a trabalhos de remediação ambiental a serem realizados em postos de abastecimento, bases de distribuição e aeroportos.

22.7 Demandas judiciais consideradas como perda possível e, por consequência, sem provisão para demandas judiciais

Demandas judiciais tributárias de perda possível

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
ICMS (a)	2.276.498	2.145.759	8.544.620	5.845.988
IRPJ e CSLL (b)	1.700.267	1.604.610	3.978.824	3.618.487
PIS e COFINS (b)	8.004.168	5.781.215	11.905.023	8.582.747
Instituto Nacional do Seguro Social (“INSS”) (c)	-	-	244.990	375.712
Imposto sobre Serviços (“ISS”) (d)	352.838	224.890	352.838	224.890
Compensações com crédito de IPI – IN SRF n° 67/1998 (e)	-	-	148.158	144.292
Medida Provisória n° 470/2009 – parcelamento de débitos (f)	-	-	265.253	255.281
IPI (g)	62.375	41.298	232.527	303.082
Outros	486.677	398.355	2.192.094	1.532.115
	12.882.823	10.196.127	27.864.327	20.882.594
Demandas judiciais não reembolsáveis	8.673.605	6.023.217	20.465.938	13.416.474
Demandas judiciais reembolsáveis	4.209.218	4.172.910	7.398.389	7.466.120
	12.882.823	10.196.127	27.864.327	20.882.594

(a) ICMS

Refere-se, substancialmente, à: (i) parte relativa à multa do auto de infração lavrado em virtude de suposta ausência de recolhimento de ICMS e descumprimento de obrigação acessória, em operação de parceria agrícola e de industrialização por encomenda, no período de maio de 2005 a março de 2006 e maio de 2006 a março de 2007; (ii) ICMS incidente nas saídas de açúcar cristalizado destinado à exportação, que segundo entendimento do agente fiscal, tal produto enquadra-se como mercadoria semielaborada o que, de acordo com o regulamento do ICMS, seria passível de tributação; (iii) ICMS incidente sobre supostas divergências de estoque de açúcar e etanol, derivadas de levantamento fiscal por presunção (art. 509 do RICMS/2000) ; (iv) exigência de ICMS decorrente de glosas de créditos de óleo diesel utilizado no processo produtivo agroindustrial, sendo a defesa apresentada por ser esse essencial as atividades da empresa com base no artigo 155§2º, I da Constituição Federal e LC 87/96; (v) não realização de estorno de créditos de ICMS e ICMS-ST; (vi) apropriação indevida de créditos do Controle de Crédito de ICMS do Ativo Permanente (“CIAP”); (vii) suposta tomada indevida de créditos relacionado ao ICMS-ST vinculado ao óleo diesel na qualidade de consumidor final; (viii) suposto aproveitamento indevido de créditos fiscais relativos aos fretes (serviços de transporte) uma vez que a operação subsequente é isenta ou não tributada; (ix) suposta ausência no recolhimento do ICMS e creditamento indevido devidos até o desembaraço aduaneiro das mercadorias importadas do exterior por meio de filial situada em outro Estado; (x) suposta falta de pagamento do imposto na venda de etanol anidro combustível a destinatário com situação cadastral não localizada. O Fisco Estadual, apesar da comprovada boa-fé da Companhia, desconsiderou as provas existentes e declarou, retroativamente, a inidoneidade das notas fiscais correspondentes, contrariando a Súmula 509 do Supremo Tribunal de Justiça;

ICMS – Continuação

(xi) crédito de ICMS decorrente de aquisição de insumos e bens intermediários, suportados por laudo; (xii) suposta divergência de estoques de produtos comercializados (fator de correção volumétrica/diferença de temperatura); e (xiii) suposto recolhimento a menor do ICMS-ST, isso em decorrência da aplicação do preço médio ponderado a consumidor final – PMPF (data do registro da declaração de importação versus data do desembaraço aduaneiro).

Em 13 de setembro de 2024, a controlada indireta Raízen Centro-Sul S.A. recebeu o auto de infração AIIM nº 5.051.105, lavrado pelo fisco estadual do Estado de São Paulo com exigência de ICMS e multa em face de suposta ausência de comprovação de exportações no prazo de 180 dias, abrangendo os anos de 2020 a 2022, no valor de R$ 2.469.456. A Raízen Centro-Sul S.A. apresentou sua impugnação, demonstrando através de laudo contábil/fiscal, emitidos por assessores externos independentes, a vinculação das notas fiscais de exportação e as Declarações Únicas de Exportação ("DU-E"), comprovando a efetiva exportação no prazo de 180 dias. Em de 21 de março de 2025, o fisco estadual reconheceu a efetividade das exportações, pugnando pela redução do auto de infração para R$ 7.000, remanescendo apenas discussões subsidiárias, no qual a Companhia aguarda a formalização da redução supracitada pelo órgão julgador. A assessoria jurídica que patrocina a causa classificou a probabilidade de perda como possível.

(b) IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF

As principais demandas referem-se substancialmente à: (i) auto de infração lavrado em 2016, recobrável do acionista Cosan, relativo à glosa de deduções da amortização de ágio dos anos-calendário 2011 a 2012 (fato societário que gerou o direito à utilização do ágio ocorreu em 2006); (ii) auto de infração de 2018 referente a glosa da amortização de ágio por expectativa de rentabilidade futura deduzido da base tributável do IRPJ e da CSLL, relativos aos anos-calendário de 2013 a 2016. A Companhia apresentou defesa administrativa em razão da amortização do ágio ter ocorrido nos termos da legislação vigente; (iii) autuação em 2018 pelo Fisco Federal cobrando IRPJ e CSLL, relativo aos anos de 2013 e 2014, por supostas deduções indevidas do lucro real do período estimativas mensais que foram objeto de compensações não homologadas. A Companhia apresentou impugnações, pois a legislação vigente e parecer da PGFN 88/14 permitem a cobrança das estimativas em processos de compensação; (iv) auto de infração de 2016 referente a amortização ocorrida entre 2011 e 2014 do ágio gerado na aquisição de empresas. A autuação indevidamente considera a imposição de multa isolada por ausência de pagamento de estimativas, multa agravada e aplicação de multa por omissão em obrigação acessória (ECF); (v) compensações com saldo negativo apurado em períodos diversos; (vi) glosas de créditos de PIS e COFINS pelo sistema não cumulativo previsto nas Leis nº 10.637/2002 e nº 10.833/2003, respectivamente. Referidas glosas decorrem, em síntese, da interpretação restritiva da Secretaria da RFB do conceito de "insumos", bem como de divergências em relação à interpretação das referidas leis; e, (vii) ressarcimento/Compensações de créditos de PIS e COFINS não cumulativos com origens diversas (Leis nº 10.637/02 e 10.833/03) dos períodos de 2014 a 2016, consideradas não declaradas pela RFB.

IRPJ, CSLL, PIS, COFINS e IOF – Continuação

Em 6 e 10 de janeiro de 2025, a Companhia e suas controladas Petróleo Sabbá e Blueway receberam autos de infrações fiscais, no montante de R$ 1.681.000, que discutem glosas de créditos de PIS e COFINS relacionados, principalmente, às seguintes operações: (i) aquisição de etanol hidratado para revenda; (ii) bens e serviços contratados como insumos e fretes; (iii) aquisição de biodiesel para produção de diesel B; (iv) diferenças de créditos na importação de produtos e em certas alíquotas aplicadas nas revendas; (v) multas por incorreção na Escrituração Fiscal Digital e outras.

A Companhia e suas controladas, amparadas por pareceres de especialistas jurídicos externos e internos, avaliam o prognóstico das teses com risco de perda possível. Adicionalmente, todas as referidas teses encontram-se dentro do prazo para defesa.

(c) INSS

As demandas judiciais possíveis relacionadas ao INSS envolvem, essencialmente: (i) a exigência de contribuição a título do SENAR (Serviço Nacional de Aprendizagem Rural) em operações de exportação direta e indireta, em que a RFB entende não haver direito à imunidade constitucional; e, (ii) exigência de recolhimento de contribuição previdenciária sobre revenda de mercadorias no mercado interno e para terceiros, que não entram no cômputo da base de cálculo da contribuição previdenciária, a qual incide apenas sobre a receita bruta decorrente da produção efetiva do estabelecimento e não de mercadorias adquiridas.

(d) ISS

Refere-se a falta de retenção ou recolhimento sobre serviços tomados em determinados períodos.

(e) Compensações com crédito de IPI – IN nº 67/1998

A IN SRF n° 67/98 trouxe a possibilidade da restituição dos valores de IPI, recolhidos no período de 14 de janeiro de 1992 a 16 de novembro de 1997, sobre o açúcar refinado do tipo amorfo. Diante disso, a controlada RESA, para os períodos que havia efetuado o recolhimento, pleiteou a compensação desses valores com outros tributos devidos. No entanto, os pedidos de restituição, bem como de compensação, foram indeferidos pela RFB. Assim, a controlada RESA impugnou administrativamente o indeferimento.

Após notificação para pagamento dos débitos objetos de compensação, tendo em vista as alterações introduzidas pela IN SRF n° 210/2002, a controlada RESA impetrou Mandado de Segurança com pedido de liminar para suspender a exigibilidade dos tributos compensados, objetivando, dessa forma, impedir que a Administração Pública pudesse executar os débitos. A liminar foi deferida pelo juízo competente.

(f) Medida Provisória nº 470/2009 – parcelamento de débitos

A RFB indeferiu parcialmente os pedidos de parcelamento de débitos tributários federais efetuados pela controlada RESA, sob o argumento de que o prejuízo fiscal oferecido não é suficiente para quitação dos respectivos débitos. A controlada RESA e seus assessores jurídicos entendem que os prejuízos apontados existiam e estavam disponíveis para essa utilização.

(g) IPI

Exigência fiscal sobre vendas de açúcar sujeitas a alíquota zero, em razão de possuírem grau de polarização superior a 99,5º ou sem incidência de IPI, nos termos da N SRF nº 67/1998. Tal norma foi levada a efeito nos respectivos processos movidos pela RFB, cuja probabilidade de perda está classificada como possível, de acordo com a avaliação dos consultores jurídicos da Companhia.

Demandas judiciais cíveis, trabalhistas e ambientais de perda possível

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Cíveis	728.945	722.521	2.013.515	1.760.319
Trabalhistas	19.500	20.653	383.266	358.016
Ambientais	12.109	15.193	236.555	206.852
	760.554	758.367	2.633.336	2.325.187
Demandas judiciais não reembolsáveis	113.656	112.718	1.313.307	1.054.398
Demandas judiciais reembolsáveis	646.898	645.649	1.320.029	1.270.789
	760.554	758.367	2.633.336	2.325.187

Tais demandas judiciais referem-se, substancialmente, a: (a) alteração de risco em processo administrativo perante o Conselho Administrativo de Defesa Econômica (“CADE”) movidos contra a Shell; (b) reparação por danos emergentes; (c) lucros cessantes; (d) indenização por danos morais; e, (e) honorários advocatícios.

23. Compromissos (Consolidado)

A Companhia possui contratos de compra de combustíveis com terceiros, com a finalidade de garantir parte de suas comercializações futuras, bem como contratos de serviços de transporte ferroviário com a finalidade de transportar combustíveis entre as bases de abastecimento até os postos revendedores, cujo montante a ser pago é determinado de acordo com o preço acordado contratualmente.

A Raízen possui contratos de serviços de armazenagens de combustíveis com terceiros, conforme objetivos de logística e estocagem dos combustíveis em determinadas regiões.

Através da RESA e suas controladas, a Raízen possui compromissos de compras de cana-de-açúcar, combustíveis e equipamentos industriais, energia elétrica e vapor, contratos de arrendamentos e de parcerias agrícolas, serviços de armazenagem e transporte e elevação de açúcar.

Os compromissos de compra de cana-de-açúcar de terceiros têm a finalidade de garantir parte de sua produção nas safras seguintes. A quantidade de cana-de-açúcar a ser adquirida foi calculada com base na estimativa da quantidade a ser moída por área, baseada na expectativa de produtividade das mesmas onde os canaviais estão localizados. O montante a ser pago pela RESA e suas controladas é determinado no final de cada ano safra, de acordo com o preço publicado pelo CONSECANA.

A Raízen possui contratos com o Grupo Rumo, controlado pela acionista Cosan, referente aos serviços de transporte e elevação de açúcar para exportação.

Em 31 de março de 2025, os volumes relacionados aos compromissos de compra e dos contratos de serviços por safra, são como segue:

Exercícios	Cana-de-açúcar (em toneladas)	Combustível (em metros cúbicos)	Transportes (em metros cúbicos)	Armazenagem (em metros cúbicos)	Transporte e elevação de açúcar (em toneladas)
2026	48.181.471	2.699.552	4.680.433	4.844.099	9.592.278
2027	65.428.288	172.769	4.680.433	3.769.209	8.048.152
2028	28.390.650	-	3.731.033	2.622.125	-
2029	20.254.149	-	1.561.309	2.472.125	-
Após 2029	27.921.045	-	1.454.309	4.234.668	-
Volume total contratado	190.175.603	2.872.321	16.107.517	17.942.226	17.640.430
Pagamento total estimado (valor nominal)	31.956.728	10.479.440	973.611	1.187.058	1.369.241

24. Patrimônio líquido

24.1 Capital social e reservas de capital

(a) Política contábil

O capital social da Companhia está representado por ações ordinárias e preferenciais. Os gastos incrementais atribuíveis diretamente à emissão de ações, quando ocorridos, são apresentados como dedução do patrimônio líquido, como contribuição adicional de capital, líquido de efeitos tributários.

As ações ON têm pleno direito de voto enquanto as ações PN têm direito de voto restrito em relação a determinadas matérias previstas no Estatuto social da Companhia. Somente as ações ON possuem direitos de conversibilidade, onde cada uma desta ação poderá ser convertida por decisão de seu titular em ação preferencial na proporção de 1:1, sujeitos aos limites estabelecidos na Lei das Sociedades por Ações ("LSA").

(b) Composição

Em 31 de março de 2025 e 2024, o capital social totalmente subscrito e integralizado da Companhia é de R$ 6.859.670 e está representado como segue:

					2025	
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Shell	4.496.786.292	50,00%	60.810.825	4,47%	4.557.597.117	44,02%
Cosan	4.496.786.292	50,00%	60.810.825	4,47%	4.557.597.117	44,02%
Ações em tesouraria	-	-	18.263.674	1,34%	18.263.674	0,18%
Free float e outros	-	-	1.219.051.576	89,72%	1.219.051.576	11,78%
Total de ações (escriturais e sem valor nominal)	8.993.572.584	100,00%	1.358.936.900	100,00%	10.352.509.484	100,00%

					2024	
	Ordinárias	%	Preferenciais	%	Total	%
Shell	4.496.786.292	50,00%	60.810.825	4,47%	4.557.597.117	44,02%
Cosan	4.496.786.292	50,00%	60.810.825	4,47%	4.557.597.117	44,02%
Ações em tesouraria	-	-	26.394.646	1,94%	26.394.646	0,25%
Free float e outros	-	-	1.210.920.604	89,12%	1.210.920.604	11,71%
Total de ações (escriturais e sem valor nominal)	8.993.572.584	100,00%	1.358.936.900	100,00%	10.352.509.484	100,00%

(c) Aumentos de capital por acionistas não controladores

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, as controladas indiretas CGB Alagoas Energia S.A., RGD Bioenergia S.A. e CGS Alagoas Energia Ltda. receberam aportes de capital de seus acionistas não controladores, em moeda corrente nacional, nos montantes de R$ 1.379, R$ 576 e R$ 450, respectivamente, de acordo com suas participações acionárias.

No mesmo período, a controlada indireta Bio Gasa Holding recebeu aporte de capital de seu acionista não controlador no montante de R$ 16.277, de acordo com a sua participação acionária. Este aporte será integralizado em parcelas anuais durante os anos de 2025 a 2032, com juros anuais de 1%.

24.2 Destinação do resultado e remuneração aos acionistas

(a) Política contábil

A remuneração aos acionistas é efetuada sob a forma de dividendos e/ou JCP.

As ações ON e as PN dão direito ao recebimento de dividendos mínimos obrigatórios na mesma base, correspondentes a 1% do lucro líquido ajustado da Companhia de acordo com seu Estatuto social e LSA. As referidas ações têm direito ao reembolso com base no preço da ação.

O JCP é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício, na forma prevista no Estatuto social, contabilizado no resultado, conforme requerido pela legislação fiscal, e revertido contra lucros acumulados (exercício atual) e/ou reservas de lucros (exercícios anteriores), no patrimônio líquido de maneira similar aos dividendos, resultando em um crédito tributário reconhecido no resultado do exercício.

Sobre o JCP, incide a retenção de Imposto sobre a renda retido na fonte ("IRRF") de 15%, exceto para os acionistas imunes e isentos, conforme estabelecido na legislação vigente.

A remuneração aos acionistas é classificada como fluxo de caixa das atividades de financiamento, quando efetivamente pagas.

(b) Destinação do resultado e remuneração aos acionistas

De acordo com o Estatuto social da Companhia e LSA, os valores dos dividendos, para o exercício findo em 31 de março de 2025 e 2024, foram determinados da seguinte forma:

Dividendo mínimo obrigatório	2025	2024
Lucro líquido (prejuízo) do exercício	(4.256.528)	520.715
(-) Absorção de prejuízo do exercício com reservas	4.256.528	-
(-) Efeito próprio de incentivos fiscais da Controladora (Nota 24.4.a)	-	(655)
Base de cálculo para distribuição de dividendos ordinários	-	520.060
Ações ordinárias e preferenciais		
Dividendo mínimo obrigatório – 1% (1)	-	(5.201)
(-) JCP	-	(1.332.404)
(-) Dividendos pagos antecipadamente	-	(537.434)

Destinação do resultado	2025	2024
Lucro líquido base para destinação	-	520.715
(-) Reservas de lucros (Nota 24.4.c) (2)	-	(416.572)
(-) Reserva de incentivos fiscais	-	(655)
Dividendos adicionais propostos (2)	-	(103.488)

(1) Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, os dividendos e JCP pagos totalizaram R$ 1.869.838. Dessa forma, não houve dividendos mínimos obrigatórios provisionados em função dos valores antecipados, relativos aos lucros apurados naquele referido exercício social, terem sido superiores àqueles calculados sobre o percentual definido estatutariamente. Para o exercício findo em 31 de março de 2025, não há dividendos mínimos obrigatórios provisionados em função de prejuízo.

(2) Conforme descrito na Nota 24.4, a constituição de reservas de lucros de cada exercício social não poderá exceder 80% do lucro líquido apurado. Desta forma, em 31 de março de 2024, foram provisionados dividendos adicionais propostos de R$ 103.488, aprovados em assembleia de acionistas e pagos neste exercício.

(c) Movimentação dos dividendos e JCP

	Controladora					
	2025			2024		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo no início do exercício	103.492	19	103.511	130.164	19	130.183
Dividendos de exercícios anteriores	-	-	-	537.434	-	537.434
Dividendos do exercício (1)	-	-	-	103.488	-	103.488
JCP, líquido de IRRF	-	-	-	-	1.136.344	1.136.344
Pagamentos	(103.488)	-	(103.488)	(667.594)	(1.136.344)	(1.803.938)
Saldo no final do exercício	4	19	23	103.492	19	103.511

	Consolidado					
	2025			2024		
	Dividendos	JCP	Total	Dividendos	JCP	Total
Saldo no início do exercício	129.885	19	129.904	154.158	19	154.177
Dividendos de exercícios anteriores	42.535	-	42.535	537.434	-	537.434
Dividendos do exercício (1)	21.070	-	21.070	129.881	-	129.881
JCP, líquido de IRRF	-	-	-	-	1.136.344	1.136.344
Pagamentos	(173.973)	-	(173.973)	(691.211)	(1.136.344)	(1.827.555)
Outros	(3.193)	-	(3.193)	(377)	-	(377)
Saldo no final do exercício	16.324	19	16.343	129.885	19	129.904

(1) Os dividendos consolidados, em 31 de março de 2025, incluem dividendos a pagar aos acionistas não controladores, no montante de R$ 21.070 (R$ 26.393 em 2024), os quais serão submetidos à aprovação em assembleia de acionistas.

No exercício findo em 31 de março de 2025, a Raízen Paraguai distribuiu dividendos no valor de R$ 85.070. Sobre o montante distribuído, incidiu Imposto sobre os Dividendos e Lucros Distribuídos ("IDU") e variação cambial no valor de R$ 8.261. O total destinado aos acionistas não-controladores foi de R$ 42.535, com incidência de IDU e variação cambial de R$ 2.611.

Não houve dividendos e/ou JCP distribuídos pela Companhia durante o exercício findo em 31 de março de 2025. Em relação ao exercício findo em 31 de março de 2024, a composição da remuneração aos acionistas pela Companhia está demonstrada abaixo:

				2024
Dividendos e/ou JCP distribuído no exercício	Valor por ação (R$)	Valor	IRRF	Valor líquido
Dividendos a partir da reserva de lucros em 26/07/2023	0,0116	119.838	-	119.838
Dividendos a partir da reserva de lucros em 11/10/2023	0,0242	250.000	-	250.000
JCP a partir de reserva de lucros em 15/12/2023	0,1290	1.332.404	(196.060)	1.136.344
Dividendos a partir da reserva de lucros em 18/03/2024	0,0162	167.596	-	167.596
Dividendos adicionais propostos	0,0100	103.488	-	103.488
		1.973.326	(196.060)	1.777.266

24.3 Ajustes de avaliação patrimonial

(a) Resultado com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*

Refere-se a variações do valor justo dos instrumentos financeiros decorrentes de *hedge* de fluxos de caixa das receitas de exportação de seus produtos e das importações de combustíveis.

(b) Resultado com *hedge* de investimento líquido no exterior

Refere-se a parcela efetiva com as diferenças de câmbio de *hedge* de investimentos líquidos da Companhia em entidade no exterior.

(c) Ganho (perda) atuarial

Decorre de ganhos e perdas de ajuste pela experiência e nas mudanças das premissas atuariais, sobre o plano de suplementação de aposentadoria, plano de pensão e saúde das controladas Raízen Argentina e Neolubes (Nota 31). Esse componente é reconhecido em outros resultados abrangentes e nunca será reclassificado para o resultado em exercícios subsequentes.

(d) Efeito de conversão de moeda estrangeira

Ajustes acumulados de conversão com as diferenças de câmbio decorrentes da conversão das demonstrações financeiras de investidas com moeda funcional diferente ao da Controladora.

(e) Movimentação dos ajustes de avaliação patrimonial

	2024	Resultado abrangente consolidado	2025
Ganho (perda) atuarial em plano de benefícios definidos, líquido	(7.562)	7.583	21
Resultado com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*	2.438.628	(45.372)	2.393.256
Resultado com *hedge* de investimento líquido em entidade no exterior	(45.741)	-	(45.741)
Efeito de conversão de moeda estrangeira	579.821	473.934	1.053.755
	2.965.146	436.145	3.401.291
Atribuído aos acionistas controladores	3.006.397	394.856	3.401.253
Atribuído aos acionistas não controladores	(41.251)	41.289	38

	2023	Resultado abrangente consolidado	2024
Perda atuarial em plano de benefícios definidos, líquida	(8.978)	1.416	(7.562)
Resultado com instrumentos financeiros designados como *hedge accounting*	1.843.577	595.051	2.438.628
Resultado com *hedge* de investimento líquido em entidade no exterior	(45.741)	-	(45.741)
Outros	(2.900)	2.900	-
Efeito de conversão de moeda estrangeira	719.648	(139.827)	579.821
	2.505.606	459.540	2.965.146
Atribuído aos acionistas controladores	2.537.367	469.030	3.006.397
Atribuído aos acionistas não controladores	(31.761)	(9.490)	(41.251)

24.4 Reservas de lucros

(a) Reserva de incentivos fiscais

Órgão	Benefício fiscal	Saldo 2025	Saldo 2024
Governo Federal	Venda de diesel (1)	80.455	80.455
Goiás	Programa de Desenvolvimento Industrial de Goiás (2)	212.564	212.564
Mato Grosso de Sul	Termo de acordo n° 331/2008 (3)	114.666	114.666
Estados da Federação	Crédito de ICMS outorgado – EC n° 123/2022 (4)	194.569	194.569
		602.254	602.254
	Efeito próprio da Controladora	123.192	123.192
	Efeito reflexo de controladas	479.062	479.062
	Utilização para absorção de prejuízo (5)	(602.254)	-
	Total da reserva de incentivos fiscais	-	602.254

(1) Refere-se a subvenção a comercialização do óleo diesel a receber da Agência Nacional do Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis - ANP, sob a forma de equalização de parte dos custos a que estão sujeitos os produtores e os importadores de óleo diesel, nos termos de determinados decretos e medidas provisórias, que foram convertidos na Lei nº 13.723, de 4 de outubro de 2018.

(2) Refere-se ao programa de incentivo estadual denominado “Produzir” junto ao Estado de Goiás, na forma de financiamento de parte do pagamento do ICMS.

(3) Refere-se ao benefício fiscal nas operações de industrialização de açúcar naquele Estado, equivalente a 67% do saldo devedor do ICMS e ao crédito presumido do etanol.

(4) Refere-se a benefício concedido pelos Estados vinculados ao Convênio de ICMS nº 116/2023 e a EC nº 123/2023 atribuindo crédito outorgado (ou crédito presumido), usado na escrituração dos contribuintes para compensação de débitos de ICMS em sua apuração ordinária, decorrente das operações de produção e comercialização de etanol hidratado.

(5) Em 31 de março de 2025, a reserva de incentivos fiscais foi totalmente utilizada pela Companhia para absorção do prejuízo do exercício.

(b) Reserva legal

Em 31 de março de 2025 e 2024, conforme estabelecido na LSA, a Companhia não destinou 5% do lucro líquido apurado para a rubrica “Reserva legal”, devido ao fato do saldo das reservas legal e de capital, em conjunto, ter excedido em 30% o valor do capital social.

Em 31 de março de 2025, a reserva legal foi totalmente utilizada pela Companhia para absorção do prejuízo do exercício.

(c) Reserva para retenção de lucros

Refere-se ao saldo remanescente do lucro líquido do exercício, após as destinações para a constituição da reserva legal e provisionamento dos dividendos mínimos obrigatórios, que foi apropriado à rubrica “Reserva para retenção de lucros” até que sua destinação definitiva seja aprovada na Assembleia Geral Ordinária. O Estatuto social da Companhia prevê que até 80% do lucro do exercício pode ser destinado para essa reserva, para suas operações e novos investimentos e projetos, não podendo exceder o percentual de 80% do capital social.

Em 31 de março de 2025, a reserva para retenção de lucros foi totalmente utilizada pela Companhia para absorção do prejuízo do exercício.

24.5 Ações em tesouraria

(a) Política contábil

Ações em tesouraria representam as ações que são recompradas pela Raízen, reconhecidas ao custo de aquisição e deduzidas do patrimônio, e estão disponíveis para fins específicos e limitados. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado na compra, venda, emissão ou cancelamento dos instrumentos patrimoniais próprios da Companhia. Qualquer diferença entre o valor contábil e a contraprestação é reconhecida em reservas de capital, no patrimônio líquido.

(b) Movimentação

A movimentação das ações em tesouraria, durante os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024, está demonstrada abaixo:

	2025		
	Quantidade	Custo médio por ação	Valor
Saldo no início do exercício	26.394.646	5,63	148.575
Exercício de pagamento baseado em ações (Nota 26)	(8.130.972)	5,63	(45.769)
Saldo no final do exercício	18.263.674	5,63	102.806

	2024		
	Quantidade	Custo médio por ação	Valor
Saldo no início do exercício	34.284.534	5,67	194.236
Exercício de pagamento baseado em ações (Nota 26)	(7.889.888)	5,79	(45.661)
Saldo no final do exercício	26.394.646	5,63	148.575

Em 31 de março de 2025 e 2024, o valor de mercado unitário das ações da Companhia é de R$ 1,85 e R$ 3,54, respectivamente.

Não há programas de recompra de ações próprias da Companhia vigentes em 31 de março de 2025.

25. (Prejuízo) lucro por ação

25.1 Política contábil

O (prejuízo) lucro por ação básico é calculado dividindo-se o (prejuízo) lucro líquido do exercício atribuído aos acionistas da companhia pela média ponderada da quantidade de ações (ordinárias e preferenciais) em circulação durante o exercício, excluindo as ações em tesouraria.

O (prejuízo) lucro por ação diluído é calculado ajustando o (prejuízo) lucro e a média ponderada da quantidade de ações levando-se em conta a conversão de todas as ações potenciais com efeito de diluição (instrumentos patrimoniais, contratos capazes de resultar na emissão de ações e/ou ações restritas dentro dos planos de pagamento baseado em ações).

25.2 Determinação do (prejuízo) lucro por ação

(a) Básico

	2025	2024
Numerador		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.256.528)	520.715
Denominador		
Média ponderada do número de ações em circulação (em milhares)	10.332.018	10.324.015
(Prejuízo) lucro básico por ação (R$ por ação ON e PN)	(0,41197)	0,05044

(b) Diluído

	2025 (1)	2024
Numerador		
(Prejuízo) lucro líquido do exercício	(4.256.528)	520.715
Denominador		
Média ponderada do número de ações em circulação (em milhares)	10.332.018	10.340.247
(Prejuízo) lucro diluído por ação (R$ por ação ON e PN)	(0,41197)	0,05036

(1) Em função do prejuízo apresentado no exercício findo em 31 de março de 2025, instrumentos potencialmente conversíveis não foram considerados na média ponderada do número de ações em circulação para determinação do prejuízo diluído por ação pois teriam efeito antidiluidor no referido exercício.

26. Pagamento baseado em ações

26.1 Política contábil

O pagamento baseado em ações e liquidado em ações é mensurado com base no valor justo na data em que foram outorgados e reconhecidos, como despesas de pessoal, com um correspondente aumento no patrimônio líquido, pelo período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito aos benefícios.

O valor reconhecido como despesa é ajustado para refletir o número de ações para o qual existe a expectativa de que as condições do serviço e condições de aquisição não de mercado serão atendidas, de tal forma que o valor finalmente reconhecido como despesa seja baseado no número de ações que realmente atendem às condições do serviço e condições de aquisição não de mercado na data em que os direitos ao pagamento são adquiridos (*vesting date*). Para benefícios de pagamento baseados em ações com condição não adquirida (*non-vesting*), o valor justo na data de outorga do pagamento baseado em ações é medido para refletir tais condições e não há modificação para diferenças entre os benefícios esperados e reais.

Quando os termos de uma transação liquidada com títulos patrimoniais são modificados (por exemplo, por modificações no plano), a despesa mínima reconhecida é o valor justo na data de outorga, desde que estejam satisfeitas condições originais de aquisição do direito. Uma despesa adicional, mensurada na data da modificação, é reconhecida para qualquer modificação que resulta no aumento do valor justo dos acordos com pagamento baseado em ações ou que, de outra forma, beneficie os empregados. Quando uma outorga é cancelada pela entidade ou pela contraparte, qualquer elemento remanescente do valor justo da outorga é reconhecido como despesa imediatamente por meio do resultado.

O valor justo do montante a pagar aos empregados com relação aos direitos sobre a valorização das ações, que são liquidados em caixa, é reconhecido como despesa com um correspondente aumento no passivo durante o período em que os empregados adquirem incondicionalmente o direito ao pagamento. O passivo é remensurado a cada data de balanço e na data de liquidação, baseado no valor justo dos direitos sobre valorização das ações. Quaisquer mudanças no valor justo do passivo correspondente são reconhecidas no resultado como despesas de pessoal.

26.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

A Administração exerce julgamentos na determinação de premissas utilizadas na mensuração e reconhecimento do valor justo dos benefícios de pagamento baseado em ações na data de outorga e na determinação dos impactos que eventuais alterações nas premissas associadas aos julgamentos e estimativas adotados pela Companhia e suas controladas.

26.3 Planos pactuados

A Companhia oferece plano de ações restritas condicionadas à (i) não-interrupção do vínculo entre o executivo e a Companhia (prazo de *vesting*); e, (ii) atingimento de condições de performance.

Em 31 de março de 2025 e 2024, a Raízen possui vigentes os seguintes programas de pagamento baseado em ações e suas condições de aquisição de direito:

(a) *Performance share unit* ("PSU")

O valor justo do programa condicionado a performance foi determinado com base no método Monte Carlo ("MMC"), ponderado posteriormente pelos efeitos das parcelas com condições de performance de não mercado. Os direitos de aquisição estão abaixo demonstrados:

- Incentivo IPO: A eficácia deste programa, bem como o início da contagem dos prazos de *vesting*, foi condicionada à conclusão satisfatória da oferta pública inicial de ações da Companhia. A aquisição do direito de receber as ações está sujeita às condições de performance em 5 parcelas anuais, sendo cada parcela correspondente a um prazo de *vesting*.

- Variável de Longo Prazo ("VLP"): A entrega de ações ocorreu em um período de 3 anos, condicionada cumulativamente a aplicação de condições performance e permanência durante o prazo de *vesting.* Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, o programa VLP 2020/2021 foi totalmente liquidado.

(b) *Restricted share unit* ("RSU")

O valor justo das outorgas durante o prazo de *vesting* foi determinado na data da outorga com base no valor de mercado das ações da Companhia na B3. Os direitos de aquisição estão abaixo demonstrados:

- VLP: As outorgas estão sujeitas à manutenção do vínculo empregatício durante o prazo de *vesting*;

- *Hiring* 2022/2023 e *Recognition* 2023/2024: As outorgas estão sujeitas à manutenção do vínculo empregatício durante o prazo de *vesting* e ao desempenho dos participantes.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, os programas VLP 2018/2019, VLP 2020/2021 e o primeiro lote do programa "*Hiring* 2022/2023" foram totalmente liquidados.

(c) Outros

- Programa Transição – 2017/2018: O objeto desse programa era a migração dos participantes outorgados nos termos dos antigos planos de remuneração variável de longo prazo para o atual plano de remuneração baseado em ações da Raízen, conforme aprovado em AGE realizada em 2 de julho de 2021. A entrega de ações estava sujeita à manutenção do vínculo empregatício durante o prazo de *vesting*. Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, esse programa foi totalmente liquidado.

O quadro abaixo apresenta as informações dos planos pactuados representados pelas quantidades de ações e o seu corresponde valor justo na data de outorga:

								Em quantidade de ações
Programas	Lotes	Prazo previsto (em anos)	2024	Adições	Exercido	Baixas e cancelamentos	2025	Valor justo na data de outorga (R$ por ação)
PSU								
Incentivo IPO	2	-	277.478	-	-	(277.478)	-	7,95
Incentivo IPO	3	1	1.269.749	435.593	(1.094.161)	(444.710)	166.471	8,17
Incentivo IPO	4	2	950.123	349.239	-	-	1.299.362	8,28
Incentivo IPO	5	3	910.861	334.807	-	-	1.245.668	8,59
Incentivo IPO	4	2	-	349.239	-	-	349.239	8,28
Incentivo IPO	5	3	-	334.807	-	-	334.807	8,59
Incentivo IPO	4	1	-	83.347	-	-	83.347	3,20
Incentivo IPO	5	2	-	50.008	-	-	50.008	3,23
VLP 2020/2021	1	-	967.461	772.283	(1.150.325)	(589.419)	-	8,19
VLP 2021/2022	1	1	1.459.772	1.099.873	-	-	2.559.645	4,56
VLP 2022/2023	1	2	1.642.636	2.188.184	-	-	3.830.820	5,29
VLP 2023/2024	1	3	-	2.388.025	-	-	2.388.025	3,23
RSU								
VLP 2018/2019	1	-	5.247.531	931.542	(4.122.850)	(2.056.223)	-	4,40
VLP 2019/2020	1	1	6.617.404	1.764.318	-	-	8.381.722	4,40
VLP 2019/2020	1	1	-	988.112	-	-	988.112	2,98
VLP 2020/2021	1	-	1.318.209	869.932	(1.446.579)	(741.562)	-	7,34
VLP 2021/2022	1	1	2.112.853	1.372.226	-	-	3.485.079	4,29
VLP 2021/2022	1	1	-	65.060	-	-	65.060	2,98
VLP 2022/2023	1	2	2.593.273	3.454.542	-	-	6.047.815	4,40
VLP 2023/2024	1	3	-	3.442.751	-	-	3.442.751	2,98
Hiring 2022/2023	1	-	411.006	26.313	(317.057)	(120.262)	-	4,40
Hiring 2022/2023	2	1	156.179	208.049	-	-	364.228	4,40
Hiring 2022/2023	3	2	69.445	323.559	-	-	393.004	4,40
Recognition 2023/2024	1	3	-	70.500	-	-	70.500	2,98
			26.003.980	21.902.309	(8.130.972)	(4.229.654)	35.545.663	

								Em quantidade de ações
Programas	Lotes	Prazo previsto (em anos)	2023	Adições	Exercido	Baixas e cancelamentos	2024	Valor justo na data de outorga (R$ por ação)
PSU								
Incentivo IPO	2	1	483.945	258.531	(337.128)	(127.870)	277.478	7,95
Incentivo IPO	3	1	801.744	468.005	-	-	1.269.749	8,17
Incentivo IPO	4	2	599.926	350.197	-	-	950.123	8,28
Incentivo IPO	5	3	575.135	335.726	-	-	910.861	8,59
VLP 2020/2021	1	1	484.390	483.071	-	-	967.461	8,19
VLP 2021/2022	1	2	509.102	950.670	-	-	1.459.772	4,62
VLP 2022/2023	1	3	-	1.642.636	-	-	1.642.636	5,29
RSU								
VLP 2018/2019	1	1	-	5.247.531	-	-	5.247.531	4,40
VLP 2019/2020	1	2	-	13.040.169	(4.656.567)	(1.766.198)	6.617.404	4,40
VLP 2020/2021	1	1	660.003	658.206	-	-	1.318.209	7,34
VLP 2021/2022	1	2	736.867	1.375.986	-	-	2.112.853	4,29
VLP 2022/2023	1	3	-	2.593.273	-	-	2.593.273	4,40
Hiring 2022/2023	1	1	-	411.006	-	-	411.006	4,40
Hiring 2022/2023	2	2	-	156.179	-	-	156.179	4,40
Hiring 2022/2023	3	3	-	69.445	-	-	69.445	4,40
Outros								
Transição – 2017/2018	1	-	3.462.031	760.949	(2.896.193)	(1.326.787)	-	6,75
			8.313.143	28.801.580	(7.889.888)	(3.220.855)	26.003.980	

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia entregou 8.130.972 ações preferenciais, equivalente ao montante de R$ 45.769 (7.889.888 ações preferencias, equivalente a R$ 45.661 em 2024).

As despesas de remuneração baseada em ações, incluídas no resultado consolidado do exercício findo em 31 de março de 2025, foi de R$ 74.393 (R$ 124.024 em 2024).

26.4 Premissas para mensuração do valor justo

O plano de ações restritas considera as seguintes premissas:

(1) Os programas "VLP 2021/2022", "VLP 2022/2023", "*Hiring* 2022/2023" e *"Recognition* 2023/2024" utilizaram o valor de mercado da ação da Raízen referente ao dia útil anterior à data da outorga;

(2) Os programas "VLP 2019/2020", "VLP 2020/2021" e "VLP 2023/2024" utilizaram o valor da ação da Raízen (RAIZ4) referente a data da outorga;

(3) Com exceção aos programas acima citados, a expectativa de volatilidade buscou-se alternativas juntos aos pares de mercado, devido ao baixo histórico de fechamento da Raízen. A Companhia utilizou o histórico de volatilidade da Cosan, com base na proximidade entre setores de atuação e o fato da acionista Cosan deter uma participação relevante no capital social da Raízen, o que indica que implicitamente o negócio da Raízen representa parte da volatilidade da Cosan, utilizando o modelo de desvio padrão dos retornos diários para o referido cálculo;

(4) Como o contrato de outorga corrige o ganho do participante em função da distribuição de dividendos ao longo do período de carência, não foi necessário fazer qualquer ajuste no valor do ativo outorgado em função da distribuição dos dividendos;

(5) A taxa de juros média ponderada livre de risco utilizada foi a curva pré-fixada de juros em Reais (expectativa do DI) observada no mercado aberto;

(6) A taxa de saída anterior à carência, que impacta na provisão do custo do plano, foi estimada pela Companhia em aproximadamente 8%; e,

27. Receita operacional líquida

27.1 Política contábil

As receitas de venda de produtos, tais como: açúcar, combustíveis (fósseis e renováveis) e lubrificantes, são reconhecidas na entrega ao cliente. A entrega é considerada como sendo o momento em que o cliente aceita os produtos e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de maneira confiável, o recebimento da contraprestação é provável e não há envolvimento contínuo da administração com os produtos. Os preços de venda são estabelecidos com base em ordens de compra ou contratos.

A Companhia e suas controladas reconhecem a receita através do modelo de 5 etapas, sendo: (1) identificação dos contratos com um cliente; (2) identificação das obrigações de desempenho; (3) determinação do preço da transação; (4) alocação do preço de transação às obrigações de desempenho nos contratos; e, (5) reconhecimento da receita quando, ou à medida que, é satisfeita a obrigação de desempenho e o controle do bem ou serviço é transferido para o cliente.

A receita é mensurada e apresentada pelo valor justo da contraprestação deduzida dos impostos (ICMS, PIS e COFINS, IPI, CIDE, IVA, ISS, Imposto de Transferência de Combustível ("ITC") e Imposto de Ingressos Brutos ("IIB")), das devoluções, dos abatimentos e dos descontos, das amortizações referentes aos direitos de exclusividade de fornecimento, bem como das eliminações das vendas entre empresas do grupo, no caso das demonstrações financeiras consolidadas.

A receita proveniente da venda da cogeração de energia das controladas da Raízen é registrada com base na energia disponibilizada na rede e com tarifas especificadas nos termos dos contratos de fornecimento ou no preço de mercado em vigor, conforme o caso. A apuração do volume de energia entregue para o comprador ocorre em bases mensais. Os clientes obtêm controle da energia elétrica a partir do momento em que a consomem. Devido ao fluxo de faturamento de determinados contratos, a energia elétrica produzida e comercializada por meio de leilão é inicialmente contabilizada como receita antecipada e, reconhecida no resultado do exercício somente quando disponível para uso dos clientes.

As operações de *trading* de *commodities* e de energia são transacionadas em mercado ativo e, para fins de mensuração contábil, atendem a definição de instrumentos financeiros ao valor justo. A Raízen reconhece a receita quando da entrega da energia ao cliente pelo valor justo da contraprestação. Adicionalmente, são reconhecidos como receita os ganhos líquidos não realizados decorrentes da marcação a mercado – diferença entre os preços contratados e os de mercado – das operações líquidas contratadas em aberto na data das demonstrações financeiras anuais.

27.2 Julgamentos, estimativas e premissas contábeis

Reconhecimento de receita na venda de produtos no final do exercício ("*cut off*")

As receitas de vendas de produtos da Companhia e suas controladas são reconhecidas no momento da entrega dos produtos ao cliente. Para as vendas ocorridas nos últimos dias do exercício é realizada provisão para estimar o montante de receita de vendas de produtos faturadas e não entregues ao cliente.

O processo de mensuração das vendas faturadas e não entregues no final do exercício envolve julgamento da Administração, sendo que tal julgamento considera a estimativa dos prazos médios de entrega ("*lead time*") das vendas ocorridas nos últimos dias do exercício, observando os montantes faturados.

27.3 Desagregação da receita

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Mercado interno	133.899.014	127.176.799	171.103.983	157.117.590
Mercado externo	2.522.096	2.444.557	103.711.411	77.978.064
Resultado com instrumentos financeiros	-	-	(846.700)	(1.025.853)
Receita operacional bruta	136.421.110	129.621.356	273.968.694	234.069.801
Devoluções e cancelamentos	(647.738)	(688.536)	(894.315)	(973.746)
Impostos incidentes sobre vendas	(2.469.375)	(1.935.451)	(15.294.312)	(10.420.530)
Descontos comerciais e outros	(755.440)	(687.406)	(1.899.386)	(1.553.816)
Amortização de ativos de contratos com clientes (Nota 12)	(477.785)	(530.997)	(612.227)	(667.470)
Receita operacional líquida	132.070.772	125.778.966	255.268.454	220.454.239

28. Custos e despesas por natureza

28.1 Reconciliação dos custos e despesas por natureza

Os custos e despesas são demonstrados no resultado por função. A reconciliação do resultado da Companhia por natureza para os exercícios findos em 31 de março de 2025 e 2024 está detalhada como segue:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Combustíveis para revendas, matéria-prima, custos de coletas e transferências	(127.201.703)	(120.894.265)	(227.232.642)	(190.721.081)
Fretes secundários	(708.442)	(588.435)	(1.218.184)	(998.808)
Depreciação e amortização	(486.477)	(575.737)	(9.352.208)	(9.205.235)
Despesas com pessoal	(678.182)	(874.266)	(4.293.013)	(4.275.634)
Corte, carregamento e transporte	-	-	(1.916.814)	(2.148.697)
Mudança no valor justo dos ativos biológicos, líquida de realização (Nota 9)	-	-	(801.696)	29.671
Mão-de-obra contratada	(94.448)	(76.944)	(788.019)	(691.903)
Outros	(808.499)	(521.793)	(7.221.511)	(5.711.351)
	(129.977.751)	(123.531.440)	(252.824.087)	(213.723.038)

28.2 Classificação dos custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo dos produtos vendidos e dos serviços prestados	(127.201.703)	(120.894.265)	(243.431.661)	(204.730.642)
Despesas com vendas	(2.199.277)	(2.068.101)	(6.819.705)	(6.109.524)
Despesas gerais e administrativas	(576.771)	(569.074)	(2.572.721)	(2.882.872)
	(129.977.751)	(123.531.440)	(252.824.087)	(213.723.038)

29. Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Reconhecimento de créditos (débitos) fiscais extemporâneos, líquido (1)	(53.551)	838.741	2.149.787	1.514.428
Resultado de operações com CBIO	(523.446)	(786.437)	(625.929)	(906.955)
Ganho por compra vantajosa (Nota 33)	31.940	-	268.440	162.593
Ganho (perda) apurado nas baixas do ativo imobilizado, líquido	(2.363)	31.011	(11.968)	57.847
Receita de aluguéis e arrendamentos	35.791	37.371	26.712	28.410
Receita de *merchandising*	-	-	24.497	16.758
Receita na venda de sucatas e resíduos	-	-	37.951	34.321
Receita de *royalties*	5.325	5.760	28.945	26.653
Receita de meios de pagamento	16.022	10.459	18.397	12.535
Receita de produtos de conveniências	-	-	84.682	72.072
Ganho por redução de participação acionária (Nota 13.5)	47.302	-	47.302	-
Ganho na venda de investimentos (2)	-	-	347.576	-
Constituição de provisão de perda por desvalorização de ativo financeiro (Nota 6.1.b)	-	-	(19.587)	-
Constituição de provisão de perda por desvalorização de investimentos (Nota 13.3)	-	-	(54.274)	-
Reversão (constituição) de provisão de perda por desvalorização de ativo imobilizado, líquida (Nota 14)	(13.663)	4.157	(327.201)	(110.927)
Constituição de provisão de perda por desvalorização de ativo intangível (Nota 15)	-	-	(143.212)	-
Outras receitas, líquidas	57.366	109.630	224.683	540.121
	(399.277)	250.692	2.076.801	1.447.856

(1) Inclui recuperação de créditos fiscais relacionados, principalmente, PIS, COFINS e ICMS decorrentes das atividades ordinárias da Companhia e de suas controladas.

(2) Refere-se a: (i) venda de cana-de-açúcar, incluindo cana própria e cessão de contratos com fornecedores, em consonância com as ações de reciclagem do portfólio, no montante de R$ 328.989; e (ii) venda da UFV Mombaça II Ltda. e UFV Nova Granada GD Ltda., no montante de R$ 18.587.

30. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Custo bruto dos empréstimos e financiamentos				
Juros e variações monetárias	(1.011.947)	(476.888)	(3.834.201)	(3.883.229)
Juros sobre GRF a pagar (Nota 11.2.a)	(696.483)	(953.361)	-	-
Variações cambiais, líquidas	(1.497.853)	48.332	(3.278.589)	60.492
Efeito líquido dos derivativos de fluxos financeiros	817.475	(501.016)	425.387	(1.127.908)
Valor justo de instrumentos financeiros passivos (Nota 18.7)	(22.693)	(11.867)	967.608	(79.492)
Outros	(39.626)	(5.495)	29.124	(75.058)
	(2.451.127)	(1.900.295)	(5.690.671)	(5.105.195)
Rendimentos de aplicações financeiras, TVM, caixa restrito e outros	127.351	27.100	749.218	1.008.717
Custo líquido dos empréstimos e financiamentos	(2.323.776)	(1.873.195)	(4.941.453)	(4.096.478)
Outros encargos e variações monetárias e cambiais, líquidos				
Arrendamentos	(19.763)	(33.631)	(1.068.371)	(1.211.645)
Atualização de passivo financeiro com clientes	-	-	(362.296)	(32.962)
Juros sobre adiantamentos de clientes	(4.490)	-	(635.312)	(236.694)
Atualização do contas a pagar por licenciamento de marcas	(205.337)	(258.925)	(211.823)	(266.287)
Variações cambiais, líquidas e efeito dos derivativos, líquidos de fluxos comerciais	1.648	65.393	(177.757)	(444.373)
PIS e COFINS sobre receitas financeiras	(25.048)	(16.195)	(216.205)	(160.526)
Montantes capitalizados em ativos qualificados (Nota 14.5)	-	-	362.348	263.713
Juros sobre depósitos e demandas judiciais, líquidos	4.893	(19.581)	(82.587)	(30.487)
Outros	111.686	(956)	16.192	(40.534)
	(136.411)	(263.895)	(2.375.811)	(2.159.795)
Despesas bancárias, tarifas e outros	(3.145)	(2.686)	(145.327)	(58.266)
	(2.463.332)	(2.139.776)	(7.462.591)	(6.314.539)

Em 31 de março de 2025 e 2024, o resultado financeiro está classificado da seguinte forma:

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Despesas financeiras	(2.114.124)	(1.884.549)	(5.606.440)	(6.128.884)
Receitas financeiras	329.524	132.061	1.217.168	851.619
Variações cambiais, líquida	(1.481.165)	31.567	(2.511.092)	340.266
Efeito líquido dos derivativos	802.433	(418.855)	(562.227)	(1.377.540)
	(2.463.332)	(2.139.776)	(7.462.591)	(6.314.539)

31. Plano de suplementação de aposentadoria

31.1 Política contábil

A Companhia e suas controladas possui planos de previdência complementar de benefício definido e de contribuição definida, para os quais, anualmente, são elaborados estudos e cálculos atuariais por profissional independente, os quais são revisados pela Administração.
Para a contribuição definida a despesa é reconhecida no resultado quando ocorrida e para o benefício definido, a Companhia reconhece um passivo com base em metodologia que considera uma série de fatores que são determinados por cálculos atuariais, que utilizam determinadas premissas para mensuração do custo ou receita para o plano de pensão.

Os ganhos e perdas atuariais decorrentes de ajustes e mudanças das premissas atuariais são registrados diretamente no patrimônio líquido, como outros resultados abrangentes, quando ocorrem.

Os custos de serviços passados são imediatamente reconhecidos no resultado.

31.2 Fundo de pensão

(a) Contribuição variável

A Companhia patrocina o Plano de Aposentadoria Raiz, administrado pela FuturaMais – Entidade de Previdência Complementar (“FuturaMais”), anteriormente denominada RaizPrev – Entidade de Previdência Privada, que é uma entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos.

A FuturaMais é dotada com autonomia administrativa, patrimonial e financeira, tendo como objeto a administração e execução de planos de benefícios de natureza previdenciária, conforme definido nos Regulamentos dos Planos de Benefícios.

A Companhia possui obrigações legais e contratuais que poderão gerar a necessidade de realizar contribuições extraordinárias adicionais, caso o plano apresente resultado deficitário. Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, o montante de contribuição reconhecido como despesa foi de R$ 35.319 (R$ 35.913 em 2024).

(b) Plano de pensão e saúde das controladas Raízen Argentina e Neolubes

A Raízen Argentina concedeu planos de pensão aos empregados não sindicalizados com benefício definido e não financiado. Esse plano está ativo, mas fechado para novos participantes, desde o fim de 2014. A cobertura de saúde dos funcionários aposentados é um benefício herdado e congelado, e seu custo é compartilhado de forma igualitária entre a empresa e os ex-funcionários.

Adicionalmente, a controlada indireta Neolubes possui obrigações legais de acordo com os artigos 30 e 31 da Lei nº 9.656, publicada em 3 de junho de 1998, onde os funcionários que contribuem com a mensalidade do plano médico oferecido pela entidade têm a opção de manter a inscrição no plano após a rescisão do contrato de trabalho sem justa causa, nas mesmas condições de cobertura que gozava quando da vigência do contrato de trabalho, desde que assuma o seu pagamento integral.

(c) Participação nos lucros

A Companhia reconhece um passivo e uma despesa de participação nos resultados com base em metodologia que leva em consideração metas previamente definidas aos funcionários. A Companhia reconhece uma provisão quando está contratualmente obrigada ou quando há uma prática passada que tenha criado uma obrigação não formalizada.

32. Seguros

A Raízen possui um programa de seguros e gerenciamento de risco que proporciona cobertura e proteção compatíveis com seus ativos patrimoniais e sua operação.

As coberturas contratadas são baseadas em criterioso estudo de riscos e perdas realizado por consultores de seguros locais, sendo a modalidade de seguro contratada considerada, pela Administração, suficiente para cobrir os eventuais sinistros que possam ocorrer, tendo em vista a natureza das atividades da Raízen, e estão detalhadas de forma consolidadas a seguir:

Modalidade	Cobertura	Valor
Riscos operacionais	Incêndio, raio, explosão e outros	14.762.853
Responsabilidade civil geral	Reclamações de terceiros	157.422
		14.920.275

33. Combinação de negócios

33.1 Formação da Centroeste Distribuição

Em 1º de março de 2024, a Raízen realizou integralização de capital na Centroeste Distribuição, no valor de R$ 201.843, mediante a contribuição de ativos líquidos operacionais vinculados as bases de Alto Taquari, Cuiabá e Rondonópolis, localizadas no Estado do Mato Grosso, bem como uma contraprestação a pagar no valor de R$ 4.710, referente a ajuste de preço devido à Simarelli Distribuidora de Derivados de Petróleo Ltda. ("Simarelli"). Como resultado dessa operação, a Companhia passou a deter o controle por meio de participação acionária de 89% no capital social da Centroeste Distribuição, e apurou ágio preliminar de R$ 20.378 ao final daquele exercício.

Em 31 de maio de 2024, a Companhia e os vendedores assinaram o acordo de ajustes de preço, onde foi determinado um ajuste de preço adicional a favor da Simarelli, no montante de R$ 1.448, perfazendo o valor total de ajuste de preço de R$ 6.158, integralmente pago naquela data.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2025, a Companhia concluiu os procedimentos de alocação do preço de compra pela formação da Centroeste Distribuição, a qual resultou em ganho por compra vantajosa, no montante de R$ 31.940, reconhecido na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", conforme demonstrado abaixo:

Movimentação	Valor
Ativos líquidos da Centroeste Distribuição	209.185
Participação da Raízen	89,00%
	186.175
Valor da contraprestação:	
Ativos líquidos contribuídos	201.843
Ajuste de preço a pagar a favor da Simarelli	6.158
	208.001
Ágio preliminar apurado anterior à alocação das mais valias	21.826
Mais valia atribuídas aos ativos:	
Mais valia do imobilizado (Nota 14)	23.433
Mais valia do intangível (Nota 15)	68.099
Tributos diferidos sobre mais valias (Nota 19)	(31.121)
	60.411
Participação da Raízen	89,00%
Total das mais valias atribuídas ao controlador	53.766
Ganho por compra vantajosa determinado após à alocação das mais valias (Nota 29) (1)	31.940

(1) Durante exercício findo em 31 de março de 2025, sobre o ganho por compra vantajosa, a Companhia constituiu passivo fiscal diferido, no montante de R$ 10.860.

As técnicas de avaliação utilizadas para mensurar o valor justo dos principais ativos contribuídos foram as seguintes:

Ativos contribuídos (1)	Técnicas de avaliação
Imobilizado	Técnica de comparação de mercado e técnica de custo: o modelo de avaliação considera os preços de mercado cotados para itens semelhantes, quando disponível, e o custo de reposição depreciado, quando apropriado. O custo de reposição depreciado reflete ajustes de deterioração física, bem como a obsolescência funcional e econômica. Na alocação final do ganho por compra vantajosa, o valor justo dos itens do imobilizado na data de aquisição totalizou R$ 26.087, o que representou uma mais valia de R$ 23.433 a ser depreciada com base na vida útil dos ativos de aproximadamente 11 anos.
Intangível	Contratos com clientes e outras relações contratuais: Técnica *Multi-period excess earning method* ("MEEM") este modelo estima o valor justo baseado nos descontos de fluxos de caixa futuros da unidade de negócios. Os fluxos de caixa consideraram, substancialmente, as receitas futuras vinculadas aos contratos existentes com os clientes. Na alocação final do ganho por compra vantajosa, o valor justo dos contratos com clientes totalizou R$ 68.099, em sua totalidade reconhecido como mais valia a ser amortizada linearmente pelo prazo médio de 10 anos.

(1) Em 31 de março de 2025, sobre as referidas mais valias, a Companhia constituiu tributo diferido passivo, no montante de R$ 27.698.

33.2 Aquisição das empresas Santa Cândida I e Santa Cândida II pela controlada indireta Bio Barra

Em 31 de maio de 2024, a controlada indireta Bio Barra concluiu a aquisição das empresas Santa Cândida I e Santa Cândida II, pelo valor de R$ 250.718, em contrapartida à aquisição de 99,99% das ações representativas do capital social destas empresas.
O contrato prevê possíveis ajustes de preço a serem definidos e comunicados em até 90 dias após a data de fechamento. Após essa data, as partes têm mais 45 dias para tréplica das notificações recebidas e fechamento final do ajuste de preço (e prazo adicional caso as partes não cheguem em acordo amigável para determinação do ajuste de preço), em havendo algo para movimento de caixa e/ou acerto de contas final pelo negócio.

A estratégia definida pela Administração da Raízen está associada, substancialmente, ao crescimento da matriz energética através da geração de bioeletricidade pelo aproveitamento da biomassa da cana-de-açúcar, ampliando suas atividades neste segmento.

O valor justo preliminar dos ativos adquiridos e passivos assumidos na data de aquisição estão abaixo apresentados:

Rubricas (1)	Santa Cândida I	Santa Cândida II	Valor
Caixa e equivalentes de caixa	18	1.169	1.187
TVM	2.075	9.290	11.365
Contas a receber de clientes	-	5.739	5.739
Instrumentos financeiros derivativos	-	245.505	245.505
Impostos sobre a renda e contribuição social a recuperar (Nota 10)	115	51	166
Tributos a recuperar (Nota 10)	-	128	128
Direito de uso (Nota 17)	15	30	45
Imobilizado (Nota 14)	-	225.963	225.963
Intangível (Nota 15)	-	329	329
Impostos sobre a renda e contribuição social a pagar	(30)	(8.028)	(8.058)
Tributos a pagar	(101)	(9.188)	(9.289)
Dividendos e JCP a pagar	-	(6.679)	(6.679)
Passivo de arrendamento (Nota 17)	(21)	(42)	(63)
Adiantamentos de clientes	-	(4.154)	(4.154)
Provisão para demandas judiciais (Nota 22)	(1.413)	-	(1.413)
Outros, líquidos	228	880	1.108
Ativos líquidos da Santa Cândida I e Santa Cândida II	886	460.993	461.879
Valor da contraprestação paga	26.226	224.492	250.718
Ágio (ganho por compra vantajosa) preliminar (Notas 15 e 29)	25.340	(236.501)	

(1) Os ativos e passivos identificados na data de aquisição, acima apresentados, incluem os efeitos de harmonização das práticas contábeis da Raízen, principalmente, relacionados aos instrumentos financeiros derivativos, onde a Companhia tem como prática reconhecer resultados pela marcação a mercado dos seus contratos de energia e os ativos imobilizados referentes a Santa Cândida I que foram ajustados pelo seu valor recuperável líquido.

A receita operacional líquida e o (prejuízo) lucro líquido do período das empresas Santa Cândida I e Santa Cândida II, do período de 1º de junho a 31 de março de 2025, considerado a partir da data de aquisição, é a seguinte:

	Santa Cândida I	Santa Cândida II	Total
Receita operacional líquida	352	41.059	41.411
(Prejuízo) lucro líquido do período	(380)	45.438	45.058

Caso a aquisição tivesse ocorrido em 1º de abril de 2024, a receita operacional líquida e o (prejuízo) lucro líquido do período, seriam a seguinte:

	Santa Cândida I	Santa Cândida II	Total
Receita operacional líquida	352	49.726	50.078
(Prejuízo) lucro líquido do período	(1.889)	49.757	47.868

Se a consolidação das controladas tivessem ocorrido desde 1º de abril de 2024, não teríamos mudança relevante na receita e no resultado consolidado do exercício findo em 31 de março de 2025, uma vez que não apresentaram receitas e resultados materiais.

Estes efeitos são preliminares, uma vez que na data desta divulgação os procedimentos para alocação do preço de compra ainda estão em andamento, substancialmente relacionados a inspeção dos ativos fixos adquiridos entre outras análises.

A diferença entre o valor pago e os ativos líquidos a valor justo resultou no reconhecimento de um ágio preliminar por expectativa de rentabilidade futura para a empresa Santa Cândida I e ganho por compra vantajosa para a empresa Santa Cândida II. O referido ganho econômico de R$ 236.501 é resultante, exclusivamente, da valorização dos contratos de energia marcados a mercado entre a data de assinatura do referido contrato e fechamento da transação. Essas alocações serão finalizadas após conclusão dos procedimentos de alocação do preço de compra.

33.3 Aquisição do negócio de lubrificantes da Shell Brasil Petróleo Ltda. ("SBPL") pela Blueway

Em 7 de junho de 2021, com o vencimento do contrato de agenciamento comercializador de lubrificantes da marca Shell, a Raízen e Shell negociaram uma ampliação do escopo do relacionamento mantido até o momento, com a aquisição da totalidade do negócio de lubrificantes da SBPL pela controlada Blueway, pelo montante de R$ 731.796.

Passaram a integrar o portfólio da Raízen a planta de lubrificantes na Ilha do Governador, no Rio de Janeiro, o terminal de óleos básicos em Campos Elíseos, em Duque de Caxias (RJ), a divisão de lubrificantes marítimos Shell Marine e os negócios de oferta e distribuição de lubrificantes da marca Shell no Brasil.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a Blueway concluiu os procedimentos de alocação do preço de compra pela aquisição da Neolubes, cujo impacto reconhecido no resultado daquele exercício, na rubrica "Outras receitas (despesas) operacionais, líquidas", foi de R$ 162.593, cujo ganho final por compra vantajosa na Neolubes, totalizou R$ 429.186.

A movimentação do ganho final por compra vantajosa da referida aquisição, durante o exercício findo em 31 de março de 2024, está demonstrada a seguir:

Movimentação	Valor
Ativos líquidos	998.389
Contraprestação paga em dinheiro, líquida de ajustes de preço	731.796
Ganho preliminar por compra vantajosa apurado em 31 de março de 2023	(266.593)
Movimentação do ganho por compra vantajosa:	
Partes relacionadas	1.122
Imposto sobre a renda e contribuição social diferidos	(381)
Mais valia do imobilizado (Nota 14)	274.473
Mais valia do intangível (Nota 15)	(29.243)
Tributos diferidos sobre mais valias (Nota 19)	(83.378)
Total da movimentação do ganho por compra vantajosa (Nota 29)	(162.593)
Ganho por compra vantajosa apurado na aquisição da Neolubes (1)	(429.186)

(1) Durante exercício findo em 31 de março de 2024, sobre o ganho final por compra vantajosa, a Blueway constituiu passivo fiscal diferido, no montante de R$ 145.923.

33.4 Aquisição da Payly

Em 17 de outubro de 2022, a Companhia comunicou seus acionistas e mercado em geral que, está criando a Unidade de Serviços Financeiros Raízen ("Unidade"), através da aquisição da Payly, empresas que eram controladas pela acionista Cosan. A criação desta Unidade proporcionou à Companhia: (i) oferta de conveniência e fidelidade ao cliente final e parceiros, através dos canais e plataformas comerciais; (ii) inteligência de dados proprietários e (iii) fomento mercantil e captação de recursos de terceiros, potencializando valor na cadeia de negócios da Raízen.

Em 24 de novembro de 2022, a Superintendência Geral do Conselho Administrativo de Defesa Econômica ("CADE") aprovou em definitivo, sem restrições, o ato de concentração, referente à transação da Raízen com a acionista Cosan.

Durante o exercício findo em 31 de março de 2024, a Companhia concluiu os procedimentos de alocação do preço de compra pela aquisição da Payly. Dessa forma, o ágio final por expectativa de rentabilidade futura na Payly totalizou R$ 73.568, conforme demonstrado abaixo:

Movimentação	Valor
Ativos líquidos	(11.456)
Contraprestação paga em dinheiro, líquida de ajustes de preço	87.200
Ágio preliminar apurado em 31 de março de 2023	75.744
Movimentação do ágio:	
Ajuste de preço a favor da Raízen	(1.321)
Mais valia do intangível (Nota 15)	(1.295)
Tributos diferidos sobre mais valias (Nota 19)	440
Mais valia, líquida de impostos	(855)
Total da movimentação do ágio	(2.176)
Ágio gerado na aquisição da Payly (Nota 15)	73.568

34. Informações suplementares aos fluxos de caixa

34.1 Conciliação da movimentação patrimonial com os fluxos de caixa decorrentes de atividades de financiamento ("FCF")

	Controladora				
(Ativos) / Passivos	Passivo de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas (1)	Dividendos e JCP a pagar	Total
Saldo em 31 de março de 2024	177.523	4.211.531	8.065.461	103.511	12.558.026
Transações com impacto no FCF:					
Captações de empréstimos e financiamentos, líquidas dos gastos	-	5.326.377	-	-	5.326.377
Pagamentos de principal	-	(1.557.989)	-	-	(1.557.989)
Pagamentos de juros	-	(305.763)	(585.738)	-	(891.501)
Pagamentos de principal e juros sobre passivo de arrendamento	(118.661)	-	(5.494)	-	(124.155)
Pagamentos de dividendos e JCP (Nota 24)	-	-	-	(103.488)	(103.488)
Gestão de recursos financeiros e outros	-	-	7.325.058	-	7.325.058
	(118.661)	3.462.625	6.733.826	(103.488)	9.974.302
Outros movimentos que não afetam o FCF:					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	14.704	817.792	2.396.685	-	3.229.181
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30)	-	(59.612)	82.305	-	22.693
Dividendos e JCP (Nota 24)	-	-	-	-	-
Adição, baixa, remensuração e outros	19.144	-	10.519	-	29.663
	33.848	758.180	2.489.509	-	3.281.537
Saldo em 31 de março de 2025	92.710	8.432.336	17.288.796	23	25.813.865

	Controladora				
(Ativos) / Passivos	Passivo de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Partes relacionadas (1)	Dividendos e JCP a pagar	Total
Em 31 de março de 2023	147.236	6.238.886	9.112.810	130.183	15.629.115
Transações com impacto no FCF:					
Captações de empréstimos e financiamentos, líquidas dos gastos	-	577.717	5.581.166	-	6.158.883
Pagamentos de principal	-	(2.553.022)	-	-	(2.553.022)
Juros pagos	-	(352.584)	(112.106)	-	(464.690)
Pagamentos de passivo de arrendamento (Notas 11.2 e 17.4)	(146.973)	-	(13.113)	-	(160.086)
Pagamentos de dividendos e JCP (Nota 24.2)	-	-	-	(1.803.938)	(1.803.938)
Gestão de recursos financeiros e outros	-	-	(7.388.700)	-	(7.388.700)
	(146.973)	(2.327.889)	(1.932.753)	(1.803.938)	(6.211.553)
Outros movimentos que não afetam o FCF:					
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	25.615	278.748	950.956	-	1.255.319
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30)	-	21.786	(9.919)	-	11.867
Dividendos e JCP (Nota 24.2)	-	-	-	1.925.475	1.925.475
Baixa por incorporação (Nota 13.6)	-	-	(100.515)	-	(100.515)
Adições, baixas, remensurações e outros	151.645	-	44.882	-	196.527
	177.260	300.534	885.404	1.925.475	3.288.673
Em 31 de março de 2024	177.523	4.211.531	8.065.461	251.720	12.706.235

	Consolidado							
(Ativos) / Passivos	Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	Passivo de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento de partes relacionadas	Partes relacionadas (1)	Dividendos e JCP a pagar	Patrimônio líquido de acionistas não controladores	Total
Saldo em 31 de março de 2024	(1.750)	11.564.936	35.599.821	1.344.478	195.642	129.904	746.159	49.579.190
Transações com impacto no FCF:								
Captação líquida de *Green Notes* (Nota 18.4)	-	-	9.565.934	-	-	-	-	9.565.934
Captação líquida de *Senior Notes 2037* (Nota 18.4)	-	-	5.709.674	-	-	-	-	5.709.674
Recompra parcial de *Senior Notes Due* 2027 (Nota 18.4)	-	-	(901.550)	-	-	-	-	(901.550)
Captações de empréstimos e financiamentos, líquidas dos gastos	-	-	19.460.591	-	-	-	-	19.460.591
Pagamentos de principal	-	-	(14.517.903)	-	-	-	-	(14.517.903)
Pagamentos de juros	-	-	(3.181.586)	-	-	-	-	(3.181.586)
Pagamentos de principal e juros sobre passivo de arrendamento (Notas 11.2 e 17.4)	-	(3.776.824)	-	(395.354)	-	-	-	(4.172.178)
Integralização de capital por acionistas não controladores (Nota 24.1)	-	-	-	-	-	-	2.405	2.405
Pagamentos de dividendos e JCP (Nota 24.2)	-	-	-	-	-	(173.973)	-	(173.973)
Gestão de recursos financeiros e outros	-	-	-	-	(94)	-	-	(94)
	-	(3.776.824)	16.135.160	(395.354)	(94)	(173.973)	2.405	11.791.320
Outros movimentos que não afetam o FCF:								
Combinação de negócios	-	-	-	-	-	-	6.646	6.646
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(97)	1.212.084	5.090.079	116.031	93	-	-	6.418.190
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30)	-	-	(967.608)	-	-	-	-	(967.608)
Dividendos e JCP (Nota 24.b)	-	-	-	-	-	63.605	(63.605)	-
Desreconhecimento por perda de controle acionário (Nota 13.5)	-	(2.839)	(254.224)	-	-	-	(236.353)	(493.416)
Adição por aquisição de controle em investida	-	-	300.958	-	-	-	-	300.958
Integralização de capital por acionistas não controladores (Nota 24)	-	-	-	-	-	-	16.277	16.277
Adição, baixa, remensuração e outros	-	1.417.925	-	(32.906)	-	-	-	1.385.019
Efeito de conversão de moedas estrangeiras e outros	-	30.616	2.066.185	-	9.639	(3.193)	115.879	2.219.126
	(97)	2.657.786	6.235.390	83.125	9.732	60.412	(161.156)	8.885.192
Saldo em 31 de março de 2025	(1.847)	10.445.898	57.970.371	1.032.249	205.280	16.343	587.408	70.255.702

	Consolidado						
(Ativos) / Passivos	Aplicações financeiras vinculadas a financiamentos	Passivo de arrendamento	Empréstimos e financiamentos	Passivo de arrendamento de partes relacionadas	Partes relacionadas (1)	Dividendos e JCP a pagar	Total
Em 31 de março de 2023	(1.651)	10.814.509	29.419.990	1.233.109	182.851	154.177	41.802.985
Transações com impacto no FCF:							
Captação líquida de *Green Bonds Due* 2034 e 2054 (Nota 18.4)	-	-	7.363.395	-	-	-	7.363.395
Recompra parcial de *Senior Notes Due* 2027 (Nota 18.4)	-	-	(1.927.104)	-	-	-	(1.927.104)
Captações de empréstimos e financiamentos, líquidas dos gastos	-	-	20.069.513	-	-	-	20.069.513
Pagamentos de principal	-	-	(19.411.018)	-	-	-	(19.411.018)
Juros pagos	-	-	(3.289.215)	-	-	-	(3.289.215)
Pagamentos de passivo de arrendamento (Notas 11.2 e 17.4)	-	(3.138.814)	-	(320.829)	-	-	(3.459.643)
Pagamentos de dividendos e JCP (Nota 24.2)	-	-	-	-	-	(1.827.555)	(1.827.555)
Gestão de recursos financeiros e outros	-	-	-	-	6.016	-	6.016
	-	(3.138.814)	2.805.571	(320.829)	6.016	(1.827.555)	(2.475.611)
Outros movimentos que não afetam o FCF:					-		
Juros, variações monetárias e cambiais, líquidos	(99)	1.174.068	3.350.962	127.167	(5.098)	-	4.647.000
Mudança no valor justo de instrumentos financeiros (Nota 30)	-	-	79.492	-	-	-	79.492
Dividendos e JCP (Nota 24.2)	-	-	-	-	-	1.951.868	1.951.868
Adições, baixas, remensurações e outros	-	2.740.486	-	305.031	-	-	3.045.517
Efeito de conversão de moeda estrangeira e outros	-	(25.313)	(56.195)	-	26.248	(377)	(55.637)
	(99)	3.889.241	3.374.259	432.198	21.150	1.951.491	9.668.240
Em 31 de março de 2024	(1.750)	11.564.936	35.599.820	1.344.478	210.017	278.113	48.995.614

(1) Compostas, principalmente, pelos saldos de gestão de recursos e operações financeiras. Vide Nota 11.2.

34.2 Transações de investimentos que não envolvem caixa

	Controladora		Consolidado	
	2025	2024	2025	2024
Adições ao intangível (marca Shell)	-	(608.717)	-	(619.252)
Adições ao intangível (marca Senna)	(52.749)	-	(52.749)	-
Depreciação de ativos da área agrícola capitalizados como ativo biológico (Nota 9)	-	-	(51.728)	(52.223)
Contraprestação a pagar pela compra de ações do Posto Mime	-	-	(206.880)	-
Contraprestação a pagar pela compra da Raízen Paraguai	-	(243.354)	-	(243.354)
Depreciação de ativos da área agrícola capitalizados como imobilizado (Nota 15)	-	-	(159.563)	(140.345)
Juros capitalizados em ativos imobilizados (Notas 14 e 30)	-	-	(362.348)	(263.713)
Contas a receber pela venda de ativo imobilizado	-	34.252	-	34.252
Direito de uso	(19.663)	(186.037)	(2.645.542)	(3.150.614)
Outros	9.123	(2.147)	7.251	36.920
	(63.289)	(1.006.003)	(3.471.559)	(4.398.329)

35. Eventos subsequentes

35.1. Captações de empréstimos e financiamentos de longo prazo

Em 10 de abril de 2025, a controlada indireta Raízen Centro-Sul S.A. efetuou a captação de PPE, no montante de US$ 44.000 mil, equivalente a R$ 258.755, com vencimento final em 10 de abril de 2030.

Em 25 de abril de 2025, a Companhia e sua controlada RESA efetuaram novas captações de empréstimos e financiamentos de longo prazo, no montante de R$ 1.499.742, com vencimento médio de 5 anos, como detalhadas a seguir:

		Valores		
Empresa	Contrato	Em R$	Em US$ mil, onde aplicável	Vencimento
RSA	ACC	283.850	50.000	Jun/29
RSA	PPE	1.022.276	180.000	Abr/30
RESA	CPR-F	193.000	-	Abr/30
		1.499.742		

Tais captações estão alinhadas à deliberação e aprovação do Conselho de Administração de 24 de abril de 2025, acerca da obtenção de financiamentos de longo prazo pela Companhia e/ou por suas subsidiárias, em um montante de até R$ 1,5 bilhão.

35.2. Venda da Usina Leme

Em 12 de maio de 2025, a controlada direta RESA assinou, com a Ferrari Agroindústria S.A e a Agromen Sementes Agrícolas Ltda, a venda da Usina de Leme ("Usina"), pelo valor aproximado de R$ 425.000, sujeito a eventuais variações usuais para negócios desta natureza, com recebimento à vista no fechamento da operação ("Operação").

A Usina está localizada no polo de Piracicaba e possui uma capacidade instalada de 1,8 milhão de toneladas por safra. Além do ativo industrial, a Operação envolverá a cessão de aproximadamente 1,5 milhão de toneladas de cana-de-açúcar.

A Operação está alinhada com a estratégia da Companhia de reciclagem do portfólio de ativos, redução do endividamento e captura de eficiência agroindustrial.

A conclusão da Operação está sujeita à aprovação pelo CADE, bem como ao cumprimento das demais condições precedentes estabelecidas no contrato.

* * *

Raízen S.A.
Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 2024/25

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos 5º e 6º da Resolução CVM 80/22 e alterações posteriores, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2025, bem como a opinião expressa no relatório do auditor independente ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda., emitido em 13 de maio de 2025, sobre essas mesmas demonstrações financeiras nesta data.

Raízen S.A.
Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor 2024/25

Em cumprimento às disposições constantes no artigo 27, parágrafo 1º, incisos 5º e 6º da Resolução CVM 80/22 e alterações posteriores, os Diretores da Companhia declaram que discutiram, revisaram e concordaram com as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Companhia, relativas ao exercício social findo em 31 de março de 2025, bem como a opinião expressa no relatório do auditor independente ERNST & YOUNG Auditores Independentes S/S Ltda., emitido em 13 de maio de 2025, sobre essas mesmas demonstrações financeiras nesta data.